NA LUTA POR DIREITOS

ESTUDOS RECENTES EM HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO

ALEXANDRE FORTES

ANTONIO LUIGI NEGRO

FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA

HÉLIO DA COSTA

PAULO FONTES

ALEXANDRE FORTES
ANTONIO LUIGI NEGRO
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA
HÉLIO DA COSTA
PAULO FONTES

NA LUTA POR DIREITOS

ESTUDOS RECENTES EM HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO

COLEÇÃO SEBO ELETRÔNICO
IFCH/UNICAMP - CECULT/PUBLICAÇÕES
2ª EDIÇÃO / CAMPINAS - 2023

Universidade Estadual de Campinas
Reitor: Antonio José de Almeida Meirelles

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Diretora: Andréia Galvão
Diretor Associado: Michel Nicolau Netto

Comissão de Publicações
Coordenação Geral: Michel Nicolau Netto

Centro de Pesquisa em História Social da Cultura
Diretora: Lucilene Reginaldo

Coleção Sebo Eletrônico
Comissão Editorial: Silvia Hunold Lara (Coordenadora)
Angela de Castro Gomes
Jean Hébrard
José Maurício Paiva A. Arruti
Maria Clementina Pereira Cunha

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

L976 Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho [recurso eletrônico] / Alexandre Fortes... [et al.]. -- 2.ed. - Campinas, SP : UNICAMP/IFCH/CECULT, 2023.
(Coleção Sebo eletrônico)

Publicação digital no formato PDF

1. Trabalhadores. 2. Direitos. 3. Sindicalismo. 4. Populismo. 5. Comunistas. 6. História social. I. Fortes, Alexandre. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título. IV. Série.

CDD - 331.11
- 340
- 331.88
- 320.5662
- 335.4092
- 306.09

ISBN 978-65-87198-29-3

Esta publicação foi realizada com apoio parcial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (Capes). Código de Financiamento 001.

Copyright © 2023 by Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes

Este e-book está licenciado por Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

A Cláudio Nascimento,
equilíbrio inspirador de engajamento
e profundidade intelectual.

SUMÁRIO

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO 06

PREFÁCIO - *Michael Hall* 09

APRESENTAÇÃO - *John D. French* 12

CAPÍTULO 1
Revendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945) - *Alexandre Fortes* 18

CAPÍTULO 2
Direitos, política e trabalho no Porto de Santos - *Fernando Teixeira da Silva* 60

CAPÍTULO 3
Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953) - *Hélio da Costa* 116

CAPÍTULO 4
Automóveis 100% nacionais para Argentina e Brasil. Parceria desenvolvimentista no além-mar - *Antonio Luigi Negro* 170

CAPÍTULO 5
"Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo" - a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957) - *Paulo Fontes* 199

CAPÍTULO 6
Pensar a América Latina. Entrevista com Daniel James e John D. French - *Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Paulo Fontes* 250

SOBRE OS AUTORES 298

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Originalmente publicado em 1999, *Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho* apresentava resultados de pesquisas, então em andamento, de um grupo de doutorandos em história na Unicamp, todos orientados pelo prof. Michael Hall. Estabelecendo uma intensa dinâmica de trabalho coletivo motivada pelos interesses acadêmicos comuns que rapidamente se transformaram em fortes laços de amizade, os projetos daqueles jovens historiadores haviam surgido, em grande medida, de sua experiência como educadores junto aos movimentos sociais e ao sindicalismo vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Quatro integrantes, por exemplo, trabalharam no Instituto Cajamar, que tinha Paulo Freire como presidente de honra, entre o final dos anos 1980 e meados dos anos 1990.

Aquele era um momento de reformas neoliberais no Brasil, de crise do sindicalismo europeu e estadunidense e de muitos questionamentos sobre a validade do conceito de classe social e da própria história do trabalho. Na contramão dessas tendências, os estudos de *Na luta por direitos* analisavam as experiências da classe trabalhadora brasileira e de suas organizações, no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1960, um período particularmente estigmatizado pela visão dominante na historiografia e nas ciências sociais. Inspirados nas reflexões de Eric Hobsbawm e E. P. Thompson

e nos trabalhos pioneiros de Maria Célia Paoli, José Sérgio Leite Lopes, Angela de Castro Gomes, John French e Marco Aurélio Garcia, os cinco autores, ancorados em amplas pesquisas empíricas, colaboraram para aprofundar os questionamentos sobre o papel e o lugar dos trabalhadores na era do nacional-desenvolvimentismo.

Ao fazê-lo, questionaram conceitos como o de "sindicalismo populista", tornaram muito mais complexas as análises do chamado corporativismo, do "paternalismo empresarial", do cotidiano sindical e dos movimentos grevistas, e demonstraram o papel vital dos trabalhadores e de suas organizações no jogo político e nas disputas econômicas do período. Os artigos do livro enfatizam como, mesmo diante das impressionantes limitações impostas pela estrutura sindical, e pela contínua repressão policial e empresarial, a agência dos trabalhadores e sua capacidade de atuação política em suas lutas por reconhecimento, dignidade e direitos constituem uma parte fundamental da história brasileira naquele período.

Na luta por direitos acabou sendo um livro bastante representativo de um momento de retomada e ampliação da história do trabalho no Brasil. Dois anos depois de sua publicação era fundado o GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), organização na qual os autores do livro têm tido papel importante desde então. A coletânea tem inspirado dissertações, teses e uma série de estudos sobre

os mundos do trabalho em todo o país, não apenas na conjuntura abordada pelo livro, mas também durante a ditadura militar. Em suas páginas já apareciam muitos dos temas que os autores viriam a desenvolver nos 20 anos seguintes: o papel da Justiça do Trabalho, a questão das migrações, as tênues fronteiras entre o trabalho fabril e o rural, a importância da política empresarial e da Segunda Guerra Mundial para a configuração das relações de trabalho, os impactos do espaço e do associativismo urbano nos processos de formação de classe, as conexões entre as dimensões raciais e de gênero na conformação dos mundos do trabalho no Brasil, dentre outros temas.

Após mais de duas décadas, *Na luta por direitos* continua atual. Fora de catálogo há muitos anos, cópias digitais do livro são compartilhadas e lidas por discentes de graduação e pós-graduação em várias universidades do país. A versão impressa do livro é vendida em sebos por preços proibitivos. Agradecemos à professora Silvia Lara pela oportunidade de disponibilizar esta versão digital que reproduz os capítulos originais, com pequenos ajustes pontuais. Esperamos que sua leitura continue a provocar e inspirar novos estudos sobre a história dos trabalhadores e trabalhadoras em nosso país.

Alexandre Fortes
Antonio Luigi Negro
Fernando Teixeira da Silva
Hélio da Costa
Paulo Fontes

PREFÁCIO

Os estudos reunidos neste volume fazem parte de um esforço de repensar várias das questões centrais da história brasileira depois de 1930. Demonstram como são insatisfatórias as interpretações consagradas que retratam um movimento sindical cooptado pelo Estado, assim como uma classe trabalhadora passiva e manipulada pelo populismo. Os autores colocam novas questões - a lei como campo de luta, o significado histórico da cultura sindical e fabril, a natureza da barganha populista - e, com base em amplas e inovadoras pesquisas de fontes primárias, fornecem elementos para entender melhor o complexo período entre 1930 e 1964.

O livro deixa evidente como os pesquisadores estão finalmente desmontando as interpretações que, durante anos, dominaram a historiografia, interpretações formuladas inicialmente por uma certa sociologia dos anos 1960. Por um longo período, por exemplo, os sociólogos e os patrões estavam unidos em desqualificar qualquer esforço sindical de participação nos rumos da política nacional, como a comprovação cabal de manipulações populistas e um evidente desvio do procedimento correto dos sindicatos, restringindo suas atividades às lutas econômicas. O passo seguinte dos sociólogos (e dos patrões) foi o de tentar desqualificar as lutas econômicas como “corporativistas” e, portanto, também ilegítimas.

Os autores do volume revelam um movimento sindical bastante diferente, capaz, em muitos casos, de superar as limitações impostas pela legislação getulista e de representar até certo ponto os interesses dos seus membros. Além do mais, demonstram a criatividade dos trabalhadores em estabelecer novas formas de atuação e representação, sindicais ou não, nos seus locais de trabalho. O PCB também recebe um tratamento nuançado, bastante diferente das defesas partidárias ou das críticas rituais, mas que faz justiça, parece-me, à complexidade de sua história turbulenta.

Como fica evidente nestes estudos, a estrutura sindical - qualquer que fosse a intenção inicial - não excluiu na prática a possibilidade de representação legítima e de certa autonomia, sobretudo quando a cultura de solidariedade nos locais de trabalho propiciou a emergência de lideranças combativas.

Na prática, a intransigência patronal tornou a lei um campo de batalha para os trabalhadores. Por causa da recusa em aceitar direitos reconhecidos na lei, os sindicatos cobraram do Estado, com eficácia variável, o cumprimento da legislação e das promessas de justiça social. Na barganha populista, o problema central do populismo ficou evidente: em vista da impossibilidade de representar os interesses dos trabalhadores sem mobilizações e sem conflitos, não era possível combinar a colaboração de classes com a representação efetiva apenas por meio do nacionalismo e de

mecanismos técnico-jurídicos de cunho corporativo. Um sistema que procura diluir as classes em grupos sociais, tratar suas lutas como conflitos de interesse e encarar o mercado capitalista como um mecanismo controlável de distribuição e de produção precisava de armas bem mais poderosas para enfrentar a ameaçadora realidade social do período.

Às afirmações sobre industrialização, urbanização ou migração, os autores deste volume opõem uma atenção detalhada às práticas sociais e aos significados culturais. Tentam lidar tanto com estruturas socioeconômicas quanto com as práticas concretas de agentes humanos e tornam possível, assim, a reconstrução dos sujeitos históricos. A influência de E. P. Thompson é evidente nestes estudos - não apenas no procedimento dos autores de colocar a classe no centro da análise, ou na grande atenção que dedicam à cultura dos trabalhadores, mas na própria intenção de inverter nossa maneira de encarar o chamado período populista e, afinal, reler a dinâmica política do ponto de vista da sociedade. Um projeto certamente ambicioso e, a julgar pelos artigos neste volume, bastante promissor.

Michael Hall

Departamento de História, Unicamp

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne o trabalho de cinco jovens intelectuais, todos historiadores, e acrescenta muito de novo à rica discussão sobre trabalhadores, movimento operário e a esquerda que vem se desenvolvendo em São Paulo desde os anos 1950. Esses dedicados especialistas em estudos sobre o trabalho usam ferramentas disciplinares da história, perspectivas historiográficas e abordagens metodológicas para examinar os trabalhadores e seus movimentos durante a ainda pouco estudada era populista. Cada contribuição partilha uma ênfase comum na pesquisa empírica baseada num amplo leque de fontes primárias, incluindo acervos diplomáticos e consulares norte-americanos dos anos 1950 e 1960, documentos gerenciais de empresas e os recentemente abertos arquivos do DEOPS. Porém, seu trabalho não é empirista em um sentido restritivo ou negativo. Eles não escrevem uma história de trabalhadores e industriais cheia de minúcias e conduzida num espírito de antiquário, distante das questões mais amplas do poder e da política. Ao contrário, eles mobilizam novas evidências, combinam-nas com uma apreciação sofisticada de tendências historiográficas e confrontam questões centrais na história e na política da classe trabalhadora brasileira, especialmente no coração industrial de São Paulo. Este livro ilustra uma busca comum por uma visão mais holística e integral da trajetória histórica dos trabalhadores brasileiros. Os autores demonstram convincentemente que

devemos transcender a visão frágil e imatura da classe trabalhadora da era populista adotada por muitos intelectuais anteriores. Eles desenvolvem uma crítica revisionista, todavia sem depreciação ou soberba desnecessárias. Afinal de contas, a história dos intelectuais, dos trabalhadores e do movimento dos trabalhadores no Brasil é complexa e plena de tensões não resolvidas, que ainda estamos longe de compreender profundamente.

O trabalho desses estudiosos é marcado pela destacada acuidade de observação, pelo alto grau de imaginação empática e pela sofisticação de julgamento político e histórico. Essas características se baseiam em grande parte, eu argumentaria, na sua habilidade em combinar a melhor e mais rigorosa formação acadêmica com o aprendizado que eles ganharam através do acompanhamento cotidiano do movimento dos trabalhadores na última década. Neste sentido, seus achados revisionistas são o mais recente tributo à era de ativismo sindical e político que começou com as greves do fim dos anos 1970 no ABC paulista (região que é objeto de dois capítulos). É claro que o estudo do trabalho se beneficia enormemente quando um autor alcança tal síntese frutífera entre a vida e os livros, a vida dos livros e o livro da vida. Essa questão foi bem colocada em 1947, no contexto norte-americano, pelo ex-diretor de educação e pesquisa do esquerdista Congress of Industrial Organizations (CIO),

que tinha emergido das dramáticas greves dos trabalhadores da indústria automobilística de 1936 em Flint, Michigan. "A fim de estudar o movimento operário", Kermit Eby argumentava, os intelectuais

> *"devem ir a ele, porque ele não virá a nós. Nós devemos aprender a apreciar a realidade do 'mundo da fábrica' e travar conhecimento com o trabalhador, o cheiro da graxa, do óleo e do suor, a marmita, o barulho da fábrica, a compulsão da linha de montagem, o andar à meia-noite em um ônibus lotado com colegas de trabalho. Nós temos que aprender a encontrar os trabalhadores como pessoas, não como conceitos ou elementos em uma teoria econômica."*

O mesmo imperativo, Eby seguia dizendo, aplica-se ao estudo de organizações da classe trabalhadora, tais como os sindicatos.

> *"Nós devemos vir a conhecer intimamente aqueles homens [e mulheres] que contribuem com a maior parte do seu tempo para seus companheiros trabalhadores [...]. Nós devemos conhecer as situações como elas vêm à tona, sentando em salas enfumaçadas, conversando por sobre um copo de cerveja após uma assembleia sindical, permanecendo num piquete durante uma greve*

ou através de discussões com membros de sindicatos de outros locais.[1] *Tal participação está nos problemas como eles existem, e ela orienta o estudante realisticamente à situação dos sindicatos."*

"É somente através de uma compreensão do mundo que produz o homem", ele concluiu,

> *"que o próprio homem pode ser compreendido, e nem o homem nem o mundo podem ser compreendidos a menos que as lutas do homem sejam compartilhadas".*[2]

A verdade desse conselho sensato ecoa a experiência de uma geração anterior de intelectuais paulistas. Durante os anos 1950 e 1960, intelectuais de formação acadêmica, encabeçados por Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort, examinaram o trabalho primariamente, senão exclusivamente, do exterior, da sala de aula, a partir de livros e teorias. Embora repletos de vislumbres provocativos e desafiantes, faltava a tais estudos a sabedoria encarnada por outro quadro intelectual dessa mesma geração, José Albertino Rodrigues, que em 1956 juntou-se à equipe do DIEESE e lançou as fundações, na dúzia de anos seguintes, para a formidável instituição atual. Um membro da equipe do DIEESE dos anos 1960, Heloísa de Souza Martins, lembra que Rodrigues

1. Esta passagem refere-se ao fato de a maioria dos sindicatos norte-americanos ser de base nacional, com sedes locais identificadas por uma numeração específica. O equivalente mais próximo no Brasil seria o contato entre sindicatos da mesma categoria, mas de cidades e estados diferentes.

2. Kermit Eby. "Research in Labor Unions". *American Journal of Sociology,* 56 n. 3, nov. 1950, pp. 222-228. Citado no excelente e frequentemente negligenciado estudo de Sidney M. Peck. *The Rank-and-File Leader.* New Haven: College and University Press, 1963, p. II.

"sempre fez questão que seus auxiliares [de pesquisa] conhecessem o sindicato". Uma vez, "quando eu disse a ele que estava lendo Marx e Engels sobre sindicatos", ela relata,

> *"ele me olhou com um ar assim, muito duro: 'Olha, tudo bem. Leia. Não faz mal você ler. Mas eu acho que mais importante que você ler é você frequentar o sindicato, você conversar com os dirigentes que vão ao DIEESE'".*[3]

Para mim, este livro uma vez mais demonstra a importância, para aqueles que estudam trabalhadores, de combinar distância social, engajamento e uma franca humildade aberta à realidade da vida e à luta da classe trabalhadora.

A pesquisa desses talentosos jovens acadêmicos, vindos de diferentes regiões do Brasil, oferece um testemunho eloquente do apoio e da perseverança da Universidade Estadual de Campinas, cujo corpo docente e direção têm feito dessa universidade um centro de pesquisa em trabalho e movimentos sociais internacionalmente reconhecido. Quaisquer que fossem seus sentimentos sobre instituições formais e burocracias, o anarquista paulista do início do século XX, Edgar Leuenroth, estaria orgulhoso de que o mais importante arquivo de história social e do trabalho na América do Sul porte o seu nome.

3. Miguel Wady Chaia. *Intelectuais e sindicalistas: a experiência do DIEESE (1955-1990)*. Ibitinga: Humanidades, 1992, p. 107.

Na vida da mente, como na do mundo, prazer dado é prazer ganho. Eu me incluo entre os amigos dos acadêmicos aqui representados neste volume e, no futuro, seu permanente colaborador. *Salud!*

John D. French

Duke University

1

REVENDO A LEGALIZAÇÃO DOS SINDICATOS

Metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)*

Alexandre Fortes

INTRODUÇÃO

A partir das greves de 1978, o surgimento do "novo sindicalismo" contribuiu para uma mudança na leitura historiográfica sobre a implantação da estrutura sindical oficial no Brasil. Até então, a visão predominante sobre aquele processo explicava-o pela passagem de um operariado imigrante, qualificado e semiartesanal para outro oriundo da migração rural nacional, passivo em relação à exploração e carente de uma cultura política de esquerda. O "sindicato burocrático de massas" teria sido um instrumento usado pelo Estado para "pôr em consecução um conjunto de leis e de medidas de proteção ao trabalho" e criar as "condições para a expansão industrial e para a modernização da sociedade".[1]

Criticando essa visão de um Estado demiúrgico, a historiografia do final da década de 1970 e início da de 1980 enfatizou a importância do resgate da autonomia operária, focalizando os processos de resistência à exploração e de luta espontânea contraposta às orientações de partidos e sindicatos.[2] No que diz respeito ao sindicalismo corporativista, este deixava de ser entendido apenas como uma imposição do Estado ao movimento operário, passando a ser também encarado como o resultado de contradições internas desse movimento, como aquelas entre base e direção. A consolidação da hegemonia comunista no sindicalismo brasileiro entre meados

* Este artigo constitui uma versão revista do segundo capítulo da dissertação de mestrado do autor, intitulada *Buscando nossos direitos. Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937.* Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994. Uma versão sintética foi apresentada na III Brazilian Studies Association Conference (Cambridge, Inglaterra, setembro de 1996) e publicada em *Cadernos Porto e Vírgula*, 13, 1996. Agradecemos aos colegas Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro, assim como ao prof. Michael M. Hall e a Helena Weiss Gonçalves pela leitura de uma versão preliminar e pelos valiosos comentários.

1. Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966, p. 173.

2. Ver, entre outros, Maria Célia Paoli. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira". *In:* José Sérgio Leite Lopes (org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro/Museu Nacional/Marco Zero, 1988, pp. 53-101; Éder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981; Marco Aurélio Garcia. "Os desafios da autonomia operária: São Bernardo, a (auto)construção de um movimento operário". *Desvios,* 1, 1982; Amnéris Maroni. *A estratégia da recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 10-27.

dos anos 1920 e os primeiros anos da década de 1930 passaria a ser considerada decisiva na explicação do sucesso do projeto corporativista.[3]

Para Kazumi Munakata, os comunistas teriam procedido à centralização nos sindicatos e, ao adotarem mecanismos de controle das federações sobre eles, teriam aberto caminho para a despolitização dos problemas da organização operária, transformando-os em prerrogativa de técnicos e especialistas e afastando os trabalhadores da elaboração de alternativas para o seu enfrentamento.[4] Edgar de Decca, por sua vez, identificou uma institucionalização da representação parlamentar operária na atuação do Bloco Operário Camponês, articulado pelo PCB em 1928, que teria sido decisiva para a construção das bases sobre as quais se ergueria o corporativismo estatal.[5]

Maria Célia Paoli, por outro lado, resgatava os elementos de continuidade das "pequenas lutas" no interior das fábricas entre a década de 1920 e o pós-1930, gerando um discurso autônomo de interpretação da condição proletária, cujo desenvolvimento seria cortado pelo Estado Novo. Quando esse discurso voltava a emergir publicamente nas greves de 1945, ele entraria em choque com a orientação do PCB no sentido de que os trabalhadores "apertassem os cintos". Esta contradição entre o modo como a esquerda concebia seu projeto político e a experiência operária seria derivada do afastamento dos comunistas do cotidiano fabril.[6]

3. Para uma revisão do debate sobre o caráter do projeto corporativista de Vargas, sua relação com o fascismo italiano e seu impacto sobre as condições de atuação do movimento sindical no Brasil, ver Michael McDonald Hall. "Corporatism, Fascism, and the Origins of Brazilian Labor Law". Comunicação apresentada à *III Brazilian Studies Association Conference*. King's College, Cambridge (UK), 1996. Ver também John D. French. "Drowning in Laws but Starving (for Justice?): Brazilian Labor Law and the Workers' Quest to Realize the Imaginary". *Political Power and Social Theory*, 12, 1998, pp. 181-218.

4. Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil,* pp. 43-50.

5. Edgar Salvadori de Decca. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. A complementaridade das análises de De Decca e Munakata a esse respeito é destacada em Alcir Lenharo. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986, e Ítalo Tronca. 1930: *A dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

6. Maria Célia Paoli. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros", p. 99.

Esses estudos contribuíram para romper com a ideia da passividade operária no pós-1930. Porém, chega-se a um paradoxo. Muitos deles apresentam o *locus* central do exercício da dominação capitalista (a fábrica) como espaço de desenvolvimento da autonomia operária. Mas também alimentam a ideia de que o espaço institucional do sindicato oficial e da organização partidária seria refratário à ação autônoma dos trabalhadores. Paralelamente, era questionada a ideia do Estado como sujeito único, capaz de impor o corporativismo ao movimento operário. Tal papel, entretanto, voltava a ser exercido pelo partido político.

À medida que a década de 1980 caminhava para o seu final, a situação vivenciada no interior do movimento sindical passava a colocar em questão as teses que estabeleciam uma associação excessivamente estreita entre projetos políticos e características organizacionais dos sindicatos. De um lado, consolidava-se a hegemonia das correntes sindicais que pretendiam operar uma ruptura radical com o modelo corporativista. De outro, a transformação da estrutura sindical esbarrava tanto nos hábitos e concepções sedimentados nas rotinas internas quanto nas expectativas e demandas dirigidas pelas próprias categorias profissionais às suas entidades.

A política sindical passava, cada vez mais, a ecoar as lutas de base, abandonando o colaboracionismo e assumindo a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores. Porém, persistia entre estes uma compreensão sobre o papel e a natureza do sindicato que corroborava muitas das características institucionais consagradas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT): unicidade, fornecimento de assistência, sustentação por meio do imposto sindical etc. Estas contradições, verificadas na implementação de um projeto que se autodefinia como de superação da estrutura sindical oficial, traziam à tona os limites das abordagens historiográficas sobre o processo de implantação daquela estrutura. À medida que bases mobilizadas e direções combativas não representavam condições suficientes para a sua superação, difícil seria sustentar que sua gênese se devera apenas à imposição de um poderoso agente heterônomo, fosse ele Estado ou partido político. Cabia, portanto, reexaminar esse processo histórico em uma nova perspectiva, com ênfase na relação entre a formulação de demandas sociais pelos trabalhadores e seu impacto na definição da prática sindical.

Analisando o sindicalismo das décadas de 1930 e 1940, pudemos identificar quatro áreas de atuação, cuja articulação definia o caráter institucional do sindicato: reivindicação, beneficência, "colocação" no mercado de trabalho e identidade coletiva. O primeiro aspecto está ligado à luta em torno do resgate e da criação, implementação e generalização

de direitos, como forma de exercício e alargamento dos limites da cidadania operária. No segundo, situamos os mecanismos coletivos de amparo frente à doença, à velhice, ao desemprego e à própria morte. O terceiro liga-se às várias formas de intervenção coletiva dos trabalhadores no mercado de trabalho, que oscilam em Porto Alegre desde o controle total (como o *closed shop* dos estivadores) até uma bolsa de colocação reconhecida apenas por parcela do empresariado (como no caso dos metalúrgicos). O último aspecto vincula-se ao desenvolvimento de valores e princípios que articulavam o próprio modo como os trabalhadores se autodefiniam enquanto grupo social, em sua relação com o restante da sociedade (por exemplo: unidade, classismo e busca de "intelectualização do proletariado").[7]

Esses diferentes componentes se combinavam de modo dinâmico a partir da constante reelaboração da tradição de lutas operárias, assim como da relação com o empresariado e o Estado. O produto dessa combinação era também objeto de disputa entre as correntes políticas atuantes no movimento. Dessa interação entre diferentes fatores resultava a construção de um imaginário político sobre o sindicato que, mais do que qualquer determinação estrutural ou normativa, definia concretamente os contornos e o âmbito de atuação dessa instituição.

7. Expressão utilizada no "Programa da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS)", lançado em agosto de 1933. Cf. *A Voz do Trabalhador*, 14 out. 1933.

Concebemos, portanto, uma relação de mão dupla entre projetos políticos e movimento. Tanto a ascensão dos comunistas influenciou nas políticas adotadas pelas entidades como a prática sindical efetiva dos dirigentes operários comunistas era em grande medida condicionada pelos problemas e desafios colocados para o conjunto do sindicalismo. O Rio Grande do Sul foi aparentemente o último reduto da hegemonia anarquista no sindicalismo brasileiro em fins da década de 1920, e o PCB perpassou o início dos anos 1930 organizando sua base sindical, até ser atingido pelos efeitos da repressão.

A ascensão comunista no sindicalismo gaúcho ocorreu quando a expectativa de mudanças gerada pela Revolução de 30 e sua legislação social dava lugar ao ceticismo sobre o empenho do Estado na implementação do acesso aos direitos. Coube à ação sindical instaurar o conflito no interior da "harmonia social" que teria sido pretensamente assegurada pela "legislação social mais avançada do mundo".

A greve dos padeiros de Porto Alegre, entre dezembro de 1933 e janeiro de 1934, foi um ponto de inflexão marcante na relação entre movimento operário e Estado no Rio Grande do Sul. Após aguardar por dois anos pela efetivação do trabalho diurno e do repouso semanal remunerado, os padeiros realizaram a primeira paralisação em defesa da legislação trabalhista no estado, denunciando a conivência

entre a Inspetoria Regional do Trabalho e os patrões no seu descumprimento. Acabaram por conquistar um acordo que contemplava parcialmente suas reivindicações, embora em momentos de frustração em meio ao movimento sua diretoria tivesse chegado a optar pela renúncia coletiva. A negociação que pôs fim à greve incluiu ainda a entrega, pelo próprio ministro do Trabalho, da carta de reconhecimento sindical à Federação Operária do Rio Grande do Sul (no momento já controlada por uma maioria comunista). O Estado sancionava, embora involuntariamente, a necessidade da ação sindical autônoma como condição para a efetivação da legislação.[8]

Embora sem grande peso numérico no período, os metalúrgicos usaram sua longa experiência de lutas e organização para assumir um papel destacado na radicalização das lutas que se seguiriam. Fundada em 1905, a União dos Metalúrgicos desempenhou importante papel na greve geral de 1906, levando seu dirigente, Adolpho Brandt, a acumular a presidência da entidade com a da recém-fundada Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Após 1910, a União Metalúrgica passou da hegemonia socialista para a anarquista, realizando em 1911 uma greve vitoriosa contra os frequentes atrasos nos pagamentos no Estaleiro Mabilde. A mesma empresa se destacou novamente na greve geral de 1917, e em

8. Sobre a greve dos padeiros, ver Alexandre Fortes. "Como era gostoso meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre 1933-1934)". *Anos 90*, 7, 1997, pp. 88-124. Para uma leitura diferente do mesmo episódio, ver Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*, pp. 88-90.

1919 a categoria sustentaria a mais longa paralisação até então registrada no estado (de 13 de julho a 18 de agosto), ao fim da qual foi conquistada a jornada de oito horas.[9]

Foram os herdeiros desse passado, alguns deles com muitos anos de militância, que em 4 de janeiro de 1931 convocaram a assembleia de fundação do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre, reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em março do mesmo ano. Nessa entidade, em meados da década de 1930, os comunistas estabeleceram seu principal reduto no sindicalismo gaúcho. Não era o caso de esta corrente ter uma maioria estável entre os membros das diversas direções da entidade no período. Possuía, porém, grande influência derivada tanto da sua inserção orgânica na categoria profissional quanto da capacidade propositiva no interior do sindicato, liderando, inclusive, a resistência aos processos de intervenção do Estado no seu funcionamento.

O peso dos comunistas na organização sindical dos metalúrgicos era tamanho que, quando as figuras publicamente relacionadas ao partido foram afastadas, entre 1935 e 1937, os interventores nomeados pela Inspetoria Regional do Trabalho revelaram-se inicialmente incapazes de conduzir os trabalhos da entidade.[10] A estrutura partidária de base vinculava-se também estreitamente à cultura

9. João Batista Marçal. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul: Origens do sindicalismo riograndense.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985, pp. 48-49.

10. Os comunistas notórios são afastados da direção sindical a partir das primeiras intervenções, mas tornam a aparecer articulando chapas de oposição. Por outro lado, este pode ter sido apenas um expediente para despistar o ingresso de membros menos visados do PCB nas chapas "oficiais". Comunistas e sindicalistas de esquerda buscam também manter seu espaço no sindicato, desempenhando papel de mediação em atritos de cunho pessoal e assumindo uma postura mais "construtiva" do que a das partes envolvidas. Ver, por exemplo, Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre (daqui em diante citadas pela sigla AGE), n. 81 (13 dez. 1935) e n. 94 (27 jan. 1937).

organizativa mais geral da categoria. Foram as células comunistas que deram continuidade à organização clandestina nas fábricas durante o Estado Novo, possibilitando que as características centrais da prática militante da entidade viessem a ser retomadas rapidamente a partir da greve de 1945.[11]

A análise detalhada do funcionamento dessa organização sob hegemonia comunista revela matizes até hoje pouco estudados do processo de construção da estrutura sindical oficial.

ORGANIZAÇÃO DE BASE E CONSTRUÇÃO INSTITUCIONAL

Thompson demonstra como o desenvolvimento de múltiplas experiências organizativas perpassa o próprio surgimento da classe trabalhadora como sujeito coletivo ao transformar a unidade potencial dos setores populares em força política efetiva.[12] Entretanto, não raras vezes a prática das organizações operárias voltou-se contra suas origens, tornando-se o oposto das transformações sociais que se pretendia conquistar. De mecanismos para a efetivação da participação político-social aberta a "um número ilimitado de membros",[13] elas se convertem em exemplos de autoritarismo e burocracia. De instrumentos de defesa dos interesses de classe, tornaram-se amarras, impedindo o franco desenvolvimento de lutas e movimentos.[14]

11. Cf. Eloy Martins. *Um depoimento político (55 anos de PCB)*. Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989, p. 74.

12. E. P. Thompson. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I: *A árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História).

13. *Idem*, capítulo 1.

14. Para uma análise do processo histórico de burocratização das organizações operárias, ver Toni Negri. *Del obrero-masa al obrero-social*. Barcelona: Anagrama, 1980; Mario Tronti. *Operários e capital*. Porto: Afrontamento, 1976; Cornelius Castoriadis. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Essa tensão que percorre a história do movimento operário apresenta um sério complicador quando a ela se acresce a intervenção estatal, como no caso do Brasil pós-1930. Entretanto, os instrumentos para o controle e a tutela das entidades sindicais foram sendo construídos gradativamente, o que relativiza a ideia de um corte abrupto com a tradição de organização autônoma anterior. O imposto sindical, por exemplo, que representou um passo decisivo para desvincular a sustentação das entidades da adesão voluntária dos trabalhadores, foi adotado apenas em 1941. Foi somente no Estado Novo, também, que se definiram as "despesas legais", buscando evitar que os recursos dos sindicatos servissem à prática da luta de classes. Do mesmo modo, não se encontrava inicialmente regulamentado o controle do ministério sobre os processos eleitorais nos sindicatos.[15] Por fim, inexistia num primeiro momento a proibição de organizações intercategorias. A própria FORGS, reconhecida pelo Ministério do Trabalho, constituía-se em uma verdadeira central sindical em âmbito regional, contribuindo para a generalização e a politização das lutas trabalhistas.

Se os principais elementos da forma de organização do "sindicalismo anarquista" eram a luta pelo controle do mercado de trabalho, a ampla sindicalização, a organização no local de trabalho, a não-profissionalização dos dirigentes, a sustentação voluntária das entidades e a mobilização permanente,[16] percebem-se importantes aspectos de continuidade

15. Trabalhos como o de Ricardo Antunes (*Classe operária, sindicatos e partido no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1982) enfatizam os mecanismos de controle previstos no Decreto 19.770, de 1931, como a existência de delegados do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio presentes às assembleias, que realizariam o exame da situação financeira das entidades, ou o recolhimento de valores superiores a dois contos de réis a contas específicas para este fim no Banco do Brasil. Até onde pudemos verificar, esses mecanismos não tinham vigência prática nas entidades que analisamos até a ocorrência das intervenções iniciadas em 1934 e intensificadas após 1937.

16. Essas características são apontadas por Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*, pp. 17-23.

na ação sindical do início dos anos 1930. Contudo, a identificação entre organizações sindicais e linhas políticas (anarquista, comunista ou ministerialista) deve ser relativizada.[17] Se existiam correntes hegemônicas em uma ou outra entidade, uma das características do sindicalismo, ao menos a partir da década de 1920, era a convivência de diferentes tendências dentro de uma mesma organização, sob a bandeira da unidade operária, muitas vezes erroneamente reduzida a um lema tático dos comunistas.

No Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre no pós-1930, os procedimentos organizativos constituíram-se em campo de disputa permanente entre concepções sindicais antagônicas, embora estas muitas vezes não coincidissem com linhas ideológicas claramente demarcadas. Grande parte do debate interno se dava em torno de problemas para os quais comunistas e getulistas não tinham respostas pré-elaboradas, mas representavam desafios centrais para que, em uma ou outra concepção política, o sindicato conseguisse se consolidar.

Mesmo em uma conjuntura de radicalização política e social, como entre 1934 e 1935, os problemas ligados à consolidação do sindicato como organismo de representação e atendimento a demandas materiais e simbólicas dos trabalhadores continuaram mantendo forte presença na pauta da entidade. Não se poderia explicar de outro modo, por exemplo,

17. A ideia de hegemonia anarquista no sindicalismo anterior a 1930 tem sido questionada em diversos estudos. Ver Claudio Henrique de Moraes Batalha. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990, pp. 117-127.

o fato de que dirigentes sindicais comunistas se dedicassem na maior parte das suas intervenções em assembleias a discutir problemas como a suspensão do pagamento da joia (taxa de ingresso), as mensalidades atrasadas ou o regimento da caixa de beneficência, no mesmo período em que se desenrolava o levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Portanto, o próprio significado dos momentos mais agudos de conflito com o empresariado e o Estado, como a greve de 1935, dificilmente poderia ser apreendido sem uma análise de como estes episódios se inseriam no processo mais amplo de construção da organização sindical.

Muitas têm sido as análises que apontam para um distanciamento dos sindicatos oficiais e dos comunistas em relação aos processos de luta e organização no âmbito fabril. Ao contrário, a organização no local de trabalho ocupava lugar privilegiado na atuação sindical dos metalúrgicos de Porto Alegre. Sua presença constante na pauta das assembleias é um dos indicadores da busca de enraizamento do sindicato nas suas bases, tendo como mecanismo privilegiado a atuação de delegados sindicais.[18] Frequentemente, estes renunciavam, devido às dificuldades no exercício da função, já que o delegado colocava em risco seu próprio emprego ao canalizar as reclamações trabalhistas dos colegas, sendo ainda responsável pela cobrança das mensalidades do sindicato.[19] O contato com os locais de trabalho era

18. Entre 1934 e 1935, está registrada a escolha desses delegados em nove empresas. Ver AGEs n. 38 (9 mar. 1934), n. 43 (27 abr. 1934), n. 45 (25 mai. 1934), n. 47 (6 jul. 1934), n. 52 (14 set. 1934), n. 65 (26 abr. 1935), n. 68 (14 jun. 1935) e n. 79 (22 nov. 1935).

19. AGEs n. 39 (27 mar. 1934), n. 49 (1 ago. 1934), n. 59 (21 dez. 1934), n. 63 (29 mar. 1935) e n. 64 (5 abr. 1935).

buscado também por meio de boletins de fábrica e de visitas a empresas, na tentativa de levar para as assembleias aqueles que nelas trabalhavam.[20]

O vínculo orgânico da entidade com o cotidiano fabril manifestou-se na tese sobre higiene apresentada ao Congresso Operário Estadual de 1934, que foi objeto de intenso e polêmico debate durante diversas assembleias.[21] O documento demonstrava um amplo conhecimento coletivo, sistematizado pelo sindicato, a respeito dos problemas vivenciados pelos trabalhadores no seu dia a dia. Ele incluía reivindicações como a instalação de "patentes higiênicas tipo turco"[22] nos locais de trabalho, de modo a evitar o contágio de doenças venéreas, e a "ventilação ampla e contínua" nas fábricas com "forjas, fornos e outros engenhos que desprendam gases ou vapores nocivos" causadores de "lesões pulmonares ou enfermidades crônicas". Exigia também a instalação de recintos adequados para as refeições nos estabelecimentos fabris e a concessão de intervalos nunca inferiores a uma hora para a sua realização.[23] Essa centralidade dos problemas ligados ao local de trabalho na pauta do debate sindical acabaria sendo cortada pela repressão, mas as raízes lançadas nesse momento levaram à manutenção de um trabalho clandestino de organização de base que apareceria como contraponto ao esvaziamento do sindicato no Estado Novo e voltaria a despontar nas greves de 1945.

20. AGEs n. 54 (12 out. 1934) e n. 68 (14 jun. 1935).

21. Cf. AGEs n. 40 (6 abr. 1934), n. 41 (13 abr. 1934) e n. 42 (20 abr. 1934).

22. Vasos sanitários com suporte apenas para os pés, em que o usuário se mantém agachado e não sentado.

23. "Ata da 6ª sessão do Congresso Operário de 1º de maio e 5ª sessão ordinária do mesmo realizada a 2 de maio de 1934", *apud:* Sílvia Regina Ferraz Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992, pp. 391-393.

O papel institucional do sindicato implicava seu fortalecimento como interlocutor com o Estado e os patrões na negociação das condições em que se dava a relação capital-trabalho. Diante da ofensiva legislativa governamental e da resistência patronal em cumprir os direitos trabalhistas, a solidez organizativa era condição necessária para habilitar o sindicato como instrumento de defesa dos interesses dos trabalhadores. Era fundamental manter a regularidade de funcionamento contra diferentes ameaças de desorganização. Nos períodos de ascensão de lutas, a periodicidade de reuniões se perdia em meio ao turbilhão dos acontecimentos. Outra era a natureza dos problemas durante as levas repressivas e os períodos de desmobilização, porém com resultados similares no que diz respeito à quebra da continuidade organizativa.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre geralmente reunia-se em assembleia a cada 15 dias, com uma média de comparecimento de 40 associados.[24] Essas assembleias constituíam-se inicialmente na única instância deliberativa da entidade e todas as decisões e encaminhamentos delas partiam, incluindo a leitura da correspondência recebida e remetida.[25] Entre 1934 e 1937, o sindicato possuiu ao menos cinco diretorias e uma junta governativa, mas poucas concluíram seus mandatos.[26] Eram recorrentes os pedidos de demissão de diretores, assim como licenças e faltas,

24. O cálculo dessa média baseia-se nas atas em que consta o número de participantes (muitas vezes substituído pela expressão "n. legal").

25. Apenas a partir da eleição dessa diretoria ligada à IRT em fins de 1937 é que se institui a comissão executiva, que passa a possuir um livro de atas próprio e encaminha diversos assuntos sem recorrer à assembleia. Cessa também a leitura da correspondência nas assembleias. Cf. AGE n. 91 (12 nov. 1936).

26. AGEs n. 60 (1 mar. 1935), n. 61 (15 mar. 1935) e n. 102 (10 set. 1937). Os mandatos das quatro primeiras seriam anuais e o da última, trienal.

gerando problemas de quórum.[27] Havia também grande rotatividade de associados. Por causa disso, a diretoria costumava solicitar aos delegados sindicais a relação dos sócios que permaneciam e dos desistentes em cada local de trabalho.[28]

O quadro social do início de 1938 registrava 1385 sócios inscritos, dentre os quais 715 haviam abandonado a entidade, 268 haviam sido eliminados por falta de pagamento e apenas 378 se encontravam em dia. Para contornar a tendência à descontinuidade, apostava-se na construção de definições institucionais mais gerais, seja pela escolha de comissões para elaborar um novo programa e um regimento interno, seja pelo debate em torno dos estatutos da entidade.[29]

As questões financeiras constituíam também preocupação constante na pauta do sindicato. Até 1937, não havia nenhum diretor remunerado ou afastado da produção. Sem sede própria, o aluguel de uma sala do Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis e Similares ("A Cosmopolita"), dividido com outros sete sindicatos, constituía provavelmente a maior despesa fixa da entidade.[30] Gastava-se também com a confecção de boletins, meio essencial de comunicação com a categoria, mas a estrutura do sindicato era extremamente leve, com seus fundos direcionados à manutenção de uma base para a ação reivindicatória e para a organização dos trabalhadores. A decisão de efetuar qualquer despesa, tal como a compra de uma máquina de escrever, era sempre submetida à assembleia.[31]

27. AGEs n. 38 (9 mar. 1934), n. 42 (20 abr. 1934), n. 53 (28 set. 1934), n. 90 (21 ago. 1936) e n. 93 (18 dez. 1936).

28. AGEs n. 53 (28 set. 1934) e n. 104 (18 fev. 1938).

29. AGEs n. 46 (8 jun. 1934), n. 74 (23 ago. 1935) e n. 86 (6 mar. 1936).

30. Outros oito sindicatos reuniam-se na Sede Operária da Rua Júlio de Castilhos e, além da "Cosmopolita", apenas os Sindicatos dos Operários nas Fábricas de Tecidos, Alfaiates e Trabalhadores em Cargas e Descargas possuíam sede própria. Cf. *A Voz do Trabalhador*, 14 out. 1933.

31. AGEs n. 49 (1 ago. 1934), n. 50 (17 ago. 1934), n. 53 (28 set. 1934), n. 57 (23 nov. 1934), n. 58 (7 dez. 1934), n. 68 (14 jun. 1935), n. 72 (2 ago. 1935), n. 78 (8 nov. 1935), n. 86 (6 mar. 1936), n. 90 (21 ago. 1936) e n. 101 (20 ago. 1937). Eram frequentes as defesas da necessidade de se fazer mais propaganda, assim como a relação entre a distribuição de boletins e o incremento da sindicalização. Cf. AGEs n. 53 (28 set. 1934) e n. 89 (20 mar. 1936).

O sindicato mantinha-se exclusivamente com a contribuição voluntária dos seus associados e enfrentava grandes dificuldades para assegurar sua regularidade. Nesse período, foram intensamente debatidas duas questões que associavam finanças ao grau de rigidez da disciplina entre os membros da organização.

O pagamento da joia teve sua extinção proposta e rejeitada em diferentes ocasiões.[32] A joia limitava a sindicalização, pois representava um pagamento relativamente elevado a ser feito, quando o trabalhador tinha ainda pouca experiência de organização sindical. Por outro lado, ela demarcava uma opção clara e consciente e tendia a diminuir a rotatividade de sócios, sendo menos provável o ingresso de quem não estivesse bastante convencido da importância de se sindicalizar. De 1934 a 1937, a polarização entre mantê-la ou extingui-la indicava a existência de duas visões sobre a natureza do vínculo associativo. A diretoria eleita no início do Estado Novo optou por baixar o valor da joia em mais da metade e desenvolver uma campanha de sindicalização, usando como chamariz o leque de serviços assistenciais que o sindicato passava a oferecer.[33]

Outro problema era o que fazer com aqueles que atrasavam o pagamento das mensalidades. Inicialmente, exigia-se que preenchessem nova proposta de sindicalização quando se colocassem em dia e que prestassem explicações após três

32. AGEs n. 52 (14 set. 1934), n. 54 (12 out. 1934), n. 57 (23 nov. 1934), n. 63 (29 mar. 1935), n. 76 (4 out. 1935), n. 79 (22 nov. 1935), n. 86 (6 mar. 1936) e n. 89 (20 mar. 1936). Embora a extinção demore a ser aprovada, a suspensão temporária do pagamento ocorre em diversas ocasiões.

33. AGE n. 104 (18 fev. 1938). Sobre a mudança de concepção da mutualidade para a assistência, entendida como serviço prestado pelo sindicato, ver Alexandre Fortes. "Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do Século XX". Comunicação apresentada à *Latin American Labor History Conference*. Durham (EUA), 17 e 18 de abril de 1998.

meses de atraso, caso contrário seriam eliminados do quadro de associados. Esta linha dura era eventualmente combinada com a escolha de comissões destinadas a irem à casa dos devedores.[34] Posteriormente, uma chapa de oposição inverteria a questão, responsabilizando a diretoria por afastar os associados e propondo o perdão das mensalidades atrasadas.[35]

As posições políticas gerais não se traduziam diretamente numa visão mais ou menos rígida sobre os dois problemas comentados acima. Os comunistas, que propuseram a anistia aos devedores, estavam entre os mais firmes defensores da manutenção da joia. É provável que a primeira posição se vinculasse ao interesse em garantir a participação dos metalúrgicos descontentes no processo eleitoral, mas ela parece indicar também que, ao contrário da joia, o tratamento dispensado aos atrasados não era visto como uma questão de princípio.

Havia também grande preocupação com relação à transparência na gestão dos recursos, com a exposição trimestral dos balancetes nas assembleias e com o Conselho Fiscal desempenhando papel bastante ativo.[36] Ocorriam problemas na troca de diretorias, como ausência de relatórios e prestação de contas ou dificuldade de localizar o livro caixa da gestão anterior, e foi encontrado até mesmo o relato de uma comissão responsável pela busca do dinheiro que havia

34. AGEs n. 64 (5 abr. 1935), n. 73 (9 ago. 1935), n. 78 (8 nov. 1935) e n. 86 (6 mar. 1936).

35. AGEs n. 94 (27 jan. 1937) e n. 94 (numeração repetida, 4 fev. 1937).

36. AGEs n. 42 (20 abr. 1934), n. 43 (27 abr. 1934), n. 45 (25 mai. 1934), n. 46 (8 jun. 1934), n. 50 (17 ago. 1934), n. 75 (30 ago. 1935), n. 78 (8 nov. 1935), n. 100 (4 ago. 1937), n. 101 (20 ago. 1937) e n. 103 (1 out. 1937). Em períodos de turbulência, o relatório financeiro poderia ser semestral.

ficado com o ex-tesoureiro da entidade.[37] Como estas ocorrências eram comuns, a conquista de credibilidade por uma organização sindical exigia o desenvolvimento de mecanismos de controle da base sobre o uso dos recursos financeiros, assim como a indicação de tesoureiros de reconhecida idoneidade.[38]

O projeto de atrelamento dos sindicatos ao Estado baseou-se nessas dificuldades vivenciadas na construção das organizações e, adotando soluções técnicas que despolitizaram o debate sobre alternativas a serem adotadas, tentou alijar as bases da gestão de suas entidades. Frente às dificuldades vivenciadas pelos delegados sindicais para cobrar as mensalidades dos sindicalizados, por exemplo, uma diretoria vinculada à Inspetoria Regional do Trabalho (IRT) optou pela contratação de um cobrador. No mesmo momento, o conjunto da questão financeira saía da pauta das assembleias e se escolhia uma comissão para resolvê-la. Assim, tornava-se possível que, diante de uma proposta que implicasse gastos, fosse feita a observação de que "só o Presidente e o Tesoureiro sabem se o sindicato comporta a despesa". Passava a ser adotado também o procedimento da elaboração de um orçamento anual, e as despesas não previstas nele somente poderiam ser realizadas com autorização do Conselho Fiscal e de uma assembleia oficial especialmente convocada para esse fim. Deste modo, a gestão financeira se afastava gradativamente da flexibilidade exigida pela ação sindical.[39]

37. AGEs n. 73 (9 ago. 1935), n. 74 (23 ago. 1935) e n. 85 (21 fev. 1936).

38. Eloy Martins, entrevista ao autor, em janeiro de 1992. Também: AGEs n. 42 (20 abr. 1934), n. 46 (8 jun. 1934) e n. 47 (6 jul. 1934).

39. AGEs s. n. (2 jul. 1937), n. 90 (21 ago. 1936) e n. 104 (18 fev. 1938).

A ruptura da relação entre organização de base e sustentação financeira abria o caminho para o imposto sindical, que iria além ao dispensar a própria adesão voluntária dos trabalhadores como condição para a viabilização das organizações. Já a retirada das decisões sobre a aplicação dos recursos da pauta das assembleias preparava o terreno para a definição das despesas legais, que viriam a ser previstas no Título V da CLT, e para o poder arbitrário dos presidentes e tesoureiros na administração dos bens do sindicato.

O coroamento do processo de despolitização dos procedimentos organizativo-administrativos no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre se deu com a contratação de um funcionário, cuja necessidade estranhamente não foi identificada pela diretoria da entidade, mas pelo deputado classista Carlos Santos. Logo esse funcionário estaria assumindo inúmeras funções, como a redação das atas da entidade – tarefa que fora a própria expressão da autocapacitação dos dirigentes operários. Ele revelaria também habilidades insuspeitas, como a de proferir discursos laudatórios a cada aniversário de Getúlio Vargas, à medida que avançava o Estado Novo.[40] Sintomaticamente, no mesmo período se adota a remuneração das horas "trabalhadas" pelo presidente na entidade, apontando o exercício das funções de direção como serviço prestado à categoria, em vez de atribuição de representação política voluntária.[41]

40. AGEs n. 94 (4 fev. 1937), n. 95 (5 mar. 1937), n. 98 (21 mai. 1937) e n. 99 (2 jul. 1937).

41. AGEs n. 94 (4 fev. 1937), n. 95 (5 mar. 1937), n. 98 (21 mai. 1937) e n. 99 (2 jul. 1937) e n. 100 (4 ago. 1937).

NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: A GREVE DE 1935 E A LUTA PELA EFETIVAÇÃO DA LEI

Entre 1931 e 1937, o Estado criou uma série de leis trabalhistas sem que se mostrasse efetivamente capaz de assegurar sua implementação ou sua disposição a isso. A busca por assegurar o cumprimento e a generalização de um leque de direitos básicos, contra a resistência empresarial, daria a tônica da primeira crise entre trabalhadores e a política trabalhista varguista.

Os desdobramentos da greve dos padeiros, encerrada em fevereiro de 1934, levaram a um duplo recrudescimento. A FORGS assumia um discurso cada vez mais radical e claramente partidarizado.[42] Já a repressão policial adquiria caráter progressivamente violento. Se os padeiros realizaram seu movimento sem enfrentar prisões e intervenção no seu sindicato, já no segundo semestre de 1934 o quadro era outro. Em setembro, o segundo-secretário do sindicato dos metalúrgicos, o húngaro Millan Knafelz, seria preso e deportado.[43] No mesmo período, ocorria a prisão de uma caravana operária oriunda de Porto Alegre em visita a Santa Maria.

No final de 1934, ocorrem greves por fábrica, como a da empresa Schmeling e Hergfeltz.[44] Em 1935, a atividade grevista se alastrava. Mal os marítimos encerravam sua paralisação

42. A expressão orgânica da partidarização da FORGS é a fundação da Liga Eleitoral Proletária (LEP), criada e mantida pela federação para concorrer às eleições de 1934, que declara publicamente em seu manifesto seguir a "linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil - seção da I. C.". Cf. Sílvia Regina F. Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho*, p. 405.

43. AGEs n. 52 (14 set. 1934) e n. 53 (28 set. 1934).

44. AGEs n. 52 (14 set. 1934) e n. 55 (26 out. 1934). Houve polêmica pelo fato de a greve ter sido decretada sem conhecimento prévio do sindicato, sendo nomeada uma comissão para negociar com os grevistas.

nacional, os operários em fábricas de tecidos de Porto Alegre lançavam uma plataforma, pleiteando aumento salarial (entre 30% e 50%); salário igual para ambos os sexos; sábado inglês ("trabalhar meio dia e receber o dia inteiro"); cumprimento da lei de férias; abolição dos serões ("particularmente para os jovens e mulheres"); diversas questões relativas a higiene e condições de trabalho; e regulamentação da aprendizagem.[45] Não sendo atendidos, no mesmo dia (11 de janeiro de 1935) decidiam paralisar o trabalho.

Os empresários alegavam a existência da legislação social para justificar sua recusa ao diálogo direto com os grevistas. Já a FORGS argumentava que não se entenderia com "terceiros" (a IRT), seguindo conselho dos próprios patrões, que sempre haviam condenado a presença de intermediários nas negociações.[46]

A grande limitação do movimento têxtil foi não conseguir a adesão da maior indústria do ramo, a Renner.[47] Era a partir dessa base, e contando com a adesão do ex-dirigente da FORGS, Roman Martirena, que o inspetor regional do Trabalho, Ernani de Oliveira, buscava convencer os trabalhadores da inutilidade da greve e da necessidade de fundar um novo sindicato, já que o atual se encontrava tomado por "elementos extremistas".[48]

45. *Correio do Povo,* 12 jan. 1935, *apud:* Sílvia Regina F. Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho*, pp. 416-418. Esta pauta dos têxteis, outro sindicato sob hegemonia comunista no período, ajuda a contestar a tese do afastamento da ação sindical do PCB em relação às reivindicações do cotidiano fabril.

46. *Correio do Povo*, 13 e 15 jan. 1935, *apud:* Sílvia Regina F. Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho*, pp. 418-422.

47. Dirigida pela principal liderança empresarial do estado no período, A. J. Renner, a empresa se notabilizou como modelo de uma postura avançada no oferecimento de assistência e serviços aos seus operários. Eloy Martins destaca o fato de que a indústria possuía "até um banco para colocar o dinheiro do trabalhador". Entrevista ao autor em 17 jan. 1992.

48. *Correio do Povo*, 13 jan. 1935, *apud:* Sílvia Regina F. Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho*, pp. 418-422.

A imprensa ofereceu sua colaboração à versão de que os operários estariam sendo arrastados à greve contra a sua vontade, narrando casos como a da operária Eva Lourenço da Silva. Após argumentar com um grupo de grevistas que "era pobre, tinha que sustentar a mãe que é viúva, e por isso voltara ao trabalho", Eva teria escapado de ser esbordoada pela colega Flora Popp apenas ao reagir utilizando a tesoura que portava consigo.[49] A ideia da greve "artificial", conduzida por "agitadores", servia para justificar a feroz repressão arquitetada por empresários e governo.

Foi nesse contexto que, atendendo aos apelos dos têxteis à solidariedade das demais categorias, os metalúrgicos declararam-se em greve em 16 de janeiro de 1935. A orientação da FORGS era no sentido do desencadeamento de uma greve geral no estado, havendo um processo de preparação por parte de mineiros, ferroviários, gráficos da Livraria do Globo e transviários (trabalhadores no serviço de bondes). Nos setores de transportes, capazes de influir na paralisação da cidade e do estado, o PCB possuía suas células mais organizadas.[50]

Enquanto os jornais alardeavam o iminente retorno ao trabalho nas fábricas de tecidos (noticiado desde que a greve se iniciara), os metalúrgicos desencadeavam seu movimento. A tática adotada era a de um arrastão, partindo do Estaleiro Alcaraz (situado na ilha do Chico Inglês, em meio ao

49. *Correio do Povo*, 17 jan. 1935, *apud: Idem,* pp. 426-428.

50. Conforme Eloy Martins. *Um depoimento político*, 59. Cf. também João Batista Marçal. *Primeiras lutas*, p. 41.

rio Guaíba) e seguindo pelas principais fábricas concentradas no bairro Navegantes.[51] Paralisado o estaleiro por volta das 11 horas, os grevistas seguiram rumo à fábrica Berta de fogões (de propriedade do ex-prefeito Alberto Bins), onde foram surpreendidos pela polícia e obrigados a recuar para a sede do sindicato.

Nenhuma outra empresa havia aderido, o que na interpretação de Eloy Martins[52] teria ocorrido devido a dois fatores: a organização dos grupos de fábrica teria sido superestimada e o presidente eleito do sindicato dos metalúrgicos, José Baldelino Lemes, estaria de fato ligado à polícia e teria sabotado o movimento.[53] Surpreendida pelo vazamento de informações e sem a adesão esperada, a greve efetivou-se de modo apenas parcial. Aderiram 60% dos operários das indústrias Alcaraz & Cia e Só & Cia, parcela não especificada dos empregados das empresas Micheletto e Geral de Indústrias e a totalidade dos operários do estaleiro Martellet & Irmãos. Não houve paralisação nas importantes empresas Berta, Wallig, José M. Becker e Mabilde.[54]

A gravidade das represálias podia ser pressentida na recusa do inspetor regional do Trabalho em revelar à imprensa as deliberações adotadas a portas fechadas entre empresários do setor metalúrgico, polícia e Interventoria do estado no segundo dia da greve.[55] No dia seguinte, o primeiro-secretário do PCB no estado, dr. Mário Couto, era assassinado

51. Sobre a constituição dos bairros Navegantes e São João como a grande concentração operária de Porto Alegre na primeira metade deste século, cf. Alexandre Fortes. "Classe, comunidade e participação política: o Distrito Industrial de Porto Alegre (1920-1954)", comunicação apresentada na IV Brazilian Studies Association Conference (Washington, D.C.), 12 a 15 de novembro de 1997.

52. Eloy Martins, dirigente sindical metalúrgico e militante do PCB por mais de 55 anos, constitui-se, por meio de suas memórias publicadas e das entrevistas concedidas a diversos pesquisadores, em uma das principais referências para o conhecimento da organização operária do período no Rio Grande do Sul.

53. O referido relato baseia-se fundamentalmente em Eloy Martins. *Um depoimento político*, p. 59. Em função de sua atuação durante a greve, Baldelino foi afastado da presidência do sindicato em março do mesmo ano, assim que as atividades da entidade foram retomadas (Cf. AGE n. 60, 1º mar. 1935), sendo, entretanto, reeleito como vice na assembleia seguinte. A partir daí, as atas registram sua atuação propondo o fechamento da FORGS e colaborando com a DOPS e com a IRT ao longo de todo o Estado Novo, quando voltou à presidência da entidade.

54. *Correio do Povo*, 19 jan. 1935, *apud*: Silvia Regina F. Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho*, pp. 431-434.

55. *Correio do Povo*, 17 jan. 1935, *apud*: *Idem*, pp. 426-428.

numa emboscada policial à plena luz do dia, no centro da cidade.[56] O episódio foi a senha para o desencadeamento de uma série de prisões arbitrárias, como a de 13 operários que se encontravam no interior da sede da FORGS quando esta foi fechada, e outras efetuadas nos bairros afetados pelas greves, a partir do patrulhamento ostensivo realizado pela Brigada Militar.[57] Em 22 de janeiro, o movimento estava encerrado sem que nenhuma das reivindicações tivesse sido atendida.[58]

Após a greve, apesar das dificuldades causadas pelo acirramento da repressão e do controle da vida sindical, as tendências pró e anti Vargas conduziam seu enfrentamento em um terreno comum: havia leis e elas não eram cumpridas. Reconhecia-se tanto que a luta era agora travada centralmente no terreno legal quanto que a efetivação dos direitos teria de superar a resistência patronal. As divergências se davam sobre o grau de autonomia da ação dos trabalhadores na defesa dos seus interesses. O comunista Eloy Martins marcava posição no sindicato sob intervenção, discursando que quando não havia leis os trabalhadores se entendiam melhor, mas aproveitava o diagnóstico sobre a miséria do momento e questionava o inspetor regional do Trabalho, presente no sindicato, sobre a possibilidade de se fazer campanha em prol do salário mínimo. O deputado Carlos Santos, por outro lado, quando afiançava que 1930 trouxera

56. Entre os crimes atribuídos pelos comunistas gaúchos à polícia secreta do governador Flores da Cunha se incluem também o assassinato a machadadas do ex-líder estudantil Waldemar Rippol, o suicídio forjado do jornalista Aparício Cora de Almeida e o aparente envenenamento do gráfico Moarê Martins, dirigente da FORGS e irmão do metalúrgico Eloy Martins. Cf. Eloy Martins. *Um depoimento político,* pp. 61-64; João Batista Marçal. *Comunistas gaúchos: A vida de 31 militantes da classe operária.* Porto Alegre: Tchê!, 1986, pp. 39-43.

57. Cf. João Batista Marçal. *Comunistas gaúchos*; Eloy Martins. *Um depoimento político*. Também *Correio do Povo*, 19 jan. 1935, *apud:* Silvia Regina F. Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho*, pp. 431-434.

58. *Correio do Povo*, 22 jan. 1935, *apud:* Silvia Regina F. Petersen e Maria Elizabeth Lucas (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho*, pp. 436-437.

vantagens para os trabalhadores, era forçado a reconhecer que os patrões não queriam cumprir as leis e a solicitar aos sindicalizados que fizessem "força para ajudar".[59]

Avançava também a busca por converter o sindicato em intermediário nas relações capital-trabalho, com a vinculação do gozo das férias e do encaminhamento de reclamações às Juntas de Conciliação e Julgamento à necessidade de sindicalização.[60] Enquanto os sindicalizados outorgavam às entidades poderes para gerir os benefícios que a lei lhes facultava, os patrões dirigiam-se a elas cobrando a conduta dos associados no trabalho e justificando suas atitudes no cumprimento ou não da lei. Em junho de 1935, um associado solicitou informações sobre seu pedido de férias. O vice-presidente esclareceu que a IRT concedera ao trabalhador apenas cinco dias, atendendo à alegação de que ele não tinha hora para entrar no serviço, "tomava chimarrão com o dono" e, enfim, era "quase como um sócio" da firma. O sindicato decidiu ir à Inspetoria para tentar resolver a "questão", mas também escolheu uma comissão para verificar com o "companheiro" se a empresa dizia mesmo a verdade.[61]

As atas das assembleias estão recheadas de referências às orientações governamentais sobre a "justa" interpretação da Lei de Férias e as formalidades necessárias ao exercício desse direito. Muitos processos de associados que enfrentavam o "desprestígio" e a "má vontade" dos empresários

59. AGEs n. 76 (4 out. 1935) e n. 81 (13 dez. 1935).

60. A esse respeito, ver Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*, pp. 90-95.

61. AGEs n. 68 (14 jun. 1935) e n. 69 (s.d.).

para com aquela lei foram encaminhados à IRT, e ao menos uma greve de fábrica foi motivada pela concessão de férias apenas para alguns trabalhadores.[62] Entretanto, a legitimação do exercício de um direito básico como esse passava por mediações bastante complexas. Ao tentar descaracterizar o vínculo empregatício (o trabalhador era "quase um sócio"), o empresariado identificava a letra fria da lei com a quebra de uma suposta reciprocidade nas relações de trabalho. A reação sindical era também sensível a um argumento dessa natureza. Em vez de considerar o direito às férias integrais como um dado, escolhia-se uma comissão para verificar se era "verdade" o que dizia a empresa.

De fato, o enfrentamento desse tipo de situação tocava em algo muito caro aos operários organizados: seu orgulho profissional. A cultura sindical do período pautava-se por uma ética de trabalho marcada pela observância de horários, produtividade, sobriedade, linguagem e comportamento respeitosos em relação a colegas e empregadores. Essa postura era considerada condição prévia para o exercício de um papel reivindicatório.[63] O sindicalista Nery Zamora, por exemplo, fazia numa assembleia geral uma ardente defesa da "disciplina" nas fábricas e da necessidade de evitar "divergências" com os patrões, mas voltava a se pronunciar depois de dois meses para destacar que "a Inspetoria Regional do Trabalho foi criada apenas para tapear os trabalhadores" e que "sem luta nada se conquista".[64]

62. AGEs n. 42 (20 abr. 1934), n. 65 (26 abr. 1935), n. 73 (9 ago. 1935), n. 81 (13 dez. 1935) e n. 91 (12 nov. 1936).

63. Outro ponto de vista, que considera esta defesa da disciplina uma decorrência da hegemonia do PCB no movimento operário, é defendido por Kazumi Munakata. *A legislação trabalhista no Brasil*, pp. 49-51.

64. AGEs n. 73 (9 ago. 1935) e n. 77 (18 out. 1935).

O sindicato era cobrado e se sentia responsável pela atitude profissional dos seus associados.[65] Buscava, então, afirmar-se a partir do reconhecimento da capacidade e da seriedade da categoria, somado a um intenso trabalho de organização de base. O exercício do poder de negociação assim obtido se manifestaria nas convenções coletivas de trabalho, como a negociada com a empresa Cipriano Micheletto. Três propostas patronais relativas à questão das horas extras foram rejeitadas pela assembleia. Inicialmente, o proposto era 25% de pagamento suplementar, acrescido posteriormente de 100% quando o trabalho extraordinário excedesse a duas horas. Apesar de haver acordo sobre os percentuais, a terceira versão da convenção, mesmo assim, não foi aceita, por manter a obrigatoriedade da realização do serão, caso o patrão o desejasse. Não se sabe em que termos a negociação foi concluída, mas há o registro do controle posterior sobre o cumprimento da convenção.[66]

Embora registrando avanços no seu reconhecimento como interlocutor na negociação com o empresariado, a ação do sindicato foi tolhida no período pelo desenvolvimento dos mecanismos de controle estatais. As entidades envolvidas na greve foram fechadas por quase dois meses e, quando uma assembleia voltava a ser realizada entre os metalúrgicos, ela era aberta com a leitura de uma autorização da 3ª Delegacia de Polícia. A partir daí, portanto, vários meses antes do levante da ANL, a presença policial nas assembleias e as prisões

65. Na AGE n. 86 (6 mar. 1936), por exemplo, uma construtora pede certificado de conduta de um sindicalizado e na AGE n. 86 (6 mar. 1936) uma firma remete ofício ao sindicato condenando outro por abandonar o emprego. Na AGE n. 90 (21 ago. 1936) decide-se pela expulsão do associado Osvaldo Rocha por ter praticado atos desabonadores à empresa Micheletto.

66. AGEs n. 83 (29 fev. 1936), n. 84 (7 fev. 1936), n. 88 (18 mar. 1936) e n. 90 (21 ago. 1936).

de líderes operários viriam a fazer parte do cotidiano da entidade, prenunciando a ditadura do Estado Novo e dando novo teor à disputa interna, que passava a se situar em grande medida entre colaboradores e vítimas em potencial da ação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

REPRESSÃO, ESVAZIAMENTO E REARTICULAÇÃO: O ESTADO NOVO DO PREÂMBULO AOS ESTERTORES

A intervenção direta das agências do Estado a partir da greve de 1935 se deu progressivamente. Se durante a greve as sessões só se realizavam com autorização policial (prática que posteriormente será recorrente), havia ainda a ressalva de que, passado o movimento, a entidade voltaria a funcionar livremente.[67] Num segundo momento, era o próprio inspetor do trabalho quem passava a estar presente e a presidir os trabalhos.[68]

A caça às bruxas se explicitava, como no ofício remetido ao chefe de Polícia do estado comunicando a expulsão do "agitador comunista" Nery Zamora, complementado pela indicação de que o sindicato estaria pronto a colaborar denunciando casos semelhantes. Em março de 1937, sob a alegação de evitar acefalia iminente, foi nomeada uma junta governativa que se manteria até ser obtido número legal de votantes para a realização de uma eleição. Procurando legitimar as

67. Nas AGEs n. 60 (1 mar. 1935), n. 90 (21 ago. 1936), n. 91 (12 nov. 1936) e n. 92 (20 nov. 1936), a assembleia só se inicia depois de lida a autorização da polícia, que também solicita uma relação completa da diretoria e dos associados do sindicato. Já nas AGEs n. 79 (22 nov. 1935), n. 81 (13 dez. 1935) e n. 82 (24 jan. 1936) são denunciadas prisões arbitrárias de militantes e a conivência do inspetor do Trabalho e do deputado classista Carlos Santos com a ação da polícia.

68. AGEs n. 81 (13 dez. 1935), n. 85 (21 fev. 1936), n. 94 (4 fev. 1937), n. 97 (9 abr. 1937), n. 99 (s.d.).

intervenções em bases administrativas, era realizada uma auditoria que diagnosticaria o "desconhecimento de contabilidade e administração" por parte dos sindicalistas.[69]

Entre 1934 e 1937, foi evitada a presença policial direta no interior da entidade, embora obviamente a atuação da IRT estivesse articulada com os organismos de repressão propriamente ditos. Mas o papel de mediação de figuras ligadas à área trabalhista, como o inspetor regional do Trabalho e o deputado classista Carlos Santos, amenizava as intervenções, buscando legitimá-las apenas a partir da legislação referente ao funcionamento do sindicato e às prerrogativas do Estado face a este.

O golpe do Estado Novo marcaria um momento qualitativamente diferenciado nas práticas de intervenção e controle sobre a ação sindical, ao dar tratamento criminal aos desvios da atuação que a lei passava a prescrever de maneira cada vez mais minuciosa. Houve dois marcos significativos desse novo momento no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. O primeiro foi o lacre efetuado em 19 de novembro de 1937 nas folhas referentes às assembleias do período anterior, não sem antes sublinhar os nomes ou fatos "suspeitos" com um lápis vermelho. O segundo, a presença do próprio representante do DOPS, delegado Plínio Brasil Milano, presidindo os trabalhos de uma assembleia.[70]

69. AGEs n. 90 (21 ago. 1936), n. 95 (5 mar. 1937), n. 99 (2 jul. 1937) e n. 99 (s.d., numeração repetida).

70. AGE n. 104 (18 fev. 1938). A principal avenida que corta o conjunto habitacional do Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Industriários (IAPI) em Porto Alegre foi posteriormente batizada com o nome do delegado em questão. Para o papel de Milano na estruturação da polícia política gaúcha e sua formação na academia do FBI em Washington, cf. Martha K. Huggins. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina.* São Paulo: Cortez, 1998, p. 76. Agradecemos esta referência a Antonio Luigi Negro.

O funcionamento do sindicato durante o Estado Novo perdeu qualquer vínculo com as lutas dos trabalhadores. Na ausência de ação reivindicativa ou debate político, as sessões se dividiam em solenidades (como por exemplo o aniversário do sindicato, inauguração de foto de Getúlio Vargas) e palestras. Nestas, observam-se similaridades entre o tratamento da questão da saúde e dos direitos trabalhistas. Nos dois casos, o sindicato abria espaço agora para que especialistas (médicos, advogados, funcionários da IRT, sindicalistas de outras categorias, entre outros) fossem explicar à categoria como agir. De um lado, a forma mais "eficaz" de assegurar seus direitos; de outro, a prevenção de problemas de saúde (tuberculose, lepra, sífilis e "aborto criminoso").[71]

As discussões relativas ao encaminhamento das ações trabalhistas deixavam de ser levadas às assembleias, tornando-se um assunto tratado apenas entre o advogado do sindicato e o trabalhador que ingressava com uma reclamatória, enquanto no momento anterior seu debate coletivo era fundamental na constituição da cultura política dos direitos entre os trabalhadores.

Paralelamente, ocorria um esvaziamento da participação em assembleias e mesmo um decréscimo substancial nos índices de sindicalização.[72] O quadro de letargia não se reverteria de imediato nem mesmo com o imposto sindical, que

71. Cf. AGES n. 125 (6 out. 1939) sobre a palestra sobre o "o melhor modo" de encaminhar as reclamações trabalhistas e o relato de operários ludibriados por entregar este encaminhamento a "individuais" e n. 129 (5 fev. 1940), de onde consta a palestra sobre as referidas doenças.

72. Após chegar ao patamar mínimo de 59 sócios quites em fevereiro de 1942, na ata n. 8 (numeração nova) de 14 ago. 1942, saúda-se o "crescente número de sócios" (possivelmente em virtude da ampliação da assistência), mas um grande salto se dá realmente em meio às greves de 1945, quando em um curto período triplicam as matrículas. Cf. AGE n. 26 (nova numeração, 16 nov. 1945).

possibilitou tanto uma diversificação dos serviços assistenciais como um aumento no número de profissionais contratados. Em 1941 não ocorreria nenhuma assembleia e, entre 1943 e 1944, apenas cinco se realizariam, contra uma média de 22 por ano em 1933-34 e de 12 por ano entre 1935 e 1939.

Diante desse cenário, é espantosa a retomada, em 1945, de diversos componentes que caracterizavam a ação sindical antes de 1937. A onda de greves atingiu o sindicato em abril, e no seu bojo trazia de volta antigas lideranças comunistas que, com exceção do discreto ex-presidente Henrique Venâncio Dionísio, tinham deixado, por motivos óbvios, de frequentar as assembleias. Voltavam à cena os delegados de fábrica, o boletim mensal, a descentralização das tarefas através de comissões, a busca da unidade com outros sindicatos, o debate sobre a liberdade sindical.[73] Após oito anos de feroz ditadura, uma onda grevista reencontrava no sindicato espaço para o desenvolvimento do seu potencial. Este é o testemunho mais eloquente de que, se o Estado Novo viabilizou o atrelamento sindical ao Estado, não acabou com o papel das entidades como cenários da busca de reconstrução da autonomia operária em novas bases.

73. Na AGE n. 21 (21 jun. 1945) é aprovada a edição do boletim mensal e a formação de uma comissão de propaganda e na n. 22 (27 jul. 1945) são criadas as comissões de Defesa Econômica e Pró-Monumento ao Expedicionário, todas com intensa participação dos militantes comunistas.

CONCLUSÃO

O exemplo dos metalúrgicos de Porto Alegre contribui para relativizar diversas teses consagradas sobre a legalização dos sindicatos durante o primeiro governo Vargas. Em primeiro lugar, longe de ser um processo linear, ele foi marcado pela disputa em torno da reapropriação de práticas e discursos operários, empresariais e estatais. Esta interação conflituosa determinava, em distintas conjunturas, o campo de possibilidades para a viabilização do sindicato único, assim como o papel e a relevância que este viria a assumir no processo de recomposição vivenciado pela classe trabalhadora brasileira. Se o Decreto 19.770, de 1931, e a CLT, de 1943, comungam da mesma doutrina corporativa - e no fundamental as medidas legais do primeiro foram ratificadas pela segunda -, no que tange à construção das condições de existência da estrutura sindical oficial não há evolução direta entre esses dois diplomas legais.[74]

A existência desse espaço de interação traz importantes matizes para a análise das relações entre movimento e instituição no período. De um lado, a legalização das entidades significava o reconhecimento pelo Estado da organização coletiva dos trabalhadores e das suas reivindicações por direitos. De outro, abria espaço para o controle estatal sobre estas mesmas organizações.

74. José Albertino Rodrigues. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979, destaca o caráter interativo da implantação da legislação trabalhista. Para uma análise que aponta no mesmo sentido sobre o caso mexicano, ver Kevin J. Middlebrook. *The Paradox of Revolution. Labor, the State, and Authoritarianism in Mexico*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

Em um primeiro momento, houve mais continuidade do que ruptura nos sindicatos reconhecidos de acordo com a lei.[75] A opção pelo registro no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio colocava duas possibilidades. Muitos sindicatos resumiram-se a uma existência legal, sem qualquer atuação efetiva. Para aqueles, porém, que buscaram se afirmar como instrumentos de organização operária dentro da institucionalidade vigente, desafios anteriores ganharam nova intensidade. Merecem destaque os problemas da organização no local de trabalho, da sustentação financeira, da regularidade de funcionamento e do seu reconhecimento como interlocutores ante os patrões. Até 1937, muitas entidades estruturaram um *modus operandi* que, mesmo não resolvendo estas questões em definitivo, forneceu diretrizes para o seu enfrentamento.

É nesse contexto que a atuação das diferentes correntes políticas no interior do movimento operário deve ser situada. Tomemos os comunistas como exemplo devido ao seu papel de destaque no período. É inegável que a estrutura central do PCB estava sofrendo um processo de burocratização, que levava à adoção de políticas muitas vezes distantes da experiência operária. Prova disso é o total alijamento da base sindical do partido das opções estratégicas que culminaram no levante de 1935. Porém, vale a pena recordar que em muitos momentos críticos, como no período entre 1937 e 1943, a repressão levou a que a organização comunista sobrevivesse

75. Essa continuidade aparece de forma acentuada em entidades como a União dos Operários Estivadores e o Sindicato dos Padeiros, existentes antes de 1930 e cuja legalização é registrada no mesmo livro de atas que as assembleias anteriores, sem que daí decorram mudanças imediatas no seu funcionamento.

na forma de células de base sem vínculo com a estrutura nacional, o que possibilitava grande margem de autonomia na definição da sua atuação sindical.

Mesmo sob a coordenação da estrutura partidária geral, a militância de base do partido estava longe de aplicar cegamente sua linha sindical sobre uma base amorfa. Ao contrário, os militantes comunistas reelaboravam as orientações partidárias a partir da sua experiência como operários. Para imprimir um direcionamento às entidades, precisavam ter a capacidade de propor alternativas às questões colocadas na sua agenda coletiva, para as quais muitas vezes o partido não tinha respostas preestabelecidas.[76] Seria interessante questionar, por exemplo, se a defesa da centralização e unidade feita pelos sindicalistas comunistas definia-se apenas em função da sua posição ideológica ou se ecoava um redirecionamento de mais longo prazo nas orientações do movimento operário, a partir do momento em que a organização por categoria profissional veio a suplantar a organização por ofício.[77] Por outro lado, quando intervinham na defesa do classismo, da transparência e da autonomia frente ao Estado, sem dúvida os sindicalistas comunistas davam continuidade a uma tradição de auto-organização, em contraponto à cooptação e à repressão. Assim, a consolidação da hegemonia comunista no sindicalismo porto-alegrense, entre 1934 e 1935, imbricou-se com a cobrança da promessa de direitos

76. Para uma análise similar sobre a atuação dos sindicalistas comunistas em outro contexto, ver Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade 1937-1968*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

77. Claudio Henrique de Moraes Batalha. *Le syndicalisme 'amarelo' à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de doutorado. Paris: Universidade de Paris I, 1986, 2 vols.

com que a legislação trabalhista acenava, iniciando-se com a greve dos padeiros e chegando ao seu clímax violentamente abortado no movimento em solidariedade aos têxteis.

Para varrer a influência "subversiva", foi imperativo destruir o modelo de ação sindical vigente na primeira metade da década de 1930, por meio da intervenção das agências do Estado no interior dos sindicatos. Mas as práticas meramente repressivas revelavam-se incapazes de estruturar um funcionamento mais compatível com a doutrina colaboracionista, levando as entidades ao esvaziamento na primeira metade do Estado Novo. O funcionamento regular somente voltaria a ser retomado após duas importantes inovações organizativas. A adoção do imposto sindical viabilizou toda uma gama de novos serviços assistenciais. Paralelamente, dirigentes sindicais de confiança do Estado eram substituídos por funcionários na condução de tarefas para as quais os primeiros não se encontravam capacitados.[78]

Não se está propondo apenas o deslocamento do momento de heteronomia derivado da intervenção estatal de 1930 para 1935-1937. O corporativismo embrionário, tal como expresso na legislação trabalhista e sindical do período 1931-1934, é entendido aqui como uma reação à iniciativa de reorganização interna do sindicalismo e à luta por direitos sociais nos anos 1920. Se num primeiro momento o Estado conquistou a iniciativa e a capacidade de redefinir o terreno dos conflitos

78. Esse processo no interior das entidades ocorre paralelamente à definição de um papel mais ativo na formação de lideranças colaboracionistas e na difusão da legislação trabalhista, analisado por Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988, capítulo VI.

trabalhistas, havia ainda ampla margem de manobra para o movimento operário, que legitimava e ampliava a repercussão de suas lutas, pautadas agora na cobrança da efetivação da legislação.[79] Embora discursivamente permeada pelas noções corporativas de "harmonia social" e atuação "dentro da ordem", a ação sindical condicionava a efetivação dos direitos à organização dos trabalhadores e usava as conquistas de categorias específicas como precedentes para sua generalização, avançando na construção de uma identidade classista.

Esse modelo de organização sindical ao mesmo tempo aceitava e tensionava os limites da legislação, à qual faltavam inicialmente o detalhamento e o aparelhamento para reprimir e controlar com eficiência. Como resposta à radicalização das lutas operárias, a conjuntura de 1934 a 1937 assistiria ao desenvolvimento acelerado desses mecanismos.

O modelo corporativo também se implantou, porém, operando sobre tensões e dificuldades enfrentadas pela prática sindical na construção de organizações representativas e viáveis. Se a despolitização e a burocratização eram riscos já enfrentados pelo movimento operário quando confrontado com esses impasses organizativos, foram a repressão e o controle estatais - e não a hegemonia de qualquer corrente política operária - que criaram os mecanismos que buscaram cristalizá-los como características da própria organização sindical. O conjunto de respostas "técnicas", experimentado

79. Para análises convergentes com este ponto de vista, ver John D. French. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995, 1995, capítulo 2; Ângela Maria Carneiro Araújo. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta.* São Paulo: Edições Sociais, 1998, capítulos 3 e 4.

ao longo das várias levas de intervenção e consagrado na CLT, buscava afastar base e militantes do processo instituinte das entidades. Porém, apesar de tudo, mesmo a longa vigência do Estado Novo não seria capaz de destruir a experiência de apropriação do sindicato oficial como espaço de luta, que voltaria a emergir nas greves de 1945.

É inegável que a construção do sindicato único foi, afinal de contas, um processo em linhas gerais bem-sucedido. De 1931 até o momento, raras e efêmeras têm sido as tentativas de conceber a organização dos trabalhadores sem essa instituição nos seus horizontes. Mesmo quando articuladas por grupos de oposição ou propondo um suposto paralelismo, a própria configuração das categorias profissionais e dos âmbitos geográficos associados ao enquadramento oficial define o campo de possibilidades imaginárias do movimento sindical no Brasil. Porém, a contradição da estrutura sindical desde então tem sido o fato de que ela só serve como fonte de legitimidade para o poder com vitalidade associativa, enquanto tem se demonstrado impossível que a desenvolva sem se tornar o catalisador de conflitos que a doutrina corporativista pretendeu negar.

A luta do começo da década de 1930 buscou a redefinição do espaço institucional a partir das tradições de solidariedade e organização operárias, legalizando os sindicatos enquanto resistia à intervenção estatal no seu funcionamento.

A história viria a demonstrar que esta experiência deixou raízes tão profundas quanto aquelas do corporativismo na consciência de classe dos trabalhadores brasileiros.

FONTES

Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Porto Alegre, 1933-1945.

A Voz do Trabalhador, publicado pela Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Coleção disponível para consulta no Arquivo Edgar Leueunroth, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta.* São Paulo: Edições Sociais, 1998.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República". *Ciências Sociais Hoje.* São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1990, pp. 117-127.

_____. *Le syndicalisme 'amarelo' à Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de doutorado. Paris: Universidade de Paris I, 1986, 2 vols.

CASTORIADIS, Cornelius. *A experiência do movimento operário.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FORTES, Alexandre. “Como era gostoso meu pão francês: a greve dos padeiros de Porto Alegre (1933-1934)”. *Anos 90,* 7, 1997, pp. 88-124.

_____. “Classe, comunidade e participação política: o Distrito Industrial de Porto Alegre (1920-1954)”, comunicação apresentada na IV Brazilian Studies Association Conference (Washington, D.C.), 12 a 15 de novembro de 1997.

_____. “Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário de Porto Alegre na primeira metade do século XX”. Comunicação apresentada na Latin American Labor History Conference. Durham (EUA), 17 e 18 de abril de 1998.

FRENCH, John D. “Drowning in Laws but Starving (for Justice?): Brazilian Labor Law and the Workers’ Quest to Realize the Imaginary”. *Political Power and Social Theory*, 12, 1998, pp. 181-218.

_____. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio. “Os desafios da autonomia operária: São Bernardo, a (auto)construção de um movimento operário”. *Desvios,* 1, 1982, pp. 10-27.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988

HALL, Michael McDonald. “Corporatism, Fascism, and the Origins of Brazilian Labor Law”. Comunicação apresentada à III Brazilian Studies Association Conference. King’s College, Cambridge (Inglaterra), 1996.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina.* São Paulo: Cortez, 1998.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política.* Campinas: Papirus, 1986.

MARÇAL, João Batista. *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária.* Porto Alegre: Tchê!, 1986.

_____ . *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul: origens do sindicalismo rio-grandense.* Porto Alegre: Livraria do Globo, 1985.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Eloy, *Um depoimento político (55 anos de PCB).* Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1989.

MIDDLEBROOK, Kevin J. *The Paradox of Revolution. Labor, the State, and Authoritarianism in Mexico.* Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995.

MUNAKATA, Kazumi. *A legislação trabalhista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

NEGRI, Toni. *Del obrero-masa al obrero-social.* Barcelona: Anagrama, 1980.

PAOLI, Maria Célia. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço, e classe na história operária brasileira". *In:* LOPES, José Sérgio Leite (org.).

_____ . *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.* Rio de Janeiro: Universidade Federal de Rio de Janeiro/Museu Nacional/Marco Zero, 1988, pp. 53-101.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz e LUCAS, Maria Elizabeth (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937).* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato* e *desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968.* São Paulo/ Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* Vol. I: *A árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História).

TRONCA Ítalo. *1930: A dominação oculta.* São Paulo: Brasiliense, 1988.

TRONTI, Mario. *Operários e capital.* Porto: Afrontamento, 1976.

2

DIREITOS, POLÍTICA E TRABALHO NO PORTO DE SANTOS*

Fernando Teixeira da Silva

INTRODUÇÃO

O golpe de 1964 exerceu extraordinário impacto nos estudos acadêmicos sobre o movimento operário no Brasil. Diversos autores vivenciaram esse acontecimento e seus desdobramentos como uma derrota que frustrou esperanças depositadas no desenvolvimentismo, colocou em crise o projeto nacionalista, obstruiu os movimentos pelas "reformas de base" e o processo de transformação democrática da política e da sociedade brasileira. Grande parte dos estudos procurou inventariar as causas da suposta heteronomia da classe operária no Brasil, o que significava tentar compreender os motivos que a teriam levado a mostrar-se pouco eficaz na definição de perspectivas autônomas em sua luta contra outras classes e contra o Estado. Tratava-se, assim, de investigar os fatores que revelariam a sua inabilidade em criar estratégias próprias e independentes daquelas engendradas e sustentadas por outros atores sociais.

Foram muitos os caminhos trilhados para explicar as oscilações do regime político entre populismo e autoritarismo, mas todos parecem convergir para um único ponto: o "fracasso" da esquerda e, por derivação, da classe trabalhadora estava predeterminado pelas características da sociedade e pelo jogo político populista desde 1945. Nessa linha de interpretação, a fragilidade da democracia e das classes sociais

* Este capítulo é parte de um estudo mais extenso que resultou no livro Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968.* São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995. É também um desdobramento da comunicação "Cultura dos Direitos, Organização de Trabalho e Populismo", apresentada no IV Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (Washington, novembro de 1997), e do texto "Comunidade Portuária, Cultura e Paternalismo (Santos, 1945-1968)", discutido na conferência intitulada Rethinking Brazilian Labor History, organizada por Duke-UNC Working Group on Latin American Labor and Politics (Duke University), em novembro de 1997. Agradecimentos a Antonio Luigi Negro e Alexandre Fortes pelos comentários criteriosos sobre versões anteriores a este texto.

era o enorme preço a pagar pela forte interferência do Estado na esfera da sociedade civil. Prova flagrante da subordinação dos trabalhadores ao populismo, ao qual teria atrelado seu próprio destino, era o abismo em que ambos foram lançados em 1964. No instante em que o governo João Goulart caiu, falharam aqueles que, segundo se esperava, seriam seu maior aliado: os trabalhadores urbanos.

A representação da classe operária era a de um falso poder, um "gigante com pés de barro". Assim, os acontecimentos de 1964 balizam e ordenam boa parte das análises, tornando-se uma força capaz de imantar todas as experiências anteriores e organizá-las a partir de um suposto fim embutido no processo histórico. O período precedente ao golpe militar tornou-se inteligível em seu movimento crepuscular, ou seja, no assim chamado "colapso do populismo".

A "TEORIA CUPULISTA" DE COOPTAÇÃO E MANIPULAÇÃO DE CLASSE

As razões da imputada fragilidade dos trabalhadores urbanos e de sua correlata incapacidade de agir como força política autônoma foram procuradas a partir de um leque relativamente amplo de possibilidades teóricas, conceituais e empíricas. Entretanto, este texto pretende dialogar com uma abordagem específica, cuja ênfase está nas orientações ideológicas e opções políticas de determinados grupos envolvidos estreitamente no movimento operário e sindical.

Francisco Weffort foi, seguramente, o pioneiro na formulação dessa análise e talvez o primeiro crítico mais contundente a certos modelos interpretativos, tais como a "teoria da modernização" e a "teoria da dependência" que prefixaram as possibilidades de ação do movimento operário a partir das determinações ou dos "automatismos estruturais" da sociedade brasileira. Weffort deslocou o foco de análise: a ênfase conferida ao econômico e às categorias culturalistas abriu espaço para o lugar do político, definido como possibilidades abertas e constituído por embates sociais em conjunturas determinadas.[1] Uma de suas originalidades foi ter ido ao encontro dos trabalhadores nos sindicatos: um *locus* político por excelência e pleno de orientações ideológicas. Apesar do caráter "ideologicista" de suas análises, na medida em que "captura" os trabalhadores sobretudo nos canais institucionais que se dispunham a representá-los, a classe operária emerge como sujeito capaz de ação própria, de auto-organização e de fazer escolhas com algum grau de independência política.[2] Em sua análise sobre as greves de Osasco e Contagem em 1968, o autor já assinalava em 1972 que "o movimento operário não pode ser visto apenas como dependente da história da sociedade mas também como sujeito de sua própria história".[3]

Porém, na abordagem de Weffort os trabalhadores aparecem muitas vezes aprisionados no interior da "crítica ao cupulismo", segundo a qual o desempenho dos trabalhadores

1. Francisco Weffort. *Sindicato e política.* Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

2. Cf. Maria Célia Paoli, Eder Sader e Vera da Silva Telles. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História,* 3 n. 6, set. 1983.

3. Francisco Weffort. "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968". *Cadernos CEBRAP,* 5, 1972, p. 10.

dependia fundamentalmente das avaliações e opções políticas de suas lideranças. A ideologia nacionalista, centrada sobretudo no Partido Comunista (PCB), postulava uma política de desenvolvimento autônomo da economia do país e, portanto, independente do capital estrangeiro. Assim, haveria a necessidade de uma aliança entre burguesia doméstica e proletariado. Todavia, com a crescente internacionalização da economia nos "anos JK", parte da burguesia não se mostrava propensa a encaminhar tal aliança nem inclinada aos apelos nacionalistas. A fatia mais "frágil" da burguesia brasileira não parecia capaz de assumir sozinha o ônus do pacto proposto pelos comunistas. As reformas defendidas pelo nacionalismo dependeriam da ação interventora do Estado, de modo que a aliança classe-a-classe passaria a ser triangular. Sob o viés nacionalista de colaboração de classe, a subordinação ao Estado decorreria, paradoxalmente, "da decadência dos 'fatores de progresso' exaltados por aquela ideologia".[4] O pacto proposto ao empresariado nacional teria como consequência o deslocamento irreversível da atuação do sindicalismo de esquerda, na medida em que o setor privado e moderno da economia (indústrias de base e de bens de consumo duráveis) seria preterido em favor das empresas estatais e de serviços públicos. A opção pelos setores menos dinâmicos da industrialização - onde o Estado seria direta ou indiretamente patrão - levaria o movimento sindical a reforçar sua própria institucionalização no interior do Estado.

4. *Idem, Sindicato e política,* pp. iv-7.

Tal orientação seria desastrosa e irremediável porque, no momento em que o parque industrial passava a se modernizar, o sindicalismo nacionalista concentraria sua atuação nos setores produtivos mais atrasados. Mesmo decadentes, estes ainda pareciam permeados por uma maior tradição operária no campo organizativo e se adequariam melhor à estrutura do sindicalismo oficial. Essa adequação seria o resultado de seu pequeno avanço tecnológico e do descompasso empresarial no terreno das políticas organizacionais de gestão da mão de obra. Segundo Maria Hermínia de Almeida, questões atinentes às condições de trabalho e ao cumprimento das leis trabalhistas poderiam emergir com maior frequência nos "setores atrasados", enquanto nos mais dinâmicos a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) se revelaria pouco eficaz para resolver problemas relativos à modernização produtiva.[5]

Para Weffort, a consequência da dualidade setores moderno/tradicional da economia teria sido o afastamento do movimento sindical nacionalista das bases da classe trabalhadora, sobretudo nas "indústrias de ponta". Embora sua atuação fosse mais acentuada nos setores públicos e "tradicionais", o "sindicalismo de cúpula" não teria orientado suas atividades para a organização dos trabalhadores nas empresas, opção que seria o "único fundamento sólido de qualquer perspectiva de reorganização de conjunto do movimento operário em um sentido democrático e independente".[6]

5. Maria Hermínia de Almeida. "O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas". *Revista Debate e Crítica,* 6, jul. 1975.

6. Francisco Weffort. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945-1964)". *Revista de Cultura Contemporânea,* 2, 1978, p. 3.

A ação cupulista trataria, fundamentalmente, de "politizar" o movimento sindical, engajando-o em movimentos que ultrapassariam os temas mais estritamente vinculados aos problemas vividos pelos operários nas fábricas. Tal politização do movimento operário e sindical alcançaria seu ponto mais agudo nas campanhas pelas reformas de base durante o governo João Goulart. Assim,

> *"subordinado a estes objetivos políticos, as reivindicações econômicas passaram a constituir para o movimento sindical um aspecto secundário de suas atividades. Tanto assim que o período Goulart, com toda a intensidade da ação sindical existente à época, é também o período de menor eficácia do movimento sindical no plano das reivindicações econômicas e de deterioração permanente dos salários".*[7]

As principais instituições responsáveis por tal "politização" sindical seriam as chamadas organizações de "cúpula" ou "paralelas" à estrutura sindical corporativista. Fórum Sindical de Debates de Santos (FSD), Pacto de Unidade e Ação (PUA) e Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) eram entidades intersindicais que reuniam horizontalmente diferentes categorias profissionais, e não apenas trabalhadores de um mesmo ramo produtivo, conforme era o caso das federações e confederações. Entretanto, as organizações paralelas não teriam representado uma alternativa oposta ao

7. *Idem, Sindicato e política,* pp. iv-33- 34.

corporativismo sindical; estariam, ao contrário, a serviço dos objetivos para os quais foi criada a estrutura sindical: aproximar os trabalhadores do Estado. A maior evidência do papel desempenhado pelas intersindicais estaria no abandono de sua atuação junto aos "interesses imediatos" dos trabalhadores e em sua estreita vinculação com o governo janguista, conforme um plano de reformas nacionalistas que encontrava sua principal âncora no Estado. Assim, o arremate das estreitas relações do sindicalismo com o governo seria obra das cúpulas nacionalistas que, ao direcionar o potencial operário para a chamada "grande política", teriam se deslocado do plano das reivindicações, distanciando-se das aspirações da classe trabalhadora, ou seja, de sua principal base.

Algumas dessas concepções permaneceram mesmo em estudos posteriores que, sob o impacto das greves de 1978-79 de São Paulo e do ABC paulista, criticaram as teses da heteronomia operária. Tais movimentos pareciam anunciar que os trabalhadores sepultariam antigos modelos políticos e organizativos, obstruiriam a ação de lideranças afastadas de seu cotidiano e destruiriam de uma vez por todas a crença em um Estado e em uma legislação pretensamente protetores da classe operária. Sob o signo do novo e sobre as cinzas de um velho sindicalismo, os trabalhadores resgatavam e reconstruíam um poder autônomo, articulando os conflitos

fabris em espaços que ultrapassavam as instituições sindicais. A repercussão dos significados dessas greves nos trabalhos acadêmicos foi quase imediata.[8]

Vários estudos voltaram-se para a Primeira República e analisaram as estratégias de recusa dos anarquistas em relação ao Estado, partidos políticos, sindicatos burocratizados, dispositivos jurídicos e diferentes formas de gestão empresarial das relações de trabalho. As experiências operárias nas primeiras décadas do século pareciam recompor a imagem da perdida autonomia dos trabalhadores, guardando semelhanças com os movimentos grevistas do final da década de 1970 e, portanto, completamente avessa àquela imagem de subordinação que teria marcado o movimento operário no pós-1930.

Autores e categorias analíticas que privilegiavam a classe operária como um sujeito autônomo pareciam se adequar perfeitamente às análises sobre a história dos trabalhadores na Primeira República. Por outro lado, o período de 1930 a 1964 permanecia como um longo interregno de estratégias clientelistas de cooptação de classe e ligações antidemo-cráticas entre lideranças sindicais e bases operárias. A história dos trabalhadores mantinha-se reduzida a categorias consagradas: populismo, controle e cooptação a partir de mecanismos jurídicos e legislativos, corporativismo sindical e manipulação das ideologias de esquerda.

8. Podemos citar, entre outros, Kazumi Munakata. "O lugar do movimento operário". *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo.* São Paulo: ANPUH-Unesp, 1980; Amnéris Maroni. *A estratégia da recusa.* São Paulo: Brasiliense, 1982; John Humphrey. "Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento operário". *Estudos CEBRAP,* 23, 1979; Ricardo Antunes. "Por um novo sindicalismo". *Cadernos de Debate,* 7, 1980.

Estado e partidos políticos constituiriam instituições "sintetizadoras" e "registros unificadores" que ordenavam a diversidade dos movimentos sociais.[9] Mais mencionado do que pesquisado, aquele período era a encarnação de um velho sindicalismo que o novo trataria de sepultar.

Trabalhos relativamente recentes têm questionado cada vez mais o peso das teses da cooptação estatal e da manipulação cupulista das bases operárias pelas lideranças sindicais. Alguns estudos têm retocado o retrato de uma onipotente "máquina vermelha" que, em vez de liderar, teria dominado e controlado os trabalhadores; supostamente incapaz de ter seu radicalismo abraçado pelas bases, ver-se-ia muitas vezes forçada a funcionar secretamente, violando as regras da democracia sindical.[10]

A disciplina e a enorme potencialidade auto-organizativa de grupos de esquerda foram importantes fatores para a criação de sólidos suportes para sua militância e legitimidade. No entanto, esgarçar esse aspecto ao limite poderia levar mais uma vez à caricatura da onipotência do sindicalismo nacionalista. Sua eficiência em arrancar benefícios sociais e materiais para os trabalhadores, por meio da habilidade de negociar e barganhar direitos, também é uma dimensão relevante na estratégia de ampliar suas bases de sustentação. Mas é preciso ultrapassar esse terreno das explicações

9. Cf. Éder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980.* São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 198.

10. Um bom exemplo de revisão dessa imagem encontra-se em Hélio da Costa. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.* São Paulo: Scritta, 1995.

sobre a formação das lealdades ideológicas e associativas, investigando os substratos extraeconômicos do sucesso de certas lideranças.

Com o objetivo de dialogar com as teses da cooptação estatal e do cupulismo sindical, escolheu-se reduzir a escala de observação a fim de repensar questões apresentadas em escalas mais ampliadas e totalizantes, analisando as características de uma parcela dos trabalhadores do porto de Santos. O espectro de grande parte das interpretações é certamente mais abrangente do que um "estudo de caso". Todavia, a experiência dos portuários santistas incidia no conjunto do movimento operário local, e sua história enredava-se estreitamente à história social do país, sobretudo em conjunturas de crise político-institucional. Além disso, a investigação microanalítica presta-se a propósitos experimentais em que a observação intensiva pode revelar aspectos não observados por "suposições e estruturas consideradas *a priori*".[11] Por fim, os trabalhadores dos setores público-estatais aparecem nas "teses do cupulismo" como categorias emblemáticas das contradições do sindicalismo pré-1964.

11. Giovani Levi. "Sobre a micro história". *In:* Peter Burke (org.). *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 139.

DA CIVILIZAÇÃO PATRONAL À POLITIZAÇÃO TRABALHISTA

Leôncio Martins Rodrigues afirmou que, "considerando a trajetória do sindicalismo brasileiro nos anos que vão de 1930 a 1964, percebe-se que sua evolução foi amplamente

decorrente de fatores externos à própria classe operária e às suas relações com o patronato".[12] Nesse diapasão analítico, suas conquistas teriam sido artificiais, reforçariam um corporativismo sustentado pela benevolência do governo e intermediado pelas lideranças nacionalistas. Nas empresas do setor público as evidências dessa artificialidade seriam irrefutáveis, considerando-se as reivindicações e greves que faziam parte do plano de "politização" sindical. Luís Carlos Prestes observou que as greves nos primeiros anos da década de 1960 ocorriam quase que tão-somente nas empresas estatais "porque Jango pagava os dias parados".[13]

Os portuários de Santos apareciam como importante personagem desse cenário, concentrando um dos maiores potenciais grevistas do país, sob o condão dos dirigentes nacionalistas e o suposto beneplácito incondicional das autoridades governamentais. O porto parou diversas vezes empunhando "bandeiras políticas", exigindo condições institucionais para a implementação das "reformas de base", defendendo outras categorias dentro e fora da cidade, em memoráveis greves de solidariedade e reivindicando melhores condições de vida e trabalho.[14]

Tais movimentos aguçavam o crônico problema de congestionamento de navios. Companhia Docas, agências de navegação, comerciantes, industriais, políticos e imprensa orquestravam em uníssono um discurso que imputava as

12. Leôncio Martins Rodrigues. "Sindicalismo e classe operária, 1930-1964". *In:* Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III: *O Brasil republicano.* Vol. III: *Sociedade e política (1930-1964).* 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 552.

13. *Apud:* Dênis de Moraes. *A esquerda e o golpe de 64.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 264.

14. Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968.* São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995, capítulo 6.

crises portuárias à permissividade irresponsável do governo. Jango estaria interessado em obter a adesão dos portuários e seus líderes, fortemente organizados e atrelados a ele, revelando-se uma clara simbiose de propósitos, entre os quais a instauração de uma "república sindicalista" no país. Mais uma vez, cúpulas sindicais e cooptação estatal eram os protagonistas de uma história na qual os trabalhadores representavam o papel de coadjuvantes em um enredo escrito por outros. Contudo, a realidade era mais complexa. Em que medida podemos afirmar que os portuários, em geral, eram empregados de um Estado-patrão? Até que ponto a "politização" sindical implicou o abandono das questões prementes do cotidiano dos trabalhadores?

Uma característica ambígua dos operários de carga e descarga do porto de Santos constitui uma via de acesso a problemas históricos consagrados.[15] Eles formavam um núcleo estratégico no processo de trabalho portuário e estavam submetidos a um setor público da economia. Entretanto, eram empregados de uma empresa privada, a Companhia Docas de Santos (CDS), mais precisamente uma concessionária do governo federal para explorar e administrar o porto. Essa característica relativiza muito a tese da complacência governamental em relação aos trabalhadores dos setores públicos da economia, pois os doqueiros não estavam livres de punições, demissões e descontos salariais pelos dias parados por motivo de greve.

15. Foram analisados os trabalhadores que operavam "em terra": transporte das mercadorias na faixa do cais, armazéns, depósitos, pátios, vagões e caminhões. Essas atividades eram realizadas por operários genericamente conhecidos como "doqueiros": turmas de carga e descarga dos trabalhadores de armazéns, guindasteiros, motoristas de empilhadeiras, maquinistas e feitores, totalizando cerca de 6 mil trabalhadores ao longo do período pesquisado (1937-1968).

A categoria se mobilizava simultaneamente em duas frentes: contra a empresa e contra os mais diversos órgãos governamentais envolvidos nos transportes portuários que, muitas vezes, adotavam políticas conflitantes diante das demandas dos portuários. Os trabalhadores enfrentavam a tradicional muralha da CDS em ceder às reivindicações de seus empregados e a rígida disciplina nos locais de trabalho, diferindo da situação desfrutada por operários de inúmeros outros portos em diferentes países. Cabe observar rapidamente que, em geral, os portos não apresentam uma administração centralizada de suas variadas e complexas atividades. Sua organização subdivide-se em uma "Babel" de patrões que contratam mão de obra avulsa, ou seja, empregada muitas vezes por um único dia ou mesmo algumas horas em razão da sazonalidade do trabalho. Essa descentralização podia resultar em uma grande pulverização e divisão do campo patronal, favorecendo as lutas operárias, além de dificultar a criação de uma disciplina industrial nos moldes dos clássicos esquemas de gestão dos trabalhadores fabris.[16]

No entanto, amparada pelo governo federal, desde o começo do século XX a Companhia Docas monopolizou todas as atividades internas ao porto, exceto a estivagem e desestivagem de mercadorias no interior dos navios. A Docas criou um corpo permanente de trabalhadores, submetendo-os aos rigores de uma severa disciplina que, em certos aspectos, guardava estreitas semelhanças com os mecanismos de

16. Essa questão é fundamental para a compreensão das relações de trabalho nos portos, mas os objetivos deste texto e a complexidade do problema não permitem um maior aprofundamento no assunto.

controle dos sistemas de fábricas. Serviços árduos e perigosos, longas jornadas de trabalho, baixos salários, pedagogia autoritária dos feitores, mecanismos de punição, sutis diferenciações internas entre os doqueiros por meio de um hierárquico esquadrinhamento espacial do porto foram os principais temas em torno dos quais os trabalhadores se uniram para "civilizar a empresa" e democratizar as oportunidades de trabalho e remuneração.

Na Primeira República, várias e imponentes greves portuárias eram invariavelmente derrotadas diante da forte intransigência da CDS. A empresa sempre reagia com a contratação de centenas ou mesmo milhares de fura-greves e, a partir de rápido contato com as autoridades federais, mobilizava navios de guerra e grande contingente policial para reprimir os grevistas.[17] Mas no pós-1930, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, os doqueiros passariam a acionar o governo federal como um avalista de seus direitos. Se, por um lado, a intervenção do Estado na regulação jurídica do mercado e das relações de trabalho propiciava essa função estatal de avalistas dos direitos, por outro lado, a condição de empresa concessionária impossibilitava a Companhia Docas de fechar acordos sem a mediação e anuência dos órgãos estatais. Negociações salariais e contratos coletivos, que regulamentavam em detalhes as condições de trabalho no porto, exigiam a participação e a chancela governamental.

17. Maria Lucia C. Gitahy. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.* São Paulo/Santos: Editora da Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

Assim, de um lado, os doqueiros e seu sindicato confrontavam uma verdadeira "Bastilha" empresarial. De outro, viam-se obrigados a negociar com o governo, cuja política, ao contrário da tese do Estado-bom patrão, não era "perdulária". Em razão de sua política de contenção tarifária, o Ministério da Viação costumava chocar-se com os propósitos mais flexíveis do Ministério do Trabalho. Assim, os doqueiros e suas lideranças estavam sempre atentos às vicissitudes das orientações governamentais e às alterações da conjuntura política e econômica que interferiam diretamente em suas pautas reivindicativas. Tal situação lhes permitia uma movimentação incessante no interior das instituições do aparelho estatal, tanto por meio das diretorias do sindicato como de comissões de trabalhadores nomeadas em assembleias da categoria. Portanto, a proximidade dos doqueiros em relação ao governo não era necessariamente o resultado de orientações sindicais de atrelamento ao Estado, mas uma condição imposta pela peculiaridade da conformação empresarial da Companhia Docas.

Lideranças trabalhistas encontraram nessa sensibilidade política um terreno fértil para sua atuação, predominando com expressividade no Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos (SOSPS), sobretudo ao longo da década de 1950.[18] Nesse período, começaram a se consolidar alguns objetivos que estavam na origem do trabalhismo: fazer do sindicato uma base da militância política do Partido

18. Do final do Estado Novo a meados de 1947, quando teve início a repressão do governo Dutra ao movimento operário, o sindicato contava com dirigentes petebistas, embora militantes comunistas passassem a alcançar crescente êxito na organização dos trabalhadores e a liderar movimentos grevistas e reivindicativos. Durante a "ditadura Dutra", os comunistas receberam forte apoio dos trabalhadores das docas em sua política de "paralelismo sindical" que atuava fora do e contra o sindicato submetido à intervenção ministerial. Por razões que não podem ser detalhadas aqui, no início dos anos 1950 emergiram sólidas lideranças trabalhistas e, de 1959 a 1964, o sindicalismo nacionalista predominou no SOSPS, contando com dirigentes petebistas e do PCB.

Trabalhista Brasileiro (PTB) e imprimir no partido a marca do trabalhador sindicalizado; transformar os dirigentes sindicais em pilares dessa militância ancorada no Ministério do Trabalho; distribuir entre líderes petebistas a administração de instituições como a Justiça do Trabalho e a Previdência Social; difundir a imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores; competir com o PCB, buscando absorver no interior do PTB os operários sob influência comunista.[19] Passaram a funcionar tardiamente certos princípios do que Angela de Castro Gomes chamou de "invenção do trabalhismo".[20] Formulada em 1942, tratava-se de uma concepção de cidadania em que os trabalhadores deveriam se sindicalizar, conhecer seus direitos, reivindicar por meio de sindicatos e líderes atuantes, para que se sentissem participantes das decisões políticas e manifestassem gratidão ao governo.[21]

Na década de 1950, a sindicalização atingiu 100% da categoria e a atuação petebista no SOSPS foi fundamental para as primeiras conquistas mais sólidas dos doqueiros, garantidas em convenções coletivas de trabalho que visavam "civilizar a Companhia". Diversas vezes, entrou em ação contra a empresa a política de relacionamento direto da direção do sindicato com o presidente da República e o Ministério do Trabalho. Na perspectiva de encontrar condições favoráveis à negociação e com o objetivo de criar um contrapeso ao desproporcional poder da Companhia, as relações

19. Angela de Castro Gomes e Celina d'Araújo. *Getulismo e trabalhismo.* São Paulo: Ática, 1989; Lucília Almeida Neves Delgado. *Do getulismo ao reformismo.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989; Maria Vitória Benevides. *O PTB e o trabalhismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

20. Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo: Vértice, 1988.

21. Desde a sua montagem no Estado Novo, o alcance real da "invenção do trabalhismo" foi muito limitado entre os doqueiros. No imediato pós-guerra, mesmo tendo à frente um presidente petebista, a diretoria do SOSPS não gozou de legitimidade entre os trabalhadores; no plano eleitoral, os comunistas eram imbatíveis, e o PTB ainda estava longe de se tornar uma força no porto e na cidade. Entretanto, o petebista José Gonçalves se tornaria nos anos 1950 o símbolo e a expressão do trabalhismo entre os operários das docas, tendo sido por muito tempo um dos vereadores do PTB mais bem votados na cidade.

entre operários e Estado assumiram novo significado. A aspiração por direitos, a existência de instituições como a Justiça do Trabalho e a intervenção pessoal de autoridades governamentais, assim como do próprio presidente da República, tornaram-se instrumentos eficazes para buscar subordinar o poder privado ao "domínio da lei".

Na ótica dos trabalhadores, pelo fato de exercer, em última instância, o controle da indústria portuária, o governo dispunha de mecanismos jurídicos e coercitivos potencialmente capazes de estabelecer "a justiça", obrigando a empresa a cumprir seus deveres, concedendo aos seus empregados o que lhes seria "de direito". Essa era a função do governo federal no que tange às expectativas e exigências de justiça por parte dos operários. O sindicalismo de viés trabalhista foi, sem dúvida, um instrumento eficaz para exprimir e materializar essa representação jurídico-política do poder; por meio dele, dirigentes sindicais e comissões de trabalhadores podiam entrar em contato direto com as autoridades.

Durante uma greve dos doqueiros em junho de 1955, em que se deparava com a resistência do Ministério da Viação em conceder aumento tarifário à CDS para que essa pudesse aumentar os salários de seus empregados, o petebista e presidente do sindicato, José Gonçalves, experiente em articulações políticas, não tergiversou ao declarar que

> *"se nós não tivermos padrinhos, morreremos pagãos. Em sua gestão também encontrou barreiras no Ministério da Viação, mas ajudados por elementos de fora e por intermédio do presidente da República e políticos influentes, conseguimos demover essas barreiras através de conquistas de nossas reivindicações".*[22]

Tal declaração parece verter água no moinho das análises que enfatizam a cooptação e o clientelismo da política brasileira, pervertendo os limites entre esfera pública e privada. A aplicação da lei e o reconhecimento do direito parecem constituir um privilégio desfrutado pela relação pessoal, esvaziar o sentido público e abstrato da cidadania e anular a impessoalidade que deveria reger a dimensão legal e jurídica das relações entre cidadãos e Estado. Porém, vista por outro ângulo, a conquista dos direitos nos "anos populistas" estava associada a um determinado reconhecimento da dignidade dos trabalhadores.[23] Havia o "privilégio" de conseguir um benefício pelo estreitamento de relações diretas e pessoais entre dirigentes sindicais e governo, o que não implicava necessariamente o esvaziamento da esfera pública. Ao se referir a esse período, a antropóloga Teresa Caldeira observou agudamente que

> *"é necessário considerar que o reconhecimento da dignidade humana não está relacionado apenas ao fato de haver uma relação pessoal.*

22. Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários de Santos". Ata da Assembleia Geral Extraordinária, 21 jun. 1955. A partir de agora, as referências às atas dessas assembleias passarão a ser abreviadas da seguinte forma: SOSPS. AGE.

23. Sobre a "percepção política popular" em torno de Vargas como um governo que tratava os trabalhadores com consideração e respeito, cf. Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 78.

> *Ao ser dada 'voz ao povo' pelos políticos populistas, de fato reconheceu-se a dignidade de cidadãos que podiam dizer o que sentiam e o que pensavam. Há, em suma, dois aspectos: de um lado, a relação pessoal em que se exerce o direito; de outro, o contexto político em que foi criado o mesmo direito - em ambos a dignidade é reconhecida. Os dois lados convivem, e o fato de haver a relação pessoal não implica anular a dimensão política e coletiva da questão. O reconhecimento do povo como ator político é importante não apenas do ponto de vista dos indivíduos, mas serve como divisor de águas no reconhecimento de toda a categoria de trabalhadores."*[24]

Assim, os dirigentes sindicais se dirigiam à Presidência da República ou ao Ministério do Trabalho visando a concretização de uma reivindicação ou a manutenção de um direito; os encontros pareciam ser em geral amistosos, reinava uma atmosfera de cordialidade e muitas vezes as lideranças e comissões saíam não apenas com a satisfação de terem sido tratadas com dignidade, mas também com um acordo firmado e afiançado pela assinatura do ministro ou do presidente. Não resta dúvida de que tais relações faziam parte de uma "estratégia populista" de ampliar as bases de sustentação do governo ao transformar promessas e expectativas em procedimentos legais, "desmistificando a figura da

24. Teresa Caldeira. *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 237.

autoridade, aproximando-a do povo e colocando-a à altura de sua mão".[25] Todavia, a hegemonia de classe, fundada em grande medida em uma lógica simbólica paternalista, alicerçada em atos jurídicos, não significou paralisia dos conflitos sociais ou uma política consensual de "uma só classe", ou seja, os empresários amparados por um ritualismo indireta e cuidadosamente preparado em seu benefício.[26]

Apesar da atuação preferencial no interior das instituições governamentais, essa política não implicou a ausência de "ação direta" dos operários contra a empresa ou simples deslocamentos das lutas em direção aos canais oficiais. Na medida em que estes eram acionados pelo sindicato e pela categoria contra a CDS, os conflitos continuavam no lugar mesmo de onde haviam emergido: na relação cotidiana entre trabalhadores e empresa. Diversos enfrentamentos justificavam outra declaração de José Gonçalves:

> *"Os melindres que o chocam com a administração da Companhia Docas de Santos durante sua luta constante para reivindicação da classe. [...] Os companheiros não desconhecem a força da Companhia Docas e sua resistência para nos conceder direitos e benefícios sendo preciso muitas vezes, quando é forçado, [recorrer] à incompatibilidade e à polêmica."*[27]

25. Angela de Castro Gomes e Celina d'Araújo. *Getulismo e trabalhismo,* p. 63.

26. Sobre essa questão, cf. E. P. Thompson. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?" *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.* Trad. Eva Rodríguez. Barcelona: Crítica, 1979.

27. SOSPS. AGE, 19 out. 1952.

É preciso frisar ainda que o Ministério do Trabalho nem sempre foi um campo de consenso. Quando não cumpria o que se considerava serem suas funções, recebia telegramas e ofícios que expressavam descontentamentos, enfrentava greves e outras formas de pressão que questionavam sua legitimidade. Relações de proximidade e distanciamento com o governo tornaram-se mais visíveis na medida em que o trabalhismo assumia um perfil progressivamente engajado em mobilizações que não se limitavam a reivindicações restritas à categoria e se articulavam com temas da política nacional.

O fato é que governo e patrões se defrontavam com trabalhadores cada vez mais conscientes de seus direitos e de sua autoimagem de agentes que deveriam interferir nos rumos do país, inclusive porque, como afirmavam os portuários, grande parte das riquezas nacionais passava por suas mãos. Entravam em jogo um forte discurso de merecimento e uma clara noção de orgulho e dignidade. Patriotismo, engrandecimento da nação, ser um "bom operário" implicavam a contrapartida do reconhecimento, da participação nos resultados do trabalho e na política nacional.

No final dos anos 1950, emergiu esse desejo dos portuários de participarem ativamente em processos decisórios do país. A partir de 1958, Juscelino Kubitschek lançou um programa

de estabilização que pretendia combater a alta inflacionária, o que exigia o controle das tarifas portuárias. Tradicionalmente, ao reivindicar aumento salarial, o sindicato se via na contingência de pressionar o Ministério da Viação a conceder permissão à CDS para majorar suas taxas. Entretanto, em 1958, o operário Albertino José mostrou-se empenhado em colaborar com os apelos de JK contra a alta do custo de vida: "Quando vier o aumento de salários, devemos fazer força para evitar aumento de tarifas".[28] Porém, esse empenho de colaboração com JK resultou em conflitos e descontentamentos com o governo. Mesmo reiterando sua decisão de não conceder aumento tarifário, depois de meses de negociações e atritos, o governo acabou cedendo às pressões da Companhia Docas. O presidente do sindicato, o petebista Domingos Garcia, expressou seu desapontamento: "O governo agiu mal com nós, pois havia declarado que de forma alguma daria cobertura de tarifas, entretanto, no final de todos os julgamentos, acabou dando-a à Companhia Docas".[29]

No entanto, no ano seguinte, os portuários continuariam dispostos a interferir em temas que ultrapassavam o terreno de suas próprias reivindicações, moldando um perfil cada vez mais distante da imagem de uma categoria privilegiada. Em outubro de 1959, os estivadores decidiram não exportar qualquer tipo de carne. Nas palavras do

28. SOSPS. AGE, 2 mar. 1958; sobre a organização e a luta dos trabalhadores de São Paulo contra a carestia em 1957, ver capítulo de Paulo Fontes neste livro, "Centenas de estopins acesos ao mesmo tempo".

29. SOSPS. AGE, 3 ago. 1958.

presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, Laerte Silva, apenas o fariam se vissem "novamente nos açougues a carne a preços acessíveis". Tratava-se mais uma vez de colaborar com o governo na luta pela contenção do custo de vida. Assim, os sindicalistas da Baixada Santista, mobilizados sob a direção do Fórum Sindical de Debates (PSD), criaram a Comissão Municipal de Abastecimento e Preços (COMAP) com o objetivo de "apoiar a medida adotada pelas principais autoridades, visando encontrar uma solução para o problema da falta de carne no país".[30] Estivadores e doqueiros deram início ao movimento quando mais de 10 mil quilos de carne se encontravam nos frigoríficos da CDS. Embora manifestasse *apoio às autoridades*, o presidente do Sindicato dos Estivadores notificou ao ministro do Trabalho que

> *"os sindicatos de Santos [...] duas vezes se reuniram através do FSD para discutir o problema da carne, pois julgamos que com a barriga do povo não se brinca. Estudamos o problema e concluímos que o governo está vacilante; as nomeações e demissões de interventores e presidentes de órgãos controladores de preços atestam essa desorientação do governo. [...] Não é possível que continuemos a exportar carne para recebê-la, depois, enlatada para nosso consumo. Esse é um movimento de alerta, porque se isso estourar, ninguém mais segura."*[31]

30. *Diário da Noite,* 17 nov. 1959, *apud:* Ingrid Sarti. *O porto vermelho. Os estivadores santistas no sindicato e na política.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 117.

31. *Diário da Noite,* 20 nov. 1959, *apud:* Ingrid Sarti. *Idem,* p. 118.

JK passou a tomar providências, enquanto representantes do governo entraram em contato com o Sindicato dos Estivadores para debater com os operários no Fórum Sindical. Após os entendimentos e as promessas das autoridades, finalmente a carne foi embarcada.

O episódio foi uma mobilização em que os portuários se apropriaram dos apelos de Juscelino Kubitschek quanto ao controle da carestia, tornando-se uma espécie de funcionários e vigilantes do poder público. Contudo, ao legitimar os propósitos do governo, buscaram agir em seu lugar, ultrapassar o papel vacilante das autoridades e exigir o cumprimento de suas promessas e funções, dando margem a críticas e desconfianças em relação a um governo que diziam apoiar. Ao recordar essa "greve de protesto", Domingos Garcia, diretor do Sindicato dos Estivadores na época, enfatizou:

> *"Foi uma posição política? Foi. Como é que está embarcando carne para o exterior? É o governo que está à frente disso! [...] Então, estivador embarcando essa carne e sem carne para comer, os açougues vazios? [...] Era uma posição política, violenta até, porque ia contra o governo. E daí? Era o Juscelino o presidente, era nosso amigo. Conseguimos na época dele muita paz de espírito porque a gente já não tinha isso há muito tempo. [...] Mas mesmo assim não perdoamos ele: 'não, que nada! O Juça é nosso amigo, mas não tem esse negócio, não'."*[32]

32. Depoimento de Domingos Garcia concedido ao autor, s.d.

Eis aí uma das características marcantes do movimento operário e sindical dos portuários e de parcelas importantes dos operários de Santos entre o final da década de 1950 e 1964: reciprocidades e conflitos em relação ao governo. O apoio não significava sujeição, mas desejo de participar de decisões sobre os rumos do país. Os portuários emergiram intensamente na esfera pública, marcando presença em temas cujo leque era mais vasto que supostos interesses corporativos, e seu forte movimento sindical passou a ter efeitos emblemáticos em outros setores e localidades.

POLÍTICA E SOLIDARIEDADE

Poder-se-ia objetar que a politização sindical no início da década de 1960 tinha algo de artificial, na medida em que os movimentos seriam articulados de cima para baixo, sem consulta aos trabalhadores. O Fórum Sindical de Debates, fundado em 1956, parecia ter um evidente caráter cupulista, uma vez que apenas os dirigentes de 53 sindicatos a ele filiados podiam votar e fazer parte de sua diretoria. Na realidade, entretanto, o cupulismo encontrava barreiras. Apesar de os estatutos da entidade definirem que cada sindicato possuía o direito a um voto nas assembleias, as quais se realizavam de forma itinerante nas diversas sedes dos sindicatos, na prática os trabalhadores conquistaram o direito de debater, apresentar propostas e deliberar.

Essa dinâmica começou a prevalecer depois que as lideranças comunistas e a ala esquerda do PTB passaram a interferir de forma massiva no funcionamento e na estrutura da entidade.

Entre 1960 e 1963, em sete greves políticas e de solidariedade envolvendo os trabalhadores do porto e outras categorias da cidade, verificou-se a presença marcante dos trabalhadores nos momentos de decisão e eclosão dos movimentos. Na greve em solidariedade aos trabalhadores do Moinho Paulista, em 1960, o dirigente comunista do SOSPS, Antônio Rodrigues, considerou que qualquer decisão do Fórum Sindical era "errada" se os portuários não fossem ouvidos com antecedência; o problema foi debatido em duas assembleias e os doqueiros decidiram parar suas atividades. Na paralisação em apoio aos petroquímicos, em abril de 1962, outra intersindical, a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS), que congregava todos os sindicatos do porto, orientou para que primeiro fossem ouvidas as mais diversas categorias da cidade em suas respectivas organizações. Em uma assembleia do FSD sobre a "campanha da legalidade" em defesa da posse de João Goulart na presidência da República, em 1961, os dirigentes janistas do Sindicato dos Estivadores foram os primeiros a resistir ao apelo de participação de grande número de trabalhadores que se encontrava fora do recinto; por pressão dos trabalhadores, que clamavam pela greve, a direção do Fórum passou

para as mãos dos nacionalistas. Na greve "por um gabinete democrático e nacionalista", em julho de 1962, os estivadores depuseram o presidente do seu sindicato por este se posicionar contra o movimento e decidir unilateralmente retirar o sindicato do FSD.[33]

É possível enumerar outros episódios de participação dos trabalhadores em movimentos organizados sob iniciativa dos dirigentes sindicais nacionalistas, mas basta observar a sólida adesão e unanimidade dos trabalhadores em várias greves. A paralisação em solidariedade aos operários do Moinho Paulista foi, nas palavras do presidente do SOSPS, Manuel de Almeida, "uma vitória retumbante da classe obreira, com ressonância até nas grandes nações do mundo, EUA, Rússia e Inglaterra": Santos parou de ponta a ponta. Na greve em apoio aos petroquímicos de Cubatão, segundo o presidente do Sindicato dos Estivadores, Domingos Garcia, "nem as folhas das árvores se mexeram":[34] o movimento foi unânime na cidade. Na mobilização em favor de ministério nacionalista e democrático, o *Correio Paulistano* observou: "Pela segunda vez, neste ano, esta cidade assiste a uma greve geral rara nos anais de sua história. [...] Santos encontra-se praticamente às moscas".[35] Dois meses depois, a cidade voltou a paralisar quase integralmente durante cinco dias em solidariedade aos trabalhadores em carris

33. Para uma descrição e análise detalhadas dessas greves, cf. Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa,* pp. 169-184.

34. Depoimento de Domingos Garcia concedido ao autor, s.d.

35. *Correio Paulistano,* 6 jul. 1962.

urbanos municipais, fazendo o FSD e a USOMS declararem: "Unidos somos invencíveis, coesos ninguém nos derrota".[36] Em setembro de 1963, a greve geral em apoio aos enfermeiros da Santa Casa foi o movimento mais célebre do período, com ressonância marcante na instável situação política do país.

Decisões arquitetadas em cúpulas fechadas e fundamentadas apenas em bandeiras políticas seriam suficientes para explicar a emergência dessas jornadas operárias? A grande capacidade de mobilização, o poder de barganha dos portuários e seu potencial grevista não devem ser creditados apenas a eventuais licenciosidades paternalistas do governo ou ao sindicalismo de esquerda em sua política de alianças, mas procurados também na tradicional cultura de solidariedade dos portuários.[37]

Desde o começo do século XX, numerosas greves em apoio a outros trabalhadores, paralisando a cidade em tão pouco tempo, explicam-se também pela presença dos portuários no quadro urbano local, onde teceram estreitos laços com outras categorias. O porto era a atividade mais relevante de Santos, chegando a absorver, direta e indiretamente, quase a metade da população economicamente ativa. Em uma cidade eminentemente portuária, eram frequentes os contatos entre diversas categorias de trabalhadores em redes de relações

36. *O Diário* (Santos), 14 set. 1962.

37. Para um maior aprofundamento do tema, cf. Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa,* capítulo 1.

que ultrapassavam os locais de trabalho e eram mobilizadas em movimentos grevistas. Apesar da gradativa separação classista em diferentes espaços urbanos, não estamos diante de um modelo de absoluta segregação da "comunidade operária". Os deslocamentos se estendiam livremente a múltiplos lugares da cidade. O trabalho ocasional propiciava constantes movimentações entre porto, casa e rua, reforçando o característico senso de independência dos portuários.

Relações preexistentes às estabelecidas no local de trabalho fortaleciam-se por meio de laços pessoais de contratação da mão de obra, sendo comum a constituição de verdadeiras linhagens familiares de portuários, que transmitiam uma cultura de trabalho de geração para geração. Além disso, o estreitamento de relações de solidariedade era favorecido pelo modelo de cooperação simples do processo de trabalho no qual as turmas de operários interagiam em um ciclo operacional de atividades interdependentes. Os trabalhadores eram divididos em "ternos", grupos que realizavam uma atividade de acordo com a natureza das mercadorias, do local e das condições de carga e descarga. De modo planejado e cooperativo, os doqueiros trabalhavam conjuntamente em operações conexas entre si. Conforme escreveu um antigo portuário em suas memórias,

> *"o trabalho das turmas tem alguma coisa interessante, há sempre uma afinidade entre os componentes das turmas [...]. É de imaginar que homens*

trabalhando juntos, por tempos indeterminados, comecem a tomar sentimentos de amigos. Para melhorar tal situação basta que se considere tanto a dureza do trabalho quanto a severa fiscalização dos feitores."[38]

A natureza do trabalho, a vastidão do porto e um certo anonimato nele existente facilitavam a formação de grupos informais, de cujos vínculos dependiam a sobrevivência dos trabalhadores e o aprendizado de formas secretas de resistência coletiva. Diversas ações cotidianas criavam condições propícias à interrupção quase instantânea do trabalho em todo o porto, em alguns casos sem organização prévia ou demandas oficialmente formuladas. Irregularidades no trabalho podiam levar uma turma a cruzar imediatamente os braços; em certas ocasiões, por meio de informações que corriam boca a boca, todos os operários solidarizavam-se com movimentos inicialmente isolados.

Essa cultura de solidariedade era um terreno fértil para a atuação e emergência de lideranças operárias, cujos êxitos dependiam não apenas da habilidade de negociar e conquistar direitos, mas também de sua vinculação a pequenas lutas no chão do cais. Verificaremos a seguir que a atuação de lideranças nacionalistas no porto de Santos não se limitou às lutas palacianas e não se subordinou a uma política de colaboração de classe tecida pelos empresários, implementada pelo Estado e legitimada pelos comunistas. Diversas evidências

38. Joaquim Celso Lima. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista.* São Paulo: Diniz, 1984, p. 34.

contradizem as afirmações de que a politização nacionalista fez com que os embates mais marcantes do período não resultassem do conflito entre trabalhadores e patrões e da articulação das lideranças com a experiência cotidiana das relações de trabalho.

DIREITOS: UMA IDEIA-FORÇA

Em 1963, o libelista Jorge Miglioli afirmou:

> *"Se as greves de causa administrativa são exemplos de um novo tipo de parede que tende a crescer em importância e número, à medida que se expandem as empresas estatais, a força da classe operária e sua consciência de que também é proprietária dessas empresas -, as greves por condições de trabalho são exemplos de um velho tipo, que diminuem em importância e em número."*[39]

Essa afirmação reflete mais uma posição defendida pelo sindicalismo nacionalista do que uma avaliação concreta daquele momento histórico. No V Congresso do PCB, em 1958, a estratégia revolucionária sob o comando do proletariado definia a necessidade de levar os trabalhadores à superação dos conflitos estritamente econômicos, orientando-os para uma luta pelo poder político, sendo a conquista das reformas de base um dos passos principais para a realização desse objetivo.

39. Jorge Miglioli. *Como são feitas as greves no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 163.

No entanto, havia contradições entre as orientações e as práticas do sindicalismo dos militantes comunistas. Nos setores da economia controlados pelo capital nacional, o discurso aliancista em relação à burguesia doméstica não impediu crescentes mobilizações e greves levadas a efeito pelos próprios trabalhadores.[40] Nos setores "modernos", diversas evidências atestam a atuação reivindicatória e organizativa das suas lideranças,[41] contrariando a afirmação de Prestes de que "nós não tínhamos capacidade de organizar o partido nas grandes empresas".[42] Avaliação oposta foi, aliás, fornecida por Hércules Correa, então dirigente do CGT. Para ele, o movimento sindical

> *"operava na cúpula, defendendo propostas e alternativas econômicas para o país, com certo grau de prestígio e organização nas fábricas. [...] Você não pode negar [...] que em certos setores - têxtil, metalúrgico, bancário, marítimo, ferroviário - o movimento era calcado em comissões sindicais eleitas nos locais de trabalho."*[43]

Em quatro anos de intensa atividade, o Fórum Sindical de Debates esteve envolvido menos em mobilizações de apoio ao governo e às reformas estruturais do país do que em lutas por melhores salários e condições de trabalho. Em 1962 e 1963, o FSD participou de 22 movimentos reivindicativos das mais diversas categorias, tanto nas "empresas modernas" (metalúrgicas, petroquímicas etc.) quanto nas "tradicionais"

40. Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964.* Petrópolis: Vozes, 1986, p. 132.

41. Cf. Antonio Luigi Negro. "A 'via willyana'. Industrialização e trabalhadores do setor automobilístico". *Tempo,* 4 n. 7, 1999; John Humphrey. *Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística.* Petrópolis: Vozes, 1982; Annez Troyano. *Estado e sindicalismo.* São Paulo: Símbolo, 1978; José Ricardo Ramalho. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Elina G. Pessanha. "De operários navais a metalúrgicos: experiência de classe e identidade política entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro". *In:* Alice Rangel Abreu e Elina G. Pessanha (orgs.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: JC, 1994; Paulo Fontes. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* São Paulo: Annablume/Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997; Marco Aurélio Santana. *Partido e militância sindical. A atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964).* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

42. *Apud:* Dênis de Moraes. *A esquerda e o golpe de 64,* p. 264.

43. *Apud:* Dênis de Moraes. *Idem,* p. 37.

e de capital doméstico que o sindicalismo nacionalista pretendia apoiar. Essa inserção na luta por direitos vinha acompanhada da justificativa "política" de que ela fazia parte de um objetivo mais amplo: um governo nacionalista e democrático. Contudo, o Fórum entrou em confronto direto com os empresários, levando-o a afirmar que sua existência "não serve à classe patronal nem aos inimigos da democracia e do povo, pois trata-se de uma direção que se dispõe a lutar por suas reivindicações".[44]

44. *A Tribuna,* 3 ago. 1962.

Entre os doqueiros, do período de 1945 a 1964, os primeiros anos da década de 1960 registraram o maior volume de reivindicações, conquistas, greves, concorridas assembleias sindicais e comissões organizadas para estudar e fiscalizar as condições de trabalho conforme prescreviam os acordos coletivos. Nesses anos, a atuação do sindicato esteve marcada por um radicalismo crescente na órbita das orientações nacionalistas, sob a liderança de Manuel de Almeida, eleito presidente do SOSPS por três vezes, tendo desfrutado de grande prestígio entre os trabalhadores em sucessivas gestões do sindicato.

Sua projeção foi menos o resultado de orientações político-ideológicas do que de sua inserção em pequenos conflitos nos locais de trabalho. Almeida destacou-se no final dos anos 1950, a partir de sua atividade de fiscalização das condições de trabalho no cais. Essa atuação foi reforçada pela

Convenção Coletiva de Trabalho de 1960, cujas cláusulas nem sempre eram cumpridas pela empresa, levando os doqueiros a recorrerem ao sindicato para apontar os problemas vividos nos locais de trabalho. Manuel de Almeida foi muitas vezes pessoalmente ao cais e, se uma determinada operação de carga e descarga de mercadorias "estivesse fora daquilo que tinha sido conversado ou combinado, ele mandava parar o serviço".[45] Em seguida, dirigia-se à Companhia Docas para acertar inúmeros problemas relativos às condições de trabalho, experimentando certa vez

> *"a amarga satisfação de ouvir daquela administração que ele queria ser um 'Deus' dos portuários, pois que só ele vinha ali reclamar, quando os trabalhadores no cais nada reclamavam ou achavam injusto".*[46]

A confiança de inúmeros trabalhadores em dirigentes sindicais como Manuel de Almeida provinha, acima de tudo, de sua atividade relacionada aos problemas cotidianos das diversas categorias profissionais e não exatamente da desova ideológico-doutrinária das orientações partidárias. As lideranças não formavam uma casta à parte e os trabalhadores não constituíam uma massa manipulada pelos compromissos políticos dos dirigentes. Desde o pós-guerra, os êxitos de comunistas e trabalhistas dependiam de seu enraizamento na experiência de classe; sua formação política podia estar tão vinculada à cultura portuária quanto à partidária, e

45. Depoimento de Heraldo Franceze, ex-advogado do SOSPS, concedido ao autor, s.d.

46. SOSPS. AGE, 10 nov. 1960.

a atuação de muitos militantes intermediários entre bases e cúpulas foi fundamental para dar sustentação ao prestígio desfrutado pelo sindicalismo de inspiração nacionalista. Muitos dirigentes sindicais eram antes de mais nada operários, não sendo poucas as vezes em que ignoraram ou deram as costas às orientações de cúpulas partidárias para não se verem abandonados pelos trabalhadores, ou porque estavam de fato comprometidos com eles.[47] Assim, muitos trabalhadores seguiram bandeiras empunhadas por suas lideranças não a partir de estímulos formais; as solicitações dos dirigentes precisavam de ideias-força, e uma delas - talvez a mais importante - era a dos direitos, mais mobilizadora que um vasto programa nacionalista.

Os portuários de Santos deram continuidade não apenas às suas mobilizações no cais e na cidade, mas engajaram-se também em lutas e organizações de âmbito nacional. Em 1960, marítimos, ferroviários, estivadores, portuário e empregados em autarquias deflagraram por três dias a "greve da paridade", ou seja, pela equivalência entre os salários dos funcionários civis e militares. Desse movimento resultou a criação do Pacto de Unidade e Ação (PUA), congregando aquelas categorias de trabalhadores em escala nacional, sob a liderança dos militantes nacionalistas. Tratava-se de uma alternativa de organização do movimento operário, em oposição à estrutura sindical corporativista.[48]

47. Esse enraizamento se evidenciou na conjuntura de 1945-1947, quando os comunistas saíram vitoriosos nas oito eleições disputadas em Santos. Tamanho êxito deve ser tributado, em grande parte, à capacidade organizativa e à penetração mobilizadora dos militantes entre os trabalhadores, à revelia da orientação colaboracionista da direção do PCB, que defendia uma política de união nacional. Cf. Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa,* capítulo 4.

48. *Idem,* p. 193.

Mas crescia também a luta dentro dessa mesma estrutura, utilizada como meio de pressão por maior autonomia, projetos de reformas sociais e melhorias das condições de vida e trabalho. Era o caso da atuação de comunistas e trabalhistas na Federação Nacional dos Portuários (FNP). Sua diretoria, considerada pelega, foi sendo minada pelos militantes do PCB. Embora não constituíssem maioria, passaram a ocupar cargos relevantes e a influenciar sua linha de atuação, cada vez mais voltada para mobilizações que incorporavam trabalhadores dos mais diversos portos do país. As resoluções, porém, não eram centralizadas e conduzidas unicamente pela federação. As reivindicações e pautas unificadas de luta eram encaminhadas aos sindicatos e às suas assembleias.

A participação dos doqueiros santistas nos movimentos de âmbito nacional revela que os propósitos das bases não correspondiam invariavelmente aos de suas lideranças. Em janeiro de 1961, a federação encaminhou aos ministros da Viação e do Trabalho um memorial com diversas reivindicações. A protelação do acordo levou os doqueiros de Santos, reunidos em assembleia, a reagirem contra o pedido da federação para que os portuários de todo o país concedessem, pela segunda vez, mais um prazo às autoridades governamentais para o desfecho das negociações. Poucos dias depois, o descontentamento aumentou quando foi

anunciado que apenas os trabalhadores do porto de Santos haviam sido contemplados pelo acordo, levando-os a se colocarem contra qualquer deliberação unilateral da FNP que quebrasse o pacto inicial de luta conjunta entre os portuários de todo o país. Finalmente, as pressões dos doqueiros santistas contribuíram para a conquista das reivindicações em todos os portos, alcançando um aumento salarial "nunca visto antes, em tão pouco tempo", além de algo talvez inédito até então: a unificação das datas-base dos portuários.[49]

A partir de 1961, a maior parte das reivindicações passou a ser encaminhada pela FNP, sendo os doqueiros de Santos o carro-chefe das mobilizações, uma vez que suas conquistas serviam de parâmetro para os demais portos. Um dos exemplos foi a luta pelo direito de 30% de acréscimo salarial nos serviços realizados em período chuvoso ("salário-chuva"), reivindicação iniciada em Santos, em 1960, e encampada pela federação. Essa luta e a reivindicação pelo salário-produção revelam que, se a FNP e o governo exerceram um papel fundamental na conquista de numerosos direitos, por outro lado o caminho não era tão fácil, e fenômenos pluviais podiam causar deslizamento no acidentado terreno em que transitavam o poder público, a empresa (CDS) e os trabalhadores.

Em março de 1961, o vice-presidente João Goulart visitou o SOSPS, ocasião em que declarou ser aquele adicional ("salário-chuva") um direito dos trabalhadores. Pouco depois foi

49. SOSPS. AGE, 17 jan. 1961.

assinada a portaria que o regulamentou. Todavia, "devido à força monetária da empresa, a portaria foi desvirtuada em Brasília". Manuel de Almeida então propôs: "Choveu, para o serviço." Com efeito, durante um mês os doqueiros recusaram-se a operar sob chuva. O presidente Jânio Quadros pediu paciência à categoria e "um voto de confiança ao trabalhador portuário [porque] o Brasil estava atravessando uma má fase". O comunista Antônio Rodrigues esclareceu que o presidente apelou que "devíamos olhar mais para o Brasil, isto querendo dizer que devíamos trabalhar com chuva sem ganhar". Confiança no governo sem contrapartida? Apoio sem a confirmação de um direito? Olhar para o Brasil debaixo de chuva? O advogado do sindicato esclareceu: "Apesar dos bilhetinhos presidenciais [...] a greve é inevitável e justa." Antônio Rodrigues, por sua vez, não negou o apoio solicitado, mas nos seguintes termos: "O nosso voto de confiança ao presidente da República será exatamente exigirmos o que nos é de direito".[50]

Todavia, a renúncia de Jânio Quadros protelou esse direito e os entendimentos iniciais para aplicação do salário por produção. De qualquer modo, as mobilizações de apoio dos portuários a João Goulart permitiram o fortalecimento de relações de reciprocidade entre governo e trabalhadores. Entre a "greve da legalidade" e a realização do plebiscito que resultou na volta do país ao presidencialismo no início de 1963, os doqueiros transitaram com certa desenvoltura nos

50. SOSPS. AGE, 10 e 16 mai. 1961.

espaços governamentais. Conforme declarou Manuel de Almeida, "como estamos bem com o governo, devemos aproveitar esta oportunidade".[51] Era preciso trilhar um caminho bem conhecido da categoria: acionar o governo contra a sólida indisposição da CDS diante de reivindicações e direitos legalmente garantidos. No entanto, a via era de mão dupla.

51. SOSPS. AGE, 23 set. 1963.

GOVERNO NO TRAPÉZIO E RADICALIZAÇÃO OPERÁRIA

Em dezembro de 1961, os doqueiros anunciaram uma greve para 10 de janeiro de 1962, mas nesse mesmo dia foi homologado o salário-produção.[52] Porém, a Companhia Docas colocou obstáculos à aprovação da tabela elaborada pelo sindicato e evitou entendimentos em torno do "salário-chuva", que não estava sendo aplicado da maneira desejada pela categoria.[53] Segundo Manuel de Almeida, a comissão interministerial estava "mancomunada com as Docas", havendo "má vontade das autoridades ministeriais quanto ao caso", pois ele não encontrava ninguém nos ministérios: "Parecia que todo mundo fugia de nós". Em assembleia da categoria, alguns oradores apelaram para a declaração de uma "greve imediata" por falta de confiança no governo, conforme declarou o doqueiro Sebastião da Costa:

52. SOSPS. AGE, 17 jan. 1961.

53. *O Diário,* 26 jan. 1961.

> *"O fato é que nós não temos diretamente amigos nos poderes de comando governamentais, pois todas as vezes em que chamamos por um*

> *direito ou uma reivindicação, aparecem as reuniões secretas e no final nós acabamos sendo prejudicados."*

De qualquer modo, o plenário decidiu acatar a posição da Federação Nacional de ampliar o prazo das negociações.[54]

54. SOSPS. AGE, 30 jan. 1962.

O caso se arrastou por mais dois meses e, em março, os doqueiros deliberaram em "assembleia monstro" deflagrar uma greve. A paralisação foi geral no Porto de Santos.[55] Resultado: no mesmo dia da greve "tivemos o caso do 'salário-chuva' resolvido [...], uma vitória, portanto, concreta e decisiva". Quanto ao salário-produção, o ministro da Viação aprovou portaria regulamentando-o, exigindo da CDS a apresentação de novas tabelas no prazo de 30 dias. Para Manuel de Almeida,

55. *A Tribuna,* 11 mar. 1962.

> *"se não fosse pela greve, as portarias não teriam sido homologadas, pois a companhia não tinha interesse em que saísse a tonelagem [medida de cálculo para pagamento do salário por produção], e esse desinteresse era portanto a pedra no nosso caminho".*[56]

56. SOSPS. AGE, 23 mar. 1962.

A greve foi lida como uma luta cujo alvo era, sobretudo, a própria empresa, submetendo-a ao domínio da lei emanada dos ministérios. Mas estes também não saíram ilesos. Afinal, a paralisação foi deflagrada porque as negociações

estavam sendo realizadas lentamente por autoridades "mancomunadas" com a CDS. Assim, as relações entre governo e trabalhadores não se encontravam a salvo de eventuais conflitos. Conforme Manuel de Almeida, "as autoridades estavam magoadas e chocadas por termos feito a greve, o que se presume que elas não acreditavam na greve".[57]

Mas o problema do salário-produção não estava solucionado, pois as tabelas da CDS não eram aceitas pelos doqueiros que, em maio, mostravam-se propensos a encetar um novo movimento grevista. Contudo, Almeida ponderou que se deveria aguardar a presença de Jango e seus ministros, convidados para a inauguração da nova sede do sindicato.[58] No dia 13 de maio, Goulart presidiu a solenidade de inauguração, mas o evento não se limitou a festividades, discursos, homenagens e missa em ação de graças. O ministro da Viação assinou a portaria que, definitivamente, determinava o pagamento por produção.[59]

As relações com o governo não podiam ser melhores. A fim de "aproveitar essa oportunidade", Almeida considerou as possibilidades de uma revisão geral dos salários, o que, segundo ele, "será fácil".[60] Mas as reivindicações fariam parte de outro movimento unificado com os demais portuários do país. O novo acordo coletivo exigia equiparação com todos os direitos conquistados pelos trabalhadores da CDS e, em outubro, a FNP iniciou os preparativos para uma greve a

57. SOSPS. AGE, 23 mar. 1962.

58. SOSPS. AGE, 6 mai. 1962.

59. *A Tribuna,* 15 mai. 1962.

60. SOSPS. AGE, 23 set. 1962.

ser deflagrada nos 56 portos brasileiros. Segundo o doqueiro Felipe Rodrigues, o governo havia recuado em seus propósitos de solucionar o caso e "só temos um recurso que é a greve, e vamos deflagrá-la custe o que custar". Todavia, o movimento não se concretizou, pois em poucos dias foi assinado o acordo que se tornou a maior conquista dos portuários em âmbito nacional. As vantagens alcançadas colocaram os trabalhadores de outros portos em pé de igualdade com os de Santos. Diante das conquistas, os doqueiros decidiram em assembleia enviar telegrama de agradecimento a Jango.[61]

Enquanto isso, a crise institucional se agravava a passos largos. Diante do avanço reivindicativo, Goulart pedia às lideranças sindicais para que tomassem cuidado. Um ex-dirigente da FNP, em reunião com o presidente, foi por este aconselhado:

> *"Olha, vocês vão me colocar num 'beco sem saída', [...] vocês estão querendo coisas que não é possível atender. Vocês estão radicalizando e eu não tenho força para segurar isso. Vocês têm que compreender."*[62]

Esses apelos presidenciais surtiram efeito, pois algumas lideranças nacionalistas pareciam "compreender" a gravidade da situação. Entretanto, o "apoio com independência" ao governo não esbarraria mais uma vez em uma falta de coincidência de propósitos entre lideranças e suas bases?[63]

61. *Diário de Notícias,* 16 out. 1962; *A Tribuna,* 21 out. 1962.

62. Depoimento de Alberto Pires Barbosa concedido ao autor, s.d.

63. Conforme avaliação de Hércules Correa, então dirigente do CGT, "houve todo um debate político para chamar a atenção dos trabalhadores de que havia algo para derrubar o governo Goulart. Insistimos em todinho de que o golpe vinha para derrubar o governo, já não conseguíamos ganhar a massa para defender o governo, porque a situação dos trabalhadores, em termos econômicos, era aflitiva. [...] Na medida em que o Jango não tinha força para enfrentá-lo, foi se enfraquecendo perante a massa. Cada greve daquela era um enfraquecimento político". *Apud:* Dênis de Moraes. *A esquerda e o golpe de 64,* p. 36.

Os empregados da CDS consideravam-se merecedores de um 14º salário ("gratificação anual" que há muito era paga pela empresa), alegando trabalharem 730 dias em um ano devido às infindáveis horas extras. Contudo, o país estava às vésperas do plebiscito e Manuel de Almeida advertiu: "Aconselho os senhores a não fazerem greve, a situação não é propícia. Tomem cuidado". Foi acatada sua proposta de adiar a reivindicação para depois do referendo popular.[64] Em janeiro, diante da inclinação dos trabalhadores à greve, Almeida lançou apelo semelhante ao anterior: uma paralisação "seria imprudente dadas as injunções políticas do momento".[65]

Após o plebiscito, a questão do 14º salário não havia sido esquecida; ultrapassando os sinais de perigo, foi impetrado um processo na Justiça do Trabalho. Em julho, o Tribunal Regional do Trabalho determinou que a CDS pagasse aos seus empregados a gratificação anual, mas a empresa negou-se a cumprir a determinação. Reunidos em assembleia, os doqueiros mostravam-se dispostos à greve, mas Almeida advertiu que não se devia dar "armas para os inimigos que de uns tempos a essa parte vêm acusando-nos de tudo o que de mau se registra no porto", evitando ainda o agravamento das tensões político-institucionais. Contudo essas considerações cautelosas não demoveram os propósitos do plenário: 1.125 contra 202 associados decidiram-se pela greve imediata.[66]

64. SOSPS. AGE, 27 dez. 1962.

65. *Folha de São Paulo,* 25 jan. 1963.

66. *A Tribuna,* 20 ago. 1963.

Por dois dias o cais ficou totalmente deserto. Após a prisão de um dos dirigentes sindicais, a direção do Fórum Sindical de Debates se declarou pronta para decretar mais uma greve geral na cidade.[67] Numerosa caravana de diretores sindicais seguiu para o São Bernardo Tênis Clube, onde João Goulart participava de um banquete. Prontamente, o presidente interveio no caso, ordenando ao general Pery Bevilacqua, comandante do II Exército, que garantisse o direito de reunião dos grevistas.[68] Em troca, Jango apelou para a suspensão da greve, o que somente ocorreu depois da assinatura do acordo firmado com as autoridades ministeriais: a CDS ficava obrigada a conceder a gratificação, as férias de 30 dias e o pagamento dos dias de greve. Em assembleia, cinco mil trabalhadores "aplaudiram demoradamente" o presidente da República, o Ministério da Viação e do Exército, que colocara um major de plantão no sindicato durante a greve; e, "em regozijo pela vitória alcançada", organizaram uma passeata pelas ruas da cidade.[69]

Ao referir-se a essa greve, um editorial da *Folha de S. Paulo* não deixaria de atribuir a Jango o "caos" instaurado pela "república sindicalista":

> *"As autoridades se mostram dispostas a todas as concessões, diante das exigências dos promotores do movimento, que se tornam mais insistentes à medida que o governo federal se revela mais cordato e até humilde."*[70]

67. *O Estado de São Paulo,* 20 ago. 1963.

68. *Folha de São Paulo,* 21 ago. 1963.

69. *A Tribuna,* 22 ago. 1963.

70. *Folha de São Paulo,* 21 ago. 1963.

Movimentos como esse colocavam Goulart cada vez mais no trapézio diante de uma plateia que tramava e aguardava sua queda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que os trabalhadores do porto penetravam na esfera pública com indisfarçável visibilidade, marcando presença em um vasto espectro de temas, mais alto se fizeram ouvir as vozes que os acusavam de mafiosos com proteção legal. Conforme escreveu, em 1964, um empregado da administração da Companhia Docas, o comunista Arlindo Lucena, portuários e estivadores

> *"emergiram do anonimato [...] para ocupar as primeiras páginas dos grandes jornais e os principais comentários do rádio, da televisão, que os apontavam como verdadeiros magnatas, príncipes e nababos, cujas rendas alcançavam até meio milhão de cruzeiros".*[71]

A partir de 1962, foi amplificada uma antiga campanha que os acusava de operários "liderados por sindicatos sem o menor sentido de bem coletivo e [que] só se preocupam em aumentar os privilégios que já possuem".[72] Era imputada à "legislação paternalista" e à postura permissiva do governo a culpa por essa "condição nababesca" dos trabalhadores e pelas crises operacionais do porto, visualizadas pelos

71. Arlindo Lucena. *Bagrinhos e tubarões.* São Paulo: Fulgor, 1964, p. 29.

72. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). *Boletim Informativo,* 672, 22 ago. 1962.

congestionamentos de navios à espera de atracação. Os portuários passaram, então, a ter de enfrentar, com incomparável frequência, empresários, jornalistas e políticos que, de maneira recorrente, exigiam uma drástica reorganização no trabalho do porto, com "medidas, por assim dizer, revolucionárias", o que exigia nada menos que uma mudança radical do regime político.[73]

Os principais conflitos no interior dessa Babel deram-se em torno da disputa pela utilização do tempo dos serviços e da fixação do preço da mão de obra. Um dos aspectos que mais exasperava os usuários do porto era o custo dos serviços extraordinários de carga e descarga, cujas percentagens, pagas pelos armadores, talvez fossem as mais altas do país, variando de 70% a 290%, fruto de um acordo do sindicato dos doqueiros com o governo às vésperas do Estado Novo. Desde então, os operários dividiam-se entre duas posições: de um lado, vislumbravam a perspectiva de descanso e segurança no trabalho; de outro, defendiam que os extraordinários eram uma necessidade que fazia parte de um cálculo compensatório aos seus esforços e aos períodos de inatividade compulsória devido à característica sazonal do trabalho portuário. Mas, em geral, opunham-se a qualquer negociação que lhes custasse a perda das percentagens adicionais. O apego aos extraordinários explica-se em razão dos constrangimentos do trabalho ocasional e do jogo de interesses da complexa indústria portuária.[74]

73. "Santos, porto mal comportado". *Transporte Moderno,* 1, jan. 1964, p. 39.

74. Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa,* capítulo 2.

Os conflitos daí advindos expressavam-se sob a ótica dos "discursos do congestionamento". Os doqueiros eram acusados de "amarrar" a produção no período ordinário de trabalho para que os representantes dos armadores se vissem na contingência de requisitar os serviços nos extraordinários a fim de que os navios pudessem deixar o porto com rapidez. Era invocado o argumento de que a indústria portuária era um serviço de utilidade pública e não a serviço de uma minoria de trabalhadores. Durante 30 anos, muitas propostas de reforma radical de trabalho no porto enfrentaram trabalhadores que, escudados na legislação, opuseram-se aos preceitos de uma economia dita "moderna" e "liberal", via de regra defendidos pelos grupos que clamavam pela alteração da ordem constitucional do país.

Após 1964, o governo implementou integralmente as reformas defendidas pelos discursos do congestionamento. Em 1965, foram anulados todos os direitos firmados entre a Federação Nacional dos Portuários e o Ministério do Trabalho, sob o pretexto de que a Companhia Docas não havia feito parte dos contratos coletivos. Em 1966, foram considerados vencidos todos os acordos estabelecidos com mais de dois anos de vigência. Os doqueiros perderam, entre outros direitos, o "salário-chuva" e taxas de 25% em diversos serviços periculosos e insalubres; o salário-família sofreu redução; foram extintos os extraordinários remunerados à base de 70% a 290%; em prejuízo de sua saúde, os trabalhadores

passaram a ter de operar em dois turnos de trabalho (um durante o dia e outro à noite, com revezamento semanal); houve corte na cubagem para os serviços pagos por produção, o que representou uma diminuição salarial de cerca de 50%; foi reduzido ainda o número de homens em cada "terno" de serviço.[75]

A luta pela reconquista de inúmeros direitos enfrentou, evidentemente, muitas dificuldades. Antonio Bispo dos Santos, diretor do SOSPS nos anos 1950, acostumado a encontrar no governo uma "porta aberta", lamentou em uma assembleia da categoria:

> *"Ao contrário do que acontecia antigamente, não temos a possibilidade do diálogo com as dignas autoridades, restringindo-se, essas determinadas autoridades, a receber nossa reivindicação e prometer o seu estudo, para depois aplicar ou não esta ou aquela medida, e isto, bem entendido, sem que o sindicato seja ouvido para opinar, sugerir, ponderar ou propor. Este é o panorama atual da nossa conjuntura sindical."*[76]

O golpe foi vivenciado como uma derrota diante de um governo de exceção, que representava a perspectiva e o sentimento de perda e exclusão. Foi reforçada na memória dos trabalhadores a imagem de um passado no qual existiam leis e instituições. Embora muitas vezes

75. *O Estado de São Paulo,* 22 jan. 1966.

76. SOSPS. Ata da reunião específica dos trabalhadores de carga e descarga, 9 jun. 1966.

excludentes e punitivas, não eram simples instrumentos dos patrões, mas uma garantia dos direitos e do exercício político, um instrumento para civilizar os patrões e uma arena na qual os conflitos não se encontravam necessariamente diluídos.

Se o desejo de cooptação levou diversos governos a estabelecerem relações de reciprocidade com os trabalhadores, por outro lado sua legitimidade não dependia de operários que esperassem do Estado o sol e a chuva. Era necessária a existência de cidadãos capazes de reconhecer a obra social do governo e de se apropriarem dos mecanismos institucionais construídos na perspectiva da "colaboração de classes". Muitos trabalhadores extraíram do "modelo populista" os recursos necessários às suas reivindicações e lutas e ao fortalecimento de suas noções de dignidade e justiça social. Se tal modelo tinha um caráter generalizante, os trabalhadores se apropriaram das mensagens e discursos oficiais de maneira seletiva, de acordo com suas experiências e expectativas, operando deslocamentos em seus significados e propósitos originais. A experiência cotidianamente vivida nos locais de trabalho era o filtro pelo qual eles testavam a legitimidade de determinados princípios do ideário trabalhista. Ordenação jurídica da sociedade e legislação do trabalho não foram meras amarras diluidoras de sua ação, mas fatores formativos de sua cultura e de suas experiências, as quais tensionavam a lógica de interdependência sempre instável entre governo e trabalhadores.

Diante das várias pressões dos setores que lhe faziam oposição, o governo Goulart mostrou-se em alguns momentos propenso a mudanças de estilo e ao abandono de sua habitual prática de reciprocidade. No entanto, via-se obrigado a retornar ao antigo modelo político em situações de emergência, nas quais apelava para o apoio da classe operária. Afinal, os laços de interdependência faziam com que Jango fosse "prisioneiro" dos trabalhadores e de suas lideranças, que utilizavam partes do modelo populista como algo que pertencia ao seu patrimônio adquirido.

Longe de ser a prova conclusiva da subordinação irrestrita dos trabalhadores ao populismo, o golpe civil-militar de 1964 revela que o movimento operário contribuiu para o fim do papel que o governo desempenhava em um equilíbrio instável das tensões entre os mais diversos interesses em jogo na sociedade. A posição do movimento operário foi se tornando cada vez mais influente à medida que forçava o governo à concessão de diversos direitos e buscava atraí-lo para o interior de seu universo de expectativas, assim como distanciá-lo dos compromissos com outras forças políticas. Afinal, o governo tecia com crescente dificuldade os fios de interdependência com as diferentes classes sociais.

Sem pretender subestimar as contradições do período, foi reconstruída aqui uma trajetória que não estava determinada nos rumos do movimento operário no pré-1964.

Havia disputas na sociedade pela definição de diferentes possibilidades de desenvolvimento político que poderiam levar o populismo aos limites de sua superação e a uma democracia participativa. Se a "crença simbólica nos direitos"[77] alimentou e, ao mesmo tempo, frustrou a expectativa de operários e militantes em relação ao governo como uma força aliada, nem por isso eliminou outras alternativas, recusas e esperanças em caminhos cujas possibilidades não estavam definidas *a priori.*

A explicação do período baseada na tese do abandono das bases pelas lideranças sindicais não está convincentemente demonstrada. Não se trata apenas do problema da carência demonstrativa das evidências. A crítica ao cupulismo, longe de ter voltado sua atenção para as bases, nas quais depositava suas apostas, lançou suas luzes demasiadamente para o alto. Mas, visto a partir de baixo, onde tudo parecia ser mera subordinação, existiam experiências democráticas entre trabalhadores e lideranças. Havia também independência em relação ao governo e exercício de uma cidadania que estava longe de ser a simples emanação de um Estado cujo poder se fundamentaria em sua suposta capacidade de cooptar o movimento sindical. Este, por sua vez, não dependia simplesmente de uma bem arquitetada manobra no apertado espaço das lutas palacianas, onde pretendiam disputar um lugar ao sol com outras forças políticas.

77. Maria Célia Paoli. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros". *In:* José Sérgio Leite Lopes (org.). *Identidade e cultura operária.* Rio de Janeiro: UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1988.

Comunistas e trabalhistas não eram um elemento exterior aos portuários. Eles podiam ser lideranças tanto quanto os trabalhadores o permitissem, traçando os limites de sua atuação e de sua legitimidade.

FONTES

FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). *Boletim Informativo,* 672, 22 ago. 1962.

LUCENA, Arlindo. *Bagrinhos e tubarões.* São Paulo: Fulgor, 1964.

MIGLIOLI, Jorge. *Como são feitas as greves no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

Correio Paulistano, 1962.

O *Diário* [Santos], 1961-1962.

Diário de Notícias, 1962.

O *Estado de São Paulo,* 1963 e 1966.

Folha de São Paulo, 1963.

Transporte Moderno, 1964.

A Tribuna [Santos], 1962-1963.

Depoimento de Alberto Pires Barbosa concedido ao autor, s.d.

Depoimento de Domingos Garcia concedido ao autor, s.d.

Depoimento de Heraldo Franceze concedido ao autor, s.d.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia de. “O sindicalismo no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”. *Revista Debate e Crítica,* 6, jul. 1975.

ANTUNES, Ricardo. “Por um novo sindicalismo”. *Cadernos de Debate,* 7, 1980.

BENEVIDES, Maria Vitória. O *PTB* e o *trabalhismo.* São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALDEIRA, Teresa. *A política dos outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.* São Paulo: Scritta, 1995.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Do getulismo ao reformismo.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1989.

_____. O *Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil: 1961-1964.* Petrópolis: Vozes, 1986.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores* e *cidadãos. Nitro Química:* a *fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* São Paulo: Annablume/Sindicato dos Trabalhadores Químicos e Plásticos de São Paulo, 1997.

GITAHY, Maria Lucia C. *Ventos do mar. Trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914.* São Paulo/Santos: Editora da Unesp/Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro e ARAÚJO, Celina d’. *Getulismo e trabalhismo.* São Paulo: Ática, 1989.

HUMPREY, John. *Controle capitalista* e *luta operária na indústria automobilística.* Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. “Operários da indústria automobilística no Brasil: novas tendências no movimento operário”. *Estudos CEBRAP,* 23, 1979.

LEVI, Giovani. “Sobre a micro história”. *In:* BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LIMA, Joaquim Celso. *Navegar é preciso: memórias de um operário comunista.* São Paulo: Diniz, 1984.

MARONI, Amnéris. *A estratégia da recusa.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MUNAKATA, Kazumi. “O lugar do movimento operário”. *Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo.* São Paulo: ANPUH-Unesp, 1980.

NEGRO, Antonio Luigi. “A ‘via willyana’. Industrialização e trabalhadores do setor automobilístico”. *Tempo,* 4, n. 7, 1999.

PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”. *In:* LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Identidade e cultura operária.* Rio de Janeiro: UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1988.

PAOLI, Maria Célia Paoli; SADER, Eder e TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História,* 3, n. 6, set. 1983.

PESSANHA, Elina G. “De operários navais a metalúrgicos: experiência de classe e identidade política entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro”. *In:* ABREU, Alice Rangel e PESSANHA, Elina G. (orgs.). O *trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: JC, 1994.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária, 1930-1964”. *In:* FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III: O *Brasil republicano,* Vol. III: *Sociedade e política (1930-1964).* 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980.* São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. *Partido e militância sindical. A atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964).* Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

SARTI, Ingrid. *O porto vermelho. Os estivadores santistas no sindicato e na política.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968.* São Paulo/ Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

THOMPSON, E. P. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?" *In: Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial.* Trad. Eva Rodríguez. Barcelona: Crítica, 1979.

TROYANO, Annez. *Estado e sindicalismo.* São Paulo: Símbolo, 1978.

WEFFORT, Francisco. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945-1964)". *Revista de Cultura Contemporânea,* 2, 1978.

_____. "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968". *Cadernos CEBRAP,* 5, 1972.

_____. *Sindicato e política.* Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

3

TRABALHADORES, SINDICATOS E SUAS LUTAS EM SÃO PAULO (1943-1953)*

Hélio da Costa

Em uma greve articulam-se diversas "instâncias" que muito frequentemente temos o costume de empilhar como um castelo de cartas. Ela nos obriga a interrogar sobre suas ligações, força o corpo-a-corpo das correlações múltiplas e suas imbricações. A greve é um conflito que multiplica as relações entre as classes e os grupos sociais, habitualmente instalados nos compartimentos separados. Não é somente o trabalhador que ela nos apresenta, mas, também, como um espelho, o patronato, o Estado, a opinião pública confrontada com ele. A greve é uma relação dinâmica.

Michelle Perrot, Jeunesse de la grève [1]

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, a classe operária foi descoberta pela academia. Muitos estudos que procuraram analisar a performance política dos trabalhadores, especialmente a partir de 1930, tornaram-se clássicos da literatura especializada e forjaram uma visão sobre a participação dos trabalhadores na cena política brasileira. O núcleo central dessas análises diz respeito à noção de heteronomia da classe operária no pós-1930, que aparece destituída de condições e de capacidade de formular projetos e estabelecer práticas de luta fora dos parâmetros definidos pelo Estado.[2] A maior demonstração dessa tese estaria sustentada na permanência da legislação

* Uma versão resumida desse artigo foi apresentada na IV Conferência da Brazilian Studies Association com o título "Partidos, comissões de fábrica e sindicatos em São Paulo no pós-guerra", no painel *Statism, Working-Class Culture and Political Radicalism in Post-War, Rio de Janeiro e São Paulo,* realizado em Washington (D.C.), em novembro de 1997. Agradeço a Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes pela leitura de uma versão preliminar e pelas sugestões apresentadas.

1. Michelle Perrot, *Jeunesse de la grève, 1871-1890.* Paris: Éditions du Seuil, 1984, p. 14.

2. José Sérgio Leite Lopes. "Lectures savantes d'un syndicalisme paradoxal". *Genèses*, 3, mar. 1991, pp. 73-96.

trabalhista e sindical imposta a partir de 1930, que atrelava os sindicatos ao Estado e os mantinha privados de sua liberdade e sua autonomia. Partindo dessa premissa, os trabalhadores foram tratados como peças da engrenagem do Estado, cooptados pelos regimes políticos e dominados pelas estratégias patronais. Em outras palavras, foram vistos pela incapacidade de agirem e se expressarem como classe, levando diversos estudiosos a priorizarem o foco da análise na suposta fragilidade política da ação coletiva dos trabalhadores.

Procurando resgatar a trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais e como este conceito dialogou com a experiência do movimento operário, Angela de Castro Gomes chama a atenção para o quanto as análises do período de 1930 a 1964 foram marcadas pela tentativa de explicar a crise política da primeira metade dos anos 1950 e, posteriormente, pelas motivações que levaram ao golpe de 1964. Nessa perspectiva, as explicações sobre a vitória dos militares recaíam sobre a noção de cooptação. Para a autora,

> *"ser cooptado excluía assim a relação de troca, esvaziando o sujeito da cooptação de qualquer poder (inclusive o de ter suscitado a cooptação), e transformando-o em objeto que é, por definição, incapaz de negociação".*[3]

3. Angela de Castro Gomes. "O populismo e as ciências sociais no Brasil". *Tempo,* 2, dez. 1996, pp. 53-54.

O movimento sindical na chamada "era populista" é frequentemente definido como cupulista devido a certas características que o teriam moldado: ausência de organização nos locais de trabalho em contraponto ao esforço destinado à construção de estruturas paralelas fortemente verticalizadas; distância em relação às reivindicações ligadas às condições de vida dos trabalhadores; recusa em romper com o atrelamento dos sindicatos ao Estado. Em síntese, tratar-se-ia de um sindicalismo em que os trabalhadores seriam "reféns" da política ditada por suas lideranças.[4] Marcelo Badaró Mattos salienta como a imagem cupulista do sindicalismo no pré-1964 cristalizou-se ainda mais a partir do reaquecimento das lutas operárias no final da década de 1970, que mais tarde desembocaram no fortalecimento e na consolidação do chamado "novo sindicalismo". Conforme o autor, a ideia de "novo" foi cunhada em dois sentidos: primeiro, no contraponto ao peleguismo então predominante no movimento sindical e segundo, na oposição ao "velho sindicalismo" vigente até 1964. Carregada de juízos de valor, a oposição entre "novo" e "velho" foi sendo paulatinamente cristalizada nos meios sindicais e acadêmicos.[5]

No entanto, ao contrário do que se anunciava, os avanços e conquistas do movimento sindical desde o final da década de 1970 não foram suficientemente fortes para acabar com os fundamentos da estrutura sindical anterior a 1964,

4. Francisco Weffort. *Sindicato e política*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. Ver também do mesmo autor "Origens do sindicalismo populista no Brasil". *Estudos CEBRAP*, 4, abr.-jun. 1973; "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964". *Revista de Cultura Contemporânea,* 2. 1978. Weffort, sem dúvida, é o maior expoente da tese do sindicalismo cupulista. As repercussões e implicações da sua análise estão sistematizadas nesta coletânea, cf. Fernando Teixeira da Silva. "Direitos, política e trabalho no Porto de Santos".

5. Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988).* Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, pp. 61-81. José Álvaro Moisés define o "novo sindicalismo" como combativo e representativo, mas marginalizado do sistema político, ao passo que, sem grandes mobilizações, o "velho sindicalismo" influenciava decisivamente no sistema político. Cf. "As estratégias do novo sindicalismo". *Revista de Cultura e política,* 5, 1981. Cabe lembrar que as críticas ao sindicalismo do pré-1964 são anteriores ao surgimento do "novo sindicalismo", embora tenham recebido novo alento com o aparecimento deste. Cf. Hamilton José Barreto de Faria. *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978).* Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.

preservados até os dias atuais. Referindo-se à produção acadêmica que formulou críticas à atuação do "novo sindicalismo", Badaró Mattos observa que:

> *"As distintas expectativas sobre suas novidades, manifestadas, sobretudo, entre 1978 e meados de 1980, bem como as mais ríspidas críticas à não efetivação de seu potencial transformador, que emergiram nos anos 90, pautaram-se igualmente pela construção de uma caracterização negativa do movimento sindical anterior ao golpe. Este era tomado como parâmetro, do qual o novo sindicalismo primeiro se distanciaria (despertando esperanças), para mais tarde se mostrar pouco diferente (gerando decepção)."*[6]

Ao analisar o populismo argentino, Daniel James afirma que

> *"grande parte da bibliografia que enfatiza a cooptação da classe operária e sua falta de autonomia dentro do projeto populista toma como objeto fundamental de sua análise o impacto da ideologia populista no operariado. Ainda assim, diria que esta atenção dispensada à ideologia baseia-se mais no aspecto formal do que no substantivo e tende mais para o pressuposto do que para análises históricas mais detalhadas."*[7]

6. Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos,* p. 80.

7. Daniel James. "Ideologia e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-60". *Revista Brasileira de História,* 10, 1985, p. 6. Cf. também o excelente ensaio do autor "O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana". *In:* Ângela M. C. Araújo (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

Cabe analisar aqui o progressivo processo de "enquadramento" da memória dos trabalhadores no período anterior a 1964. Mesmo quando não se vê uma classe trabalhadora passiva facilmente cooptável pelo Estado, aponta-se para os seus "equívocos", seus "desvios" que a jogam para longe do seu destino emancipador, consciente e autônomo. Porém, apesar da ênfase dessas afirmações, ainda conhecemos pouco sobre a agência dos trabalhadores, das suas opções políticas, das suas lutas nos locais de trabalho e bairros, o que pensavam de suas lideranças, dos seus governantes e dos seus patrões. A experiência concreta da classe operária ficou subsumida à ideologia formal do populismo ou dos partidos de esquerda mais diretamente ligados a ela.

O presente texto, seguindo os passos que orientam esta coletânea, tem como objetivo trazer à superfície um pouco dessa experiência dos trabalhadores em São Paulo no período de 1943 a 1953, procurando dirigir o foco para além dos enunciados formais e captando a complexa realidade de luta dos operários paulistas com suas ambiguidades, contradições, vitórias e derrotas que marcaram esse período, caracterizado por um extraordinário ressurgimento da classe trabalhadora. A partir dessa perspectiva, daremos ênfase à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e como estes muitas vezes se impuseram diante dos seus representantes sindicais; e, também, as tensões produzidas na experiência concreta das lutas através dos encontros e desencontros da política

sindical do Partido Comunista do Brasil (PCB), criando momentos de tensão entre suas resoluções e a dinâmica do movimento operário e sindical.

TRABALHADORES E SINDICATOS

No Primeiro de Maio de 1943, como era de hábito desde 1939, o presidente Getúlio Vargas reunia-se com os trabalhadores no Estádio São Januário, estádio do Vasco da Gama, numa grande festa, em que anunciava as suas "dádivas" aos trabalhadores. Dessa vez, foram: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); a Lei Orgânica da Previdência Social; e o salário adicional para a indústria. Em contrapartida, aproveitando a ocasião do encontro, o chefe da Nação dirigia-se aos trabalhadores para lembrá-los da

> *"necessidade de aumentarmos a inscrição nos sindicatos profissionais. Não se cogita de alterar-lhes a organização, a estrutura ou a finalidade, mas apenas fazer com que o número de sindicalizados se eleve até abranger a totalidade das profissões, possa influir mais diretamente nas resoluções de caráter econômico, social e político."*[8]

O apelo do presidente foi reforçado com uma série de iniciativas do governo para transformar os sindicatos em instrumentos mais efetivos de representação dos trabalhadores. Em janeiro de 1943, foi criada a Comissão Técnica de Orientação

8. Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, pp. 33-34.

Sindical (CTOS), com o objetivo de reorientar a política sindical vigente até então, dissociando-a da repressão e identificando-a como instrumento de bem-estar social e de garantias de direitos trabalhistas. As principais atribuições da CTOS eram:

- Promover o desenvolvimento do espírito sindical;

- Divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical;

- Organizar cursos de preparação de trabalhadores para administração sindical e de especialização e orientação dos administradores em exercício;

- Prestar aos sindicatos toda colaboração que se julgasse necessária.[9]

Ações de cunho social também foram colocadas em prática pelo governo, como a instituição do Serviço de Alimentação e Previdência Social; a criação das escolas de fábricas; o programa de construção de vilas operárias; e o fomento a cooperativas de consumo para trabalhadores sindicalizados, por meio da fundação do Banco Cooperativo Financial.

Toda essa movimentação governamental para dotar os sindicatos de um maior dinamismo deixava transparecer alguns sintomas das mudanças. O assistencialismo estava sendo utilizado como um forte mecanismo de atração dos

9. Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988, pp. 272-275. Nesta mesma obra, a autora chama a atenção também para a criação dos chamados "tempos festivos" durante o Estado Novo, que marcavam o encontro de Vargas com os trabalhadores em grandes comemorações, pp. 235-237.

trabalhadores para os sindicatos. Além disso, o vento forte da democracia que começava a soprar sobre os trópicos colocava o imperativo do acionamento de dispositivos que fossem além da repressão para manter o movimento operário e sindical em limites bastante estreitos.

O empresariado paulista respondeu positivamente aos apelos do governo. O Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP), em uma de suas circulares de junho de 1943, recomendou aos seus filiados que, em caso de igualdade de condições, dessem preferência ao trabalhador sindicalizado nos serviços de sua empresa.[10] O Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral (SIFT) instruiu seus associados a incentivarem a sindicalização dos seus funcionários, conforme aparece neste informe interno da entidade:

> *"O senhor Ministro do Trabalho, pelo rádio, da tribuna e pelos jornais, tem feito larga propaganda da sindicalização das classes [...]. Este sindicato entende que a sindicalização dos trabalhadores têxteis é um benefício para eles próprios e para os empregadores. O empenho dos sindicatos em causa é instruir os seus associados sobre a legislação trabalhista, levando-os a conhecer tão bem os seus direitos e deveres que a sua tendência natural é não provocar dissídios inúteis com os seus empregadores ou dar a dissídios banais caráter de luta."*[11]

10. CIESP. *Circular* n. 120/43, 20 jun. 1943.

11. SIFT. *Circular* n. 2.307, 11 set. 1943.

No Primeiro de Maio de 1944, Vargas abre uma exceção e realiza a comemoração festiva, nos mesmos contornos rituais, em São Paulo, no Estádio do Pacaembu. Mais uma vez, conclama os trabalhadores a cerrarem fileiras nos seus sindicatos:

> *"A massa operária de São Paulo, nos seus trinta e três mil locais de trabalho, concentra cerca de oitocentos mil trabalhadores e destes apenas cento e vinte mil se acham filiados aos órgãos de classe. Noutra oportunidade já vos dirigi um apelo para que vos congregásseis por forma que os sindicatos representassem realmente um número de associados que fosse expressão total de cada atividade, aptos a exercer ativa fiscalização dos direitos que lhes assistem [...] Essa modificação de mentalidade é tanto mais imperiosa e fácil de apreender quando se considera a rapidez das transformações da vida econômica do próprio conceito de capital, que deixou de ser simples acumulação de dinheiro para representar energia social concentrada em incessante e fecundo movimento."*[12]

Mas o que estava acontecendo no mundo do trabalho acenava em outra direção. Com a mesma mão que ofertava, o governo retirava direitos. Com o "Esforço de Guerra", que passou a vigorar a partir do final de 1942, iniciou-se para os trabalhadores um processo sucessivo de suspensão de

12. Getúlio Vargas. *A nova política do Brasil*, pp. 290-291.

direitos trabalhistas por meio de vários decretos presidenciais. A jornada de trabalho foi estendida para dez horas; o sistema de férias foi alterado; a ausência no trabalho a partir do oitavo dia passou a ser considerada como abandono de emprego; a recusa em mudar de posto de trabalho ou seção implicava dispensa imediata; foi liberado o trabalho noturno para mulheres e menores. As greves eram consideradas crimes contra a segurança nacional e os grevistas estavam sujeitos a condenações de dois a seis anos de reclusão. A partir de novembro de 1942, as faltas passaram a ser equiparadas a crime de deserção.[13] Silvio Alem menciona um memorando da Embaixada dos Estados Unidos de 1944, dirigida ao Departamento de Estado, que torna bastante evidente o oportunismo do empresariado, que se aproveitava da conjuntura de guerra:

> *"Alguns acreditam que os líderes da indústria têxtil tenham ficado insatisfeitos por muito tempo por causa das vantagens dadas aos trabalhadores e que eles procuravam uma desculpa para anular a execução dessas leis na prática ou senão em princípio. É evidente que a Lei de Mobilização dá à indústria têxtil controle autocrático sobre a sua força de trabalho e que essa indústria recorre a esse controle para responder à pressão que podia vir de baixo para cima para conseguir uma revisão da escala de vencimentos."*[14]

13. Maiores detalhes sobre a "Lei de Esforço de Guerra", cf. Maria Célia Paoli. *Labor, Law and State in Brazil: 1930-1950.* Tese de doutorado. Londres: Birkbeck College/University of London, 1988.

14. Silvio Frank Alem. *Os trabalhadores e a redemocratização.* Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1981, p.13.

A partir de julho 1944, a indústria têxtil também passou a ser considerada de "interesse nacional". Seus trabalhadores ficaram sujeitos às mesmas sanções e normas já mencionadas anteriormente. No entanto, isso não foi suficiente para impedir que algumas greves tivessem ocorrido, como no caso do Lanifício Varan:

> *"Durante a Segunda Mundial, eles proibiram aqui no Brasil você fazer greve. Na indústria que eu trabalhava, a Varan, a maioria do tecido era gabardine para o Exército. Então, eles aproveitavam disso, do problema da Segunda Guerra, para nos dificultar. Então greve não podia fazer, faltar ao serviço você precisava dar satisfações, você precisava pedir licença para casar. Foi a fase que eles mais ganharam dinheiro [...]. Eu tenho que confessar, eu não entendia essas coisas, mas eu já lutava internamente nas fábricas em torno do direito. Nós fizemos um movimento na Varan. A polícia política veio e eles ficaram no portão na hora que nós íamos sair. Aí o Varan nos cercou e me apontava para a polícia que era para ela me prender. Eu não sabia quem eram aqueles homens. Na minha inocência pensava que a polícia era só esses fardados. Eu disse: não, quem parou a sua fábrica foi o senhor mesmo, porque o senhor não atendeu o nosso pedido. Nós não paramos fábrica nenhuma, e fomos para greve."*[15]

15. Depoimento de Antônio Chamorro concedido ao autor, 29 fev. 1988.

Na Companhia Laminação de Metais, localizada no município vizinho de Santo André, os trabalhadores também cruzaram os braços. Fabricante de armas automáticas, a empresa estava sob intervenção por se recusar a seguir o tabelamento de preços determinado pelo governo. O interventor nomeado foi um militar, o coronel Adamastor, famoso pelos seus métodos autoritários no relacionamento com os trabalhadores. Indignados com suas atitudes, os operários paralisaram a fábrica, conforme nos relata Rolando Fratti, dirigente comunista na região do ABC paulista:

> *"O coronel Adamastor passa a dirigir a Laminação como se fosse um quartel e obrigava o operário a fazer continência etc. Claro que isso acabou numa greve. Foi o Armando Mazzo, que trabalhava lá. Trabalhava na seção do avião paulistinha. Ele assumiu a liderança principal dessa greve, tanto que nós o escondemos em Santos até a véspera do fim da guerra."*[16]

Nos primeiros meses de 1945, encontraremos os trabalhadores impondo um duro teste aos sindicatos, quando as greves começavam a se multiplicar por diversas categorias. A reação da maioria dos sindicatos foi de pronta condenação à atitude dos grevistas, como atesta o manifesto dirigido à população assinado pelos presidentes de quatro federações e 27 sindicatos de trabalhadores. Apesar de reconhecerem as dificuldades financeiras enfrentadas pela população em

16. Depoimento de Rolando Fratti, concedido ao Centro Ecumênico de Documentação e Investigação (CEDI), s. d. Segundo Fratti, várias empresas de grande porte em Santo André, como a Pirelli, a Fishet, a Rhodia e a própria Companhia Laminação de Metais contavam com algum tipo de organização interna dos trabalhadores, tais como comissões de salários e comissões de reivindicações, além de células do PCB, como era o caso da Pirelli.

geral e a necessidade de obtenção de um salário "razoável", estabilização dos preços, planificação econômica e a defesa dos princípios contidos na CLT, os signatários do manifesto alertavam:

> *"Devemos nos bater, entretanto, ao lado das autoridades no sentido de que a produção não diminua, pois ao contrário, diminuirão também as possibilidades de criação de riqueza, que devem ter como consequência natural, maiores possibilidades também de assistência social. Que diriam de nós os nossos irmãos na frente de batalha se vissem os soldados da retaguarda, que são os trabalhadores do Brasil, contribuindo para a interrupção do ritmo normal de nossa luta que é o nosso trabalho? Somente os quintas-colunas, sabotadores da unidade e dos interesses nacionais, poderão insuflar movimentos que façam com que diminua a nossa contribuição aos soldados da frente externa."*[17]

As direções sindicais procuravam responder com energia à falta de controle sobre a reação de suas bases, que tendiam a aumentar cada vez mais. Além disso, as condições de vida enfrentadas pelos trabalhadores agravavam-se a cada dia, com a explosão dos preços dos gêneros de primeira necessidade, o congelamento dos salários e a intensificação

17. "Manifesto dos sindicatos de trabalhadores à classe operária", *Folha da Manhã,* 10 abr. 1945.

do ritmo e da jornada de trabalho ditadas pelo Esforço de Guerra. No correr de um ano, de 1943 a 1944, conforme assinala John French,

> *"Os aumentos variaram de um mínimo de 14% a um máximo de 115%, a maioria dos gêneros alimentícios sofrendo aumentos entre 30% e 60%. A taxa de aumentos de preços dos alimentos intensificou-se entre meados de 1944 e início de 1945: por exemplo, em um mês, de julho a agosto de 1944, o aumento dos preços do macarrão, feijão e pão representou metade do aumento total durante o período de 1943 a 1944."*[18]

Os trabalhadores emitiam sinais de descontentamento tanto com a difícil situação em que se encontravam quanto com o desempenho das entidades sindicais que os representavam. A greve deflagrada pelos ferroviários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, na cidade de Campinas, entre os dias 24 e 31 de março de 1945, foi um desses sinais. Nessa greve, o chefe da Divisão Regional do Trabalho procurou intervir no sentido de convencer os grevistas a prestigiarem seu órgão de classe, orientando-os a encaminharem suas reivindicações para a administração da empresa, por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Paulista. O encontro realizado entre os diretores do sindicato, o diretor regional do trabalho e os grevistas apareceu nos jornais do dia seguinte com a seguinte versão:

18. U.S. Bureau of Labor Statistics (USBLS), *Labor Conditions in Latin America,* 20, 1944, *apud:* John. D. French. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995, p. 123.

> *"Entretanto os operários não demonstraram interesse de entrar em acordo com a companhia por intermédio do sindicato, tanto assim que manifestaram sua determinação de prosseguir com a greve, até que obtivessem o aumento desejado, que é de 65 centavos por hora de trabalho."*[19]

Mesmo diante da ação policial contra eles e da maior intransigência da direção da ferrovia, que se recusava a dialogar, os grevistas voltaram a manifestar sua disposição de negociar diretamente com a empresa, demonstrando claramente o sentimento de desconfiança nutrido por estes em relação à entidade da categoria.

> *"Por outro lado, os operários não confiam mais nem no sindicato e nem nas autoridades trabalhistas, estando dispostos a constituir uma comissão de funcionários para se entender diretamente com a administração da Estrada."*[20]

Os ferroviários de Campinas estavam protagonizando uma experiência que tenderia a se espalhar rapidamente como pavio de pólvora. E foi o que efetivamente aconteceu. Os conflitos que emergiam nos locais de trabalho ganhavam contornos cada vez maiores e invadiam as ruas, contagiando a sociedade que começava a sentir os ventos da democratização do país. As greves de maio de 1945 em São Paulo se constituíram nas maiores manifestações operárias

19. *Folha da Manhã*, 28 mar. 1945.

20. *Folha da Manhã*, 28 mar. 1945.

durante o Estado Novo. Inicialmente "puxadas" pelos têxteis, várias categorias de trabalhadores foram envolvidas, entre as quais as dos metalúrgicos, vidreiros, gráficos, ceramistas, ferroviários e doqueiros. Sindicatos patronais e de trabalhadores foram apanhados de surpresa pelos acontecimentos grevistas. As paralisações estenderam-se por todo o mês de maio. Em casos como o dos têxteis e ferroviários da São Paulo Railway, por intermédio das respectivas comissões de greve, foi solicitada mediação do interventor estadual, Fernando Costa, para que o acordo fosse firmado entre empregados e empregadores.[21]

21. *Folha da Manhã*, 22 a 30 mai. 1945.

O clima entre grevistas e sindicatos estava marcado pela desconfiança mútua. As comissões, mesmo contrariando a vontade dos sindicatos patronais e de trabalhadores, insistiam em acompanhar pessoalmente o andamento das negociações. Em determinadas situações, as próprias comissões tomaram para si a responsabilidade de negociar, atropelando os sindicatos, como se viu nos exemplos relatados. Nas palavras do presidente do sindicato patronal do ramo têxtil, Humberto Reis Costa, as comissões eram consideradas na maioria dos casos "extremadas", ao contrário dos sindicalistas, "ponderados" e "razoáveis".[22]

22. SIFT. *Circular* n. 2.576, 30 mai. 1945.

Apesar das iniciativas governamentais no sentido de atrair os trabalhadores para os seus sindicatos, isto só aconteceu quando estes alteraram seus procedimentos organizativos.

Enquanto a prática burocrática e passiva se manteve, foram os trabalhadores organizados nos seus locais de trabalho que deram o tom das grandes manifestações operárias no período de democratização do país. O protagonismo dos sindicatos dependeu, como se verá, da capacidade destes de traduzirem para a ação sindical as múltiplas demandas nascidas nos locais de trabalho.

AS GREVES NOS PRIMEIROS MESES DE 1946

Vencedor das eleições de dezembro de 1945, o general Eurico Gaspar Outra tomou posse no dia 1º de fevereiro de 1946, diante de um conturbado cenário político. A democracia não iria esperar mais do que uns poucos dias para ter suas bases testadas pelo laboratório das lutas sociais. De dezembro de 1945 a março do ano seguinte, ocorreu quase uma centena de greves envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores de diferentes categorias. A luta pela conquista do abono de Natal e por aumento de salários constituía-se na principal reivindicação da maioria das greves ocorridas.[23] Uma das mais espetaculares foi a greve nacional dos bancários que, na data da posse do general Dutra, se encontrava no sétimo dia de duração.[24]

A greve foi decretada em concorrida assembleia na tarde do dia 24 de janeiro, que tomou todas as dependências do sindicato na Avenida São João, centro da capital. A principal

23. Para um quadro mais amplo das referidas greves, cf. Ricardo Maranhão. *Sindicatos* e *democratização.* São Paulo: Brasiliense, 1979; Hélio da Costa. *Em busca* da *memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.* São Paulo: Scritta, 1995 e John D. French. *O ABC dos operários.*

24. Na capital e no interior do estado, ocorreram várias greves gerais por categoria como têxteis, metalúrgicas e transportes. Cf. *Hoje; Vanguarda Socialista; Diário Popular* e *Folha da Manhã.* Sobre a greve dos bancários, cf. Letícia B. Canêdo. *Bancários: movimento sindical* e *participação política.* Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

reivindicação era a regulamentação do salário profissional, uma luta que já durava dez anos. Dezenas de entidades sindicais mobilizaram-se em solidariedade aos colegas bancários, já que do bom êxito da greve dependia a sorte das demais categorias. Esse foi o tom proferido pelos oradores que fizeram uso da palavra na reunião do dia 2 de fevereiro, promovida pela Comissão Permanente do I Congresso Sindical do Estado de São Paulo. Realizada no Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Fiação e Tecelagem, essa reunião contou com a presença de representantes de 23 entidades, que insistiram para que a comissão tomasse medidas concretas para auxiliar os bancários em sua luta. Entre as providências tomadas, foi criada a "caixa do grevista" para sustentação do movimento. Uma das principais fontes de recursos era a promoção de shows com artistas do rádio. Alguns artistas doaram parte da renda de seus espetáculos, como foi o caso de Orlando Silva, um dos cantores mais populares da época.[25] A greve prolongou-se por 19 dias. Os bancários conseguiram um aumento de Cr$ 300,00 (trezentos cruzeiros) e a garantia de que não sofreriam represálias dos banqueiros. Porém, a principal reivindicação, visando regulamentar o salário profissional, foi adiada mais uma vez.[26]

A paralisação teve um significado particular nesse momento de intensa agitação operária, conseguindo canalizar muito das energias represadas pelo conjunto dos trabalhadores.

25. *Jornal Hoje*, 5 fev. 1946 e *Folha da Manhã*, 6 fev. 1946.

26. Cf. Letícia B. Canêdo. *Bancários*, p.59.

Apesar de todo período repressivo caracterizado pelo Estado Novo, os bancários, com a importante ajuda de outras categorias, conquistaram o direito de greve na prática e demonstram através de uma greve nacional a capacidade de organização que o movimento sindical poderia alcançar. Essa foi também a primeira greve de impacto em que o sindicato assumiu de forma efetiva seu papel dirigente e assinalou a disposição dos trabalhadores de lutar ao lado das entidades comprometidas com a defesa dos seus interesses.[27] Quando isto não aconteceu, os trabalhadores não hesitaram em atropelar seus representantes.

Assim ocorreu com o sindicato dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo. O sindicato não compareceu nem mesmo à sede do Conselho Regional do Trabalho, ao julgamento do dissídio coletivo suscitado por trabalhadores de várias empresas metalúrgicas. As autoridades trabalhistas decidiram desconsiderar o dissídio em função da manutenção da greve dos solicitantes e da ausência do sindicato à sessão. Terminado o encontro, inconformados com a atitude das autoridades, os trabalhadores fizeram duras críticas ao sindicato da categoria, acusando-o de manter-se alheio ao movimento levado adiante pela base metalúrgica. Ao responder aos grevistas, no dia seguinte, o presidente da entidade, Mário Sobral, acabou por confirmar seu distanciamento em relação a sua base, ao dizer que as greves aconteceram sem

27. Nesse momento, parte considerável de militantes e dirigentes sindicais já começava a adotar uma postura mais combativa, influenciada em grande medida pelos quadros sindicais do Partido Comunista do Brasil (PCB).

a prévia consulta ao sindicato e que este estivera ausente da referida sessão por não ter sido notificado pela Justiça do Trabalho.[28]

28. *Diário Popular*, 28 fev. 1946.

É pouco provável que a diretoria não tivesse informação sobre o dissídio solicitado pelos trabalhadores da sua base, pois a imprensa vinha noticiando quase diariamente a paralisação nas grandes empresas, envolvendo milhares de trabalhadores. Nesse ambiente de tensão permanente, é bastante ilustrativa a atitude dos empregadores da Metalúrgica Wolff durante uma das rodadas de negociação com o sindicato, como aparece a seguir:

> *"Ontem às 15 horas, sob a presidência do senhor Ângelo Zanini, delegado Regional do Trabalho, efetuou-se outra reunião, em que foi tratada a situação dos grevistas da Metalúrgica Wolff, achando-se presente uma comissão de operários, representantes do sindicato e da Wolff. Todos os representantes patronais se recusaram a discutir o assunto na presença da comissão de operários, e passaram a deliberar tão somente com a diretoria do sindicato, não se alcançando qualquer resultado."*[29]

29. *Diário Popular*, 23 fev. 1946.

O comportamento do sindicato, insistentemente criticado por sua base, foi rememorado alguns anos depois na assembleia do dia 31 de dezembro de 1951, na sede do sindicato.

O advogado da entidade, Chistovam Pinto Ferraz, ao fazer uso da palavra relembrou as greves de 1946, tecendo duras críticas à atuação do ex-presidente Mário Sobral:

> *"Para reajustar os salários dos trabalhadores metalúrgicos, que já naquele momento percebiam salário inferior à condição de vida [...], a resposta que recebi da diretoria do sindicato daquela época foi a seguinte: que nós não deveríamos levantar um problema dessa importância quando os trabalhadores não queriam. O que não é exato, porque naquela época, tínhamos mais ou menos quarenta fábricas entre as maiores que se encontravam em greve, em virtude de seus empregados pretenderem aumento de salários."*[30]

Havia um campo tenso de disputa entre segmentos do movimento sindical em torno das formas de organização dos trabalhadores em relação às suas reivindicações, que as greves em curso traziam à tona com mais clareza. Os principais polos deste confronto eram os comunistas de um lado e os "ministerialistas" de outro.[31]

Essa polarização pôde ser observada com a realização simultânea de dois congressos operários na capital paulista, em janeiro de 1946. O I Congresso Estadual dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, promovido pelo Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)[32] e o Congresso Nacional das

30. Livro de Ata 6, 2 dez. 1951, *apud:* Maria Helena Simões Paes. *O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: 1920-1951.* Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979, p. 178.

31. Maiores detalhes sobre esses embates, Cf. Hélio da Costa. *Em busca da memória;* John D. French. *O ABC dos operários;* Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968.* São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995. Annez Troyano. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

32. Idealizado pelos comunistas, o MUT foi fundado oficialmente em 30 de abril de 1945, quando lançou um manifesto à nação com mais de 300 assinaturas de dirigentes sindicais de 13 estados com objetivo de organizar os sindicatos nos municípios ou nas regiões para colocar em prática a política sindical do partido.

Entidades Sindicais dos Trabalhadores, organizado por algumas federações sindicais dirigidas por conhecidos sindicalistas assumidamente identificados com o atrelamento sindical e com um forte sentimento anticomunista. Remanescentes do Estado Novo, esses dirigentes tinham livre trânsito no Ministério do Trabalho e seriam os fundadores da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI).[33]

Desde o momento em que começou a atuar na legalidade, a posição do Partido Comunista em relação às greves mudou em vários momentos. A primeira (de maio a dezembro de 1945) foi o período em que o PCB focalizou sua política na reorganização do movimento sindical, por meio de várias ações simultâneas: conquistas de sindicatos, organização de congressos sindicais e intensificação das campanhas de sindicalização. O MUT, por exemplo, foi criado com objetivo de colocar em prática essas políticas que deveriam culminar com a organização de uma central sindical sob hegemonia comunista.

Outra característica dessa fase foi a adesão dos comunistas à campanha queremista, sustentada pelos partidários de Getúlio Vargas, e a condenação aos movimentos grevistas, encarados como um estopim perigoso a ser usado pelos setores reacionários contrários à democratização que se processava no país. A palavra de ordem do partido para os seus militantes sindicais era "apertar os cintos". Isto é, deixar as

33. *Hoje* e *Folha da Manhã*, 10 jan. 1946.

reivindicações econômicas e imediatas para segundo plano. A prioridade política era a conquista da democracia, estratégia definida em 1943, na Conferência da Mantiqueira e denominada Política de União Nacional para Democracia e o Progresso.

Os comunistas, graças ao trabalho sindical paciente e contínuo desenvolvido antes e durante o Estado Novo, e intensificado a partir de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, tornaram-se já no início da democratização o segmento político mais organizado no interior do movimento operário. Esse enraizamento dentro dos movimentos sociais traduziu-se numa prática que referendava a liderança exercida por muitos ativistas comunistas nas ações grevistas, por um lado, e por outro viria a provocar futuras divergências por parte desses militantes, como aparece abaixo:

> *"Alguns casos recentes como a nossa posição negativa em relação à greve. A tal palavra de ordem apertar o cinto e outras tantas incoerências [...]. Muitas coisas eu não estava entendendo e nem os companheiros com os quais vinha militando por tantos anos na base."*[34]

Nesse sentido, pode-se falar em diferentes PCs. O partido da retórica oficial, que pregava a contenção dos conflitos com a burguesia progressista na luta contra as forças reacionárias representadas pelo latifúndio e o imperialismo, e o

34. Eduardo Dias. *Um imigrante e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 58.

partido das bases, dos locais de trabalho, dos sindicatos, que não poderia virar as costas para a enorme demanda econômica e política dos trabalhadores represada durante anos de ditadura.

A segunda fase, que se inicia a partir dos primeiros meses de 1946 e vai até início de 1947, começou sob clima de euforia democrática, com a posse de Dutra, combinada com uma forte explosão grevista. Os sindicatos sob direção dos comunistas posicionavam-se reservadamente sobre as greves, porém sem condená-las enfaticamente, pois os parlamentares comunistas lutavam pela aprovação do direito de greve na Assembleia Constituinte, levando-os a atritos com os partidos de sustentação do governo. Era preciso, então, certo malabarismo político. Por um lado, o PCB, além de estar à frente das greves de grande vulto, como a greve dos bancários, defendia seu exercício irrestrito; ao mesmo tempo, colocava-se como aliado do governo Dutra, que se opunha ostensivamente às greves reprimindo-as violentamente.

As greves passam a ser classificadas como *justas* ou de *agitação*. Havia o desafio do partido de conquistar a confiabilidade dos amplos setores sociais como "partido da ordem", livre do estigma comunista e de todo o imaginário que o cercava. Esse quadro se traduzia em frequentes situações de embaraço de militantes e dirigentes sindicais comunistas, que se

viam na contingência de liderar greves quando pressionados pelas suas bases, ao mesmo tempo em que eram orientados pelo partido a evitá-las.[35]

35. Para uma análise consistente sobre a política do PCB nesse período, cf. John D. French. *O ABC dos operários;* Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa.*

OS SINDICATOS VERMELHOS

Contrariando o refluxo das lutas sindicais na segunda metade de 1947, diante da onda repressiva desferida pelo governo Dutra, os primeiros meses do ano seguinte testemunharam algumas greves de impacto. Especialmente entre os ferroviários a movimentação foi intensa. Merece atenção a greve ocorrida em fevereiro de 1948 na Estrada de Ferro Mogiana, em Campinas. Esta greve trouxe elementos de continuidade das lutas anteriores, que se mesclaram com as novas orientações do PCB. Ela também assinala novamente a tensão entre os grevistas e o sindicato da categoria.

Às 10 horas do dia 24 de fevereiro de 1948, irrompeu nas oficinas da Mogiana em Campinas um movimento que paralisou por completo o tráfego na ferrovia. A greve atingiu simultaneamente as oficinas e os depósitos da estrada em Ribeirão Preto.[36] A comissão de reivindicação, composta por sete membros, procurou a direção da empresa para dar início às negociações. A companhia recusou-se a recebê-la, questionando sua legitimidade para falar em nome dos trabalhadores. O sindicato da categoria foi convocado para negociar com a empresa.

36. *Folha da Manhã*, 25 fev. 1948.

No dia seguinte, a comissão de reivindicação compareceu no sindicato acompanhada por numerosa comitiva de trabalhadores. Um dos seus membros e principal líder da greve, José da Silva Pinto, fez uso da palavra solicitando garantias da parte do sindicato contra eventuais perseguições. Pouco tempo depois, todos os membros da comissão foram detidos pela polícia na sede do sindicato. O delegado regional do trabalho apelou aos grevistas para que retornassem ao trabalho. Os ferroviários, por sua vez, condicionaram qualquer acordo à soltura das lideranças presas.[37]

37. *Folha da Manhã,* 26 fev. 1948.

A relação entre as comissões de grevistas e a direção do sindicato ao longo da paralisação foi de conflito permanente. A entidade só aceitou intermediar as reivindicações pautadas pelos grevistas por absoluta pressão. Quando as circunstâncias os obrigavam a dividir o mesmo espaço na mesa de negociação, a conduta diferenciada de ambos explicitava-se:

> *"Parecia haver dificuldades intransponíveis. A conduta dos diretores do sindicato contrastava com a atitude assumida pelas comissões de reivindicação, de salário e de greve, que irredutíveis conclamavam os ferroviários a não retornar ao trabalho enquanto não lhes fosse assegurada a majoração pretendida de Cr$ 500,00 mensais em seus vencimentos."*[38]

38. *Folha da Manhã*, 28 fev. 1948.

Depois de se avistarem com a direção da empresa e com o representante do Departamento Estadual do Trabalho, na capital paulista, a diretoria do sindicato dos ferroviários transmitiu aos grevistas a falta de disposição de patrões e autoridades de avançar nas negociações enquanto perdurasse a greve. O sindicato anunciava sua decisão de encaminhar as reivindicações somente através dos mecanismos legais. Porém, os interventores sindicais[39] pareciam pouco credenciados pelos grevistas para promover qualquer reviravolta no rumo dos acontecimentos, como reconheciam os jornais.

> *"Essas negociações, entretanto, foram neutralizadas pela conduta das comissões de reivindicações, de salários e de greve, que continuaram a aconselhar os ferroviários para que não transigissem."*[40]

A assembleia de encerramento da greve acorreu pouco antes da meia-noite do dia 27 de fevereiro, reunindo cerca de 400 operários, que aguardavam o desfecho de uma reunião entre o juiz da Vara Criminal de Campinas, os advogados do sindicato e a comissão de greve. Os trabalhadores aceitavam retornar ao trabalho mediante duas condições: a libertação dos ferroviários detidos em função da greve e mediação do juiz que se comprometia a apressar o andamento do dissídio coletivo.[41]

39. O Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Zona Mogiana, em Campinas, também foi atingido pela maré intervencionista de maio de 1947.

40. *Folha da Manhã*, 28 fev. 1948.

41. *Diário Popular* e *Folha da Manhã*, 28 fev. 1948.

Porém, o dissídio não aconteceu. Foram mais de três meses de espera, sem que nenhum sinal para a solução do impasse fosse dado. O resultado dessa imobilidade foi a eclosão de uma nova greve no dia 7 de junho. Os grevistas mantinham inalteradas as reivindicações de fevereiro. Suas ações e seus pronunciamentos estavam mais radicalizados, e o primeiro alvo foi o sindicato. A hesitação da junta interventora não foi mais tolerada pelos grevistas, que não mediram palavras para denunciar a postura "submissa" e "colaboracionista" da entidade. Lutaram ainda pela suspensão do imposto sindical, considerado inconstitucional, e acusavam o sindicato de ser um "apêndice do Ministério do Trabalho, da Federação das Indústrias e do Departamento de Ordem Política e Social".[42] O tom extremado das acusações ao sindicato inviabilizava qualquer tipo de ação conjunta e sinalizava a intenção, por parte dos líderes grevistas, de conduzir o movimento de forma integral, deixando o sindicato à margem dos acontecimentos.

Ainda no primeiro dia de greve, a Companhia Mogiana instaurou inquérito para demissão de 19 ferroviários, atingindo as principais lideranças da greve. Os representantes das comissões foram alertados pelo delegado titular de polícia sobre as dificuldades que iriam passar, caso o movimento não fosse encerrado em breve. No dia seguinte, voltando à presença do delegado, os líderes grevistas manifestaram a disposição dos seus colegas ferroviários de manter a greve até que o aumento pleiteado fosse obtido.[43]

42. *Folha da Manhã* e *Diário Popular*, 08 e 09 jun. 1948.

43. *Folha da Manhã*, 10 e 12 jun. 1948.

Os grevistas, além da repressão, enfrentavam o problema da falta de dinheiro para prosseguir com a paralisação, dada a ausência do sindicato. Para amenizar a situação, foi organizado um fundo de greve. Inicialmente reunidos em grupos munidos de uma bandeira nacional, os trabalhadores percorreram as ruas da cidade, os estabelecimentos comerciais e bancários, solicitando ajuda financeira. Posteriormente, foram instalados quatro postos para arrecadação de alimentos. Os costumeiros "livros de ouro" também foram providenciados.[44]

No sétimo dia da greve houve uma audiência entre a comissão de greve e o novo inspetor-geral da Companhia Mogiana. Os grevistas mantiveram-se irredutíveis nas suas reivindicações. José da Silva Pinto, o principal líder, deu a seguinte declaração logo ao sair da reunião:

> *"Sou um dos ferroviários, e a despeito de toda a minha dedicação à ferrovia, tenho sido mal compreendido. Desafio que a administração possa provar minha falta de dedicação [...]. Fiz parte do Partido Comunista do Brasil, mas logo após a cassação do seu registro pelo governo deixei de militar nas suas hostes [...]. Penso que a Cia. Mogiana tem fundos suficientes para fazer face às despesas do pretendido aumento sem que essa medida determine um déficit para a Estrada."*[45]

44. *Folha da Manhã* e *Diário Popular*, 10, 12 e 13 jun. 1948.

45. *Folha da Manhã*, 13 jun. 1948.

A repressão atingiu os grevistas de forma violenta. Mais de 150 ferroviários foram demitidos entre os dias 13 e 14 de junho. A gráfica dos grevistas foi invadida, o material apreendido e os trabalhadores presentes presos. A delegacia de polícia instaurou inquérito para apurar os responsáveis pela greve. Os líderes tentavam resistir, e José da Silva Pinto destacava-se dentre eles pela contundente defesa da continuidade do movimento. No entanto, poucos dias depois a greve foi levada à exaustão. No dia 18, os trens voltavam a circular, embora uma parte da ferrovia se mantivesse desativada. No dia seguinte, a imprensa noticiou a normalidade do tráfego, ressaltando, porém, que os trens circulavam escoltados por policiais. Medida preventiva contra qualquer reação dos trabalhadores.[46]

Como ocorreu nos anos anteriores, também aqui a máquina sindical oficial não conseguiu inibir as iniciativas de lutas que extrapolaram seu controle. Mesmo com o ambiente repressivo do governo Dutra, os ferroviários organizados nos seus locais de trabalho voltavam à cena como força atuante e, apesar do sindicato, deram uma grande demonstração de combatividade e organização.[47] Apesar das várias tentativas, o sindicato não conseguiu tomar as rédeas da situação, mesmo quando lançou mão da coação policial sobre os grevistas. Em contrapartida, as comissões organizadas durante a greve tinham a representação de fato do movimento, fruto de longos anos de lutas e trabalho militante na categoria.

46. *Folha da Manhã*, 17, 18 e 19 jun. 1948.

47. Essa greve de 1948 é lembrada como uma das lutas heroicas dos ferroviários da Mogiana. Cf. depoimento de vários dirigentes do sindicato ao autor, 29 mai.1997.

Somente esta experiência de enraizamento profundo poderia ter conferido o grau de legitimidade alcançado pelas lideranças na condução dos acontecimentos numa conjuntura tão desfavorável.

Um aspecto relevante das mencionadas paredes, em especial a de junho, foi a atitude dos líderes grevistas de protagonizar a greve e excluir o sindicato de qualquer envolvimento com esta. Outro foi a iniciativa dos grevistas de suspender o recolhimento do imposto sindical pelo sindicato por meio de medida judicial acompanhada de ataques às entidades oficiais atreladas ao governo. Estas ações estavam em sintonia com a nova orientação política do Partido Comunista, não obstante o principal líder da greve, José da Silva Pinto, ter afirmado que deixara "de militar nas suas hostes" após a cassação do seu registro pelo governo.

Com o "Manifesto de 1948", o PCB declarou oficialmente sua política de oposição radical ao governo Dutra, chamado de "Governo de Traição Nacional" e "depositário de todas as forças reacionárias a serviço do imperialismo".[48] No plano sindical, a orientação era para que os militantes comunistas assumissem a defesa intransigente da liberdade e da autonomia sindicais. O imposto sindical deveria ser duramente atacado. Os sindicatos, nessa nova política, passaram a ser orientados sob um prisma completamente diferente em relação à conjuntura anterior. Além de instrumentos de

48. Luís Carlos Prestes. "Como enfrentar o problema da revolução agrária e anti-imperialista". *Revista Problemas*, 8, abr. 1948.

dominação de classe, tornaram-se sinônimos de autoritarismo, roubalheira e corrupção. Os comunistas teriam ainda o papel de desmascarar os traidores de sua classe e apontar o "caminho a ser seguido pelas massas".[49]

Em suma, a política sindical definida pelo PCB sofre uma inflexão profunda a partir de 1948. A luta para conquistar os sindicatos oficiais perdeu centralidade, o imposto sindical, até então bastante tolerado, passou a ser condenado como "principal herança do corporativismo fascista" e a aliança com outras correntes do movimento sindical, especialmente com os trabalhistas, foi substituída pela confrontação declarada. O esforço dos militantes do partido deveria se concentrar na formação de associações profissionais ou centros operários, paralelos ao sindicalismo oficial.

As greves também passaram a ser estimuladas como em poucas épocas na história do partido. Foi o chamado período das greves de "gancho".[50] A greve iniciada na Estrada de Ferro Santos-Jundiaí no dia 18 de janeiro parece ter sido um desses casos de greves "arrancadas". Motivada pela demissão de cinco trabalhadores, acusados de distribuírem panfletos subversivos entre seus companheiros, a greve atingiu diversos setores. Todavia, o tráfego de trens funcionou "normalmente" devido à ação do Corpo de Bombeiros. O movimento não passou do segundo dia porque "parou o local de trabalho, mas o ferroviário mesmo, a máquina não parou,

49. "Ninguém pode pagar o imposto sindical", *Imprensa Popular*, 27 fev. 1948.

50. Expressão que indicava que as greves eram puxadas de fora para dentro, conforme depoimento concedido ao autor pelo ex-ferroviário e militante comunista Misael Barbosa da Silva, 10 fev. 1988.

quando o trem passa o ferroviário não adere".[51] Rafael Martinelli, futura liderança nacional dos ferroviários, fala do seu "batismo" na militância sindical nessa greve:

> *"Na vida sindical eu comecei na greve de 1949 na ferrovia. A greve foi feita paralela ao sindicato e com a cassação das liberdades que houve com outra, cassando o Partido Comunista, intervindo em sindicatos em 1947. Quer dizer, o nosso sindicato ficou na mão de policiais etc. Então houve aquela outra orientação política das esquerdas de fazer organizações paralelas."*[52]

A prática radicalizada dos militantes comunistas, ancorada na política sindical do PCB, parece estar presente nessas greves dos ferroviários. Porém, é preciso lembrar que elas se misturam com práticas e manifestações que estão presentes no cotidiano das lutas operárias. O próprio conflito entre trabalhadores e sindicatos é anterior a essa conjuntura, como já foi observado. A prática de negociação direta via comissões, passeatas, organização do fundo de greve também não era novidade. Além disso, a deterioração dos salários e das condições de trabalho não deve ser desconsiderada nesse contexto de lutas dos ferroviários paulistas. O Esforço de Guerra não havia chegado ao fim para eles: "No período da guerra, o pessoal da categoria foi obrigado a trabalhar 16, 18 até 20 horas sem limite [...] e isso passou ser um hábito".[53]

51. *Diário Popular,* 20 e 21 jan. 1949. Depoimento de Misael Barbosa da Silva, 10 jul.1988, que foi um dos cinco membros da Comissão de Reivindicações da referida greve.

52. Depoimento de Rafael Martinelli, concedida ao autor, 6 fev. 1988. Segundo outro membro da Comissão de Reivindicação, Oscar Ferreira, os nomes dos líderes da greve foram entregues pessoalmente ao delegado de polícia pelo presidente do sindicato "pelego", Sebastião Paiva. Cf. depoimento concedido ao autor, 16 out. 1988.

53. Depoimento de Otávio de Oliveira, ex-ferroviário, ao Centro de Memória Sindical, s.d. Entre as cinco reivindicações dos grevistas da Mogiana, duas eram referentes a antigas conquistas: pagamento das horas extras, como sobre tempo nos dias santos e feriados, e a concessão de passes livres para viagem em trem noturno, cf. *Folha da Manhã*, 27 fev.1948. Segundo estudos do Sindicato dos Trabalhadores da Estrada de Ferro Mogiana, realizados por um perito contratado, a inflação em dezembro de 1947 havia atingido 29% em Campinas e 22% em Ribeirão Preto. Contrariando a expectativa dos trabalhadores, o governo acenava com congelamento de salários. *Folha da Manhã*, 10 jun. 1948.

Todas essas considerações dão um tom menos nítido, quando se trata de relacionar de forma direta as ações do movimento operário com a orientação do PCB na sua fase de radicalização e confrontação. Na verdade, é uma via de mão dupla com tráfego intenso em que se cruzam as experiências de lutas, as condições materiais e as orientações políticas, sendo difícil saber onde começa e onde termina a influência de uma sobre a outra.

A DUPLA MILITÂNCIA

A criação de organizações sindicais paralelas foi uma das políticas mais controvertidas do PCB e, sem dúvida, uma das que mais geraram tensão entre a base sindical e a cúpula do partido. O ponto nervoso que gerou questionamento foi a recomendação política para que os militantes comunistas deixassem os sindicatos oficiais, "para dar o exemplo à massa", e concentrassem sua militância na criação de associações independentes, sem qualquer vínculo com Estado.[54]

A dupla militância nas associações independentes e nos sindicatos oficiais foi um dos expedientes mais praticados pelos ativistas subordinados à orientação partidária, como nos conta a tecelã Maria Salas:

54. Mais detalhes, cf. Hélio da Costa. *Em busca da memória*, capítulo 3; Ricardo Maranhão. *Sindicatos e democratização;* Augusto César Buonicore. *Política sindical do PCB – 1948-52: entre utopia e ruptura*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997; e Ana Beatriz Lorner. *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto: um estudo.* Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

> *"A gente estava acostumada a frequentar o sindicato, no sindicato havia gente, entende? Ou em busca de remédio, do dentista, qualquer coisa, sempre havia mais gente do que na União dos Trabalhadores. Então a única vantagem é que a União de Trabalhadores havia em todos os bairros praticamente. Nós frequentávamos a do Tatuapé, na Rua Tuiuti. Mas nunca saímos de sócio do sindicato, do sindicato nunca."*[55]

55. Depoimento de Maria Salas concedida ao autor, 13 jun. 1990.

Afonso Delellis, metalúrgico, futuro presidente do sindicato da categoria, avalia também como equivocada a política sindical dos comunistas porque a "massa" continuava indo para o sindicato oficial ignorando as propostas, as ideias difundidas pelas associações paralelas. Isto, segundo ele, só fez aflorar seu pendor para indisciplina partidária, conforme nos conta a seguir:

> *"Eu sou meio indisciplinado e eu não cumpri essa resolução, eu continuei clandestino no sindicato oficial pagando minha mensalidade porque eu não estava convencido, isso foi uma vantagem danada porque quando veio aquele negócio, todo mundo de volta para o sindicato, e eu garanti o meu [risos], eu já não preciso voltar porque eu não saí."*[56]

56. Depoimento de Afonso Delellis concedido ao Centro de Memória Sindical, 30 jun. 1979.

Essas experiências pouco exitosas não foram absolutas. Houve incursões de sucesso como a União dos Bancários de São Paulo (UBESP), fundada em setembro de 1949. Construída em torno das comissões pró-aumento de salários, essa experiência aparece como uma das poucas iniciativas de paralelismo sindical que não mereceram condenação explícita dos antigos militantes. A União estimulou a criação de comissões de bancos e chegou até a obter reconhecimento de algumas delas por parte das empresas.

O sucesso dessa investida contra a estrutura sindical oficial, contudo, não significou sua negação absoluta. A criação de uma entidade alternativa não traduzia, por parte daqueles que estavam à sua frente, a intenção de abandonar o sindicato oficial *sine die*. De fato, nas eleições sindicais de 1950, a UBESP entrou na disputa, apresentando uma chapa denominada "Libertadora", que saiu vitoriosa no pleito.[57]

O balanço crítico desse período de radicalização do partido produziu um dos maiores consensos entre os seus antigos militantes.[58] No entanto, ainda que fundamental para análise dessa experiência, essa memória de "banimento" do passado tende a obscurecer alguns aspectos que, se vistos em perspectiva histórica, adquiririam outros significados.

Por que afinal os comunistas se recusavam a abandonar os sindicatos oficiais? Não é uma pergunta fácil de ser respondida, mas é preciso chamar a atenção para dois aspectos

57. Letícia B. Canêdo. *Bancários*, pp.73-81.

58. Cf. Ana Beatriz Lorner. *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto*.

que normalmente são negligenciados. Um primeiro fator a ser considerado é o envolvimento político e pessoal que esses militantes tinham com seus sindicatos. Muitos deles foram fundadores ou dedicaram boa parte de suas vidas na construção e democratização de suas entidades, que, de um momento para o outro, foram arrancadas deles arbitrariamente. Abandonar o sindicato representava a negação das suas histórias ou da própria identidade política. Em segundo lugar, esses militantes também se desviaram da orientação do partido em outros momentos. Os que se recusaram a abandonar os sindicatos foram os mesmos que se recusaram a "apertar os cintos" quando o PCB se pautava pela "Política de União Nacional". Ou seja, havia um sentimento de comprometimento que presidia a ação desses militantes, cuja relação com o movimento operário era intrínseca e, portanto, sujeita a sua dinâmica. Isto, em determinadas conjunturas, produzia concepções e práticas diferenciadas entre militância e direção partidária.

COMISSÕES E SINDICATOS NA GREVE DE 1953

A partir de meados de 1952, os comunistas deram por encerrada oficialmente sua tentativa de forjar um sindicalismo paralelo à estrutura oficial, que pudesse representar uma alternativa de organização dos trabalhadores classista e independente do Estado. Doravante, novamente os sindicatos oficiais seriam o espaço de atuação da política sindical do PCB.[59]

59. "É dever de cada comunista ingressar em seu sindicato, tornar-se militante sindical e não poupar esforços para convencer as massas trabalhadoras da necessidade de entrarem para os sindicatos". Resolução do Comitê Nacional do PCB de julho de 1952. *Revista Problemas*, 42, set.-out. 1952.

Quanto à organização nos locais de trabalho, as resoluções do partido apontavam para sua instrumentalização como principal ponto de apoio para a atuação sindical, servindo também como forma de pressão sobre as diretorias "pelegas". Nessa perspectiva, os militantes eram orientados a criar conselhos sindicais nas empresas, cuja organização deve

> *"agrupar todos os trabalhadores e sua formação não deve ficar subordinada à aprovação prévia das diretorias sindicais, embora os comunistas não devam poupar esforços para que as mesmas a reconheçam".*[60]

As direções sindicais, em muitos casos, encontravam-se na situação desconfortável de renunciar às suas propostas originais e silenciar diante dos questionamentos e das acusações dos trabalhadores durante as assembleias.[61]

O trabalho minucioso e bem articulado da militância comunista, orientada pelos quadros mais experientes, ganhou importância cada vez maior na readequação da política sindical traçada pelo PCB. A atividade paciente passou a ser respeitada e deixou de ser vista como acomodação ou desvio ideológico. A estruturação das comissões de fábrica ganhou um grande impulso nesse período e teve um papel destacado nas grandes mobilizações operárias.[62] Um dos exemplos mais notáveis foi a "greve dos 300 mil", como ficou conhecida a paralisação ocorrida entre os dias 25 de março e 23 de abril

60. *Revista Problemas*, 42, set.-out. 1952.

61. Este foi o caso da assembleia realizada na Associação Profissional dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, na qual os líderes organizaram uma Comissão de Salário que a diretoria de início se recusara a aceitar, além de obrigarem o presidente da Associação a se pronunciar a favor da greve, caso não fosse efetuado o pagamento do abono de emergência reivindicado pelos ferroviários. *Notícias de Hoje*, 21 nov. 1952.

62. Jacob Gorender observa que, "de um lado, o PCB voltou às fábricas, quer dizer, recolocou centenas de militantes capacitados dentro delas e mudou seu tipo de relacionamento, deixou de pensar em arrancar greves e se expor com facilidade, para fazer um trabalho paciente de contatos e convencimentos". Depoimento concedido ao autor, 06 fev. 1988. Maria Salas, ex-tecelã e militante comunista, afirma: "organizei comissões de empresa em cinco fábricas diferentes antes da greve de 1953, na tecelagem Urca, na Tecelagem São Paulo, na Tecelagem Testilha...". Depoimento concedido ao autor, 13 jun. 1990.

de 1953 em São Paulo, envolvendo trabalhadores de quatro categorias: têxteis, metalúrgicos, vidreiros e marceneiros. O Pacto de Unidade Intersindical (PUI), formado inicialmente por essas categorias, sobreviveu à greve e desempenhou papel importante em futuras mobilizações operárias.[63] Outras categorias aderiram ao movimento, posteriormente, como os gráficos. O movimento se espalhou também pelas cidades vizinhas, como Osasco, Santo André e São Caetano.

A greve se encerrou no 27º dia do movimento, quando foi assinado o acordo entre patrões e empregados, concedendo reajuste de 32% aos grevistas. Embora longe do índice de 60% pretendido inicialmente, a greve foi considerada vitoriosa pela maioria dos seus líderes, dado seu impacto político positivo sobre os sindicatos.[64] Outro aspecto que chamou atenção nessa greve foi a solidariedade dos grevistas com seus companheiros presos. Os têxteis e os metalúrgicos, mesmo depois de aprovado o índice de 32%, permaneceram em greve por mais uma semana até que seus colegas fossem libertados.[65]

As comissões de fábrica foram as grandes referências para os trabalhadores durante a greve. Elas protagonizaram o movimento grevista política e organizativamente.[66] A atuação destacada das comissões gerava um clima de desconfiança mútua e atritos constantes entre estas e as diretorias dos sindicatos. No caso dos têxteis e vidreiros, isso era evidente.

63. Como, por exemplo, a greve de outubro de 1957, analisada neste livro por Paulo Fontes.

64. "Os sindicatos ganharam novo impulso e o número de sócios cresceu rapidamente. As assembleias passaram a ser mais concorridas e mais disputadas. Novos ativistas surgiram, principalmente entre os jovens". Depoimento de Paul Singer concedido ao autor, 11 fev. 1990.

65. Não é nosso objetivo, neste artigo, fazer uma análise da complexidade dessa greve e suas múltiplas implicações. Vamos nos deter apenas na relação entre as comissões de fábrica e os sindicatos. Sobre as outras dimensões dessa greve tratadas sob diferentes enfoques: cf. Hélio da Costa. *Em busca da memória*, capítulo 4. José Álvaro Moisés. *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Polis, 1972; Inês Alencar F. Barreira. "*Autonomia da classe operária? A greve de 1953*". Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

66. Entrevista de Paul Singer concedida ao autor, 11 dez. 1988.

Ainda na primeira semana de greve, o jornal *Última Hora* já estampava a seguinte manchete: "Luta surda entre os líderes dos tecelões", referindo-se à disputa entre o presidente da entidade, Nelson Rustici e Antônio Chamorro, o principal líder da greve e membro da comissão de greve. Rustici era favorável à proposta de %23 do governador Lucas Nogueira Garcez, enquanto Chamorro se mostrava contrário a ela.

No dia seguinte, ao tentar colocar em votação a proposta de aumento por escrutínio secreto, a diretoria foi duramente criticada pela comissão de salário, que queria a votação por aclamação. O presidente do sindicato foi obrigado a ouvir um solene "não" a uma só voz de todos os presentes. A assembleia foi encerrada por Antônio Chamorro, conclamando os trabalhadores a não abrirem mão do reajuste de 60%.[67]

Ao criticar a "intransigência" da comissão de salários impedindo a realização de um acordo, a própria imprensa reconhecia o papel cada vez mais influente das comissões na condução da greve. Antônio Chamorro fala um pouco do seu relacionamento com a diretoria do sindicato dos têxteis durante a greve:

> *"O Nelson Rustici era o único que ficava com a greve, o restante era todo contra. Mas havia isso, o pessoal não confiava nele, confiava na gente.*

67. *Última Hora* e *Folha da Manhã*, 2 abr. 1953.

68. Depoimento de Antônio Chamorro concedido ao autor, 13 jun. 1990.

69. *Última Hora* e *Folha da Manhã*, 19 abr. 1953.

Por exemplo, as assembleias dos têxteis era no clube Piratininga, quem pagava o aluguel do salão era nós da comissão de salário, a diretoria não pagava."[68]

Mais próximo do final da greve, houve um novo conflito entre sindicalistas e comissões. Dessa vez, foi com o presidente do Sindicato dos Vidreiros, José Chediak, que, depois de conquistado o aumento de 32%, defendeu, diferentemente do comitê de greve, o retorno ao trabalho mesmo sem a libertação dos grevistas presos. Segundo o dirigente sindical: "A entidade não pode ficar submetida a um grupo que pretende controlar, como pequeno ditador, a liberdade dos sindicatos dos trabalhadores em greve".[69]

Passados seis meses do término da greve, ocorreu novo incidente entre militantes sindicais (entre eles alguns ex-membros da comissão de salários) e a direção do sindicato dos têxteis, que terminou em pancadaria, sendo necessária a ação da polícia para serenar os ânimos. É interessante notar o papel coadjuvante ou "decorativo" assumido pelo sindicato no comunicado distribuído à imprensa pela sua diretoria durante a greve dos 300 mil:

"O movimento ficou inteiramente confiado a uma comissão eleita em assembleia e pelo departamento jurídico. A diretoria, propriamente dita, só tinha papel decorativo, isto é, só assinava

68. Depoimento de Antônio Chamorro concedido ao autor, 13 jun. 1990.

69. *Última Hora* e *Folha da Manhã*, 19 abr. 1953.

papéis [...]. A diretoria não pode ficar eternamente jungida aos interesses de elementos ligados a partidos políticos de espécie alguma."[70]

Como já mencionamos, um dos aspectos reveladores dessa greve foi a permanência viva em seu cotidiano de toda uma memória de lutas e uma tradição de resistência que tornavam os locais de trabalho o centro gerador e impulsionador do movimento do início ao fim. As lideranças mais populares tinham sua origem nas comissões de fábrica que, efetivamente, definiam os rumos da greve, muitas vezes colidindo com a direção de alguns sindicatos. Os ativistas comunistas, socialistas e de outras forças de esquerda acabavam por encontrar nelas o lugar privilegiado de ação.

A militância comunista destacou-se no desenrolar da greve. Esteve à frente de muitas comissões de greve e salários e da Comissão Intersindical de Greve. O jornal *Notícias de Hoje*, órgão de divulgação do partido, tornou-se o principal porta-voz dos grevistas. Conhecido pela militância sindical na capital paulista, oriundo das fileiras do PCB, Antonio Chamorro, embora não fosse diretor sindical, foi o principal líder da greve, exercendo enorme influência na condução das assembleias.

Na memória dos antigos militantes, a greve é um divisor de águas, que assinala a reconquista dos sindicatos pelos setores combativos do sindicalismo afastados das suas

70. *O Dia*, 21 out. 1953.

entidades em consequência da repressão ocorrida no governo Dutra, a partir de maio de 1947. Marca ainda a renovação do movimento sindical com o aparecimento de novos militantes, que passam a frequentar os sindicatos, e o crescimento contínuo da participação do sindicalismo na vida política do país, interrompido apenas por força do golpe militar de 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia que se implantava em meados da década de 1940 passou por um duro teste quando as manifestações grevistas tomaram um impulso incontrolável. O espectro do Estado Novo passou a rondar as entidades patronais, os gabinetes das autoridades e os porões da repressão. Poucos meses depois da posse de Dutra já havia grevistas presos, líderes perseguidos, sindicatos sob intervenção, manifestações e comícios proibidos e um decreto antigreve.

As greves constituíram-se no grande laboratório do qual emergiu a experiência de classe demonstrada em toda sua capilaridade nos locais de trabalho, nos sindicatos, na política partidária, nas manifestações de rua. Nesse constante fluxo entre trabalhadores e suas entidades de representação nas diversas lutas narradas aqui, fica evidente que os

sindicatos foram palco de conflitos permanentes em que os interesses de classe estavam explicitamente colocados, diferentemente do que idealizavam o governo e os empresários.

Parte da literatura especializada define a prática sindical desse período como cupulista. As organizações de base são interpretadas como fenômenos passageiros e espontâneos, isto é, fora da órbita dos sindicatos ou partidos que lhes dariam intencionalidade política.[71] Desta forma, as comissões de trabalhadores, que aparecem sobre diversas denominações - comissões de fábrica, comissões de greve, comissões de salários, comissões de reivindicações -, embora fossem capazes de expressar o potencial reivindicatório da classe operária, não eram consideradas expressão política dos trabalhadores. Criava-se, assim, uma dicotomia entre ações espontâneas e organização política de classe.

As organizações nos locais de trabalho não foram um impulso ocasional ditado pela conjuntura do pós-guerra e reproduzido de maneira efêmera em outros momentos. Elas fazem parte da experiência da classe trabalhadora desde as suas primeiras gerações e sobreviveram a formas diferenciadas de organização sindical e partidária. Desta forma, "partidos e sindicatos tiveram que entrar no universo da experiência de classe para poderem propor-se como dirigentes da luta".[72]

71. Cf. Ricardo Maranhão. *Sindicatos* e *democratização* e José Álvaro Moisés. *Greve de massa e crise política*.

72. Maria Célia Paoli. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros". *In:* José Sérgio Leite Lopes (org.). *Identidade* e *cultura operária*. Rio de Janeiro: UERJ/ Museu Nacional/ Marco Zero, 1987, p. 94.

Esses trabalhadores demonstraram uma arrojada disposição de luta, um forte espírito de coesão, confiança em suas lideranças, espírito de solidariedade e uma noção bem precisa dos seus interesses e das regras em jogo nas inúmeras disputas em que se envolveram. O relato da experiência de um ex-ferroviário da E. F. Sorocabana, em Sorocaba, sobre seu primeiro contato com uma greve, ilustra essa perspectiva:

> *"O senhor Toninho lembrou-me de uma ocasião, em 1946, quando ainda tinha 14 anos e começara a trabalhar em máquina de rebites, um colega chamou e mandou que parasse o trabalho. Embora, o outro fosse mais velho, ele lhe respondeu que só obedecia o seu pai, e este o avisara para não bancar o preguiçoso. O colega então lhe explicou que era para ele fazer o que os outros estavam fazendo. Com o tempo ele entenderia. Pararam por uma hora mais ou menos e o Zé Pinto explicou que era uma greve branca. Ele não se lembra com que finalidade. Mas se recorda que a ordem seguinte que recebeu foi para fazer o serviço de forma bem lenta. O que faziam em uma hora, deviam levar um dia inteiro. Foi nessa ocasião também que aprendeu a pressionar o maçarico sobre o ferro bem na hora em que o fiscal estava passando, de forma a deixá-lo cego por alguns momentos e ele não conseguir fazer o controle direito."*[73]

73. Vera Lúcia Vieira. *Cooptação e resistência: Um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo de 1945 a 1950*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989, p. 253.

Como se pode ler neste relato, havia um legado de lutas que eram adquiridas quase que informalmente pelos trabalhadores e incorporadas no seu cotidiano de trabalho. De forma simultânea ao aprendizado do seu ofício, o operário ia tomando contato com as atitudes e os valores que davam a dimensão de seu papel como sujeito coletivo.

Não parece que a subordinação do espaço fabril à política sindical e partidária consiga dar conta da complexidade dessa relação entre trabalhadores, sindicatos e partidos, experimentada entre 1940 e 1950. Os trabalhadores organizados nos locais de trabalho souberam, por um lado, oxigenar essas instituições, conferindo-lhes um caráter popular e de massa e, ao mesmo tempo, obrigá-las a rever suas políticas no campo da luta concreta. Os locais de trabalho exerceram um papel revigorante no interior da prática operária e a sua existência mostrou-se vital tanto nos períodos de maior abertura política como nas conjunturas de endurecimento e repressão. Em outras palavras, elas não se destacaram apenas porque sindicatos e partidos não podiam atuar livremente. As organizações nos locais de trabalho não foram expressão de momentos isolados, pois continuaram ativas, pautando as demandas do movimento operário e politizando os espaços institucionais, por meio da confrontação, da recusa, de alianças ou da incorporação e revisão das atitudes e da retórica daqueles que se colocavam na função de representá-los.[74]

74. "Esta não é uma história que pode ser reduzida a uma história institucional a qual se atribui uma lógica prefixada". Maria Célia Paoli. "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros", p. 95. Joel Wolfe. *Working Women, Working Men. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

Voltando à questão inicial em torno da construção histórica do sindicalismo pré-1964, devem ser reavaliados os elementos que marcaram o muro divisor entre o velho e o novo sindicalismo: cupulismo *versus* base; greves *versus* negociações pelo alto; lutas gerais *versus* questões imediatas; organização *versus* mobilização. Uma primeira observação é que tais dicotomias não encontram respaldo nas inúmeras fontes documentais sobre o movimento operário do período. Uma segunda questão diz respeito à existência de evidências na direção de continuidades entre esses dois momentos do sindicalismo brasileiro.[75]

Se tomarmos as experiências e as acompanharmos de forma mais aproximada, penetrando nos seus inúmeros recintos, vamos nos deparar com valores como solidariedade, combatividade e espírito classista, que estavam fortemente enraizados na cultura operária e explicitados em organizações de base, pequenas e grandes greves, passeatas, protestos, momentos de confronto, intervenções sindicais, festas, bailes etc. Marcelo Badaró, referindo-se ao movimento sindical no Rio de Janeiro, afirma:

"Voltando às greves de metalúrgicos, bancários e ferroviários, em fins dos anos 50 e início dos 60, encontrei um quadro muito diferente. Greves participativas, organizadas a partir do local de

75. Evidentemente não estamos negando as rupturas, afinal, trata-se de dois tempos distintos, intercalados por uma ditadura. As peculiaridades e a relevância do "novo sindicalismo" na história política do país tem sido objeto de análise de grande quantidade de estudos acadêmicos e ensaios políticos. Estamos apenas chamando atenção para o corte abrupto entre "o novo" e "o velho" sindicalismo que subestima o papel histórico deste último.

trabalho e com integração viável entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas."[76]

Muitos desses valores e atitudes ainda permanecem no "fazer-se" da classe trabalhadora. Evidentemente não se está querendo idealizar o passado. Não se trata, também, de obscurecer o pesado fardo que representou e ainda representa a estrutura sindical herdada do período Vargas, neste momento crucial em que o sindicalismo brasileiro enfrenta o desafio histórico de superá-la. Nossa análise procurou problematizar uma determinada construção do passado que, não obstante seu questionamento por parte de uma determinada produção das ciências sociais, permanece dominante nos meios acadêmico e sindical, mesmo quando as motivações políticas e ideológicas que reforçaram tal construção parecem não fazer mais sentido nos dias atuais.

76. Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos,* p. 219. Outros trabalhos que caminharam na mesma direção: José Ricardo Ramalho. *Estado patrão e luta operária – o caso FNM.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; Marco Aurélio Santana. "Política e história em disputa: o novo sindicalismo e a ideia da ruptura com o passado". *In:* Iram Jácome Rodrigues (org.). *O novo sindicalismo vinte anos depois.* Petrópolis: Vozes, 1999; José Sérgio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe das cidades das chaminés.* São Paulo: Marco Zero/UnB, 1988; Elina G. Pessanha. "De operários navais a metalúrgicos: experiências de classe e identidade política entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro". *In:* Alice R. de Paiva Abreu e Elina G. Pessanha (orgs.). *O trabalhador carioca - estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: JC Ed., 1994.

FONTES

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

CENTRO das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). *Circular*, n. 120/43, 20 jun. 1943.

SINDICATO da Indústria de Fiação e Tecelagem (SIFT). *Circular* n. 2.307, 11 set. 1943 e *Circular* n. 2.576, 30 mai. 1945.

Folha da Manhã, 1945, 1946, 1948 e 1953.

Diário Popular, 1948.

Jornal Hoje, 1946.

Imprensa Popular, 1948.

Notícias de Hoje, 1952.

Última Hora, 1953.

O Dia, 1953.

Revista Problemas, 8, abr. 1948; 42, set.-out. 1952.

Depoimento de Antônio Chamorro concedida ao autor, 29 fev. 1988 e 13 jun. 1990.

Depoimento de Rolando Fratti, concedido ao Centro Ecumênico de Documentação e Investigação (CEDI), s.d.

Depoimento de Misael Barbosa da Silva concedido ao autor, 10 fev. e 10 jul. 1988.

Depoimento de Otávio de Oliveira concedido ao Centro de Memória Sindical, s.d.

Depoimento de Maria Salas concedida ao autor, 13 jun. 1990.

Depoimento de Afonso Delellis concedido ao Centro de Memória Sindical, 30 jun. 1979.

Depoimento de Jacob Gorender concedido ao autor, 6 fev. 1988.

Depoimento de Paul Singer concedido ao autor, 11 fev. 1990.

Depoimento de Rafael Martinelli, concedido ao autor, 6 fev. 1988.

Depoimento de Oscar Ferreira, concedido ao autor, 16 out. 1988.

BIBLIOGRAFIA

ALEM, Silvio Frank. *Os trabalhadores e a redemocratização*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1981.

BARREIRA, Inês Alencar F. *Autonomia da classe operária? A greve de 1953*. Dissertação de mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BUONICORE, Augusto César. *Política sindical do PCB - 1948-52: entre utopiae ruptura*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

CANÊDO, Letícia B. *Bancários: movimento sindical e participação política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

COSTA, Hélio da. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.

DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FARIA, Hamilton José Barreto de. *A experiência operária nos anos de resistência: a oposição metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operaria (1964-1978)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo: Vértice, 1988.

_____. "O populismo e as ciências sociais no Brasil". *Tempo,* 2, dez. 1996, pp. 53-54.

JAMES, Daniel. "Ideologia e resistência de classe: o peronismo e a classe operária, 1955-60". *Revista Brasileira de História,* 5 n. 10, 1985.

LORNER, Ana Beatriz. *O PCB e a linha do Manifesto de Agosto: um estudo*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1985.

LOPES, José Sérgio Leite. “Lectures savantes d’un syndicalisme paradoxal”. *Genèses*, 3, mar. 1991, pp. 73-96.

_____ . *A tecelagem dos conflitos de classe das cidades das chaminés*. São Paulo: Marco Zero, UnB, 1988.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura,1988.

MOISÉS, José Álvaro. “As estratégias do novo sindicalismo”. *Revista de Cultura e Política*, 5, 1981.

_____ . *Greve de massa e crise política*. São Paulo: Polis, 1972.

PAES, Maria Helena Simões. *O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo: 1920-1951*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.

PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”. *In:* LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Identidade e cultura operária*. Rio de Janeiro: UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, 1988.

_____ . *Labor, Law and State in Brazil: 1930-1950.* Tese de doutorado. Londres: Birkbeck College, University of London, 1988.

_____ . “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros”. *In:* LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Identidade e cultura operária*. Rio de Janeiro: UERJ/ Museu Nacional/ Marco Zero, 1987.

PAOLI, Maria Célia Paoli; SADER, Eder e TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. *Revista Brasileira de História, 3 n. 6, set. 1983*.

PERROT, Michelle. *Jeunesse de la grève, 1871-1890*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

PESSANHA, Elina G. “De operários navais a metalúrgicos: experiência de classe e identidade política entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro”. *In:* ABREU, Alice Rangel e PESSANHA, Elina G. (orgs.). *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC, 1994.

_____ . *O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC, 1994.

PRESTES, Luís Carlos. “Como enfrentar o problema da revolução agrária e anti-imperialista”. *Revista Problemas*, 8, abr. 1948.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANTANA, Marco Aurélio. *Partido e militância sindical. A atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947-1964)*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968*. São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I: *A árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (Coleção Oficinas da História).

TROYANO, Annez. *Estado e sindicalismo*. São Paulo: Símbolo, 1978.

VIEIRA, Vera Lúcia. *Cooptação e resistência: Um estudo sobre o movimento dos trabalhadores em São Paulo de 1945 a 1950*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

WEFFORT, Francisco. “Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período (1945-1964)”. *Revista de Cultura Contemporânea*, 2, 1978.

_____ . “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968”. *Cadernos CEBRAP*, 5, 1972.

_____. *Sindicato e política*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975.

WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class. 1900-1955*. Durham: Duke University Press, 1993.

4

AUTOMÓVEIS 100% NACIONAIS PARA ARGENTINA E BRASIL

Parceria desenvolvimentista no além-mar*

Antonio Luigi Negro

INTRODUÇÃO

Industrias Kaiser Argentina e Willys-Overland do Brasil são duas empresas automobilísticas resultantes da viagem de Henry Kaiser à América Latina em agosto de 1954.[1] Filho de imigrantes alemães, Kaiser encarna como ninguém a trajetória do *self made man*, tendo acumulado fortuna e popularidade no ramo da construção de estradas e de navios nos anos 1930 e 1940. "Nenhum industrial desde Henry Ford conquistou tanto em tão pouco tempo quanto Henry Kaiser", calculou a *Fortune*. Cotado para concorrer nas eleições presidenciais de 1944 como vice-presidente na chapa de Roosevelt, "tornou-se um herói nacional, o que o país há muito não via, desde Henry Ford".[2]

A comparação entre um empresário e outro não era gratuita. Na expressão de Langworth, Kaiser foi responsável, junto de Joseph Frazer, pela "última investida sobre Detroit", a capital mundial da indústria automobilística, sede das Três Grandes, General Motors, Ford e Chrysler. Fascinados com o brilho da fabricação de carros, organizaram a Kaiser-Frazer Corporation, instalando sua fábrica em Willow Run (Michigan). Rapidamente, entretanto, dissipou-se a bolha de mercado que os animou, e a crônica falta de recursos vultosos tornava inviável sua presença no ramo fabril de veículos de passageiros. Mesmo assim, sinalizando duas outras

* Uma versão preliminar desse capítulo foi apresentada na comunicação "Métodos americanos para países pobres: Industrias Kaiser Argentina e Willys-Overland do Brasil", exposta no encontro Trabalhadores e Sindicatos no Brasil: Pesquisas Recentes, promovido pelo Laboratório Dimensões da História, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, a 26 de agosto de 1998. Com agradecimentos a Alexandre Fortes pelos seus preciosos comentários.

1. Tanto sua chegada nos anos 1950 (instalação de fábricas) quanto sua retirada no final dos de 1960 (desnacionalização do setor) contribuem para a compreensão da história de outras nações que também passaram pela política de substituição de importações, como o México, por exemplo. Ver Douglas Bennett e Kenneth Sharpe. *Transnational Corporations versus the State. The Political Economy of the Mexican Auto Industry.* Princeton: Princeton University Press, 1985.

2. *Fortune,* jul. 1951.

fusões que estavam por vir, Kaiser, em 1953, incorporou Willys-Overland Motors e sua lucrativa linha de veículos utilitários, baseada no Jeep.[3]

Tal aquisição foi algo além ele uma operação financeira, possibilitando a mescla de práticas empresariais numa síntese de perfil desenvolvimentista. Se Willys se destacava pela amplitude de suas operações no além-mar por causa do sucesso de seu Jeep, Kaiser já ensaiara a iniciativa de captar recursos para a manufatura no mercado aberto de ações, mobilizando o cidadão comum como investidor e futuro consumidor de seus produtos.

"A liberdade de produzir encerra todas as outras liberdades", sintetizou H. Kaiser em seu discurso no 47º Encontro Anual da Associação Nacional de Industriais, acontecido em dezembro de 1942, mais de dois anos antes de o segundo conflito mundial acabar. Tal liberdade, afiançou, "é a única esperança segura para o mundo do pós-guerra". "No tempo devido", deveria ser estendida - "através de nossas habilidades, nossos produtos, nossas finanças" - "aos quatro cantos da Terra".[4] Porém, em 1942, o Terceiro Mundo ainda deveria aguardar muito antes de ser incluído na agenda da nova ordem mundial do pós-guerra. O conflito terminaria em 1945, e o grande vencedor (os EUA) decidiria reerguer a Europa Ocidental em primeiro lugar. Os laços de obstrução do

3. Richard Langworth. *Last Onslaught on Detroit.* Nova Iorque: Automobile Quarterly Publications, 1975. No pós-guerra, as Três Grandes se interessariam pelo reerguimento europeu e consolidariam sua preponderância ante as "Independentes Líderes" (nome dado a Studebaker Corporation, Hudson Motor Car Company, Nash Kelvinator Corporation, Packard Motor Car Company, empresas que haviam sobrevivido à concorrência, à depressão dos anos 1930 e que ainda operavam com relativo sucesso). Nash e Hudson fundaram a American Motors Corporation em maio de 1954. Em junho, seria a vez da criação da Studebaker-Packard Corporation. Enquanto os Kaiser exportaram suas linhas de montagem para Brasil e Argentina, American Motors e Studebaker-Packard continuaram atuantes nos EUA até o seu fechamento, cerca de 20 anos depois das fusões.

4. Henry J. Kaiser. *Management Looks at the Post-War World.* Nova Iorque: Newcomen Society, 1943.

desenvolvimento industrial nos países pobres não relaxariam rapidamente, e a América Latina seria "esquecida" pela política externa estadunidense.[5]

Vivenciando a ascensão de sua popularidade política, o próprio Kaiser tinha em mente duas etapas distintas. Primeiramente, tinha a honra de "arrumar a própria casa" e desenvolver e reforçar a vasta economia do país que estava para emergir como grande potência mundial. Exortando seus pares a construir 9 milhões de habitações, a responder à demanda por carros ("uma civilização como a nossa é completamente dependente de transporte"), a construir um audacioso e vasto sistema de autoestradas e a fornecer tratamentos de saúde, o orador definiu o "desafio e responsabilidade" do momento: dar ao povo estadunidense

> *"uma oportunidade imediata de ir trabalhar, primeiro em casa; então, assim que as necessidades se esclareçam, os frutos do seu trabalho podem ir para o Estrangeiro para ampliar as oportunidades daqueles por cuja liberdade eles agora lutam".*[6]

Nitidamente, a precondição estabelecida para a expansão internacional do pós-guerra era o próprio programa de desenvolvimento a ser perseguido pelo grupo Kaiser. A plataforma que o possível parceiro de chapa de Roosevelt vislumbrava para seu país era composta de itens constantes no raio de atuação de suas empresas: transporte, estradas, saúde

5. "Para as nações que se associaram à Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948, com a esperança de ingressar numa nova era das relações interamericanas, a grande questão, no final dos anos 1940 e 1950 [...] era: por que não existe um Plano Marshall para a América Latina?". Ver Elizabeth Cobbs. *The Rich Neighbor Policy. Rockefeller and Kaiser in Brazil*. New Haven: Yale University Press, 1992, p. 12.

6. Henry J. Kaiser. *Management Looks at the Post-War World.*

e habitação. Para alcançá-la, na frente dos povos por cuja "liberdade" lutavam, vinham a vitalidade e a enorme potencialidade de crescimento dos próprios EUA.

Adicionalmente, Kaiser-Frazer ainda teria de ser criada em 1946. E, mesmo depois dos prejuízos que vieram, a resistência de Henry Kaiser em ampliar seus negócios para o além-mar também teria de ser vencida. A combinação mau negócio e discussões com interlocutores de confiança o fez mudar de ideia. "Pense nisso, Henry", aconselhou deLesseps Morrison, prefeito de Nova Orleans. São "200 milhões de pessoas na América Latina sem uma indústria automobilística sequer", completou. Comitiva formada, partiram para conhecer a América Latina em agosto de 1954, viajando para México, Venezuela, Colômbia, Brasil e Argentina.[7]

FEITO ABAIXO DO EQUADOR

"Os Kaiser nunca batem em retirada", costumavam repetir orgulhosos Henry e seu filho, Edgar. De fato, percorrido o continente, não abandonaram seus meios de produção no território perdido para a concorrência e evitaram vendê-los a preço desvalorizado. Ao reelaborarem suas experiências com Kaiser-Frazer e Willys-Overland, promoveram um recuo organizado em direção ao Brasil e à Argentina, retirando-se da linha de frente da produção industrial automobilística.

7. O diálogo entre Morrison e Kaiser está transcrito em *The Kaiser Story.* Oakland: Kaiser Industries Corporation, 1968, p. 47. Observe-se que, no caso brasileiro, os acordos esboçados com Vargas teriam de ser retomados dois mandatos presidenciais adiante, no governo Kubitschek.

Amplamente cobertas pela imprensa, as atividades dos viajantes incluíram contatos com políticos, diplomatas, financistas, empresários e militares, fossem eles nativos ou estrangeiros (principalmente os estadunidenses). Todas elas visavam a investigar as possibilidades, os problemas, os desafios, as perspectivas e as questões específicas que cada país visitado apresentava.

No Brasil, Henry Kaiser seria brindado, em 16 de agosto, com um banquete de Oswaldo Aranha, ministro do Exterior de Vargas. Iguarias e exclamações foram saboreadas nessa noite de "encontro de dois gigantes". Para espanto geral dos convivas, Kaiser foi além da proposta de uma indústria automobilística para o Brasil, defendendo uma indústria de autos brasileira para a América do Norte. Aranha e James Kemper, embaixador estadunidense, fizeram chover interjeições de boas-vindas. "Surpreendente!" e "grande!" foram duas delas.

"Oh, yes!" – exultou Aranha, expressando sua concordância com o argumento sobre o desenvolvimento econômico advindo com as exportações da fábrica ainda inexistente. "Nós iremos proteger o mercado brasileiro", garantiu o ministro. Com ares de estadista, cativante, confiante, Aranha sinalizou que Kaiser deveria se avistar com o presidente Vargas. "Precisamos de *know-how,* experiência e coragem no Brasil", acrescentou, discorrendo, em seguida, sobre os

investimentos da General Motors na sua unidade montadora de importados em São Caetano. Sabiamente, preferiu criticar o filho, Oswaldo Gudole Aranha, cujos negócios com a Willys-Overland do Brasil eram idênticos aos da GM (ou seja, ambos importavam veículos desmontados dos EUA para aprontá-los em fábricas no ABC e, em seguida, vendê-los). "Ele está fazendo dinheiro contra os interesses do Brasil". E, numa referência à riqueza brasileira por excelência, sintetizou: "Não podemos viver só de café".[8] Ao finalizar as conversações, Aranha "foi exuberante" quando descreveu para os homenageados "os recursos intocados e as necessidades e oportunidades em quase toda área relevante no Brasil".

"Oh, yeah!" - pensaram os comensais estrangeiros em uníssono. Eldorado podia ser redivivo. Ao seduzir-se com a ideia de uma "General Motors do Brasil", um sinal do golpe sofrido com a derrota para as Três Grandes, Kaiser talvez tenha se recolhido ao seu quarto de hotel ansioso por seu encontro seguinte, com Vargas, figura arredondada e de baixa estatura como ele mesmo, um gigante teuto-americano.

Na tarde de 17 de agosto, a principal dúvida do presidente brasileiro era quanto aos planos de industrialização do empresário. Ele quis saber se Kaiser iria montar ou produzir autos. O segundo disse que não só pretendia fabricá-los inteiramente aqui como também exportá-los para os EUA.

8. Casualmente profético, Aranha não estava se referindo ao presidente que sucederia Vargas, Café Filho, que aplicou uma política anti-industrialista em nome da arrumação das contas internas. Ex-membro do tenentismo, o ministro reconhecia ser a hora de promover a industrialização nacional, para se atingirem as decantadas condições de "independência", "potência" e "desenvolvimento". Ver Ângela Araújo. *A construção do consentimento.* São Paulo: Scritta, 1998, pp. 49-63.

"'Quantos veículos o senhor poderia exportar?'", prosseguiu Vargas em sua curiosidade. "*Mr.* Kaiser" rapidamente calculou 50 mil carros por ano a 2 mil dólares cada. "Tremendamente interessado", o presidente estimulou-o a seguir adiante. "Nós temos o *know-how*, nós temos o ferramental e, se nos estabelecermos aqui, gostaríamos que os brasileiros possuíssem a maioria elas ações da companhia", assegurou Kaiser. Num impulso de insensibilidade diplomática e empresarial, o embaixador Kemper

> *"interrompeu o colóquio ao levantar-se prematuramente, exatamente quando o presidente dava baforadas de satisfação com seu charuto e parecia querer conversar longamente com Mr. Kaiser sobre a industrialização do Brasil".*[9]

No entanto, como reza a superstição do calendário político brasileiro, agosto não costuma ser um mês de boas novas. Em seu romance policial, Rubem Fonseca assim retratou o encontro:

> *"O prefeito de Nova Orleães, deLesseps S. Morrison, recebido em audiência pelo presidente Vargas, disse que o Rio de Janeiro continuava sendo, apesar de certo pessimismo que encontrou entre alguns cariocas, uma das mais agradáveis e seguramente a mais bela cidade do mundo. Morrison, que visitava o Rio pela terceira vez, acompanhava Henry Kaiser, considerado um dos reis da indústria*

9. Citações do banquete e do encontro no Catete retiradas do Relatório de Kaiser e Elliott para E. Kaiser e Trefethen, 16 ago. 1954, f. 1, c. 139. The Bancroft Library (TBL), University of California, (UCB), Henry Kaiser Papers (HJK), BANC MSS 83/42 c.

automobilística americana. Kaiser assegurou, na audiência com o presidente da República, estar sua empresa em condições de transportar para o Brasil uma fábrica com capacidade de produção anual de 50 mil automóveis destinados ao mercado interno e à exportação. Estavam também presentes à audiência o ministro Oswaldo Aranha, o embaixador americano James Kemper e o senhor Herbert Moses. Quando os americanos saíram da entrevista, Kaiser comentou no carro que os levou do Palácio do Catete para o hotel Copacabana Palace, que pelas fotos de Vargas que vira nos EUA, sempre sorridente com um charuto na mão, imaginava que ele fosse uma pessoa alegre e bonachona; surpreendera-se com o aspecto melancólico e sorumbático do presidente."[10]

De todo modo, ante os primeiros acenos de diálogo oficial, o visitante, ao querer assumir a ponta da industrialização substituidora de importações, já tinha condições excepcionais de responder com pronta disponibilidade, acelerando o estreitamento das relações entre Brasil e EUA. Quem não estava preparado - isso mesmo - era o próprio Brasil. Vargas encontrava-se acossado no Catete; estava cercado pelo que chamou de "mar de lama". Era ele olhar para fora de seu palácio e ver o país dividido entre as declinantes imagens de "pai dos pobres" e "mãe dos ricos". O presidente já não

10. Rubem Fonseca. *Agosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 274. A despeito do clima melancólico retratado, que contrasta com a fonte anterior, o registro de Fonseca ecoa fontes primárias fidedignas.

tinha forças para liderar um processo que encontrava oposição entre economistas, políticos e empresários adeptos do "monetarismo".[11]

Embora tenha se revelado mais frutífero, o encontro com Perón foi atribulado. O livro autobiográfico do grupo Kaiser afirma que foi em Buenos Aires que a "recepção" seria mais "simpática" e o "entusiasmo", "contagiante". Porém, no decorrer do colóquio presidencial, Kaiser intuiu a escalação de uma propina nas negociações e enfureceu-se. Ao interromper os entendimentos, encerrou-os ali mesmo, cancelando qualquer encaminhamento já decidido. Na volta ao hotel, uma mensagem assegurava que as negociações correriam como expresso pelo empresário, que então as reabriu. Com participação acionária estatal, estava para nascer a Industrias Kaiser Argentina (IKA).[12] Quando o acordo foi assinado, *Visión* exultou e, na manchete, anunciou uma "nova era na América Latina: produção em massa".

No voo de retorno, uma escala no Rio fez a comitiva sobrevoar uma capital federal em polvorosa. Vargas suicidara-se horas antes e o Palácio do Catete estava cercado pela multidão. Em carta escrita depois desse episódio, Gudole Aranha esclareceria a Kaiser que, embora tivesse tentado, havia sido "impossível" ir encontrá-lo no aeroporto do Galeão por causa da

11. Ver Maria A. P. Leopoldi. "O difícil caminho do meio". *In:* Angela de Castro Gomes (org.). *Vargas e a crise dos anos 50.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, pp. 171-172.

12. *The Kaiser Story,* pp. 47-48. *Visión,* 4 mar. 1955, f. 10, c. 4. TBL, UCB, Edgar Kaiser Papers (EKP). BANC MSS 85/61 c.

> *"morte de nosso presidente na manhã desse dia, dia que se seguiu a uma noite horrível e extenuante, e que terminou tão tragicamente, sendo vivido em cada minuto por meu pai, e por mim mesmo, ao lado do presidente até o momento em que ele eludiu a todos nós para cometer o trágico ato que pôs fim à sua vida".*[13]

Assim, quando retornou ao Brasil em outubro de 1954, Kaiser avistou-se com um novo presidente, Café Filho. Após o encontro, numa entrevista na ABI, declarou que

> *"continuava estudando o projeto de uma grande fábrica, no Brasil, para produzir 50 mil veículos ao ano e que havia concluído, com o governo argentino, acordo para a instalação de uma empresa mista [...] para a produção de carros".*[14]

Entre os grupos empresariais brasileiros com que Kaiser entrou em contato, os Aranha figuraram destacadamente. Enquanto o ministro de Estado cuidou da promoção política e dos canais palacianos, seus dois filhos, Euclides e Oswaldo, recepcionaram o visitante e discutiram seus negócios em comum e a importadora de jipes Willys-Overland do Brasil (WOB), composta por 11 firmas distribuidoras de produtos Willys Motors em 1952 (neste ano, note-se, a Willys não pertencia a Kaiser).[15]

13. Carta de Oswaldo G. Aranha para Henry Kaiser, 30 ago. 1954, f. 8, c. 138. TBL, UCB, HKP, BANC MSS 83/42 c. Sobre o desgaste das imagens de Vargas e as alterações provocadas por seu suicídio, ver Jorge Ferreira. "O carnaval da tristeza". *In:* Angela de Castro Gomes. *Vargas e a crise dos anos 50,* pp. 64-72.

14. Ramiz Gattás. *A indústria automobilística e a Segunda Revolução Industrial no Brasil.* São Paulo: Prelo, 1981, p. 226. Gattás integrou a Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis e a direção do Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares nos anos 1950. Seu livro busca recuperar a memória de uma indústria que teria rompido, conforme se lê na contracapa, com "tabus seculares" pelos quais um "país subdesenvolvido" devia "permanecer subdesenvolvido".

15. A oficina de montagem havia sido apenas instalada em São Bernardo do Campo e utilizava uma certa percentagem de autopeças fabricadas no Brasil para a montagem dos jipes.

Em sua viagem, Henry Kaiser precisava dar respostas a uma pergunta vital: haveria fornecimento de aço suficiente para a produção nas fábricas? No Brasil, portanto, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi incluída no seu roteiro.[16] No trajeto do Rio para Volta Redonda, Gudole Aranha e Kaiser falaram pela primeira vez de uma fábrica, o que envolveria, não a montagem de veículos importados desmontados, mas o início da manufatura. O primeiro disse ao segundo: "Nosso grupo é forte", e assegurou ter meios para conseguir financiamentos. Ao mesmo tempo, deixou claro duas coisas. Não pretendia ser acionista majoritário e preferia começar com os jipes - "são o veículo nacional", definiu -, e só depois se passaria à produção de carros de passageiros. Defendendo sua proposta de produzir autos a baixo custo para reexportá-los para os EUA, Kaiser sublinhou seu desejo de instalar uma "completa indústria manufatureira de autos", alegando, sedutoramente, que isso "iria construir um país". Gudole Aranha voltou a citar as condições de viabilidade do jipe, do qual 90% já podiam, a seu ver, ser fabricados no Brasil. Em seguida, afirmou que a oficina de montagem de São Bernardo já se pagava sozinha, além de gerar "bons dividendos".[17]

Entre esses "bons dividendos" não se deve enxergar apenas o lucro líquido do capital, pois a empresa consistia também em uma ponta de lança da família Aranha na arena da política nacional. Era uma íntima associação entre riqueza, industrialização e poder. No final dos anos 1950, quando

16. Note-se que a CSN resultou do acordo entre Brasil e EUA que, finalmente, determinou a entrada do primeiro ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

17. Memo de conversa entre Kaiser e G. Aranha, de autoria de Robert Elliott, secretário de Kaiser, 18 ago. 1954, f. 1, c. 139. TBL, UCB, HKP, BANC MSS 83/42 c. Em 23 de agosto de 1954, telegrama de Kaiser para Trefethen reporta sobre sua visita à montagem em São Bernardo, onde 35% do peso do Jeep já eram brasileiros, percentual que estava em curso de elevação. A meta de 100% *made in Brazil* é considerada viável e possível. F. 1, c. 139. TBL, UCB, HKP, BANC MSS 83/42 c.

Kaiser sistematizou suas notas sobre o desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil e identificou três etapas na evolução de WOB, ele iluminou os termos dessa associação. Entre 1945 e 1953, contabilizou a importação de 26 mil Jeeps; entre 1953 e 1956, a empresa, com o início da montagem em São Bernardo em 1954, aprontou 10 mil Jeeps trazidos (completa ou parcialmente) desmontados dos EUA; desde 1956, finalmente, "viemos a ser a primeira companhia norte-americana a aceitar o desafio proposto pelo governo brasileiro de participar plenamente, e de bom coração, no desenvolvimento industrial de produtos automotivos". Ressaltou, ainda mais, que 50% do peso do jipe já eram brasileiros e que estavam "engajados na instalação de uma fábrica no Brasil para a produção de motores a gasolina, a primeira do gênero no país".

> *"Nos comprometemos com o governo brasileiro a alcançar resolutamente percentagens cada vez maiores de conteúdo nacional brasileiro, e vamos manter nossa palavra. Acreditamos que esse tipo de desenvolvimento no Brasil ilustra como é possível, no mundo dos negócios [...], estender cooperação no tangível simbolismo da política do 'bom parceiro-bom vizinho'."*

Finalmente, manifestou seu "orgulho" e o "privilégio" de ter os jipes produzidos com conteúdo nacional em uma companhia possuída por brasileiros, que chegaram a ter 51% de

suas ações. Prevendo uma população de 100 milhões de pessoas para o país em 1970, anteviu que as "atividades crescerão com o Brasil no Brasil".[18]

Enfim, em meados dos anos 1950, Argentina e Brasil mostravam igual determinação em produzir bens de consumo 100% nacionais, a mesma determinação que J. C. Delaplain, vice-presidente da Willys-Overland Exports Corporation (WOEC), enxergava em países africanos e asiáticos.[19] "A Índia está forjando seu próprio caminho rumo à revolução industrial, e essa fábrica é um marco importante ao longo do trajeto", apontou ele. Referindo-se à fábrica de jipes de Bombaim, explicou que gente local gerenciava a empresa, ou possuía ações suas. O aço era feito lá e o Jeep era usado para os planos nacionais locais de "abertura de fronteiras" do imenso território indiano.

Abertura de fronteiras: era disso que se tratava. Para Delaplain, com o pós-guerra, a emergência de "compreensíveis aspirações nacionais" em países africanos e asiáticos os tornava ansiosos por consumir bens industrializados, mas seu preço era muito elevado para a importação em larga escala. A seu ver, o nacionalismo desses países não era um problema, mas um "saudável parceiro". Desejavam a industrialização, e isso era natural, já que estavam convencidos de que

18. "Henry J. Kaiser. Notes on Development of Automotive Industry in Brazil", s. d. (provavelmente 1958 ou 1959), f. 1, c. 139. TBL, UCB, HKP, BANC MSS 83/42 c.

19. Havia uma diferença básica entre Kaiser-Frazer e Willys Motors. A primeira produzia automóveis de passageiros para o mercado norte-americano (EUA e Canadá). A segunda fez do Jeep seu cavalo de batalha, dele extraindo toda uma linha de utilitários leves para fins civis e militares. Pelo fato de seus produtos. serem uma "mão na roda" tanto para necessidades de desenvolvimento econômico em áreas dotadas de pouca infraestrutura industrial quanto para fins militares, a WOEC atuava em várias partes do planeta, aplicando uma "receita" de associação com capital nacional. Certamente, a experiência relatada por Delaplain teve início antes da fusão das duas empresas.

iriam “em frente”, determinados “a adquirir progresso em termos razoáveis com seus parceiros estrangeiros. Têm fé que a indústria os vai libertar da pobreza e mazelas internas”.[20]

Ao passo que Delaplain viajara diversas vezes para África e Ásia, Hickman Price angariava bons resultados na Europa e na América Latina.[21] Desse modo, desde antes da viagem de Kaiser, a WOEC já tinha relações com a família Aranha, cujo interesse nesse negócio começou quando Gudole Aranha servia na Itália com a Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial. Lá ele pôde ver o Jeep Willys em plena forma, protagonizando a primeira invasão dos Aliados no continente europeu,[22] vindo a apreciar a ampla versatilidade desse fantástico veículo utilitário.

Enquanto muitos brasileiros (e também soldados de outros países da África e Ásia) viam uma contradição entre lutar na frente antinazista e não se opor a um regime político antidemocrático em solo nacional, Gudole Aranha se inquietava com a busca de uma maneira que viabilizasse levar o Jeep para o Brasil (depois, o desafio seria fazer do Jeep um Jipe). Novamente, isso não quer dizer que os Aranha só pensavam em dinheiro. Eles sabiam que negócios não prosperam sem política, representando, no Brasil, o parceiro que Delaplain descreveu.

20. J. C. Delaplain. “Joint Ventures Overseas”, intervenção proferida no XLIII Encontro Anual da National Industrial Conference Board. Nova Iorque, 21 mai. 1959, f. 2, c. 250. TBL, UCB, EKP, BANC MSS 85/61 c.

21. Richard Langworth. *Last Onslaught on Detroit,* p. 22.

22. David Mason. *Salerno, a invasão da Itália.* Rio de Janeiro: Renes, 1977.

Em forte contraste, em 1961, Henry Ford II, neto forte do velho Ford, externou assim seu ponto de vista:

> *"Gostemos ou não, África, Ásia, América Latina estão todas se voltando para a era industrial [...]. Não é de bom tom dizer-lhes que isso não soa bem, que não deviam tentar fazer tanto tão rápido, que deveriam relaxar e comprar da gente muito mais barato do que podem fazê-lo. Simplesmente não concordam; estão profundamente atadas à industrialização rápida. Se quisermos compartilhar desses mercados, ricos e vastos como seguramente serão algum dia [...], teremos de ir para lá com nosso capital, ferramentas, know-how, e ajudá-los a conseguir o que querem."*[23]

23. Discurso transcrito em Mira Wilkins e Frank Hill. *American Business Abroad.* Detroit: Wayne State University Press, 1964, p. 414.

PARCERIA DESENVOLVIMENTISTA

A união dos interesses entre parceiros locais e empresa multinacional personificava particularidades do quadro geral no mundo do pós-guerra. Pelo fato de não ser um império como Inglaterra, França ou Bélgica (de resto, destroçadas pela guerra), a ascensão dos EUA não encontrava maiores resistências no "nacionalismo saudável"; a vontade da América Latina de industrializar-se não esbarrava em incômodos laços coloniais. Nesse sentido, a situação de Índia e África do Sul era muito mais complicada que a de México, Brasil e Argentina. Ao mesmo tempo, a superpotência podia

agir localmente pensando globalmente. Em si. Na América Central (Guatemala, Honduras e Costa Rica), United Fruit. Na América do Sul, o projeto fordista de Kaiser.[24]

O suicídio de Vargas e o episódio da suspensão das negociações com Perón alimentaram, todavia, as dúvidas de empresários, investidores, políticos, militares e diplomatas estrangeiros. Seria a América Latina um teatro de operações confiável? Carismático, mas também seduzido pelo entusiasmo com a industrialização, presente em todos os lugares por onde passava, pesando seus próprios problemas, Henry Kaiser acreditou que sim, que o desenvolvimento econômico industrial poderia vencer tanto a instabilidade política e econômica como as mazelas do subdesenvolvimento.

Aplicada e mantida por seu filho Edgar, a "receita" sintetizada apregoava a promoção conjunta dos interesses comuns do capital estadunidense e do capital nacional local. Tal como no caso da Kaiser-Frazer, os recursos financeiros levantados poderiam vir não só dos bancos e de grupos empresariais privados, mas também da poupança do cidadão comum (um consumidor em potencial), por meio da venda de ações no mercado aberto. A experiência internacional da WOEC e da Kaiser-Frazer seria utilizada para a identificação dos grupos "parceiros", nos investimentos e na gerência das empresas. Além disso, tais grupos seriam responsáveis pelos contatos no meio da política, uma forma de lidar com a instabilidade latino-americana.[25]

24. A situação de outros impérios, como Alemanha, destruída, e Itália, destruída e subdesenvolvida, era incomparável. Note-se, ainda, que o fato de não ter colônias não impediu intervenções armadas dos EUA na Coreia e no Vietnã. Ver *Labor Relations of American Business in Developing Countries.* National Archives II. General Records of the Department of State, RG 174, Office of the Secretary of Labor, Records of Secretary of Labor A. J. Goldberg, 1961-1962. Country Programs, box 58.

25. No Brasil, a campanha promocional de venda de ações contou com a participação do deputado federal do Partido Social Democrático (PSD) paulista, Cunha Bueno. Congressista em 1950, voltaria a sê-lo em 1958. Ver Glauco Carneiro. *Cunha Bueno.* São Paulo: Pioneira, 1982.

Enquanto, no caso brasileiro, os Aranha e os Quartim Barbosa (entre outras funções, eram donos do Banco Comércio e Indústria) desempenharam esse papel, no caso argentino, as ligações com a política foram revestidas de outro modo, pois parte de sua composição acionária era detida pelo próprio Estado. Parcerias como essas não significaram apenas fazer negócios com governos ou grupos empresariais. Implicaram, adicionalmente, aplicar aqui a filosofia Kaiser de "capitalismo de bem-estar".[26]

26. Ver John D. French. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995, p. 288.

CAPITALISMO VERSUS COMUNISMO

"As operações de Willys no além-mar ilustram a 'fórmula' Kaiser'", reportou *The Blade,* jornal de Ohio.[27] Registrando o "triunfo industrial" de IKA e WOB com a marca do centésimo milésimo veículo manufaturado, o jornal situou o coração da notícia ao publicar que ambas "representam algo de novo nos empreendimentos dos EUA no Exterior". Tais êxito e novidade possuíam conexão com a via de expansão transnacional do grupo Kaiser, que, entre as corporações estadunidenses, seria o mais entusiasticamente bem recepcionado por seus anfitriões. Parte de uma estratégia internacional envolvendo negócios também com cimento, aço, química e alumínio, o de autos chegou a 26 países.

27. No estado de Ohio, ficava a fábrica de Toledo, que pertenceu a Willys Motors. Quando Willow Run foi vendida para General Motors, apenas Toledo seguiu produzindo veículos nos EUA.

"A empreitada Kaiser", destacou *The Blade,* "fez um ótimo trabalho pela reputação dos métodos americanos". Além do

> *"programa de segurança mútua, que provê assistência militar direta como meio de conter o comunismo internacional, o tipo de ajuda fornecida por Kaiser Industries representa a mais valiosa contribuição que os EUA podem fazer por seus amigos do além-mar".*

The Blade entrevistou o vice-presidente geral do grupo Kaiser, Steve Girard, que recordou a viagem de 1954. Segundo ele, Kaiser vislumbrou o potencial de mercados nacionais com "população crescente" e ouviu os pedidos de ajuda de seus respectivos governos, mas não a ajuda do "colonialismo do velho dólar". Resultado: a "primeira parceria de Kaiser com uma nação estrangeira" foi a construção das Industrias Kaiser Argentina, em Córdoba, 1955, criando empregos, gerando dividendos para seus acionistas e provocando uma expansão industrial sem precedentes na cidade.[28]

A "propriedade local de ações [...] cria um sentimento de participação na indústria", declarou Girard. Ao mesmo tempo, o repórter registrava seu olhar orgulhoso diante do mapa-múndi afixado em seu escritório. Fitando áreas intactas, apontou para África, Oriente Médio, Extremo Oriente e Paquistão. "Nós apenas arranhamos a superfície", cobiçou.

28. A industrialização da Índia volta novamente à fala dos executivos Kaiser quando Girard complementou seus comentários sobre IKA e WOB, mencionando a construção de uma fábrica química seguindo a mesma fórmula. Novamente, ocorreria um efeito industrial multiplicador. *The Blade* comentou: "em um país com uma base comparativamente fraca, isso é importante".

Uma ambição que se autoimaginava "responsável":

> *"Há uma responsabilidade sobre o país [os EUA] e seus líderes industriais [...], investir mais em maquinaria, equipamento e know-how, ajudar essas áreas em desenvolvimento a incrementar seu padrão de vida, sua estrutura salarial e seu poder de compra. Ocorre que, simplesmente, cremos que nossa fórmula é a melhor."*[29]

E o executivo do setor de autos não deixou de listar os ingredientes dessa receita. Em primeiro lugar, a liderança empresarial da "filosofia de H. Kaiser", assim descrita: "quando vamos para uma nação em construção, temos de oferecer um serviço que seja tão lucrativo quanto necessário". Acrescente-se a isso a relação de "parceria", que implicou o seguinte desejo: "que a maioria das ações fique em mãos de grupos ou acionistas". Claro que, depois, "iremos administrar o negócio, mas só enquanto houver concordância de nossos parceiros". "Felizmente", confessou, "isso não foi verificado em lugar algum até agora". Em terceiro lugar, "nós encorajamos nossos parceiros do além-mar a trabalhar com o fito de tornar doméstica toda a operação, tão logo quanto isso é possível, de modo que as fábricas sejam autossuficientes, resultando no efeito cascata na indústria de fornecedores". Por fim, quanto mais rápido fosse a nacionalização total da força de trabalho, mais seria apreciado.

29. *The Blade,* 12 mar. 1961, f. 11 1 e. 248. TBL, UCB, EKP, BANC MSS 85/61 e. É claro que há um tom autopromocional na fala de Girard.

Tal fórmula não passaria despercebida fora do mundo dos negócios das grandes multinacionais. Em carta redigida para Edgar Kaiser, para reclamar dos inúmeros defeitos no carro que tinha comprado, o líder religioso Bertram Johansson anexou duas matérias jornalísticas de sua autoria. Numa comentou o "desafio latino-americano" enfrentado pela viagem do presidente Eisenhower de fevereiro de 1960. Ele fez notar a "ascensão das emoções anticapitalistas" no continente, em particular no que tocava ao "problema" de como o modelo do capitalismo estadunidense deveria ser implantado fora de seus domínios territoriais. Associada à "exploração", a "imagem distorcida" dessa infiltração nas Américas seria revertida por poucas exceções, nomeadamente United Fruit Company, W. R. Grace & Co. e Kaiser Industries Corporation.[30]

O religioso escreveu que as Industrias Kaiser "alimentavam um mercado vasto e faminto". "Três anos atrás, esse terreno era puro pampa", citou as palavras de James McCloud, vice-presidente da empresa, sobre seu local de instalação. A matéria relata, além do mais, que a empresa deliberadamente aplicou a prática de se identificar como argentina.[31] Na outra matéria, de 5 de agosto de 1959, seu autor abordou a viagem de Kaiser em 1954. Para ele, os persuasivos esforços de deLesseps Morrison e do empresário Maria Bermudez nutriam-se do fato de ambos estarem convencidos da necessidade da "estabilidade econômica latino-americana"

30. Com certeza, a United Fruit Company não é o melhor exemplo para isso. Sua atuação na América Central levantou inúmeros sentimentos de repúdio aos EUA. Ver Elizabeth Cobbs. *The Rich Neighbor Policy,* p. 229 e Piero Gleijeses. Shattered Hope. *The Guatemalan Revolution and the United States. 1944-1954.* Princeton: Princeton University Press, 1991, p. 429.

31. Carta de Johansson para E. Kaiser, 21 ago. 1966, f. 5, c. 153. TBL, UCB, EKP, BANC MSS 85/61 e.

como fator de "segurança" dos EUA, certeza que se refletia na preocupação de Kaiser com a crescente influência de forças de esquerda na Guatemala.[32]

32. Sobre o envolvimento de empresários e políticos estadunidenses na Guatemala nessa época, ver Piero Gleijeses. *Shattered Hope.*

VARGAS & KUBITSCHEK

A vinda da Willys-Overland para o Brasil e a ida da Kaiser-Frazer para a Argentina corresponde a um momento histórico determinado na história dos países envolvidos nas transações político-empresariais. A avaliação que Kenneth Mericle faz do conjunto do processo de implantação da indústria automobilística no Brasil é bastante positiva, citando-o como "mais exitoso exemplo de produção industrial de veículos a motor do Terceiro Mundo".[33] Apesar dos humores instáveis do mercado financeiro, essa é uma afirmação que hoje já não pode mais ser sustentada, haja vista o desempenho dos países dos Tigres Asiáticos, como a Coreia do Sul.

33. Kenneth Mericle. "The Brazilian Motor Vehicle Industry". *In:* Kenneth Mericle e Rich Kronish. *The Political Economy of the Latin American Motor Vehicle Industry.* Cambridge: The MIT Press, 1984, p. 2.

Além disso, o período (1919-1961) delimitado como de "instalação" da indústria é amplo demais, já que o pós-guerra é bem diferente do pré-1945, com as políticas "desenvolvimentistas" do segundo governo Vargas ensaiando um esboço do Plano de Metas de JK. Além disso, a passagem da importação pura e simples para a montagem como forma de substituir importações de modo progressivo é um marco divisório relevante.[34]

34. Processo similar também ocorreu no México. Ver Douglas Bennett e Kenneth Sharpe. *Transnational Corporations versus the State,* pp. 64, 125.

Dentro desse mesmo período, a fase posterior é inaugurada com o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), criado diretamente por Kubitschek em 1956, quando têm início as avaliações dos projetos de produção de autos nacionais por empresas estrangeiras. O que se ressaltou nesse período de instalação foi o vultoso interesse dos pequenos, Willys, DKW (alemã) e Simca (francesa) e a posição de cautela, ou mesmo de reticência, dos grandes. Estes para cá vieram mais para produzir caminhões e ônibus (Mercedes, Ford, GM) do que carros, sendo a Volkswagen a exceção, uma vez que dispunha de um projeto adequado - seu popular sedã, o Fusca - para o terreno, as estradas, o combustível e o bolso do consumidor nacionais.[35] Não por acaso, a Willys e seu jipe e a Volks e seu Fusca assumiram logo a dianteira do mercado.

Dentro desse quadro de estímulos públicos e reticências empresariais, já se pode ver o pioneirismo e a agressividade da Willys que, por meio de Hickman Price, seu primeiro chefe executivo, tinha certeza de ter a gama de produtos certa para o Brasil rural e laborioso (o jipe e sua linha de veículos utilitários leves), além de também estar consciente da potencialidade de um veículo de passageiros popular, urbano e de pequeno porte. Isso é atestado pela rápida inclusão nos planos apresentados por WOB ao governo brasileiro quando a alemã NSU desistiu do projeto do Prinz, sendo substituído pelo do Dauphine (um projeto Willys-Renault).

35. Sobre os planos da Ford e VW para o Brasil no governo JK, ver Helen Shapiro. *Engines of Growth.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 70-133.

Os grupos nacionais privados que já haviam se associado a empresas automobilísticas estrangeiras anteviram no estrangulamento da balança comercial e nos planos esboçados por Vargas a possibilidade de expansão dos seus negócios de importação com a passagem da montagem para a manufatura.[36] Depois do banho de café de Café Filho (presidente anti-industrialista até no nome), tais grupos viram no governo de JK a possibilidade de estreitar suas relações com as empresas fabricantes de autos e passar, eles também, à produção, em regime de associação com seus parceiros tradicionais.

"É política tradicional da Willys [Motors] encorajar vigorosamente a industrialização de seus produtos no exterior." Foi essa a decisão aplicada aqui desde antes de JK. A Willys do Brasil "empenha-se [...] na realização de um vasto programa de desenvolvimento, cuja importância supera todas as suas iniciativas anteriores", pois visava à total nacionalização do produto, àquela altura (1956) já 50% brasileiro. Seu "ponto fundamental" era a "certeza" do "êxito" das empresas industriais no Brasil estar "estreitamente ligado à possibilidade de superar a dependência da importação". Finalmente, com JK no poder, o "monetarismo" estava em recuo, pois o governo federal estabelecia "medidas que possibilitam a execução do programa da WOB". De fato, no início de 1957, o primeiro jipe fabricado no Brasil recebeu os últimos aprontas na linha de montagem ao mesmo tempo em que o parque fabril da Willys ainda era construído.[37]

36. Ver José Almeida. *A implantação da indústria automobilística no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 1972, pp. 13-31; Antonio Negro. "Servos do tempo". *In:* Glauco Arbix e Mauro Zilbovicius (orgs.), *De JK a FHC. A reinvenção dos carros.* São Paulo: Scritta, 1997, pp. 91-105; Miguel Etchenique. *Entrevistas, cartas, mensagens e discursos, 1994-1997.* São Paulo: Brasmotor, 1997, p. 59.

37. "Willys-Overland do Brasil S.A. Indústria e Comércio", s. d., provavelmente 1956, f. 27, c. 137. TBL, UCB, EKP, BANC MSS 85/61 c. A pressa da Willys em se estabelecer no Brasil entre 1957 e 1962 a individuou perante outras empresas, um fato que teve reflexo imediato para os trabalhadores dentro das fábricas. Sua socialização no "admirável mundo novo" da linha de montagem teria de ser, provavelmente, mais rápida do que nas outras, porque era, seguramente, marcada pela particularidade de uma firma que, como líder, deveria acumular o máximo de forças para fazer frente à concorrência das Três Grandes e da Volkswagen, que viria mais cedo ou mais tarde. Ver Antonio Negro. "A 'Via Willyana'. Industrialização e trabalhadores do setor automobilístico". *Tempo,* 4 n. 7, 1999.

ENTRE CUBA E O *AMERICAN WAY OF LIFE*

> *"A Cuba de Fidel Castro está se esforçando em persuadir os sem-nada latino-americanos que a única maneira de melhorar sua terra é chutar para longe os 'imperialistas ianques'. Que respostas a democracia tem para um continente onde mais da metade das 198 milhões de pessoas é subnutrida [...]?"*

Para a revista *Time,* autora dessa pergunta, uma das melhores respostas podia ser encontrada em São Paulo, por causa de seu crescimento econômico acelerado, no ritmo da instalação de empresas como Krupp (alemã), WOB e General Eletric, entre outras. Assistido pelos EUA, o país vicejaria em otimismo. "Em quatro anos, construímos uma indústria que outros países levaram 50 para ter", comparou William Max Pearce, diretor-geral da Willys do Brasil.[38]

"Os milhares de famintos-de-trabalho que acorrem do interior para São Paulo" teriam encontrado a terra das oportunidades. O "exemplo típico", individuou *Time,* era o do migrante João Avelino Pires e família. Pires deixou para trás uma "cidade da selva" e se empregara, fazia cinco anos, na WOB. Em contraste com sua situação anterior, quando "ganhava com muito suor apenas o suficiente para se manter vivo", sua família então morava numa casa com as conveniências da vida moderna e uma Rural Willys na garagem.

38. Pearce foi o segundo diretor geral da Willys no Brasil, tendo vivido seu período de formação, ascensão, crise e fusão com a Ford.

O "resultado" era "crença verdadeira no capitalismo". Mesmo que o seu padrão de vida não fosse luxuoso, a família operária - a matéria delirou - "podia poupar, abrir seu próprio negócio e 'expandir com direção à fortuna'". "Aqui", gabou-se o governador de São Paulo, Carvalho Pinto, "estamos construindo uma vida melhor bem mais rápido do que qualquer outro país sob ditadura comunista".[39]

Num jogo político de cifras mais sutis, Kubitschek, no seu livro *A marcha do amanhecer,* também rejeitou o colonialismo do velho dólar. "Necessitamos de cooperação", admitiu. "Mas queremos colaboração e não favores", condicionou. Para JK, "o problema da paz social do Brasil é problema de desenvolvimento". De algum modo, isso também se referia ao comunismo. Ao fazer referência a um discurso do então senador John Kennedy, proferido em Porto Rico em 1958, ele apoiou a tese segundo a qual, deixada à sua própria sorte, a América Latina seria uma ameaça para a "segurança" de seu poderoso vizinho ao norte do Equador.[40]

"Se nosso sistema de empresa privada não contribui para ir ao encontro das demandas das pessoas nas terras estrangeiras, essas pessoas irão procurar por assistência em outro lugar". Essa era a certeza dos Kaiser - autodefinidos como "o parceiro universal". "A parte estrangeira dos nossos negócios é importante para o papel da América na paz mundial".[41]

39. *Time,* 20 jan. 1961, f. 13, c; 248. TBL, UCB, EKP, BANC MSS 85/61 c.

40. Juscelino Kubitschek. *A marcha do amanhecer.* São Paulo: Bestseller, 1962, p. 184. Por causa dessa associação entre América Latina e "segurança" dos EUA, o estudo da história social do México, um país subdesenvolvido com fronteiras com um país de Primeiro Mundo, reveste-se de modo todo especial. Devido a essa peculiaridade da geopolítica, a Alemanha propôs fornecer "assistência" ao México durante a Primeira Guerra Mundial. A oferta possibilitaria ao México atacar os EUA para reaver terras perdidas. Ver Friedrich Katz. *The Secret War in Mexico.* Chicago: Chicago University Press, 1983, pp. 328 e ss.

41. *The Kaiser Story,* pp. 60; 63.

Essa era a visão de si mesmos. Por isso, num misto de astúcia e necessidade, Kaiser decidiu transferir a linha de montagem de Willow Run para Córdoba, na Argentina, e a de Toledo para São Bernardo, no Brasil. Encadeadas, compunham um cinturão industrial capitalista de "bem-estar" e desenhavam uma fronteira da Guerra Fria responsável por um cerco ao "comunismo" bem longe do território estadunidense. Não era uma atitude isolada, já que os Kaiser participavam de grupos empresariais com interesses na América Latina. De todo modo, era por isso que Edgar viajava em média 400 mil quilômetros cada ano por todo o mundo. Para não perder o controle de suas empresas. Para não perder suas empresas.

FONTES

ETCHENIGUE, Miguel. *Entrevistas, cartas, mensagens e discursos, 1994-1997.* São Paulo: Brasmotor, 1997.

FONSECA, Rubem. *Agosto.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Fortune, jul. 1951.

KAISER, Henry. *Management Looks at the Post-War World.* Nova Iorque: Newcomen Society, 1943.

Labor Relations of American business in Developing Countries. National Archives II. General Records of the Department of State, RG 174, Office of the Secretary of Labor, Records of Secretary of Labor A. J. Goldberg, 1961-1962. Country Programs, box 58.

KUBITSCHEK, Juscelino. *A marcha do amanhecer.* São Paulo: Bestseller, 1962.

The Blade, 12 mar. 1961.

Time, 20 jan. 1961.

Visión, 4 mar. 1955.

WILKINS, Mira e Frank HILL, Frank. *American Business Abroad.* Detroit: Wayne State University Press, 1964.

The Kaiser Story. Oakland: Kaiser Industries Corporation, 1968.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José. *A implantação da indústria automobilística no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 1972.

ARAÚJO, Ângela. *A construção do consentimento.* São Paulo: Scritta, 1998.

CARNEIRO, Glauco. *Cunha Bueno.* São Paulo: Pioneira, 1982.

BENNETT, Douglas e SHARPE, Kenneth. *Transnational Corporations versus the State. The Political Economy of the Mexican Auto Industry.* Princeton: Princeton University Press, 1985.

COBBS, Elizabeth. *The Rich Neighbor Policy. Rockefeller and Kaiser in Brazil.* New Haven: Yale University Press, 1992.

FERREIRA, Ferreira. "O carnaval da tristeza". *In:* GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/ Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GLEIJESES, Piero. *Shattered Hope. The Guatemalan Revolution and the United States. 1944-1954.* Princeton: Princeton University Press, 1991.

GATTÁS, Ramiz. *A indústria automobilística e a Segunda Revolução Industrial no Brasil.* São Paulo: Prelo, 1981.

LANGWORTH, Richard. *Last Onslaught on Detroit.* Nova Iorque: Automobile Quarterly Publications, 1975.

LEOPOLDI, Maria A. P. "O difícil caminho do meio". *In:* GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MASON, David. *Salerno, a invasão da Itália.* Rio de Janeiro: Renes, 1977.

KATZ, Friedrich. *The Secret War in Mexico.* Chicago: Chicago University Press, 1983.

MERICLE, Kenneth. "The Brazilian Motor Vehicle Industry". *In:* MERICLE, Kenneth e KRONISH, Rich. *The Political Economy of the Latin American Motor Vehicle Industry.* Cambridge: The MIT Press, 1984.

NEGRO, Antonio. "Servos do tempo". *In:* ARBIX, Glauco e ZILBOVICIUS, Mauro (orgs.), *De JK a FHC. A reinvenção dos carros.* São Paulo: Scritta, 1997.

NEGRO, Antonio. "A 'Via Willyana'. Industrialização e trabalhadores do setor automobilístico". *Tempo,* 4, n. 7, 1999.

SHAPIRO, Helen. *Engines of Growth.* Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

5

“CENTENAS DE ESTOPINS ACESOS AO MESMO TEMPO”

A greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo (1957)*

Paulo Fontes

INTRODUÇÃO

Período fundamental da história brasileira no século XX, o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-61) é considerado como o ápice do modelo nacional-desenvolvimentista adotado pelo país a partir da década de 1930. Caracterizado como um momento de estabilidade política e de prosperidade econômica, os anos JK, como ficaram conhecidos, foram associados à imagem otimista do Brasil como "país do futuro". O entusiasmo popular com a vitória na Copa do Mundo de Futebol na Suécia, em 1958, e o surgimento de fenômenos culturais de repercussão internacional, como a Bossa Nova e o Cinema Novo, contribuíram para a ideia dos "anos dourados" brasileiros. O slogan governamental "50 anos em 5", a instalação da indústria automobilística e a construção de Brasília seriam os símbolos desse período de suposta felicidade da história nacional.

Um aspecto importante dessa construção é a invisibilização das importantes lutas sociais desenvolvidas naqueles anos. O governo Kubitschek seria um "oásis" de paz social.[1] Conflitos de classe e tensões políticas estariam presentes no momento anterior, levando aos acontecimentos que culminaram no suicídio do presidente Vargas ou, principalmente, na conturbada década de 1960, com o governo de João Goulart, o golpe militar, a luta armada, enfim, os "anos rebeldes".

* Uma versão primeira deste artigo foi apresentada no XIX Simpósio da ANPUH em Belo Horizonte (MG) em julho de 1997. Agradeço a Ângela Araújo Silva, Antonio Negro, Alexandre Fortes e Fernando Teixeira da Silva pela leitura de versões preliminares e pelos sugestivos comentários.

1. Nas últimas décadas, vários políticos tentaram associar sua imagem à de Juscelino Kubitschek. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, em seu discurso de posse em 1995, fazia questão de relembrar os "anos dourados de JK". *Folha de São Paulo,* 2 nov. 1995. Um mês depois de empossado, visitou a casa do ex-presidente em Diamantina e afirmou: "Juscelino fez um governo que marcou a história. Se eu fizer um pouco do que ele fez, ficarei feliz". *Folha de São Paulo,* 10 fev. 1995.

Entretanto, os anos JK foram repletos de lutas sociais. No campo, assistiram à impressionante mobilização dos trabalhadores rurais, com o surgimento das Ligas Camponesas e a consequente ascensão do debate sobre a Reforma Agrária na agenda política. Nas principais cidades e regiões industriais, um sindicalismo militante colocava em cena operários e operárias em luta por direitos e melhores condições de vida. A classe trabalhadora não foi um elemento passivo nos "anos dourados". Os trabalhadores participaram ativamente e de maneira decisiva dos rumos políticos e do desenvolvimento do país naqueles anos.

A chamada greve dos 400 mil, ocorrida em São Paulo em outubro de 1957, foi um episódio fundamental, e sua análise pode colaborar para o entendimento das intrincadas relações sociais e políticas do período. "O maior movimento grevista já verificado no país"[2] até aquele momento, a paralisação envolveu diversas categorias profissionais, mobilizando trabalhadores da capital e de diversas cidades do interior.[3]

Considerada por grande parte dos estudiosos uma greve típica da "era populista", a paralisação de outubro de 1957 seria ação de um sindicalismo cupulista e burocrático, imerso na estrutura corporativa criada por Getúlio Vargas. Apesar de possuir lideranças politizadas, o movimento sindical não teria organização nos locais de trabalho.

2. *O Observador Econômico e Financeiro,* out. 1957.

3. A greve envolveu inicialmente os trabalhadores das indústrias metalúrgicas, gráficas, de papel e papelão, de curtumes, mestres e contramestres da indústria de fiação e tecelagem da cidade de São Paulo e a categoria têxtil em âmbito estadual. Ao longo do movimento, outras categorias, como os metalúrgicos do ABC, os vidreiros de São Paulo, os trabalhadores do refino de açúcar e da Nitro Química em São Paulo aderiram à paralisação. Em algumas cidades, como Santo André, Sorocaba e Jundiaí, o movimento ampliou-se, ganhando ares de greve geral. Neste artigo, entretanto, restringimos nossa análise à greve na cidade de São Paulo.

Trabalhadores sem consciência de classe e espírito sindical, devido à sua origem rural, adotariam uma atitude de espera em relação às lideranças sindicais e a políticos populistas e esquerdistas. Daí a ação dos piquetes como exemplo principal de uma greve articulada de cima para baixo (no movimento sindical) e de fora para dentro (das empresas). A greve seria, ainda, uma amostra da relação subordinada e de dependência dos trabalhadores e sindicatos em relação ao Estado e aos governantes.[4]

Neste capítulo, procuro debater e questionar essa visão predominante sobre a greve dos 400 mil, especificamente, e sobre o movimento operário do período.[5] Enfatizo a ação dos trabalhadores, visando demonstrar como foram ativos no desenvolvimento da paralisação e como, através de sindicatos e de formas de luta e organização por eles criadas, tiveram participação decisiva na conjuntura e nos rumos políticos do país.

Além disso, ressalta-se a experiência comum dos trabalhadores e trabalhadoras, em seu cotidiano nas fábricas e nos bairros industriais, e a ação militante das diversas forças políticas que atuavam no movimento operário como elementos determinantes para o desencadeamento e a manutenção do movimento grevista. Para além das enormes diferenças étnicas, de gênero, de qualificação profissional e políticas, entre outras, a greve dos 400 mil foi um momento

4. O melhor exemplo dessa argumentação pode ser encontrado em Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo: Difel, 1966. Os dois artigos específicos sobre a greve dos 400 mil, mais interessados na atuação dos sindicatos e partidos políticos durante a paralisação, também enfatizam o suposto caráter cupulista e subordinado do sindicalismo do período, bem como sua subordinação aos interesses dos políticos populistas. Fábio Munhoz. "Sindicalismo e democracia populista: a greve 1957". São Paulo: Cedec, 1977, mimeo, e Márcia de Paula Leite. "Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo". *In: El sindicalismo latino americano em los ochenta.* Santiago: CLASCO, 1985.

5. Além dos jornais e do acervo do DEOPS, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e do material empresarial pesquisado na Biblioteca Roberto Simonsen da FIESP, as fontes encontradas no Fundo Fábio Munhoz do Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Unesp foram vitais para a elaboração deste artigo. Agradeço a Dainis Karepovs pela indicação da existência desse acervo.

fundamental de afirmação dos trabalhadores como classe e possui essencial importância para a compreensão da história brasileira desse período.

DEZ DIAS QUE ABALARAM SÃO PAULO

Em 1957, era visível a crescente insatisfação dos setores populares com os efeitos inflacionários da política econômica do governo. Adhemar de Barros, eleito prefeito de São Paulo em março, baseara boa parte de sua vitoriosa campanha em comícios em portas de fábricas e bairros operários, onde atacava "o preço do feijão" e prometia intenso "combate à carestia de vida".[6] Nas manifestações do Primeiro de Maio, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI)[7] organizou protestos contra a alta do custo de vida e, desde 1956, vinha preparando uma proposta de plano de abastecimento de gêneros de primeira necessidade que minorasse os altos gastos dos trabalhadores com alimentação.[8] O recém-criado DIEESE[9] calculava uma inflação de 43,2% entre julho de 1956 e de 1957, e o próprio FMI alertava para como o custo de vida brasileiro havia subido "em linha reta".[10]

Os salários eram as principais vítimas daquela aceleração inflacionária. O incremento da produtividade do trabalho, fortemente sentido pelos trabalhadores,[11] não era acompanhado pela remuneração operária, contribuindo para um efetivo agravamento de suas condições de vida.[12]

6. Prontuário de delegacia 143.206. Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

7. Formado a partir das mobilizações da "greve dos 300 mil" em 1953, o PUI foi a mais importante articulação entre os sindicatos paulistas na década de 1950.

8. Relatório da comissão de planejamento de um plano de abastecimento do PUI, 27 ago. 1956. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

9. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) foi fundado em 1955 por dirigentes sindicais ligados ao PUI. Miguel Chaia. *Intelectuais e sindicalistas. A experiência do Dieese (1955-1990).* São Paulo: Humanidades, 1992.

10. *Última Hora*, 8 out. 1957, e *Tribuna da Imprensa,* 9 out. 1957.

11. Foram constantes as reclamações dos trabalhadores nos anos 1950 em relação aos efeitos das várias tentativas empresariais em incrementar a produtividade. Para uma análise da questão da produtividade industrial nesse período ver Renato Colistete. *Labour Relations and Industrial Performance in Brazil. Greater Sao Paulo, 1945-1960.* Londres: Palgrave Mcmillan, 2001.

12. De acordo com Paul Singer, no período de 1949 a 1959, o salário médio real na indústria aumentou 31%, enquanto o produto médio real da indústria se elevou em 138,5%. Ver Paul Singer. *A crise do milagre. Interpretação crítica da economia brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 52.

A "constante e desenfreada elevação" do custo de vida aparecia como uma preocupação central da população trabalhadora. Dirigentes sindicais e várias forças políticas refletiam essa "angustiosa situação" e procuravam vincular a luta por aumentos salariais ao controle do processo inflacionário, propondo, por exemplo, o controle dos preços de produtos da cesta básica.[13]

13. Manifesto de convocação da assembleia intersindical do dia 8 set. 1957. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Os meses que precederam a greve assistiram a um intenso debate entre sindicatos de trabalhadores e entidades patronais em torno da influência que um possível reajuste salarial teria sobre o aumento do custo de vida e sobre a situação econômica do país em geral. Os empresários reconheciam que os assalariados sofriam "sensivelmente os efeitos do encarecimento dos gêneros de alimentação, de várias outras utilidades e do próprio transporte, tornando mesmo a vida aflitiva". Entretanto, alertavam para os efeitos nocivos que um incremento salarial poderia ter sobre a economia em geral, gerando mais inflação e, portanto, prejudicando os próprios trabalhadores. Os setores econômicos que atravessavam delicada conjuntura, como o ramo têxtil, seriam obrigados a enfrentar as "graves repercussões" de um possível reajuste salarial, continuando a "dispensar, em maior número, os seus trabalhadores".[14] As entidades empresariais também questionavam os índices do custo de vida adotados pelos sindicatos para pleitear os aumentos. Segundo elas, a inflação no último ano teria sido de 15%.

14. *O Estado de São Paulo,* 10 out. 1957.

Os trabalhadores, “influenciados por informações inexatas, [...] estão reivindicando aumentos que a classe dos empregadores não pode atender”.[15]

A política restritiva de crédito como mecanismo anti-inflacionário, adotada pelo governo Kubitschek em 1956, quando da edição da portaria 135, afetava diretamente a capacidade de financiamento dos bancos particulares. Vários setores industriais, em particular o têxtil, reclamavam estar sendo diretamente prejudicados por essa medida. Em 1957, esse era um dos principais temas de debate entre os industriais e o governo. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) questionou profundamente a medida e alertou o governo para a possibilidade de “descalabro da produção nacional”.[16] No início do segundo semestre do ano, um memorial assinado pelo Conselho das Classes Produtoras Paulistas era enviado ao presidente da República, solicitando mudanças na política econômica, ampliação do crédito, defesa da indústria nacional e, ao mesmo tempo, combate a quaisquer possibilidades de aumentos salariais considerados “imoderados e irracionais”.[17]

Os sindicatos dos trabalhadores procuravam mostrar que os aumentos salariais seriam não apenas justos, mas também completamente compatíveis com as possibilidades dos empregadores. Em desacordo com a opinião que enfatizava o caráter inflacionário dos reajustes salariais, os sindicalistas

15. *A Gazeta,* 1 out. 1957.

16. *Boletim Informativo da CIESP/FIESP,* 8 jan. 1958.

17. *Notícias de Hoje,* 1 set. 1957.

argumentavam que “essa farsa já está por demais desmascarada, pois que, no último ano não houve reajuste salarial e o custo de vida continuou em ascensão”. Não seria o incremento salarial a causa da carestia. O aumento “pode e deve ser tirado dos enormes lucros dos patrões”.[18]

Usando alguns dados de instituições governamentais como o IBGE, os dirigentes sindicais procuravam demonstrar a desproporção entre os salários e os lucros patronais: “a remuneração para os operários representou em 1955 apenas 11,9% do valor da produção nas principais cidades industriais do país”.[19] Era o DIEESE, entretanto, a principal fonte de informações econômicas utilizada pelos sindicalistas. Avaliando a conjuntura econômica do país em 1957, José Albertino Rodrigues, responsável técnico do DIEESE, apresentava um quadro diferente do mostrado pelos empresários. Apesar do processo inflacionário, 1957 teria sido um ano de elevada acumulação de capital, ampliando em muito a capacidade produtiva do país, abrindo “perspectivas mais otimistas para esse ano e os seguintes”. Mesmo naqueles setores que alegavam estar passando por sérias dificuldades, como a indústria têxtil, uma avaliação mais detalhada dos dados mostraria a necessidade de maior ceticismo, já que teria ocorrido “um aumento no número de empresas [...] e o número de empregados elevou-se de 1956 para 1957”.[20]

18. *Notícias de Hoje,* 11 out. 1957, 1 out. 1957 e 15 out. 1957.

19. *Notícias de Hoje,* 24 out. 1957.

20. José Albertino Rodrigues. “Condições econômico-sociais da mão-de-obra em São Paulo”. Relatório do DIEESE, abr. 1958. CEDEM-UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Os sindicalistas, particularmente os comunistas, mesmo quando reconheciam algumas dificuldades empresariais, procuravam situar tais problemas dentro da linguagem anti-imperialista e nacionalista que balizava a política do Partido Comunista naquele período.[21] Para eles, os problemas da indústria nacional teriam "sua origem na dependência do comércio exterior do Brasil no mercado dos EUA". Assim, afirmavam estar dispostos a "lutar ao lado dos industriais na defesa de causas comuns" como a luta contra a "instrução 113, que dá vantagens aos americanos para trazerem máquinas para o Brasil".[22]

Entretanto, as dificuldades cotidianas dos trabalhadores e as pressões das bases operárias tensionavam tal política de alianças e forçavam a radicalização do discurso e da prática das lideranças. Embora insistissem na necessidade de união com os setores empresariais nacionais na luta comum "contra o imperialismo americano", os sindicalistas alertavam que não permitiriam "que os industriais resolvam seus problemas à custa de um maior sacrifício" da classe trabalhadora. Qualquer defesa da economia nacional "em que uma parte fica com os lucros e a outra com os sacrifícios" só poderia ser falsa e fadada ao fracasso.

> *"Os trabalhadores não lutam [...] só contra a exploração estrangeira, mas contra toda e qualquer exploração. Não tenham os burgueses a*

21. Embora principalmente formulado pelo PCB, o discurso nacionalista e anti-imperialista era compartilhado e difundido, em maior ou menor grau, por todas as correntes de pensamento no interior do PUI. Um bom exemplo pode ser visto nesta passagem de entrevista concedida no início dos anos 1970 por Dante Pelacani, secretáriogeral da Aliança Intersindical em 1957 e destacado dirigente sindical antes de 1964. Embora fazendo questão de ressaltar suas diferenças e críticas em relação aos comunistas, ele afirmava que o "nosso objetivo não era [...] se chocar com a burguesia nacional. Muito pelo contrário. Nós queríamos nos aliar a ela [...] para que a burguesia pudesse se expandir mais como burguesia, e nós, como classe operária" (Entrevista de Dante Pelacani. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz).

22. *Notícias de Hoje,* 1º set. 1957 e 16 out. 1957.

pretensão de colher sozinhos os frutos do desenvolvimento econômico nacional, sacrificando os trabalhadores."[23]

Baseados em dados do DIEESE e na opinião generalizada de que os empresários não estavam sendo inteiramente honestos quando de suas reclamações, os dirigentes sindicais ligados ao PUI procuravam explorar o grande desequilíbrio entre lucros e salários. Segundo eles,

> *"a situação das indústrias é boa, embora os patrões procurem demonstrar que não estão em condições de dar o aumento. [...] A situação [dos trabalhadores] é cada vez pior devido ao aumento da carestia que reduziu o salário real. Aumenta a exploração na fábrica, intensifica-se o ritmo de trabalho, violam-se direitos relativos a horários, pagamentos. de horas extras etc., enquanto que diminui sempre o pão na mesa do trabalhador."*[24]

Esse discurso sindical parecia corresponder em muito às ansiedades e sensações dos trabalhadores. Um chefe de piquete relatava que o argumento de maior sucesso para persuadir os trabalhadores a aderirem ao movimento era o que "estabelecia um paralelo entre o ganho do patrão e a vida miserável do operário".[25] Assim, um trabalhador do Lanifício Minerva, pouco antes da greve, reclamava que "eles [seus patrões] ganharam 54 milhões, enquanto minha família passa fome".[26]

23. *Notícias de Hoje,* 1º set. 1957, 4 set. 1957 e 16 out. 1957.

24. *Notícias de Hoje,* 13 out. 1957.

25. Entrevista com "chefes de piquete", Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 5 nov. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

26. *Notícias de Hoje,* 10 out. 1957.

Apesar dos seguidos aumentos do salário mínimo real a partir de 1954, várias categorias não tinham obtido reajuste salarial desde 1955 e o sentimento geral dos trabalhadores era de grande insatisfação.[27] Além de um custo de vida crescente, seus salários estariam incompatíveis com o aumento da produtividade, com os lucros patronais e com o quadro de prosperidade que lhes era apresentado pelo governo.

Esse sentimento de injustiça pressionava os dirigentes sindicais à ação. A proximidade do período de negociações das principais categorias profissionais, no segundo semestre, aumentava as expectativas dos trabalhadores e tornava a situação no interior das fábricas ainda mais tensa. Greves articuladas nos próprios locais de trabalho e de algumas categorias começavam a surgir. No final de setembro, os operários da indústria de calçados entravam em greve pleiteando um reajuste de 45%. A adesão à paralisação foi maciça. Diante da recusa patronal em negociar, o movimento só se encerrou após 18 dias, quando o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu por um aumento de 25% sem teto, considerado como uma grande conquista dos trabalhadores desse setor.

Em reunião convocada pelo PUI no dia 3 de outubro, outras categorias preparavam-se para desencadear campanhas salariais conjuntas. Os sindicatos paulistanos dos trabalhadores têxteis, metalúrgicos, gráficos, dos mestres e contramestres

27. "O ano de 1957 foi justamente o ápice de uma série de aumentos no salário mínimo real". Ver Francisco Oliveira. "A economia brasileira em questão: crítica à razão dualista". *Estudos CEBRAP,* 2, 1972 e Fábio Munhoz. "Sindicalismo e democracia populista: a greve 1957", p. 23.

da indústria de fiação e tecelagem e a Federação dos Trabalhadores Têxteis do Estado de São Paulo decidiram formar à Aliança Intersindical por Aumentos de Salários e Contra a Carestia. No manifesto de lançamento da Aliança, os sindicalistas reclamavam das "manobras para protelar os entendimentos" e da "absoluta intransigência" dos empresários, e afirmavam que apenas uma "maior unidade entre os nossos setores" seria capaz de garantir a conquista das reivindicações de "aumento salarial de 45% sem teto e de medidas concretas de controle de preços e combate à carestia".[28]

De fato, a recusa patronal em negociar já havia sido demonstrada na ausência de representação empresarial em diversas mesas-redondas de conciliação convocadas pela Delegacia Regional do Trabalho. Apenas parte do setor metalúrgico chegou a formular propostas de reajustes, em torno de 10%, bem abaixo, portanto, do reivindicado pelos sindicatos. A postura mais irredutível era a dos industriais têxteis que, alegando as dificuldades advindas da crise do setor, negavam-se a propor qualquer índice de reajuste para seus funcionários. A inflexibilidade patronal certamente colaborou para ampliar a insatisfação entre sindicalistas e trabalhadores. Em relatório sobre a greve, redigido em dezembro de 1957 pelo cônsul norte-americano em São Paulo, "a intransigência de parte dos empregadores" em negociar foi arrolada como uma das principais causas do movimento.[29]

28. *O Estado de São Paulo,* 4 out. 1957.

29. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 5. The National Archives and Records Administration (NARA), Registros do consulado dos Estados Unidos em São Paulo. Código 832062/12-1057, caixa 4310. Agradeço a John French e Alexandre Fortes pelo envio desse documento.

Os vários sindicatos envolvidos intensificavam os preparativos para um possível movimento grevista. Assembleias, passeatas e reuniões em fábricas e bairros eram convocadas, gerando um clima de agitação e crescente mobilização.

> *"Milhares de questionários eram enviados aos trabalhadores para saber suas opiniões sobre a necessidade de aumentos salariais [...]. O trabalho sindical era intensificado com [...] panfletos, jornais, alto-falantes, comitês de fábrica e visitas por todos os principais centros industriais."*[30]

Dirigentes sindicais têxteis afirmavam terem sido "visitadas mais de 100 indústrias que representam um total de 300 mil trabalhadores, que estão entusiasmados pela luta contra a carestia", enquanto "carros com alto-falantes percorriam milhares de fábricas de São Paulo, conclamando os operários a participarem" de assembleias e reuniões.[31]

Longe da visão tradicional de um sindicalismo "cupulista e afastado das bases", vemos em ação um movimento sindical tentando responder aos anseios e às necessidades dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que os mobilizava e organizava para a luta. De fato, desde a greve de 1953 e da criação do PUI, a cidade de São Paulo foi palco de um significativo ascenso organizativo dos trabalhadores. Nesse período, embora hegemonizado pelos comunistas, o PUI

30. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, pp. 5-6.

31. *Notícias de Hoje,* 9 out. 1957 e 5 set. 1957.

conseguiu manter relativo equilíbrio entre suas várias correntes políticas, ampliando sua influência nos principais sindicatos da cidade. Dirigentes e ativistas sindicais, articulados no PUI e presentes no cotidiano dos trabalhadores, rompiam os limites da estrutura sindical e legitimavam-se como lideranças da classe.

Parecia inevitável a deflagração de uma greve de grandes proporções para o dia 15 de outubro, data marcada pela Aliança Intersindical. Os preparativos para a paralisação seguiam adiantados nos vários sindicatos, enquanto outras categorias, como os trabalhadores nas indústrias de papel e papelão, curtume e os vidreiros discutiam sua adesão ao movimento.

Às vésperas do dia 15, o próprio ministro do Trabalho, Parsífal Barroso, foi a São Paulo numa última tentativa de impedir a eclosão do movimento. Diante de 110 dirigentes sindicais, o ministro buscava convencê-los a adiar a greve. Reconhecia a intransigência patronal e a atribuía ao intuito dos industriais em "forçar o governo a mudar sua política econômico-financeira antiinflacionista [sic]".[32] As insinuações de que a parede, na verdade, atenderia aos interesses patronais não convenceram os líderes dos trabalhadores. Em meio a um clima tenso, a missão ministerial resultou em retumbante fracasso.

32. *O Estado de São Paulo,* 12 out. 1957.

Entre os dias 13 e 14, todas as assembleias sindicais das categorias envolvidas ratificaram a proposta de greve e foram finalizados todos os preparativos para o movimento. No dia 15 de outubro, iniciava-se a greve, que desde as primeiras horas do dia atingia grandes proporções. Aproximadamente 80% dos trabalhadores das categorias atingidas teriam aderido à parede. Enormes piquetes, alguns compostos por milhares de operários, garantiam a eficiência do movimento percorrendo os grandes corredores industriais da cidade e, na esmagadora maioria dos casos, convencendo os operários a aderir.

Os empresários acusavam a ausência de policiamento como principal responsável pelas "proporções alarmantes" que a greve tinha assumido. A solicitação de audiência pedida pela FIESP ao governador Jânio Quadros fora cancelada por este, causando ainda maior irritação entre os setores empresariais. No final da tarde, não concordando em declarar o movimento imediatamente ilegal, como desejavam o ministro Parsífal Barroso e as entidades empresariais, o delegado regional do trabalho, Pimenta de Moura, foi demitido,[33] sendo substituído por Irineu Mendonça.

A legalidade[34] do movimento foi um dos principais argumentos usados pelo governador, nos primeiros dias da paralisação, para não usar a repressão policial. Segundo ele, a greve era "legal [...] e o operariado dará uma demonstração histórica de ordem e disciplina".[35]

33. Marcia Leite sugere que a demissão de Pimenta de Moura, presidente da comissão estadual do PTB e político ligado ao vice-presidente João Goulart, também estava vinculada às disputas entre os setores conservadores e progressistas do partido. O citado relatório do consulado norte-americano parece dar razão a esta tese. João Goulart não poderia indispor-se diretamente com o ministro Parsífal Barroso, egresso do PSD e detentor do "controle do PTB no Nordeste e centro do país". The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 21. Conferir Márcia de Paula Leite. "Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo". p. 244. Ver também Maria Vitória Benevides. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964).* São Paulo: Brasiliense, 1989.

34. A legalidade da greve era questão intensamente debatida nos conflitos trabalhistas entre os anos 1940 e 1960. Não por acaso, a "defesa da liberdade sindical e do direito de greve" (*Notícias de Hoje,* 10 set. 1957) era incluída entre as bandeiras de luta do movimento.

35. *Diário de São Paulo,* 15 out. 1957.

Em seu segundo dia, a greve prosseguiu com impulso ainda maior. A paralisação foi de praticamente 100% e o movimento ganhava ares de rebelião popular. Aproveitando-se do movimento grevista, a população em geral mostrava insatisfação com suas condições de vida e tomava conta das ruas. Cenas de violência e choques entre seguranças particulares de algumas empresas (e, em alguns casos, os próprios proprietários armados) e os grevistas resultaram em mais de 50 feridos. Algumas fábricas foram depredadas. Trabalhadores de indústrias de setores em que a greve não estava declarada também aderiam à parede, ajudando a compor um clima no qual boa parte da imprensa alardeava que os sindicatos haviam perdido completamente o controle da situação.

Alarmados, os empresários voltavam suas baterias contra o vice-presidente João Goulart e o governador Jânio Quadros, acusados de incentivo à greve. Este último, em declaração que particularmente irritou os empregadores, justificara sua intenção de não intervir na paralisação, afirmando não ser o seu governo "guarda pretoriana do poder econômico".[36] Discutia-se abertamente na FIESP a oportunidade de um pedido formal de proteção às tropas do II Exército e intervenção no Estado, já que "o movimento deixou de ser uma greve para transformar-se em subversão da ordem pública".[37]

36. Ver Fábio Munhoz. "Sindicalismo e democracia populista: a greve 1957", p. 25.

37. *O Estado de São Paulo,* 17 out. 1957 e *Folha da Manhã,* 18 out. 1957.

Antônio Devisate, presidente da entidade, reuniu-se diversas vezes com o presidente Juscelino Kubitschek, exigindo deste medidas concretas em relação ao movimento.

Assustado e acuado pelas ameaças de intervenção no Estado, Jânio comprometeu-se junto ao governo federal a retomar o policiamento e tomar as medidas necessárias para garantir a manutenção da ordem. Na tarde do dia 16 de outubro, lideranças sindicais foram chamadas ao Palácio dos Campos Elíseos e um tenso diálogo entre o governador e os sindicalistas era registrado pelos jornais. Um irado e ao mesmo tempo teatral Jânio Quadros vociferava:

> *"Os senhores me traíram. A greve é um direito. Mas os senhores não podem impedir o trabalho dos que o desejam. Reagirei violentamente. Amanhã, porei toda a polícia de São Paulo na rua para coibir esses excessos. [...] Acabem com a baderna e retirem-se."*

Nervosos, os sindicalistas procuravam ressaltar a sua independência diante do governador: "não traímos ninguém, porque não temos compromisso com ninguém, a não ser com os trabalhadores".[38]

No entanto, os dirigentes sindicais também estavam espantados com a dimensão que o movimento havia adquirido. O PUI viu-se obrigado a lançar um manifesto no qual as

38. *Folha da Manhã,* 18 out. 1957.

violências praticadas eram atribuídas a elementos infiltrados, interessados em desvirtuar o movimento "pacífico e ordeiro dos trabalhadores". Esclarecia ainda que a greve deflagrada não era geral, não devendo paralisar as atividades, portanto, aqueles trabalhadores que não fossem vinculados às categorias envolvidas no movimento. Finalmente, decidia pela redução do número de trabalhadores em cada piquete e por sua identificação, procurando dificultar a "infiltração de elementos estranhos, interessados na desordem".[39]

Apesar da repressão policial a partir do terceiro dia da greve, o movimento permaneceu com a mesma intensidade dos dias anteriores e até se expandiu para outros municípios e outras categorias. No dia 21 de outubro, os vidreiros e trabalhadores em usinas de refino de açúcar entraram em greve, unindo-se à Aliança Intersindical. Três dias depois, os trabalhadores da Nitro Química, em São Miguel Paulista, também paralisavam suas atividades.[40] Com as ruas fortemente vigiadas, os trabalhadores desmentiam na prática o argumento empresarial de que a paralisação só ocorrera devido à ausência da polícia.

Como na "greve dos 300 mil"[41] em 1953, as demonstrações de solidariedade de outras entidades sindicais e movimentos sociais, bem como da população em geral, eram crescentes. Moções e manifestos de apoio, presença de sindicalistas de outras categorias e lideranças populares nas assembleias,

39. *Notícias de Hoje* e *Folha da Manhã*, 18 out. 1957. Conferir também Fábio Munhoz. "Sindicalismo e democracia populista: a greve 1957", p. 26.

40. Para uma análise específica dessa greve, ver Paulo Fontes. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química. A fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* São Paulo: Annablume, 1997, pp. 142-175.

41. As referências ao movimento grevista de 1953 foram recorrentes no discurso dos sindicalistas e trabalhadores durante a paralisação em 1957. Análises com diferentes enfoques da greve dos 300 mil podem ser encontradas em José Álvaro Moisés. *Greve de massas e crise política. São Paulo:* Pólis, 1978; Joel Wolfe. *Working Women, Working Men. São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955.* Durham: Duke University Press, 1993; e Hélio da Costa. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.* São Paulo: Scritta, 1995.

manifestações e envio de alimentos para os grevistas foram comuns e constantes durante a paralisação. Os sindicatos envolvidos no movimento estimulavam e organizavam com bastante sucesso a arrecadação de fundos e gêneros de primeira necessidade nos bairros proletários.

Ao mesmo tempo, prosperavam as tentativas de negociação. Reunido com lideranças sindicais, o novo delegado regional do Trabalho esboçava a proposta conciliatória de 25% de aumento. Provavelmente confiantes de que a ação da polícia esvaziaria a greve, os empresários permaneciam irredutíveis e sequer aceitaram discutir uma contraproposta.

Entretanto, a greve continuava com altíssimos índices de adesão. Os conflitos entre policiais e grevistas arrefeceram, voltando os piquetes a agir com maior liberdade. Os distúrbios e depredações também diminuíram muito a partir do quarto dia da greve. A disposição de luta dos trabalhadores era reafirmada em grandes assembleias no hipódromo do bairro da Mooca, com cerca de 50 mil pessoas.

Diante da força do movimento e das pressões do governo Kubitschek pelo fim do impasse, os empresários foram obrigados a mudar de atitude. Após nova audiência com o presidente da República, o presidente da FIESP estimulava os industriais a "desarmarem os espíritos e enfrentarem com coragem o problema do reajustamento dos salários".[42]

42. Dossiê 50 A 1 106, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP, e *O Estado de São Paulo,* 20 out. 1957.

O próprio Juscelino Kubitschek procurava intervir e apresentou uma proposta conciliatória de 20% de aumento imediato e 5% a serem discutidos na Justiça do Trabalho. Divergências cresciam mesmo entre os empresários, pressionados. Os industriais do setor têxtil eram os mais intransigentes e ameaçavam recorrer ao Supremo Tribunal Federal, caso fosse aprovado qualquer reajuste para os trabalhadores em greve.

Sem alternativas, os empregadores apresentaram duas propostas para negociação; a primeira, de aumento imediato de 15%, com teto de mil cruzeiros; e a segunda prevendo um aumento de 20% com teto de 1.200 cruzeiros. Os empresários garantiam que não demitiriam os operários que participaram da greve, mas reservavam-se o direito de excluir do acordo as "firmas [...] que comprovarem incapacidade financeira para conceder o aumento salarial".[43] Além disso, as propostas não incluíam as indústrias têxteis, cuja negociação seria feita posteriormente.

Reunidos em uma grande assembleia no dia 22 de outubro na Mooca, os trabalhadores rejeitaram as propostas patronais e condicionaram o fim da greve a um aumento de 20%, imediato e sem teto para todas as categorias envolvidas no movimento, à não punição dos grevistas e à garantia de que as empresas não recorreriam às instâncias da Justiça do Trabalho. Após a assembleia, um enorme piquete com mais de 25 mil trabalhadores percorreu as ruas dos bairros vizinhos.

43. Dossiê 43 E O 2058, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Com grande arrebatamento e vibração, os operários conseguiram paralisar as atividades da fábrica São Paulo Alpargatas.[44] A presença do vice-governador Porfírio da Paz na linha de frente do piquete causou sensação entre os grevistas e foi motivo de diversas ironias e críticas nos meios políticos e empresariais paulistas. Porfírio foi apelidado de "piqueteiro-mor" pela imprensa paulistana.

Embora as negociações estivessem em um impasse, uma resolução para o movimento parecia próxima com o julgamento dos dissídios coletivos das categorias em greve. No dia 24 de outubro, décimo dia da paralisação, o TRT concedeu 25% de reajuste, sem teto, estendido também ao interior do Estado, para os têxteis, mestres e contramestres, metalúrgicos, gráficos, trabalhadores em curtumes e papeleiros.[45] Era uma evidente vitória dos trabalhadores e do movimento sindical. Reunidos em assembleia na Praça Roosevelt, os operários efusivamente aprovaram o fim da greve e saíram em passeata comemorando a conquista pelas ruas do centro da cidade.

Entretanto, os empresários não aceitaram passivamente o resultado dos tribunais. Além de demissões nos setores que conquistaram o reajuste,[46] os empregadores recorreram da decisão do TRT no Tribunal Superior do Trabalho. Muitos industriais, particularmente no setor têxtil, negaram-se a

44. A paralisação da São Paulo Alpargatas, importante empresa do setor têxtil, era considerada ponto de honra para os dirigentes sindicais. Seus trabalhadores não haviam aderido à "greve dos 300 mil" em 1953 e a fábrica era considerada um "velho baluarte patronal em todas as greves". Ver *Notícias de Hoje,* 23 out. 1957. Em 1957, os trabalhadores da Alpargatas aderiram ao movimento grevista, porém a maioria, pressionada pelas chefias e pelos gerentes da empresa, voltou ao trabalho alguns dias depois.

45. Os vidreiros, não incluídos no julgamento do TRT, permaneceriam em greve, assim como os operários da Nitro Química.

46. Logo após o encerramento da greve, o jornal *Última Hora* (31 out. 1957) denunciava que emissários empresariais estariam procurando as redações dos jornais para solicitar fotos dos piquetes e das manifestações para melhor identificar os operários que, prioritariamente, seriam demitidos.

pagar o aumento enquanto o recurso não fosse julgado, o que provocou uma onda de greves em empresas ao longo dos meses de novembro e dezembro.

No dia 13 de janeiro de 1958, em concorrido e tumultuado julgamento, e corroborando a opinião das lideranças empresariais que consideravam o "pronunciamento do Supremo como questão ganha",[47] os juízes do TST reduziram o reajuste de 25% para 18%, estipulando diferentes tetos para as várias categorias. Não faltaram críticas dos magistrados federais aos dirigentes sindicais e à conduta do Tribunal Regional de São Paulo, que teria julgado o dissídio sob "pressão da greve e de políticos".[48]

Apesar dos vários protestos e manifestações de sindicalistas e trabalhadores, uma nova greve geral das categorias não foi convocada, sendo aprovado nas assembleias sindicais que a luta pelo aumento salarial fosse feita em cada empresa e nas instâncias jurídicas. Embora reduzido, o reajuste, como assinala Márcia Leite, ainda estava acima do que os patrões, inicialmente, dispunham-se a pagar.[49] Além disso, é provável que a maioria das empresas, que já estava pagando os 25%, tenha continuado a fazê-lo, evitando novos atritos com seus funcionários e seguindo a orientação dos próprios dirigentes da FIESP, que decidiram "aconselhar os

47. Dossiê 50 A 1 110, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

48. *Notícias de Hoje,* 15 jan. 1957. O comportamento do TRT paulista e suas divergências com o TST nesse episódio sugerem um papel bem mais complexo da Justiça do Trabalho nesse período do que o de mero aparelho estatal a serviço das classes dominantes, como caracterizado por grande parte da literatura.

49. Ver Márcia de Paula Leite. "Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo", p. 241.

empregadores que já estão pagando os 25% a continuar pagando essa percentagem, fazendo os 7% [de diferença) constarem como abono e não salário fixo".[50]

50. *Notícias de Hoje,* 22 jan. 1957.

"CLIMA DE SIMPATIA E COMPREENSÃO"

Os interesses políticos em jogo na paralisação de 1957 eram evidentes. A greve ocorria em meio a um intenso período de acirradas disputas eleitorais em que diversas forças políticas competiam pela simpatia do voto operário.

Derrotado o seu candidato nas eleições para a prefeitura paulista, Jânio Quadros via como imprescindível ampliar sua popularidade, a fim de eleger seu sucessor na disputa eleitoral do ano seguinte e, assim, credenciar suas pretensões à presidência da República nas eleições de 1960. Como os observadores norte-americanos apontavam, a greve aparecia então como uma oportunidade para

> *"manter e fortalecer seu apoio nas bases operárias [...]. Nas conversas com os homens comuns nas ruas, fica claro que o povo entende que o governador não pode voltar as costas para o potencial do movimento sindical, dos comunistas e todos os demais. Não importa o quão difícil isso possa ser para ele pessoalmente, o governador tem que apoiar a greve."*[51]

51. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 23.

Ao mesmo tempo, Jânio procurava também consolidar sua influência no movimento sindical paulista.[52] Mesmo durante os momentos mais tensos da greve, procurou manter sempre abertos os canais de comunicação com os diretores sindicais.

Utilizando-se do aparato governamental, Quadros procurava também reforçar sua relação direta com a "massa" trabalhadora. Na paralisação dos sapateiros, o governo estadual já havia fornecido alimentação e medicamentos aos grevistas. O mesmo procedimento foi adotado na greve dos 400 mil. No subúrbio paulistano de São Miguel Paulista, durante a paralisação na Nitro Química, além da garantia de apoio material aos grevistas, Jânio interveio diretamente, ordenando a prisão do chefe de segurança da empresa e principal agente de repressão durante o movimento, tenente Valério, fato bastante comemorado pelos trabalhadores.[53] Ao término dessa mesma greve, diante dos sindicalistas, o governador telefonou para a direção da empresa, "solicitando garantias de não-demissão dos trabalhadores grevistas".[54]

As forças políticas conservadoras que apoiavam Jânio, embora temessem o "perigo" dessas atitudes, reconheciam a necessidade de tais tipos de ação diante do quadro eleitoral e do caráter da disputa.

52. Algumas das mais expressivas lideranças da greve, como Dante Pelacani, Nelson Rustici e Remo Forli, eram considerados próximos ao governador. Conferir Márcia de Paula Leite. "Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo", p. 244 e Vera Chaia. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990).* São Paulo: Humanidades, 1991, pp. 148-152.

53. Ver Paulo Fontes. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química. A fábrica e as lutas operárias nos anos 50,* pp. 168-169.

54. *Folha da Manhã,* 6 nov. 1957.

Apesar de ele ter cedido às pressões e colocado a polícia na rua para reprimir o movimento, a imagem de Jânio como governador simpático a essa greve[55] parece ter sido forte entre a população e teve implicações importantes no futuro de sua carreira política, com a vitória de Carvalho Pinto, seu candidato ao governo do estado nas eleições do ano seguinte, e a sua própria, nas eleições presidenciais de 1960. Uma carta enviada ao governador pela Aliança Intersindical, dias após o encerramento da greve, reforçava essa visão de Jânio como aliado dos trabalhadores:

> *"os trabalhadores grevistas de várias categorias [...] rendem aqui sua gratidão a Vossa Excelência pela grande assistência dada pelo senhor para a justa e vitoriosa causa que resultou em 25% de aumento sem teto."*[56]

Não era apenas Jânio, entretanto, que acenava apoio aos grevistas; Adhemar de Barros, prefeito da capital, também manifestava sua aprovação e prometia ajuda aos operários e às suas famílias. Vereadores de todos os partidos subscreviam projeto de lei autorizando o Executivo municipal a despender um auxílio de até um milhão de cruzeiros aos trabalhadores: Na Assembleia Legislativa, projeto semelhante foi apresentado. Políticos de vários matizes ideológicos declaravam apoio ao movimento. Muitos chegaram a participar de piquetes e manifestações dos grevistas, sendo o caso mais notório o do vice-governador Porfírio da Paz.

55. Uma pequena anedota contada por Carlos Castello Branco, amigo e ex-assessor de Jânio Quadros, ao jornalista Gilberto Dimenstein e publicada na antiga coluna deste no jornal *Folha de São Paulo,* ilustra bem essa hipótese: "Governador de São Paulo, Jânio mandou reprimir com dureza um piquete de grevistas. Amanhecia e o confronto se armava. De um lado os policiais e, de outro, os grevistas. Inesperadamente aparece o governador, vestido de pijama, chinela, robe em desalinho. Todos param, espantados. Jânio se posta a frente dos grevistas e aponta o dedo ao chefe de polícia. 'Se quiserem bater nesses honestos trabalhadores terão também de me atacar'. Foi delirantemente aplaudido." *Folha de São Paulo,* 21 dez. 1994.

56. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 25.

Ao mesmo tempo em que procuravam tirar vantagens do movimento, os políticos também eram "usados" pelos trabalhadores. Luís Tenório de Lima, líder comunista do sindicato dos trabalhadores da alimentação e dirigente do PUI, recorda nesse depoimento como Porfírio da Paz foi pego de surpresa no famoso episódio do "piquete monstro da Alpargatas":

> *"Estávamos em assembleia no hipódromo [...] quando o Porfírio da Paz chegou. Como sempre ele vinha trazer solidariedade aos grevistas. Ele era um tipo assim muito aberto, muito bom, religioso, devoto de Nossa Senhora Aparecida, mas era um tipo democrático. Foi aplaudido de pé por todo mundo e [...] aí ele fez um discurso de solidariedade e encerrou assim: 'eu aqui não sou um general, eu aqui sou um soldado a serviço dos trabalhadores'. Ele nunca esperava por esta. O Dante Pelacani pegou a deixa e gritou: 'se o general é nosso soldado, então, os trabalhadores ordenam que ele saia no piquete conosco para parar a Alpargatas'. [Os trabalhadores começaram a gritar] 'Porfírio, Porfírio' e agora ele não tinha por onde correr e aí foi empurrado por aquela multidão, da rua da Mooca até aqui o Brás [...]. Tirou-se uma comissão de grevistas, que entrou na fábrica junto com ele. Quem podia rejeitar, impedir que o vice-governador do Estado entrasse [...]. E foi aí onde ele ficou famoso. [...] A empresa abriu os portões e a fábrica parou."*[57]

57. Entrevista de Luís Tenório de Lima, concedida a Paulo Fontes e Hélio da Costa, 8 set. 1997. Relatório policial sobre essa mesma assembleia confirma essa versão de Lima. Conferir Dossiê 43 E O 1961. Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Assim, as principais forças políticas do Estado naquela conjuntura específica apoiavam ou, pelo menos, não se colocavam abertamente contra o movimento reivindicatório. "Todas as correntes políticas tentam usar a greve de alguma forma para obter vantagens"[58] eleitorais, momentaneamente isolando os industriais e fortalecendo a imagem da greve como um instrumento legal e justo. Um militante comunista reconhecia, no início da paralisação, que havia "um clima de simpatia e compreensão".[59]

Um dos fenômenos centrais da vida política brasileira no pós-guerra foi a forte presença da classe operária na vida pública e nas definições eleitorais. Em São Paulo, estado com o maior índice de industrialização e urbanização do país, o papel dos trabalhadores urbanos era decisivo e várias forças políticas procuravam angariar a simpatia e o apoio do operariado.[60]

O empresariado paulista buscava adaptar-se a esse novo cenário político. Entretanto, uma situação extrema como a greve dos 400 mil provocava duras críticas dos empregadores. Dois meses após a paralisação, um cáustico editorial do Boletim Informativo da FIESP mostra a irritação dos patrões com a

58. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 27.

59. *Notícias de Hoje,* 17 out. 1957.

60. Um interessante exemplo dessa presença operária no cenário político paulista foi a eleição de Adhemar de Barros para governador em 1947. Ver John D. French. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995, pp. 203-215.

"malta de demagogos que estão alimentando a agitação nos centros trabalhistas de São Paulo [...]. Políticos que no fundo são inimigos da nossa terra e [...] buscam avidamente o voto operário, indiferente ao mal que causem à nação."[61]

Entretanto, para além de vítima da manipulação de "demagogos", como querem fazer crer os empregadores, a classe trabalhadora estava bastante ciente de seu papel e procurava garantir seus interesses e lutar dentro desse intrincado cenário. Em meio aos impasses nas negociações durante a greve dos 400 mil, militantes comunistas lembravam que a intransigência patronal em negociar só poderia expressar sua ignorância a respeito dos "novos valores em jogo na fixação de políticas econômico-sociais, onde [sic] os trabalhadores são elementos decisivos".[62] Afinal de contas, em São Paulo "ninguém pode pensar em política de longo alcance tomando posições antiproletárias. [...] Aqueles que firmam posições contrárias aos trabalhadores expõem-se a fracassos políticos".[63]

Longe de representar uma opinião isolada dos comunistas, a consciência de sua importância no jogo político era um sentimento crescente entre os trabalhadores. Em resposta a um comandante policial que, ao dispersar um piquete em frente à fábrica Alpargatas no Brás, afirmara que a ordem era "meter o cacete na cachorrada", indignadas trabalhadoras

61. *Boletim Informativo da FIESP/CIESP,* 8 jan. 1958.

62. *Notícias de Hoje,* 20 out. 1957.

63. *Notícias de Hoje,* 22 out. 1957.

têxteis respondiam que "tinham o direito de voto para poder pôr lá em cima o governador"[64] que nomeara o chefe policial. Crescia, ainda, a noção dos interesses eleitorais na ajuda prestada pelo governador, como nesse depoimento de um operário, em São Miguel:

> *"Jânio deu mantimento, mandou trazer arroz, feijão, carne seca, [...] leite em pó para doar para as famílias, porque foi um monte de dias parados. Então, também tinha interesse político."*[65]

Momento privilegiado para analisar as relações entre os chamados políticos populistas e os trabalhadores, a greve dos 400 mil nos mostra uma classe em ação exigindo direitos, cobrando e forçando a reciprocidade daqueles que diziam estar a seu lado.[66] Longe de ser apenas uma brecha aberta pela divisão das elites políticas e econômicas, a greve reafirmou a agência dos trabalhadores e sua participação ativa e decisiva no período. Uma análise mais detalhada das formas de organização adotadas na paralisação pode nos ajudar a entender melhor essa presença operária na conjuntura.

PIQUETES E A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Fenômeno comum nas greves do período, os piquetes tiveram papel determinante no desenvolvimento e nos desdobramentos da greve dos 400 mil. Cruzando as principais

64. *Notícias de Hoje,* 20 out. 1957.

65. Entrevista de José Ferreira da Silva. Conferir *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química. A fábrica e as lutas operárias nos anos 50,* pp. 169-170.

66. A expressão "sistema político populista", cunhada por John D. French (*O ABC dos operários,* p. 281), que enfatiza a ação dos vários sujeitos sociais e critica a noção de populismo como a relação entre políticos carismáticos e trabalhadores urbanos controlados e submetidos, parece ser útil para o entendimento do cenário político durante a greve de 1957. Para outras análises recentes que debatem o conceito de populismo ver, entre outros, Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo: Vértice, 1988; Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade.* São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995; e Francisco Palomanes Martinho. "Populismo sindical: um conceito em questão". *In:* Elisa Reis; Maria Hermínia Almeida e Peter Fry (orgs.). *Política e cultura.* São Paulo: Hucitec, 1996.

vias dos bairros industriais e chegando a contar com milhares de participantes, essa manifestação operária marcou o cenário da cidade naqueles dias e foi fundamental para o sucesso do movimento.

O reconhecimento dos piquetes como importante fator nessa paralisação é um ponto consensual entre os sujeitos e observadores da greve. Avaliando o primeiro dia do movimento, o noticiário de *O Estado de S. Paulo* afirmava que "a ação dos piquetes de greve é cada vez mais eficiente e em 90% dos casos, sua presença conduz à paralisação do serviço".[67] O cônsul norte-americano reconhecia os piquetes como principal exemplo de que a paralisação estava "extremamente bem organizada".[68] A própria FIESP não tinha como negar as evidências e registrava que grande parte das "firmas associadas" estava impedida de trabalhar "por piquete".[69] Antônio Chamorro, veterano líder tecelão comunista, em seu discurso no dia de encerramento do movimento, salientava o "trabalho dos piquetes, a grande arma da greve".[70]

Entretanto, se por um lado havia um consenso em relação à importância dos piquetes para que a paralisação ocorresse, por outro, existiam profundas diferenças na avaliação de seu papel e de suas características. Para sindicalistas e lideranças operárias, especialmente os comunistas, os piquetes eram a principal "arma" da greve, demonstrando a participação operária no movimento. Imagem muito diferente era

67. *O Estado de São Paulo,* 16 out. 1957.

68. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 6.

69. *Boletim Informativo da FIESP/CIESP,* 28 out. 1957.

70. *Notícias de Hoje,* 25 out. 1957.

divulgada pelos industriais. Pouco antes da deflagração da greve, Antônio Devisate caracterizava os anunciados piquetes como resultado da atividade de "agitadores profissionais". Tais "agitadores", anunciava um ofício enviado ao governador do Estado, beneficiando-se da falta de garantias devido à ausência de policiamento, criaram

> *"um clima de intranquilidade e insegurança", forçando "a esmagadora maioria dos operários que [...] está inteiramente alheia ao movimento, [...] pelo temor e coação [...] a abandonar o serviço".*[71]

Os estudiosos sobre o movimento operário nos anos 1950 também observaram a importância dos piquetes nas greves do período. Em clássico ensaio sobre greves em São Paulo, Leôncio Martins Rodrigues afirmou que "o instrumento decisivo para a paralisação do trabalho nos momentos de greve são os piquetes".[72] Visando primordialmente a grande massa dos trabalhadores, recém-integrada no mundo urbano-industrial, não organizada pelos sindicatos e sem tradição de ação coletiva, somente a utilização de piquetes garantiria o sucesso das paralisações. Piquetes seriam a forma de organização possível de um movimento sindical estruturalmente frágil, devido ao baixo nível de integração sindical do proletariado e à origem agrária da maior parte dos trabalhadores. Além disso, a ausência de organização sindical nos locais de trabalho tornava ainda mais

71. *Boletim Informativo da FIESP/CIESP,* 28 out. 1957.

72. Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil,* p. 98.

necessária a presença de piquetes, tornando, definitivamente, as greves um "movimento desencadeado e realizado de fora para dentro" das empresas.[73]

Uma análise mais detalhada da greve e do movimento sindical naquele período, entretanto, pode nos dar uma visão alternativa e mais complexa do papel desempenhado pelos piquetes, revelando-nos um pouco mais sobre as formas de organização e ação dos trabalhadores e trabalhadoras paulistanos.

Como diversos estudos recentes baseados em pesquisas sobre localidades ou categorias vêm mostrando, não se pode falar em ausência completa de organização sindical nos locais de trabalho, no período entre 1945 e 1964.[74] Apesar das limitações impostas pela estrutura sindical e da forte repressão patronal amplamente ancorada na ação policial, diversas categorias de trabalhadores conseguiram desenvolver alguma política de organização nos locais de trabalho.

No Sindicato dos Químicos de São Paulo, por exemplo, uma das primeiras iniciativas da nova diretoria eleita em 1956 foi promover eleições de delegados sindicais nas principais empresas da categoria.

> *"Quando a diretoria reuniu-se, porque isso aí [os delegados sindicais] já era estatutário. Delegado de empresa está na CLT e no estatuto do sindicato*

73. *Idem,* pp. 76-77.

74. Ver, entre outros, José Sérgio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo: Marco Zero, 1988; José Ricardo Ramalho. *Estado-patrão e cultura operária. O caso FNM.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; e Marco Aurélio Santana. *Bravos companheiros. Comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945-64).* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013; Marcelo Badaró Mattos. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955- 1988).* Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; Joel Wolfe. *Working Women, Working Men;* John D. French. *O ABC dos operários;* Hélio da Costa. *Em busca da memória;* Fernando Teixeira da Silva. *A carga e a culpa* e Paulo Fontes. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50.*

tinha delegado de empresa. Então, nós achamos que deveríamos aproveitar e aplicar tudo que estava nele."[75]

Também em outras categorias, a escolha de delegados sindicais nas principais empresas passou a ser prática comum na segunda metade dos anos 1950. Preocupado com o fenômeno, um agente policial infiltrado no sindicato dos metalúrgicos do ABC afirmava em relatório para seus superiores que "a escolha dos chamados delegados sindicais" era uma "ação encetada pelo PCB em todas as grandes indústrias". Alertava ainda que o referido sindicato "já contava com delegações completas em diversas indústrias".[76]

Vista como uma necessidade para ampliar a representatividade e fortalecer a entidade, a escolha de delegados sindicais apoiava-se na base militante existente nas empresas, utilizando frequentemente as possibilidades abertas pela legislação trabalhista. Assim, operários estáveis, com mais de dez anos de trabalho na empresa, ou representantes dos trabalhadores nas comissões internas de prevenção de acidentes (CIPAS), eram priorizados na escolha dos delegados, evitando-se, assim, represálias patronais. Além disso, iniciativas de organização de base eram frequentes nos setores industriais, que demandavam uma mão de obra especializada e, portanto, menos sujeita a demissões.

75. Entrevista de José Ferreira da Silva. Conferir Paulo Fontes. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50,* p. 146.

76. Dossiê 50 Z 318 2886, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP. Agradeço a Antonio Negro pelo envio dessa fonte.

Delegados sindicais, comissões de empresa, diretores ou suplentes de diretoria não afastados da produção cumpriam a tarefa de elo entre o interior das fábricas e a diretoria sindical. Frequentadores mais assíduos das reuniões e assembleias, eles tornavam-se ponto de referência para os demais trabalhadores, trazendo informações das atividades do sindicato.

Em seu artigo seminal sobre a adaptação dos trabalhadores rurais ao mundo industrial, Juarez Brandão Lopes investigou o caso de uma empresa paulistana em 1957. Constatou a existência de delegado sindical na fábrica e sua ação como fonte de informações sobre o sindicato, mas questionou seu papel como representante dos operários.

> *"Embora não haja dúvida que tem bastante influência entre os seus colegas na fábrica, esta deve-se mais ao fato de que esperam obter dele informações sobre os seus 'direitos' do que uma posição de liderança real."*[77]

No entanto, outras fontes parecem sugerir um papel bem mais ativo dos trabalhadores em sua relação com os delegados sindicais. Como o próprio Brandão Lopes reconhece, os delegados sindicais também cumpriam o papel de levar a opinião dos trabalhadores para o sindicato, não sendo apenas transmissores dos desígnios das diretorias sindicais.

77. Ver Juarez Rubens Brandão Lopes. "O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação". *In:* Bertram Hutchinson. *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo.* Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960, p. 400.

Além disso, em grande parte dos casos, "a escolha desse delegado [...] é feita por eleição direta e secreta entre os operários pertencentes àquela indústria".[78]

Não se trata aqui de generalizar um comportamento padrão desses representantes sindicais. A relação destes com o restante dos trabalhadores e com as diretorias sindicais certamente variaram muito nas diversas fábricas e categorias. No entanto, sua existência e ação relativizam a propalada ausência de contatos com a base operária do sindicalismo do período e sua consequente falta de representatividade, ao mesmo tempo em que abrem possibilidades de análise das atitudes e ações dos trabalhadores de um modo mais geral. Essas representações sindicais nos locais de trabalho tiveram papel decisivo na preparação, no desencadeamento e na condução da greve dos 400 mil. No início de setembro de 1957, durante a mobilização e agitação das categorias profissionais em campanha, o jornal comunista *Notícias de Hoje* destacava "o trabalho desenvolvido pelos delegados sindicais nas fábricas e reuniões de empresas realizadas nas sedes dos sindicatos".[79]

Um outro importante exemplo da organização sindical existente no interior das empresas foi a "operação conta-gotas" desencadeada pelo sindicato dos trabalhadores têxteis, durante os meses de novembro e dezembro, após a recusa de várias empresas em pagar os 25% determinados pelo TRT.

78. Entrevista com "chefes de piquete," sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, 5 nov. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

79. *Notícias de Hoje,* 5 set. 1957.

A operação consistia em paralisações rápidas no interior das empresas, de "15 minutos a uma hora, em alguns casos mais de quatro vezes num único dia".[80] Uma carta-denúncia de um operário da Indústria Brasileira de Fiação, empresa que se recusava a pagar o reajuste, mostrava a unidade e organização dos operários daquela fábrica. Desencadeada a greve, os patrões tentavam descobrir as lideranças do movimento e apenas obtinham como resposta que "os líderes são os 25%". Assim, foram "suspensos todos os operários que os patrões julgavam ser delegados sindicais", mas as manifestações continuaram.[81]

Ao serem eleitos, os delegados sindicais tinham a função implícita de liderar os piquetes. Muitos já haviam participado de outros movimentos grevistas. Chefes de piquete metalúrgicos e vidreiros entrevistados enfatizavam a necessidade de coesão e disciplina do movimento e lembravam que "havia um grupo mais ou menos estável de chefes de piquete, geralmente os delegados de empresa".[82]

Esses, por sua vez, procuravam arregimentar seus companheiros mais próximos na fábrica, criando assim um núcleo comum de confiança. Desta forma, o roteiro dos piquetes no primeiro dia de greve obedecia a uma ordem mais ou menos comum nas diversas categorias. As primeiras empresas a

80. The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 31 e dossiê 50 A 1 110, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

81. *Notícias de Hoje,* 11 dez. 1957.

82. Entrevista com membro da direção da greve, 22 out. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

serem visitadas pelos piquetes eram obviamente aquelas em que os trabalhadores eram mais organizados e simpáticos ao sindicato, privilegiando-se, dentre essas, as maiores e mais poderosas. A seguir, partia-se para as fábricas menores e mais distantes politicamente das organizações sindicais. O relato abaixo sobre a primeira madrugada de paralisação ilustra bem a dinâmica da greve

> *"Um comando saiu do sindicato sob a chefia do seu vice-presidente, José de Araújo Plácido; e rumou para a Mooca. Eram apenas 5 homens. O primeiro objetivo: Alumínios Fulgor. Resultado: êxito completo. Não entrou ninguém. Não foi preciso muita argumentação. [...] Muitos foram para casa, outros - entre eles diversos que entravam em greve pela primeira vez na vida - aderiram ao piquete e dirigiram-se [...] para os lados das Máquinas Piratininga e da Fundição Brasil. Numa e noutra, 100% de paralisação."*[83]

Na mesma madrugada, outro piquete de metalúrgicos, inicialmente composto por quatro operários que, rapidamente "se transformaram em 2 mil", paralisava empresas em outras regiões da cidade.[84] Inicialmente previstos para saírem apenas das sedes das entidades sindicais, os piquetes espalhavam-se em grandes manifestações operárias pelos bairros da capital. A cada fábrica paralisada, em vez de

83. *Notícias de Hoje,* 16 out. 1957.

84. *Notícias de Hoje,* 16 out. 1957.

se dispersarem, os trabalhadores preferiam engrossar o piquete. No Bom Retiro, por exemplo, "um piquete com mais de 10 mil grevistas"[85] paralisou todas as fábricas metalúrgicas, têxteis e gráficas da região. Em muitas empresas a adesão ao movimento ocorria mesmo antes da chegada dos piquetes.[86] "Como que centenas de estopins acesos ao mesmo tempo, o movimento paredista alastrou-se rapidamente atingindo todos os bairros".[87]

O grande sucesso da paralisação e a ampla participação popular estimulou as lideranças sindicais na organização dos chamados "piquetes monstro" que, ao lado das grandes manifestações em praça pública e das assembleias no Hipódromo da Mooca, também faziam parte da estratégia dos grevistas. "Nós fizemos três piquetes monstro", conforme relata um chefe de piquete dos vidreiros:

> *"Levamos a bandeira da Federação dos vidreiros, uma bandeira grande, bonita, vermelha. Fizemos desfile diante das fábricas e ficamos três horas falando. [...] Esse piquete foi muito bonito."*[88]

Concebidos como "agentes de ligação entre o comando da greve e os operários ainda fora da greve", os piquetes eram considerados pelos sindicalistas um instrumento de comunicação e organização.

85. *Notícias de Hoje,* 17 out. 1957.

86. Fábio Munhoz, "Sindicalismo e democracia populista: a greve 1957", p. 26.

87. *Notícias de Hoje,* 16 out. 1957.

88. Entrevista com chefe de piquete, Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, out. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Para os ativistas, em alguma medida ainda refletiam as debilidades do movimento sindical. Apesar de elogiar a ação dos piquetes, um diretor do sindicato dos metalúrgicos sonhava com o dia em que eles não seriam mais necessários, pois

> *"quando todos forem sócios, quando tivermos organizações sindicais em todas as indústrias, poderemos fazer greve em que os operários, em vez de irem para as portas das fábricas, irão todos para o sindicato, deixando nas indústrias apenas os patrões e os soldados."*[89]

89. *Notícias de Hoje,* 20 out. 1957.

A presença de um novo contingente de trabalhadores migrantes recém-chegados do campo era uma preocupação das lideranças sindicais. Considerados pouco qualificados e inexperientes na vida sindical, estariam mais sujeitos às pressões patronais e ao desemprego. Um relatório do DIEESE confirmava essa versão. Os "trabalhadores braçais", devido "às condições estranhas ao mercado paulista, ou seja, [...] decorrência das migrações internas rural-urbana e Nordeste-Sul", estariam mais facilmente sujeitos à ameaça do desemprego.[90]

90. "Condições econômico-sociais da mão de obra em São Paulo". O desemprego dos trabalhadores pouco qualificados era, entretanto, bastante residual. A economia paulista apresentava-se com taxas de desemprego bastante pequenas. A sensação de "pleno-emprego" era compartilhada por vários setores da sociedade e motivo de atração dos migrantes. Um ano antes da greve, o jornal *Folha da Noite* (8 ago. 1956) traduzia esse sentimento geral com uma orgulhosa manchete: "Não existe praticamente o problema de desemprego em nosso Estado".

Procurando arregimentar essa massa de novos operários para a paralisação, o diário comunista *Notícias de Hoje* louvava a greve e as manifestações de massa como as armas a que os trabalhadores teriam de recorrer para "fazer valer seus direitos e conquistar suas reivindicações".

> *"Os avós dos avós dos descendentes dos imigrantes italianos, espanhóis, alemães etc. passaram diversas vezes por essa experiência. Os filhos de camponeses que vieram para São Paulo também já se deram conta disso."*[91]

91. *Notícias de Hoje,* 15 out. 1957.

De fato, a, participação de jovens operários migrantes mineiros e nordestinos parece não ter sido nada inferior em relação a outros segmentos dos trabalhadores. Empresas com grande maioria de migrantes, como a Nitro Química, paralisaram suas atividades. Na fábrica estudada por Juarez Brandão Lopes ocorreu justamente que os trabalhadores mais qualificados e mestres não aderiram ao movimento.

A grande adesão desse contingente de trabalhadores exultou as lideranças. Num relato eufórico sobre a paralisação na fábrica de vidros Wheathon do Brasil, um jornalista simpático à greve escrevia:

> *"São todos nordestinos [...] e começaram a aprender que a união, a luta e a organização dos trabalhadores são necessárias para que possam obter aquilo que os fez abandonar seus lares e as cidades em que nasceram."*[92]

92. *Notícias de Hoje,* 26 out. 1957.

Os laços de solidariedade forjados na experiência comum, no interior das empresas e nos bairros operários, e a ação de uma militância político-sindical contribuíam para o sucesso

do movimento paredista. Neste sentido, os piquetes eram um instrumento fundamental. Seu efeito de demonstração era poderoso. Um jovem operário justificava assim sua adesão à greve, após a ação de um piquete:

> *"Achei que devia entrar na greve para acompanhar meus companheiros. Não fica bem companheiro de serviço, vendo seus colegas se sacrificar, deixar de cooperar."*[93]

Além de estimular a solidariedade de classe, grande número de operários em um piquete garantia a segurança dos trabalhadores contra a repressão. Era uma espécie de "biombo", um meio de defesa contra as ofensivas policiais e patronais. No piquete, o trabalhador isolado sentia-se mais forte, adquiria um senso de coletividade e identidade com seus companheiros.[94] Neste sentido, Juarez Brandão Lopes reconhecia que "a alegação [dos operários] de não virem trabalhar para evitar 'encrenca' era, em parte, uma desculpa que davam a seus chefes para participarem do movimento grevista".[95]

Ademais, os piquetes eram a garantia para o trabalhador de que a greve estava acontecendo e de que ele poderia aderir sem correr o risco de ficar sozinho, sujeito às represálias patronais. Em uma greve generalizada, em uma cidade com o tamanho de São Paulo e com as características de seu

93. *Notícias de Hoje,* 16 out. 1957.

94. Ao analisar uma assembleia de trabalhadores da indústria automobilística inglesa, Huw Beynon chama a atenção para a importância de atos massivos e coletivos para os trabalhadores sem especialização. "A euforia dessa assembleia, e de outras como ela, somente pode ser compreendida em contraste com a solidão do trabalho na linha de montagem. Como uma massa, em uníssono, números tomam-se fortes, adquirem um sentido. Por intermédio da massa, o operador da linha de montagem torna-se um homem e não uma nulidade. É por meio da massa, e não da especialização, que o operário da linha de montagem obtém sua liberdade". Ver Huw Beynon. *Trabalhando para a Ford. Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 260-262. Analisando as greves francesas no final do século XIX, Michele Perrot também observa que as greves e suas manifestações quebravam o isolamento dos trabalhadores no interior do processo industrial, dissolvia suas diferenças e "salientava um denominador comum, a simples condição de ser trabalhador e de ser explorado". Michelle Perrot, *Worker on Strike. France 1871-1890.* Nova Iorque: Berg, 1987, p. 149.

95. Juarez Brandão Lopes. "O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação", p. 407.

parque industrial,[96] os piquetes cumpriam a tarefa de ser um meio de comunicação rápido e eficiente entre os trabalhadores, na resposta às contrainformações patronais e da maioria dos meios de comunicação.

Um exemplo desta função pode ser visto no quinto dia de greve, quando várias estações de rádio anunciavam o término da paralisação. "Falsamente informadas" e pressionadas pelos patrões, "algumas seções da Alpargatas" voltaram a funcionar. "O QG dos têxteis enviou um piquete a fim de conversar com os trabalhadores, comandado pela dirigente sindical Elina de Oliveira".[97]

A grande receptividade dos trabalhadores e a adesão maciça destes à parede extrapolava, entretanto, os mecanismos de organização criados pelo sindicato. Um chefe de piquetes do sindicato dos vidreiros lembrava:

> *"Piquetes naturais [...] são dezenas e dezenas destes piquetes. [...] É o tipo mais eficiente; são eles que nos informam o crescimento ou diminuição dos grevistas. O piquete [do sindicato] serve para manter o fogo do movimento, para manter alta a temperatura, mas se não houver paralisação de cada empresa por sua organização e unidade, o piquete [do sindicato] não resolve."*[98]

96. O Departamento de Estatística do Estado de São Paulo estimava em 3.318.569 os habitantes na cidade de São Paulo em 1957. Para o ano anterior, o jornal *A Gazeta* (17 abr. 1957) contabilizava a existência de 22.788 estabelecimentos industriais na capital, com uma média de 21,8 trabalhadores por empresa.

97. *Notícias de Hoje,* 20 out. 1957. Parte importante do contingente de trabalhadores, as mulheres tiveram uma ativa participação na greve dos 400 mil, assim como em outras greves do período. Elas tiveram fundamental participação nos piquetes, especialmente nas fábricas têxteis, onde, de fato, constituíam a maioria da força de trabalho, e nas ações de solidariedade organizadas nos bairros operários. Possivelmente o discurso sindical contra a inflação e as más condições de vida da classe trabalhadora teve um especial impacto entre as mulheres operárias, já que, na maioria dos casos, eram elas as responsáveis pelas compras e pelo controle do orçamento doméstico. Sobre a presença das mulheres no movimento operário e nas greves do período ver, entre outros, Joel Wolfe. *Working Women, Working Men* e Hélio da Costa. *Em busca da memória.*

98. Entrevista com "chefe de piquete", Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, out. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Em muitos casos, no calor das manifestações, os trabalhadores preferiam eleger "democraticamente os homens que devem dirigi-los. As comissões que penetram nas fábricas, para averiguar se estão trabalhando, ou para conversar com os operários locais também são escolhidas pelos piquetes".[99]

99. *Notícias de Hoje,* 18 out. 1957.

Se os piquetes surgiram a partir da direção sindical, dos delegados sindicais e do núcleo de trabalhadores mais ligados ao sindicato, ao longo do movimento, a participação voluntária atingiu dimensões impressionantes. Os contatos informais entre os próprios trabalhadores cumpriam papel fundamental na ampliação dos piquetes:

> *"A maioria foi a primeira vez que fez piquete. [...] Eram apresentados pelos companheiros de fábrica. Teve dois casos que os elementos foram apresentados, mas eram apenas conhecidos de vista e tiveram sucesso. Foram apelidados de 'rapa-rapa', porque onde iam paravam mesmo. E olhe que eles não iam de carro, mas de ônibus e de bonde."*[100]

100. Entrevista com "chefe de piquete", Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, out. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Ao enfatizar o caráter controlador e burocrático do sindicalismo do período, Fábio Munhoz tendeu a ver a eclosão de uma "espontaneidade operária" na greve de 1957, que, ao ameaçar a estrutura sindical vigente, obrigou a união das lideranças operárias pela "preservação do aparelho sindical".[101] Além de não considerar os vários vínculos formais e informais entre lideranças sindicais, militantes e trabalhadores em geral e

101. Fábio Munhoz. "Sindicalismo e democracia populista: a greve 1957", p. 27.

as várias formas de organização existentes, a ideia de uma "espontaneidade" menospreza os esforços organizativos e de mobilização levados a cabo pela classe operária. O "espontâneo" realça uma propensão "natural" da classe trabalhadora para a luta, perdendo, assim, a dimensão histórica da organização dos trabalhadores. Em 1957, a mobilização da classe ultrapassou em muito a ação dos sindicatos, mas, ainda assim, estes foram claramente reconhecidos pelos próprios trabalhadores como o principal instrumento de luta e organização da greve.

A greve respondia, de um lado, a um impulso vindo do interior das empresas, das condições de exploração dos trabalhadores e das formas de organização por eles criadas ou reapropriadas. Por outro lado, a paralisação também assentava sua força nos bairros e localidades operárias. Neste sentido, os piquetes de 1957 devem ser vistos muito mais como sinais de vitalidade do que de fraqueza do movimento.

A São Paulo da década de 1950 continuava a ser uma cidade socialmente dividida. A famosa frase do prefeito de Nova Iorque, Fiorello LaGuardia, no início dos anos 1940, era, de certa forma, ainda mais verdadeira no final da década seguinte. Em visita à cidade, e observando-a do mais alto prédio no centro, LaGuardia teria dito, ao olhar para a Zona Leste: "naquela parte as pessoas trabalham" e, apontando para a Avenida Paulista e imediações, "ali, eles comem".[102]

102. Mino Carta. *Histórias da Mooca com a bênção de San Gennaro.* Rio de Janeiro: Berlendis e Vertecchia, 1982, apud Joel Wolfe. "'Pai dos pobres' ou 'mãe dos ricos'? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954". *Revista Brasileira de História,* 27, 1994.

Em meados dos anos 1950, o crescimento acelerado da capital paulista tinha ampliado as regiões onde "as pessoas trabalham" e novas zonas industriais surgiam, especialmente na região de Santo Amaro, no sul da cidade.

Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki mostraram como esse período caracterizou-se pela "consolidação de um padrão periférico de crescimento urbano" em São Paulo, com a ocupação da periferia pelas camadas populares. Iniciativas de autoconstrução de moradia em loteamentos geralmente clandestinos e em bairros, no mais das vezes, desprovidos de toda infraestrutura urbana, aliada à deterioração do sistema de transporte público, com a progressiva substituição dos bondes pelos ônibus, passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores. Para estes,

> *"o progresso e o moderno terminavam nas longas e intermináveis filas de ônibus das Praças Clóvis ou do Correio, na zona central da cidade iluminadas pelo néon da 'Coca-Cola', do 'Açúcar União' e do 'Jeep Willys'. A partir daí, era a espera, o ônibus lotado, o barro, a luz de vela e água do poço contaminada."*[103]

Também um variado leque de organizações populares surgia nos bairros e subúrbios operários, desempenhando importante papel no cenário político do município.[104] O movimento sindical e a eclosão de greves nesse período não podem

103. Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki. "Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização". *In:* Lúcio Kowarick (org.). *As lutas sociais e a cidade — São Paulo: passado e presente.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 142.

104. *Idem,* pp. 144-146.

ser dissociados desse contexto. Especificamente na greve de 1957, grande parte das associações de bairro, por exemplo, manifestaram-se claramente a favor dos grevistas.

Além, entretanto, do apoio das organizações populares nos bairros, os locais de moradia e as ruas dos bairros industriais eram também espaços em que se forjavam a greve e a solidariedade entre os trabalhadores. Comparando a greve de 1957 com a de 1953, *Notícias de Hoje* salientava:

> *"Os piquetes que antes saíam apenas dos sindicatos, surgem agora de toda a parte, por iniciativa própria dos operários, que paralisam espontaneamente suas fábricas e marcham unidos visando a paralisação de outras. Outro fato inédito é que os piquetes não se dissolvem."*[105]

A localização das empresas foi considerada por Leôncio Martins Rodrigues um importante fator para a realização de greves. Segundo ele, as "fábricas situadas nos bairros operários [...] tendem a evidenciar maior frequência de greves".[106] Embora interessado em estabelecer uma tipologia das motivações e das formas de organização dos movimentos grevistas, e o tópico da localização não tenha sido muito detalhado na análise de Rodrigues, essa questão parece-me uma excelente pista para aprofundar a análise sobre a participação popular na greve dos 400 mil.

105. *Notícias de Hoje,* 18 out. 1957.

106. Leôncio Martins Rodrigues. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil,* p. 80.

O sociólogo inglês Michael Savage, entre outros, tem chamado a atenção para a importância do espaço no processo de formação de classe. O espaço entendido como redes de relações sociais pode ser a base, o habitat onde a identidade coletiva é formada. Entretanto, o espaço não é apenas o local onde a formação da classe ocorre, mas é parte constitutiva dessa formação. A formação da classe trabalhadora, dessa forma, teria uma dupla dinâmica. A partir de laços densos das relações cotidianas "face a face" na fábrica ou no bairro operário, por exemplo, mas também em redes mais extensivas e abrangentes, através de organizações como os sindicatos ou os partidos políticos.[107]

As sugestões de Savage podem ser úteis para a análise da greve dos 400 mil. Relações "face a face" de laços densos estavam presentes na ação dos delegados e dirigentes sindicais no interior das empresas e na experiência cotidiana nos bairros operários de milhares de trabalhadores. Balizavam uma solidariedade "local",[108] fundamental para o êxito do movimento. De certa forma, a organização e o sucesso dos piquetes obedeciam a essa dinâmica.

A greve e os piquetes também tinham uma dinâmica mais ampla. Uniam diferentes categorias profissionais e angariavam a simpatia da população em geral da cidade. O PUI e os sindicatos desempenharam papel decisivo na construção de um movimento que ia além de demandas locais,

107. Michael Savage. "Space, networks and class formation". *In:* Neville Kirk (org.). *Social Class and Marxism: Defences and Challenges.* Hants: Scolar Press, 1996.

108. Ao comentar uma série de obras sobre a relação entre comunidade e classe trabalhadora nos EUA, Inglaterra, Alemanha e França, David Crew chama a atenção para o fato de não entendermos a solidariedade de classe como produto "natural da comunidade". A solidariedade e a unidade de classe "onde e quando existem não são simplesmente o produto de fatores 'ecológicos' e sim o resultado de esforços humanos deliberados". Ver David Crew. "Class and Community. Local Research on Working-Class History in Four Countries". *Historische Zeitschrift,* 15, 1986, p. 300.

articulando, através da linguagem do combate à carestia e de um aumento igual e geral para todos os operários envolvidos, uma ampla solidariedade e um discurso classista que colocou trabalhadores e trabalhadoras em ação.

FONTES

A Gazeta, 1957.

Boletim Informativo da CIESP/FIESP, 1957-58.

Dossiê 43 E O 1961. Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Dossiê 43 E O 2058, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Dossiê 50 A 1 110, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Dossiê 50 A 1 106, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Dossiê 50 Z 318 2886, Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Entrevista com chefe de piquete, Sindicato dos Vidreiros de São Paulo, out. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Entrevista com "chefes de piquete", Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 5 nov. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Entrevista com membro da direção da greve, 22 out. 1958. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Entrevista de Dante Pelacani. CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Entrevista de Luís Tenório de Lima, concedida a Paulo Fontes e Hélio da Costa, 8 set. 1997.

Folha da Manhã, 1957.

Folha de São Paulo, 1994-95.

José Albertino Rodrigues. “Condições econômico-sociais da mão-de-obra em São Paulo”. Relatório do DIEESE, abr. 1958. CEDEM-UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

Notícias de Hoje, 1956-58.

O Estado de São Paulo, 1957.

O Observador Econômico e Financeiro, 1957.

Prontuário de delegacia 143.206. Arquivo Público do Estado de São Paulo, setor DEOPS-SP.

Relatório da comissão de planejamento de um plano de abastecimento do PUI, 27 ago. 1956, CEDEM/UNESP, Fundo Fábio Munhoz.

The São Paulo Strike of October 15-25, 1957, p. 5. The National Archives and Records Administration (NARA), Registros do consulado dos Estados Unidos em São Paulo. Código 832062/12-1057, caixa 4310.

Última Hora, 1957.

BIBLIOGRAFIA

BENEVIDES, Maria Vitória. *O PTB e o trabalhismo. Partido e sindicato em São Paulo (1945-1964).* São Paulo: Brasiliense, 1989.

BEYNON, Huw. *Trabalhando para a Ford: trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CHAIA, Miguel. *Intelectuais e sindicalistas. A experiência do Dieese (1955-1990).* São Paulo: Humanidades, 1992.

CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990).* São Paulo: Humanidades, 1991.

COLISTETE, Renato. *Labour Relations and Industrial Performance in Brazil. Greater São Paulo, 1960-1945.* Londres: Palgrave Mcmillan, 2001.

COSTA, Hélio. *Em busca da memória. Comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra.* São Paulo: Scritta, 1995.

CREW, David. "Class and Community. Local Research on Working-Class History in Four Countries". *Historische Zeitschrift,* 15, 1986.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos - Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50.* São Paulo: Annablume, 1997.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* São Paulo: Vértice, 1988.

KOWARICK, Lucio (org.). *As lutas sociais e a cidade - São Paulo: passado e presente.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEITE, Márcia de Paula. "Trabalhadores, sindicatos e partidos: a greve de 1957 em São Paulo". *El sindicalismo latino americano em los ochenta.* Santiago: CLASCO, 1985.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo: Marco Zero, 1988.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. "O ajustamento do trabalhador à indústria: mobilidade social e motivação". *In:* Bertram Hutchinson. *Mobilidade e trabalho: um estudo na cidade de São Paulo.* Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. "Populismo sindical: um conceito em questão". *In:* REIS, Elisa, ALMEIDA, Maria Hermínia Almeida e FRY, Peter (orgs.). *Política e cultura.* São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988).* Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massas e crise política.* São Paulo: Pólis, 1978.

MUNHOZ, Fábio. "Sindicalismo e democracia populista: a greve 1957". São Paulo: Cedec, 1977, mimeo.

OLIVEIRA, Francisco. “A economia brasileira em questão: crítica à razão dualista”. *Estudos CEBRAP,* 2, 1972.

PERROT, Michelle. *Worker on Strike. France 1871-1890.* Nova Iorque: Berg, 1987

RAMALHO, José Ricardo. *Estadopatrão e cultura operária. O caso FNM.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo: Difel, 1966.

SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros. Comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945-64).* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SAVAGE, Michael. “Space, Networks and Class Formation”. *In:* KIRK, Neville (org). *Social Class and Marxism: Defences and Challenges.* Hants: Scolar Press, 1996.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: os operários das docas de Santos - direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968.* São Paulo/Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1995.

SINGER, Paul. *A crise do milagre. Interpretação crítica da economia brasileira.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil’s Industrial Working Class, 1900-1955.* Durham: Duke University Press, 1993.

_____. “‘Pai dos pobres’ ou ‘mãe dos ricos’? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954”. *Revista Brasileira de História,* 27, 1994.

6

PENSAR A AMÉRICA LATINA

Entrevista com Daniel James e John D. French*

* Entrevista feita por Alexandre Fortes, Antonio Negro e Paulo Fontes, com a colaboração de Fernando Teixeira da Silva. Trad. Alexandre Fortes.

Por um desses caprichos da história, os estudos latino-americanos têm muito que nutrir-se com o diálogo em inglês. A *intelligentsia* do país-continente brasileiro mal o pensa como um todo, ignorando com frequência o que aconteceu fora das suas regiões centrais. Além disso, o português e seu "primo" castelhano parecem mutuamente incompreensíveis quando se trata do debate historiográfico latino-americano. Como resultado, fica-se com a curiosa impressão de que inúmeras chaves para reconstruir os canais de comunicação estejam num poderoso território ao norte do México.

Decerto, não é para menos. A partir do final do século XIX, particularmente, os EUA passaram a ter peso decisivo na história do continente. Guerras e golpes de Estado, distância e intimidade, investimentos e "estabilidade político-econômica", preconceitos, intercâmbios culturais e diplomacia marcam suas ações, no passado e no presente. A complexidade dessas relações será mais bem conhecida à medida que o acervo do National Archives II for melhor explorado também pelos pesquisadores latino-americanos.

Para sondar o estado de coisas da produção historiográfica sobre a América Latina, entrevistamos Daniel James e John French, professores do Departamento de História de Duke University (NC, EUA). Respectivamente especialistas em Argentina e Brasil, têm contribuído para a história

social com seus livros. *Resistencia y integración* e *O ABC dos operários* figuram entre os mais dedicados e sólidos intentos de entendimento do movimento operário nas terras de Perón e Vargas.[1]

Entrevistadores: Em recente evento no Brasil,[2] Daniel James apontou para o conceito de dádiva a fim de repensar as relações entre Estado e movimento operário no período populista. John French, igualmente, acabou de finalizar um artigo que enfatiza o papel simbólico da legislação trabalhista no Brasil.[3] O que estas abordagens trazem de novo em relação às ideias de "outorga" ou "concessão"?

Daniel James: Essa é uma linha de investigação potencialmente interessante, que emerge em várias fontes com que tenho trabalhado. Pensar em dádiva pode nos ajudar a tomar alguns novos caminhos para chegar a uma compreensão mais complexa do populismo. Percorremos um longo percurso na compreensão das relações entre as instituições do Estado e da classe trabalhadora. Muito do que tem sido feito tem acrescentado detalhes ao quadro existente, o que é interessante. Porém, é como acrescentar cores a uma gravura cujos contornos e enquadramento já conhecemos bem. Ao mesmo tempo, ainda há um sem-número de sindicatos cuja história nos anos 1930, 1940 e 1950 não conhecemos. Não estou dizendo que não vale a pena estudá-los, apenas que, intelectualmente, seria também útil tentar ir além.

1. Daniel James. *Resistencia y integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976.* Buenos Aires: Sudamericana, 1990. John D. French. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

2. 1978-1998: o ABC da Democracia, organizado pela Fundação Perseu Abramo, Nedic-USP e Arquivo Edgard Leuenroth. Realizou-se em 1998 entre os dias 4 e 6 de maio, na Unicamp, e de 7 a 8, na USP.

3. John D. French. "Drowning in Laws but Starving (for Justice?): Brazilian Labor Law and the Worker's Quest to Realize the Imaginary". *Political Power and Social Theory,* 12, 1998.

Uma maneira seria tomar essa noção do relacionamento como dádiva. Nas fontes orais com que tenho trabalhado há uma visão do peronismo que se estrutura a partir de uma noção de Perón e Evita "providenciando coisas". Isso vai além dos resultados materiais dessa relação.

E: Você está pensando no conceito de dádiva de Marcel Mauss?[4]

DJ: Acho que há várias formas de abordar essa questão. Se pensarmos em uma contribuição estritamente antropológica, por que não tentar partir desse conceito? A noção de dádiva de Mauss tem sido muito desenvolvida, tornando-se mais complexa. Certamente, Pierre Bourdieu[5] a leva além. Mas esta é apenas uma das maneiras como se pode fazer isso, não a única.

Parte do problema é que não dispomos de uma noção clara sobre quais tipos de materiais poderíamos eventualmente usar. Se voltarmos muito no tempo, materiais orais serão cada vez mais difíceis de se utilizar. Antes de ir além e pensar com muita ênfase nos paradigmas teóricos que podemos adotar, temos de identificar quais outras fontes usar, sabendo o que elas representam. Não sou particularmente um estudioso da obra de Mauss, mas creio que seria ótimo usá-la como um caminho possível para essa análise.

4. Marcel Mauss. *Ensaios de sociologia.* São Paulo: Perspectiva, 1981. Ver, também, a respeito, Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p. 195.

5. Pierre Bourdieu. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

John French: Atualmente, há estudos no Brasil começando a usar as cartas endereçadas a Getúlio Vargas.[6] Eu as considero fontes interessantes. Este tipo de fonte tem sido usado em diferentes contextos. Nos EUA, por exemplo, há um livro sobre cartas escritas a Roosevelt no fim dos anos 1930.[7] O problema, no caso brasileiro, é que a maioria dessas cartas era escrita para pedir favores, e é muito fácil usá-las acriticamente e reproduzir todas aquelas noções clássicas sobre relações clientelistas, voltando à redescoberta de "velhas verdades" do tipo "este é o jeito que a cultura política do povo do Brasil é", este é o jeito que eles veem o mundo. Creio que o problema é como elaborar um modo crítico de usar esse material, um modo que não homogenize todas as cartas. Há algum início de trabalho com essas cartas, o livro de Jorge Ferreira lida com elas, Joel Wolfe, Cliff Welch, estou certo que muitos outros brasileiros também.[8] Mas é necessária uma crítica real e rigorosa das fontes. Precisamos compreender esses documentos e ser capazes de classificá-los de forma diferenciada.

Outro ponto é o de como, de um certo modo, a lei é o oposto da dádiva. Apesar de ser apresentada como dádiva no contexto brasileiro, a lógica da lei corre em diferentes direções. Se pensarmos em Vargas antes de 1945, por exemplo, é impressionante, como mostra Ferreira, o processamento do vasto número de cartas recebidas. E eles realmente davam encaminhamento. O secretário da Presidência abria um

6. As cartas enviadas ao presidente Vargas nos anos 1930 e 1940 encontram-se no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, Fundo da Secretaria da Presidência da República (DAS-25).

7. Geráld Markowitz e David Rosner. *Slaves of the Depression: Worker's Letters about Life on the Job.* Ithaca: Cornell University Press, 1987.

8. Jorge Ferreira. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997; Joel Wolfe. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955.* Durham: Duke University Press, 1993; Joel Wolfe. "The Faustian Bargain not Made: Getúlio Vargas and Brazil's Industrial Workers, 1930-1945". *Luso-Brasilian Review,* 31 n. 2, inverno 1944, pp. 77-95; Clifford A. Welch. *The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement (1924-1964).* University Park: Penn State University Press, 1999.

processo; o ministro da Agricultura mandava um ofício para alguém em algum estado e dizia: “confira isto”. A questão retornava e, então, era escrita uma resposta. Esta é uma maneira de fazer as coisas que envolve ainda mediações pessoais e pedidos para os de cima, mas, de um outro lado, inclui as surpresas envolvidas nessa estrutura da legislação trabalhista... Cliff Welch conta que um grupo de comunistas foi pedir a Nelson Omegna, ministro do Trabalho, que era um trabalhista, o reconhecimento do sindicato de trabalhares rurais em Ribeirão Preto, uma região de economia rural baseada na cana-de-açúcar. O ministro respondeu: “Não. Se reconhecermos o sindicato, a polícia vai simplesmente bater em vocês. Vocês precisam é de uma junta do trabalho [Junta de Conciliação e Julgamento]” - que começou a funcionar em 1957, acolhendo milhares de reclamatórias antes de 1964.

A CLT é usualmente apresentada como uma forma de dominação, uma forma de criar hegemonia, mas ninguém falou dela em si mesma, ou do processo de que fez parte. É preciso perceber a centralidade e a importância da lei no caso brasileiro. Há várias observações realmente apropriadas de pessoas como Azis Simão ou José Albertino Rodrigues, que estavam diretamente envolvidas com o movimento de trabalhadores nos anos 1960.[9] Algumas questões que eles abordaram são fundamentais para entender a natureza da sociedade brasileira. Albertino, por exemplo, destacava que a CLT era o documento legal mais conhecido em todo o Brasil.

9. Os trabalhos clássicos desses autores são: Azis Simão. *Sindicato e Estado.* São Paulo: Dominus/Edusp, 1981, reimpressão da edição de 1966. José Albertino Rodrigues. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: Símbolo, 1979, reimpressão da edição de 1968.

Muito melhor conhecido, com muito mais edições do que a Constituição de 1946. Se pensarmos nos EUA e no papel simbólico que a Constituição ocupa, veremos que, no caso brasileiro, não é a Constituição que cumpre esse papel, mas a CLT. Azis Simão, num curto artigo para o DIEESE, dizia que o que existia entre os trabalhadores em São Paulo, em fins dos anos 1950 e começo da década de 1960, era urna consciência jurídica de classe, estabelecida através da definição de direitos na CLT. Sally Merry[10] e outros antropólogos jurídicos escreveram muito sobre isso, de corno as pessoas entendem e pensam sobre a lei e corno as suas ideias mudam quando eles interagem com ela. Isso é o que eles chamaram de consciência legal.

Juan Carlos Torres e Sylvia Sigal observaram frequentemente que a classe trabalhadora na América Latina, ou particularmente na Argentina, formou-se tanto na praça pública quanto na fábrica.[11] No caso brasileiro, não há o tipo de intensidade e mobilização experimentada na era peronista, com a praça pública realmente sendo o lugar central. Porém, podemos argumentar que há um espaço legal que é realmente o espaço em que os trabalhadores do Brasil se constituíram como classe.[12] Os estudos sobre o período anterior a 1964 mostram que o pagamento de direitos, se você é demitido, ou outras coisas que eram ganhos líquidos na legislação trabalhista, eram bem conhecidos pelos migrantes rurais, mesmo que

10. Sally Engle Merry. *Getting Justice and Getting Even: Legal Consciousness among Working-Class Americans.* Chicago: University of Chicago Press, 1990.

11. Sylvia Sigal e Juan Carlos Torre. "Reflexiones en torno a los movimientos laborales en America Latina". *In:* Ruben Katzman e José Luis Reyna (orgs.). *Fuerza de trabajo y movimientos laborales en America Latina.* Cidade do México: Colegio de Mexico, 1969.

12. Brodwyn Fischer. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro.* Stanford: Stanford University Press, 2008.

não fossem respeitados. As pessoas que estavam entrando para a indústria rapidamente adquiriram conhecimento sobre as coisas estabelecidas na lei.

DJ: Estudar e considerar a lei seriamente é muito importante, e há estudos sobre isso na Argentina, mas, no Brasil, eles têm um perfil bem diferente. Ao pesquisar alguns materiais orais, eu me espantei com o papel crucial que a noção da lei possui na formação do trabalhador. Isso permanece como uma obra do peronismo, quando essa questão tomou corpo, e passaram a existir leis que realmente funcionavam, materializando conquistas de muitos modos associadas a Perón.

A conexão, retornando à noção de dádiva, é compreender de que modo a lei é culturalmente manuseada, como essas noções de lei são moldadas em construtos mentais populares. John está absolutamente certo em dizer que o problema com as cartas é tomá-las como uma categoria homogênea, sem levantar algumas questões fundamentais: como elas foram geradas? Quem as está elaborando? Qual o processo que leva à sua documentação? Sem essas perguntas, acaba-se repetindo velhos modelos. Uma atenção para o manuseio cultural, até mesmo a forma discursiva com que as cartas são construídas, seria um modo de nós podermos ganhar maior acesso à compreensão do modo pelo qual a lei é culturalmente corporificada.

Uma outra coisa que esse tipo de abordagem pode propiciar seria desfazer algumas de nossas rejeições de análises anteriores, que talvez tenham "jogado fora a criança com a água do banho". Por exemplo, a relação de dádiva pode possibilitar um entendimento mais sério sobre o amplo espectro de diferenciação cultural e social que existe na audiência populista. Isso seria de grande auxílio e acho que isso está, sem ser percebido, em alguns dos melhores trabalhos feitos num período inicial, como os de Brandão Lopes no Brasil e Gino Germani na Argentina.[13] Na maioria dos trabalhos iniciais sobre populismo, o argumento da relação emocional e afetiva está claramente implícito, embora subsumido no paradigma predominante da manipulação, da passividade. Apesar da procedência de nossa suspeita ante essa visão, a questão da natureza das relações personalizadas - sendo construídas, oferecidas e aceitas - ainda é muito importante, e ainda não temos um manuseio realmente bom disso. Concordo que temos de fazer uma compilação crítica das fontes. Pensar que materiais, ao lado das fontes orais, se coadunam com esse tipo de pesquisa. Foi nesse sentido que falei sobre as cartas.

13. Juarez Rubens Brandão Lopes. *Crise do Brasil arcaico.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967; Gino Germani. *Política y sociedad en una época de transición.* Buenos Aires: Paidós, 1962.

JF: Há um outro aspecto que merece ser destacado. Em todas essas cartas enviadas para as autoridades há um elemento não verbal, porque o próprio fato de colocar por escrito e enviar para algum lugar já transforma a natureza da relação clientelista. Introduz uma ordem de abstração oposta ao fato

de alguém dirigir-se ao proprietário de terras local ou ao administrador da fábrica e fazer um apelo pessoal. Esse apelo é modulado em relação ao que a pessoa percebe ser a recepção da autoridade. O simples fato de escrever já transforma a natureza do que está sendo feito. Há uma tradição, no Brasil do século XIX, de cartas solicitando favores aos membros das classes altas. A questão seria saber o que é novo nessa relação. O fato de agora você estar escrevendo ao presidente do país inteiro, isso pode ser novo. É preciso ter noção de quais foram as continuidades e as descontinuidades, tanto na questão da forma escrita quanto na gama mais ampla de práticas culturais relacionadas às tentativas populares de terem seus interesses atendidos.

Acho que há agora uma certa tentação de achar que o conjunto da crítica do populismo, que é parte da revolução intelectual dos anos 1960, está errado e, portanto, de avaliar o populismo nos seus próprios termos. Assim, Getúlio Vargas passou a ser entendido como um reformador social sincero que desejava mudar a vida das classes trabalhadoras para melhor. Entretanto, meu argumento é que a legislação trabalhista nunca foi realmente concebida para ser real e, por isso, seus elaboradores podiam ser tão generosos. Nunca se pretendeu que funcionasse, era apenas uma jogada cínica. No entanto, havia uma classe trabalhadora que estava apta a se apropriar dessa legislação social.

Os críticos do sistema de relações de trabalho, que diziam que a CLT era ruim, podem perceber agora, quando realmente estão querendo acabar com ela, o que realmente acontecerá se tirarem as garantias do Estado e eliminarem a Justiça do Trabalho. Se pensarmos nos milhões de trabalhadores que mandam causas para a Justiça do Trabalho todo ano, perceberemos que eliminá-la reduziria o montante bruto de direitos disponíveis.

Não penso que Vargas ocupe o mesmo espaço no imaginário da classe trabalhadora no Brasil que Perón na Argentina. Perón é o poder substancial adquirido pela classe trabalhadora organizada e, na Argentina, há uma fusão muito maior entre uma espécie de projeto peronista e a classe trabalhadora. É uma relação muito mais densa que no caso brasileiro. Se entrevistarmos trabalhadores mais velhos, veremos que eles sempre personalizam as relações. Seria interessante pensar em que medida isso é apenas parte da cultura política popular, ou se o que os próprios historiadores fazem, quando escrevem "Getúlio Vargas fez isso", é também uma versão disso. Eu não ficaria surpreso se descobríssemos que Vargas nunca teve nada a ver com a elaboração da CLT. Os discursos de Vargas, por exemplo, são maravilhosos, especialmente alguns no final dos anos 1940, quando ele se autodenomina um socialista, e fala sobre a autonomia da classe trabalhadora. Mas ainda não sabemos quem escrevia os discursos. Pode ser que certos discursos fossem escritos

por intelectuais com um tipo de concepção que Vargas estava disposto a endossar. Mas por que a endossava? Perceba a diferença entre a nota de suicídio e os discursos. Os discursos são sobre organização popular e a classe trabalhadora se afirmando por si própria. É uma coisa completamente diferente da nota de suicídio, que sequer menciona a democracia. A nota possui mais continuidade (mesmo que se acabe descobrindo que foi completamente forjada) com o que era realmente a cultura política de Vargas.

Finalmente, queria tocar nas preocupações do Daniel sobre a obra de Germani. O que mais chamou a atenção das pessoas quando começaram a pensar sobre a classe trabalhadora nos anos 1950 na Argentina e no Brasil era a migração. São Paulo, em 1950, era uma pequena cidade, quase completamente branca, e 20 anos depois tornou-se uma cidade muito grande, com todas essas pessoas morenas e de pele escura, que "não são como nós". Foi a partir daí que os estudiosos analisaram o que estava acontecendo com a industrialização e a emergência da classe trabalhadora.

Temos de olhar para aquela geração de pesquisadores em novas bases, sem dizer simplesmente que os estudos daquela época eram completamente ruins e estavam todos errados. É preciso avaliá-los de uma maneira mais complexa, como faz Leite Lopes, e essa também tem sido a minha linha, quando nos referimos ao trabalho de Brandão Lopes.[14]

14. José S. Leite Lopes. "Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da Crise do Brasil Arcaico". *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.* Rio de Janeiro: Marco Zero, Editora da UFRJ, 1987.

Há uma tradição intelectual verdadeiramente rica de pensamento sobre a classe trabalhadora no Brasil, mesmo antes dos anos 1950 e 1960...

E: Uma das tendências mais fortes de reavaliação do período do pré-1964 no Brasil tem colocado em questão o conceito de populismo ao vê-lo mais como uma invenção da academia do que como fenômeno histórico real, preferindo, pois, usar trabalhismo.[15] Em que medida o conceito de populismo ainda é operacional?

JF: Parece que, novamente, a questão teria a ver com a realidade regional, em termos tanto da comunidade intelectual quanto da experiência histórica. É verdade que o trabalhismo tem uma certa profundidade e solidez no Rio, diferente de outros lugares. Não me refiro apenas a Brizola e ao PDT depois da redemocratização, mas mesmo antes. O PTB no Rio tinha uma presença real na cultura popular, polarizava com Lacerda, o que lhe dava uma força real. O trabalhismo no Rio remonta à Primeira República, aos anos 1890 e ao estabelecimento da habilitação do voto aos trabalhadores do Estado. A existência de disputas eleitorais gerou uma sofisticada prática de alianças interclassistas entre o eleitorado popular e pessoas de outras classes sociais. Então, se o Rio fosse o Brasil, acho que seria um argumento convincente. Mas se você olha para São Paulo, não pode usar o conceito de trabalhismo para entender o que está acontecendo antes de

15. Daniel A. Reis. "A maldição do populismo". *Linha Direta,* 6, 12 set. 1997, pp. 6-7; Angela de Castro Gomes. "O populismo e as ciências sociais no Brasil". *Tempo,* 2, 1996.

1964, porque o trabalhismo é uma força organizada minúscula e não tem nenhum peso eleitoral, Adhemar de Barros e Jânio Quadros eram dois políticos de tipo muito diferente que partilhavam, por outro lado, muitas das características e do espírito associados à ideia de populismo. No caso de Jânio, uma de suas peculiaridades, com certeza, é que ele era um fenômeno populista antigetulista, antitrabalhista. Tende-se a esquecer também que, quando Adhemar apoiou Vargas em 1950, sua aliança era chamada de "aliança populista". O termo *populista* estava sendo usado por eles mesmos, mas não sabemos muito sobre a natureza da política e da cultura política, o modo como o interesse popular se expressava no Nordeste, por exemplo. Ainda estamos lidando, de fato, com o coração do fenômeno populista em certas regiões que são socioeconomicamente mais desenvolvidas. Quanto a como isso entra na arquitetura da política nacional, me parece que não poderemos ir muito longe até que possamos entender o que está ocorrendo em outras partes do Brasil.

E: Existe alguma discussão parecida em relação ao termo *populismo* na Argentina?

DJ: Que eu saiba, não, mas creio que o argumento de John também é relevante lá. A Argentina é uma experiência nacional de longe a mais homogênea, mas quando falamos sobre populismo, realmente queremos dizer, em 90% ou 80%

das vezes, Buenos Aires. O populismo regional, peronismo regional, realmente teria de ser entendido de um modo muito mais complexo. É também verdade que na Argentina tem havido um grande debate sobre o que quer dizer populismo como conceito. Não conheço bem essa literatura brasileira que você mencionou, mas sempre existe essa defasagem, essa distância entre a categoria e a realidade que ela está tentando abordar. Francamente, me parece ingênuo não pensar que com o trabalhismo também se dá o mesmo. Uma categoria intelectual não tem essa existência absolutamente autêntica na realidade. Na medida em que tem sido mobilizado como categoria por intelectuais, trabalhismo é igualmente uma construção. O que você tem de falar é sobre quão adequadas são essas categorias em termos de se ter uma melhor compreensão da realidade à qual elas estão se dirigindo. Então, temos de ser capazes de dizer o que é populismo, o que queremos dizer com o conceito, quais são os significados possíveis e que utilidade ele tem para nos proporcionar um conhecimento melhor. Trabalhismo nos oferece uma alternativa melhor? Parece que certamente não, se supomos que há uma essência genuína e autêntica no trabalhismo, oposta à de uma categoria teórica. E não é uma questão sobre o que é mais desagradável, mas de adequação das categorias. Quanto ao termo *populismo* como uma categoria intelectual, teria grande relutância em jogá-lo fora por causa do abuso e da má utilização passada. Acho que historicamente foi

usado como uma tentativa de lutar contra o assim chamado reducionismo de classe. E isso é uma coisa muito ampla que pode ser usada pela direita ou pela esquerda. Me parece ser útil como uma categoria para dizer: "Espere um minuto, isto é algo que não pode ser reduzido às formas mais simplistas e essencialistas de análises de classes". A única pessoa que tentou desenvolver o que poderia ser um conceito de populismo é Laclau.[16] Pode-se gostar ou não, mas ele estava tentando, em meados dos anos 1980, elaborar uma noção de populismo como uma forma de articulação ideológica que poderia ser aplicada a uma diversidade de fenômenos sociais disparatados.

16. Ernesto Laclau. "Towards a Theory of Populism". *Politics and Ideology in Marxist Theory.* Londres: Verso, 1977.

JF: Seria útil, se você está fazendo uma história intelectual dessas categorias, se indagar por que, nas eleições de 1945, foi criado um partido para ser um partido popular e escolheram nomeá-lo a partir do Labour Party. Tem de se pensar o Brasil por meio da compreensão do que seus criadores enxergavam na Inglaterra. Gorender[17] critica o fato de a nova esquerda do fim dos anos 1960 ter assumido uma ideia de populismo da qual Weffort é parte. Aquele momento geracional coletivo latino-americano está atado a todo o conjunto de críticas da esquerda do sistema existente. Na medida em que aquela revolução geracional do fim dos anos 1960 não tem mais credibilidade, ou seus participantes não acreditam mais naqueles postulados, há uma tendência a dizer: "Bem, estávamos errados sobre essas coisas...".

17. Jacob Gorender. *Combate nas trevas.* São Paulo: Ática, 1987.

Certamente, não será uma ideia popular em Cuba, mas se você quer entender o populismo na América Latina, deveria colocar Fidel Castro nesse quadro. Fidel representa não apenas a radicalização, mas de um certo modo uma combinação entre algumas potencialidades no interior do populismo latino-americano como um todo, da geração que começa nos anos 1920 e corre até a década de 1960. Seu irmão está mais ligado a uma tradição de esquerda. Fidel vem da tradição do populismo cubano, é parte de toda a geração que está pensando coisas através de Perón e Gaitán (ele estava em Bogotá quando Gaitán foi assassinado). Sua decisão, num certo sentido, foi levar a sério as premissas ideológicas do populismo. Seu anti-imperialismo, seu nacionalismo, suas reivindicações sobre justiça social para as massas, sua preocupação com as populações rurais eram parte das preocupações retóricas do populismo, e isso explica parte do seu poder de atração nos anos 1960. É claro que Fidel diz: "Eu não tenho nada que ver com o populismo". Porém, é hábil em atrair uma ampla porção do universo populista na América Latina, incluindo Jânio Quadros.

DJ: O que Castro fez foi mobilizar um corte transversal de classes sociais, aglutinar gente de todo o espectro social em uma única aliança. Acho que John está absolutamente certo em indicar que Castro e a experiência cubana seriam um caso-teste.

De um certo modo, o populismo é o meio pelo qual o povo invoca suas demandas e se mobiliza. Os leitores dos discursos de Vargas dos anos 1940 eram muito, muito poucos. Mas também estamos falando a respeito da emergência da comunicação de massas. Esta combinação parece ser muito importante. É mais importante atentar para a análise dos mecanismos discursivos, do universo simbólico que estava sendo evocado, do que fazer a análise do conteúdo formal dos discursos de Vargas. Hoje, dispomos de uma análise bastante sofisticada da esfera pública, do espaço público, no fascismo e no nazismo. Se você toma o populismo seriamente, como uma forma de discurso, dá para questionar de que modo ele interpela, mobiliza, quais são as categorias fundamentais etc. A próxima coisa lógica a fazer é ver a praça pública. Vendo o que acontece nesses espaços, podemos ir muito além de uma noção de manipulação.

Li uma análise anarquista dos anos 1930 e 1940 na Argentina, que era absolutamente lógica e razoável e, tendo a vantagem de observar, 50 ou 60 anos depois, eu posso dizer: "Eles tinham razão." O problema é que aquela interrogação discursiva era, infelizmente, de uma minoria, não era o modo pelo qual a maioria do povo estava sendo interpelada pelo peronismo. Se você toma o populismo como um ato da fala, então há uma quantidade de audiências que ele está interpelando. Para diferentes audiências, terá diferentes respostas, e isso é o que precisamos entender para reconstruir nossa

compreensão do passado, e não listas de checagem - “aqui estavam certos, aqui estavam errados” -, elas não nos levam muito longe.

JF: Fiz extensas entrevistas com Marcos Andreotti, um comunista, e Filadelfo Braz, que apoiava o PTB. Antes de 1964, eles eram as duas pessoas mais importantes no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Marcos e a maioria dos comunistas daquela geração não tinham amor algum por Getúlio. Getúlio não apenas fez a lei. Fez a polícia. Você não pode entender o modo como as pessoas sentiram o mundo em que viviam se não levar em conta que é um sistema sofisticado, criador simultâneo do corpo da lei (e de um espaço para o alcance, com luta, de seus interesses) e de agências policiais especializadas, controladas e parcialmente financiadas pelos industriais para ter os “seus” fichados. O mesmo sistema, em São Paulo, que está produzindo a CLT e a Justiça do Trabalho, está também concebendo uma polícia, a Força Pública e o DEOPS, que, durante as greves de 1953-54, não apenas tinham especialistas para bater nas pessoas, mas iam de porta em porta apanhar os trabalhadores e trazê-los de volta ao trabalho, para não mencionar possíveis detenções, espancamentos e torturas. Então, do ponto de vista de Marcos Andreotti, com sua própria experiência na prisão, não faria sentido conceber Vargas, a CLT e o Estado Novo como um “esforço de longo alcance para incorporar as massas na política”.

Brás, por outro lado, aponta que entrou no PTB quando jovem, nos anos 1940. Foi por pouco tempo suplente numa intervenção, vai para o PTB e daí à Câmara de Vereadores, no final dos anos 1950. Mas não tinha nenhuma ilusão. E ele conta uma estória quando da morte de Vargas. Na sua fábrica, em Santo André, homens grandes choravam nas oficinas e ele, que era um trabalhista, tentou dizer algo do tipo: "Sinto muito que ele morreu, mas Vargas não era 100%", mas os trabalhadores se voltaram para ele de um jeito ameaçador porque, de fato, estavam desejando um herói. Então, o modo pelo qual as pessoas da classe trabalhadora se envolveram com o PTB era diferente do de Brás, pois ele estava consciente do grande hiato entre o prometido e a realidade. Temos de sofisticar nossa compreensão dessas coisas, a fim de poder relacionar ambos, os direitos e a CLT e a força policial, muito ativamente envolvida no dia a dia com as prisões de trabalhadores e com as tentativas de quebrar os seus movimentos e controlá-los, para não citar os informantes em colaboração com os departamentos de segurança das fábricas.

Todo o sistema político da era populista é muito complicado, com elementos antioperários e pró-operários. É esta complexidade que faz correta a crítica da nova esquerda, mas que, igualmente, a torna muito simplista, do mesmo modo que um discurso de tipo pró-populismo deixaria de fora muitas coisas desconfortáveis, levando ao abandono das complexidades. O mundo do qual Vargas é parte é um mundo em

que o poder não se sente mal por ter um aparato repressivo. Não podemos voltar a simplificar as coisas concebendo o populismo como uma tentativa pioneira de incorporar o povo brasileiro à cidadania. É isso, mas não só. Se seguirmos esta linha, não compreenderemos a razão por que o populismo, a ação do Estado, realmente dá continuidade a tradições de elite, como o mandonismo, a supressão das massas populares, desrespeitando suas opiniões e interesses.

E: Esta discussão levanta um outro ponto, que é a relação com a linguística. Parece-nos que a questão não é incorporar ou não o discurso como uma dimensão relevante da realidade histó-ria, mas como fazê-lo. Vocês falaram sobre os "atos da fala", e isso parece ser uma vertente distinta da ênfase sobre o texto que caracteriza o chamado *linguistic turn* [guinada linguística].

DJ: Sim, há uma quantidade de modos diferentes com que se pode expandir a forma de usar a linguagem. Ato da fala é parte do debate de Derrida, e implica a interseção entre linguagem e ação, linguagem no contexto político-social.[18] Esta é a atração do termo. Do ponto de vista dos historiado-res, há um limite nos resultados úteis a serem obtidos a partir de análises puramente textuais.

Uma das primeiras peças de análise de discurso que li era um livro de uma brasileira, Guita G. Debert.[19] Ela toma os discursos de Jango e duas outras personagens, mas o faz

18. Jacques Derrida. *Writing and Difference.* Chicago: University of Chicago Press, 1978.

19. Guita G. Debert. *Ideologia e populismo.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

totalmente fora de seu contexto. Sabe-se a data e o local onde foram proferidos, mas não há noção alguma sobre o contexto político ou social. Ao terminar de lê-lo, não sabemos mais do que algumas similaridades formais, estabelecidas pela autora, entre, digamos, um discurso de algum governador em 1958 e um discurso de Goulart pouco antes de ser derrubado.

Um outro exemplo de tais limites é o livro, muito mais sofisticado, de Sylvia Sigal e Eliseo Verón.[20] É uma análise comparativa entre o discurso formal dos *montoneros* e da esquerda peronista e certos discursos de Perón. Ambos usam uma dissociação dicotômica entre *pueblo* e *antipueblo,* amigos e inimigos... O peronismo é um discurso estruturado deste modo....

JF: Nesse nível de abstração isso é verdade, mas...

DJ: Serve para qualquer tipo de discurso. Este é o ponto, quer dizer, não há nenhum sentido em saltar através de produtos linguísticos descontextualizados e sem historicidade. Temos de conseguir ir além da natureza árida disso tudo, do ponto de vista dos historiadores. Desconheço todo o trabalho sobre as cartas de Vargas, mas os exemplos em inglês ressentem-se da falta de uma compreensão real sofisticada das questões que uma boa análise de discurso aplicaria a esse tipo de documentação. Bourdieu tem insistido na relação absolutamente inseparável entre, de um lado,

20. Sylvia Sigal e Eliseo Verón. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos dei fenómeno peronista.* Buenos Aires: Legasa, 1986.

produção e uso da linguagem e, de outro, o poder que ela possui no mundo social que a cria. Por isso, recorre a atos da fala. É um tipo de compreensão sofisticada da "descrição densa".[21] Leite Lopes não usa o conceito de "atos de fala", mas acaba chegando a um resultado semelhante. Quando se lê seu grande livro,[22] percebe-se que é alguém sensível ao tipo de linguagem em uso, ao modo como as inflexões de linguagem projetam e dão corpo a certas relações de poder. Ele é um etnógrafo brilhante, e quaisquer que sejam as ferramentas teóricas mobilizadas, possui uma sensibilidade fundamental, que é o mais importante.

JF: Uma das coisas que se perderam um pouco após 30 anos de história social é a importância da história intelectual. Muitos discursos políticos, como os de [Alberto] Pasqualini, documentos doutrinários do PTB, podem ser analisados em sua relação com a história da *intelligentsia* brasileira, inserindo-a no campo intelectual da América Latina. Há raízes na Revolução Mexicana, desenvolvimentos na Europa, pode-se incluir até Franklin Delano Roosevelt, e termina-se descobrindo que o universo intelectual é transnacional. Temos de olhar a história intelectual dessa *intelligentsia* brasileira como um todo, sua socialização... Quem escrevia os discursos dos governadores (talvez os de Arraes fossem escritos por Paulo Cavalcanti)?[23] O que estavam lendo? Onde se formaram? De que tipo de mundo eles eram parte?

21. Ver Clifford Geertz. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

22. José Sérgio Leite Lopes. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo/ Brasília: Marco Zero/ Editora Universidade de Brasília, 1988.

23. Ver Paulo Cavalcanti. *O caso eu conto, como o caso foi. Da Coluna Prestes à queda de Arraes.* São Paulo/Recife: Alfa Omega/Guararapes, 1978/1980.

Os intelectuais têm uma tradição própria. Quando se fala da esquerda brasileira, por exemplo, na maior parte das vezes as pessoas se referem a intelectuais que vieram a nomear a si mesmos como sendo "a esquerda". Então, quando se lê uma coleção de documentos da "nova esquerda", a questão central é compreender a transformação que está ocorrendo na *intelligentsia* brasileira. No início dos anos 1950, a UNE não era uma organização esquerdista. E o que aconteceu? Um setor da sociedade brasileira mergulhou, no final dos anos 1950, num processo que não controlou. Muitos deles entraram nisso como uma reação ao fenômeno político do qual emergiam, o que explica certas reações anti-populistas, que depois retornam como análise intelectual. E então, no final dos anos 1960, vêm para a linha de frente. É um processo muito complicado, que tem de ser compreendido na sua relação com as origens sociais desses discursos, a sua credibilidade, a que audiência se dirigem...

DJ: Outra razão pela qual a análise linguística tem sido cativante é ter emergido paralelamente aos estudos de gênero, propiciando uma habilidade particular em colocar questões sobre o papel das mulheres na história. O trabalho mais sério de historiadores que usam tal análise tem sido precisamente o da história das mulheres e de gênero, e isso não é uma coincidência.

JF: O problema desse tipo de análise de discurso é como saber sobre a recepção dos enunciados pelo povo. Joan Scott, falando sobre a história das mulheres, diz que não é possível chegar à mulher trabalhadora porque ela só existe constituída por discursos sobre ela.[24] Nós muitas vezes analisamos certas fontes escritas, certos produtos da mídia, e daí começamos a falar sobre "o povo brasileiro". Mas, de fato, estamos falando de redatores, estruturas de produção material organizada de *script* ou de discursos. E a questão da recepção é inteiramente diferente.

DJ: Essa questão traz de volta o problema da acuidade de conceitos como trabalhismo ou populismo. No tipo absolutamente abstrato de análise do discurso, o objeto da atenção dos historiadores nunca pode ser inteiramente apropriado e identificado. Quão próximos da realidade podemos chegar com os conceitos? Não vamos nunca descobrir o que era exatamente ser uma trabalhadora francesa na metade do século XIX, mas podemos ter uma compreensão sobre certos aspectos da sua vida. Se Scott faz uma abordagem amplamente abstrata nas suas peças teóricas, suas análises históricas, empíricas e contextualizadas tendem a ser muito mais concretas.

Derrida diz: "Não há nada fora do texto". Essa é uma posição filosófica abstrata. O texto tem certamente sua própria lógica, mas como aplicamos esta teoria a um aspecto

24. Joan Scott. *Gender and the Politics of History.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.

concreto da análise histórica? Há diferenças importantes entre esse tipo de análise e uma análise mais clássica. *Crítica da razão dialética* é uma obra incrivelmente abstrata, mas não há nunca a menor dúvida de que Sartre está interessado em eventos históricos humanos mundanos.[25] O problema da teorização mais recente é que nunca se sabe, ou pelo menos não é frequentemente aparente, onde se pode ter a conexão com o mundo humano, histórico. Temos de voltar ao convite clássico de Marx: "Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo, trata-se agora de transformá-lo".

25. Jean-Paul Sartre. *Critique de la raison dialectique (précédé de Questions de méthode).* Paris: Gallimard, 1960.

E: Na revisão historiográfica brasileira da década de 1980, houve uma tendência muito forte de valorizar a classe operária como um sujeito autônomo. O próprio conceito de autonomia foi central para pensar o que acontecia então no movimento operário e repensar sua história. Isso acabou gerando a ideia de uma esfera de resistência contínua, além do plano institucional, do Estado, além do alcance de sindicatos e partidos. Recentemente, renova-se a preocupação de buscar entender o contexto social, institucional e político mais geral, os sistemas empresariais de gestão da mão de obra. Aparentemente, esse é um dos elementos constituintes da polêmica entre Joel Wolfe e French...[26]

26. Joel William Wolfe. "Anarchist Ideology, Worker Practice: The 1917 General Strike and the Formation of São Paulo's Working Class". *Hispanic American Historical Review,* 71 n. 4, 1991, pp. 809-846; John D. French. "Practice and Ideology: A Cautionary *Note on the Historian's Craft". The Hispanic American Historical Review,* 71 n. 4, 1991, pp. 847-855.

JF: Parece-me que o poder é a questão fundamental com a qual temos lidado em todos os nossos estudos, porque ele representa a dinâmica das totalidades sociais e históricas, é

a energia que faz as coisas funcionarem, acontecerem. Autonomia designa um estado, ou uma tendência, mas, de fato, não abarca a totalidade social. A questão de se ter mais ou menos autonomia de classe vincula-se à questão de como as classes sociais existem, pois autonomia depende do balanço global de poder entre os muitos interesses conflitantes. Se você está pensando no que aconteceu no fim dos anos 1970 no ABC, é impossível entendê-lo à parte de uma teia muito mais complicada de alianças sociais e polarizações políticas e do enfraquecimento de um polo. É preciso entender as condições em que se pode vivenciar mais autonomia, em que um movimento de trabalhadores pode ser chamado de autonomista, no contexto de quais são as dinâmicas mais amplas da luta de classes, isto é, como o poder é acumulado e usado pelos atores sociais. Esse processo é dinâmico, não há realidade fixa. Mesmo quando você diz classe social, os trabalhadores do ABC, se você olha cinco anos depois, metade deles não são mais metalúrgicos.[27]

Autonomia também tem a ver com uma outra coisa. Não se tem prestado atenção suficiente ao conceito de interesse. Interesses de grupo, interesses de classe... São sempre um potencial. Quer dizer, a classe trabalhadora, na sua realidade efetiva, como uma coletividade humana, aquela que trabalha numa dada fábrica, não é um polo unificado de fato. Ela tem um potencial para chegar à unidade por causa do seu papel comum dentro da estrutura proporcionada pela

27. Jefferson J. da Conceição. "ABC: região em mudança". *Teoria & Debate,* 37, 1998, pp. 32-37.

fábrica, sob um dado sistema social, nomeadamente o capitalismo, o que possibilita a coesão grupal. Mas isso, por certo, não acontece naturalmente; deve ser um dos debates mais antigos dentro do movimento operário, o de ser "natural" as pessoas se juntarem para formar sindicatos ou partidos. A questão, então, é: como, a partir daquele lugar comum dentro de uma estrutura - você precisa de estruturas assim como de experiência compartilhada no chão de fábrica: o ensaio de Emília [Viotti da Costa] sobre experiência e estrutura levanta essas questões -,[28] surge uma coletividade que pode confrontar a estrutura da qual faz parte. Isto envolve liderança, e liderança envolve o fato de a classe trabalhadora não ser uma massa indiferenciada de pessoas. Os líderes têm de ser capazes de descobrir qual é o interesse que unifica as pessoas o suficiente ante a estrutura que eles querem enfrentar, e isso depende do contexto mais amplo, do ambiente político. O fato de as greves ocorrerem em momentos de liberalização política e insurgência de massas, isso é fundamental. Por exemplo, não penso que vamos entender as greves no ABC até entendermos por que as eleições aconteceram do jeito que aconteceram, em 1974, em São Paulo. Eu fiz toda uma pesquisa até os anos 1970 para um novo livro, mas ainda não entendo, e eu não acho que as pessoas que viveram 1974, os políticos, saibam o que aconteceu três semanas antes da eleição, quando todas essas pessoas votaram massivamente contra os militares. É um grande mistério.

28. Emília Viotti da Costa. "Estrutura *versus* experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha". *BIB,* 29, 1990.

Tem, todavia, um impacto, um efeito galvanizador sobre uma oposição desbaratada, e sobre uma recém-liquidada nova esquerda.

DJ: Autonomia, me parece, permanece válida, como parte da agenda programática, utópica, de uma política de esquerda, ou progressista. Mas é uma ferramenta conceitual claramente inadequada. Postular que autonomia seja uma descrição adequada de qualquer momento em particular na experiência dos trabalhadores é despropositado. Que há momentos em que a classe trabalhadora e as suas instituições aproximam-se mais da habilidade de defender seus interesses, maximizar o seu poder, de um modo autonomista, sim, há. Destacar isso como categoria básica de compreensão de realidades diárias corriqueiras é outra coisa. É apenas um reflexo do papel dos intelectuais, que responde muito mais a suas necessidades particulares: emocionais, teóricas e ideológicas. Neste caso, autonomia tem uma proveniência particular, um ambiente intelectual, cultural e político específico, que é a situação política e social italiana de 1968 em diante, talvez até meados dos anos 1970. Um conceito mobilizado, eu suspeito, não por uma base autonomista da classe trabalhadora, mas por certos intelectuais e grupos de esquerda em busca de uma presença no que estava ocorrendo.

Pessoalmente, penso que Wolfe passa uma visão subliminar de uma, digamos assim, autonomia e resistência "pela base". Tal coisa demonstra o problema fundamental do uso desse tipo de conceito; afinal de contas, é uma categoria condescendente porque tende a obliterar a incrível complexidade, a incrível ambivalência, o incrível tormento que está exatamente lá, na vida da classe trabalhadora. A vida militante, a resistência diária, a vida na fábrica, o que quer que seja, são coisas muito mais complicadas do que uma simples glorificação da experiência autônoma, ou espontânea. Autonomia torna-se uma categoria boa para preencher qualquer espaço. E parte do problema é: se você vai usá-la, você tem de usar o seu oposto, que é a dominação. Tentei apontar isso no título do meu livro, *Resistance and integration.* Tais polos estão constantemente lá, são uma parte fundamental, absolutamente contínua, da existência social da classe trabalhadora. Uma das atrações em Bourdieu é, precisamente, o conceito de *habitus.* É o seu esforço de tentar nomear esta interação constante.

Autonomia, no Brasil do início dos anos 1980, era uma ilusão, uma simplificação, uma glorificação necessária, mas agora temos de compreender sua história intelectual sem jogá-la fora. Este é o problema: quando você, continuamente, vai de um conceito para o outro, você rejeita o primeiro,

agora você vai para o segundo. Tem sempre havido este jogo entre o conceito e o seu oposto e, nesse sentido, podemos fazer uso da desconstrução.

E: Daniel falou em jogar fora as coisas... Já é mais ou menos tradicional enterrar periodicamente a classe operária e sua história. Mesmo em eventos como o seminário sobre os 20 anos de Maio de 1978 não faltou quem afirmasse que as greves dessa época são pretérito e que a globalização impõe condições absolutamente novas à luta de classes. O que os historiadores têm a dizer diante de afirmações como esta?

JF: Tenho trabalhado com questões contemporâneas, como o Nafta [North America's Free Trade Agreement] e as cláusulas sociais, organizações de comércio e coisas do tipo...[29] A única maneira de entender essas questões é olhar em nível global. O Brasil agora, mesmo no ABC, está também experimentando fenômenos como a desindustrialização, que ocorreram mais cedo nos EUA. Há a perda dos empregos que estabeleceram o proletariado industrial como o núcleo mais tradicional, poderoso e organizado da classe trabalhadora. Mas isso tem sido exagerado grosseiramente.

Tem realmente havido decréscimo na classe trabalhadora manual nos EUA. As percentagens caíram bastante dos anos 1970 em diante, mas muitas fábricas com 4 mil ou 5 mil pessoas se mantêm. E isso leva à criação de novas classes

29. "The ILO's Declaration of Philadelphia and Global Social Charter of the United Nations, 1944-1945". *In:* Werner Sengenberger e Duncan Campbell (orgs.). *Internacional Labor Standards in the Globalizes Economy.* Genebra: ILO, 1995; "A busca de padrões de direitos trabalhistas no comércio internacional: a cláusula social". *In:* Hélio Zylberstain *et al.* (orgs.). *Processos de integração regional e a sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 326-345; "Comercio y trabajo en el mundo: hacia la. clausula social". *Nueva Sociedad,* 48, 1997, pp. 142-157.

operárias em outros lugares do mundo. Há mais trabalhadores industriais hoje, espalhados em um terreno geográfico muito mais amplo, do que em qualquer momento anterior. Isto para falar apenas do núcleo mais duro, mais tradicionalmente associado a uma noção de agência da classe trabalhadora. Há uma certa política de destruição desse tecido social, e isto representa perdas em termos de imaginário e da capacidade de pressão na arena internacional. Mas a situação não é apenas uma marcha adiante triunfalista da dominação capitalista global. Alguns dos próprios processos que criaram o poder dos mercados existentes também aumentaram sua vulnerabilidade. O fato de que autopeças venham da Argentina para o Brasil, por exemplo, aumenta a vulnerabilidade da produção automobilística. Grande parte do comércio mundial agora depende das companhias aéreas, e se os sindicatos dos trabalhadores dessas companhias pudessem combinar uma paralisação, ficaria claro o que os trabalhadores são capazes de fazer.

Então, você tem de manter uma visão para a frente sem olhar para o passado como um acúmulo de fracassos. Qualquer dado momento sempre apresenta fracassos e sucessos, e as estruturas nas quais encontramos sustentação hoje representam as conquistas e derrotas passadas.

"Globalização" é um termo ruim. O que está acontecendo não é ir "daqui" rumo a algo chamado "o global". A estrutura de produção e de poder mundial, hoje, passa por uma regionalização, com um bloco europeu, um asiático e outro, do hemisfério ocidental, crescentemente integrado. É uma topografia muito mais complicada. Há sindicalistas que falam muito da globalização, mas não estou certo de que isso possa ser de auxílio para os movimentos dos trabalhadores. Aceitar que é a globalização que está fazendo "x" ou "y" esconde o que realmente está ocorrendo. A globalização não faz nada, é um termo aplicado a certos processos empreendidos por atores reais: instituições financeiras internacionais, bancos. O termo deixa as coisas nebulosas e, em segundo lugar, é desmobilizador. A maioria dos trabalhadores de qualquer sociedade hoje em dia mal pode ter suas queixas sobre maus tratos por um supervisor resolvidas, aparece alguém falando sobre "globalização", lá em cima... Temos de formular um discurso que constrói poder para as pessoas, e não dá para fazê-lo dizendo que tudo acabou e que nada pode ser feito enquanto a classe trabalhadora produz - sim - os bens do mundo. Há agora no mundo mais máquinas em uso, mais bens em circulação que em qualquer momento anterior. Mais riqueza sendo produzida e distribuída pior do que nunca.[30] Os produtores desses bens, a quem tem sido negada a habilidade de consumi-los, representam um interesse. Para ir adiante, não se deve falar do quão poderoso é o que está lá em cima, mas sim achar todo tipo de fraquezas,

30. "Desigualdade, tanto em regiões quanto dentro dos países", escreveu o Banco Mundial, "permanece como uma importante característica na economia globalizada. Por estimativa, em 1870 a renda média per capita dos países mais ricos era 11 vezes maior que a dos mais pobres; esse índice subiu para 38 em 1960 e 52 em 1985". Em outras palavras, a economia mundial tem sido caracterizada por "um padrão de crescente prosperidade desigualmente compartilhada". "Word Bank, Workers in an Integrating World". *World Development Report, 1995.* Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 9.

explorar as contradições entre o nacional e o internacional, entre as nações periféricas e centrais, as rivalidades entre os blocos de poder existentes.

DJ: É verdade, a intenção discursiva da categoria globalização é precisamente desmobilizar. Mas a utilidade do termo é que ele traz à nossa agenda a questão da escala em que a luta social tem lugar. O conceito de uma classe trabalhadora local hermeticamente fechada é agora muito difícil de manter, em qualquer lugar do globo. John tem razão, o local é o nível em que a maioria da classe trabalhadora, os pobres, os camponeses, as pessoas de classe média, vivem as suas vidas. É o nível em que as lutas e as negociações da vida diária acontecem, em que a resistência ou a acomodação tomam lugar. Nesse sentido, o contraste com o passado é maior do que poderíamos esperar.

Tradicionalmente, o socialismo, o movimento político dos trabalhadores, a militância, nutriram-se de culturas locais. Um caso extremo são os mineiros. Mas, em geral, uma cultura como a do ABC é algo específico, mas pode ser uma base para conformar uma cultura nacional. Nesta extensão, os localismos são muito importantes. Há uma frase fantástica de Stuart Hall: "Todo universal, todo global, é simplesmente o resultado de um local particular fazendo a si mesmo hegemônico", logo, apresentando-se como "o global" naturalizado.[31]

31. Stuart Hall. *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left.* Londres: Verso, 1990.

Pode ser que esse seja o nosso papel, porque é na compreensão e na transmissão dos conhecimentos locais que os historiadores são particularmente bem-sucedidos. Soa meio simplista e idealista, mas um dos efeitos da globalização é, precisamente, a ruptura dos elos de transmissão pelos quais valores e cultura vão de uma geração para a próxima. É o resultado da comunicação de massas, dos deslocamentos físicos, geográficos, de reconfigurações espaciais, do desaparecimento de algumas bases tradicionais de socialização e da manutenção da memória geracional. A história que está simplesmente enraizada no passado, sem um olho no que está acontecendo, corre o perigo de virar uma forma de antiquário. É como a "antropologia de resgate", analisada por James Clifford, que pretendia achar uma cultura agonizante e "salvá-la", registrar tudo o que se pode saber, antes de seu desaparecimento.[32]

A história não pode se interessar apenas em reconstruir as minúcias sem reconhecer esse perigo potencial. Como John disse, os significados da greve dos metalúrgicos de 1978 ainda não estão claros: que lições, que impacto na cultura ainda pode haver 20 anos depois. Precisamos olhar para como comemoramos essas coisas: como fazem os intelectuais, como faz o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Qual seria a iniciativa adequada? Pois é uma época estranha, de amnésia total, de cultivo do novo, do eterno presente.

32. James Clifford e George E. Marcus. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography.* Berkeley: University of California Press, 1986.

Mas é também uma era de enorme nostalgia pelo passado: museus... (o melhor livro sobre isso é o de Raphael Samuel).[33] Então, há uma inacreditável ambivalência. Não se pode simplesmente esperar que os historiadores devam preservar o passado, colocando-o em uma espécie de museu gigante, sem se importar com que significado essas coisas têm para as gerações presentes.

Benjamin diz que cada geração deve um índice de redenção às gerações passadas.[34] É uma frase poética admirável, mas não diz qual é o mecanismo pelo qual esse tipo de índice de redenção funciona. Nós, historiadores, temos de nos esforçar nas nossas práticas para descobrir isso. É muito difícil porque lidamos com os constrangimentos embutidos nos campos em que operamos.

JF: A questão é como contar estórias que sejam significativas. A maioria das pessoas que faz história do trabalho tende a ter um certo posicionamento político anticapitalista. Entretanto, o propósito da história do trabalho não é redimir qualquer coisa, mas, dentro do campo estreito em que trabalhamos, ajudar a refletir sobre o que está ocorrendo no mundo a fim de mover as coisas adiante, rumo a alguma espécie de alternativa.

Quando comecei, em 1979, a pesquisar trabalho no Brasil, o modo mais comum de pensar era uma rejeição total do passado. Escolhi uma estratégia diversa porque, usando uma

33. Raphael Samuel. *Theaters of Memory.* Londres/Nova Iorque: Verso, 1994.

34. *Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno.* São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Pensadores).

metáfora de Emília [Viotti da Costa], as pessoas se sustentam sobre os ombros das gerações passadas. As próprias condições que se encontram numa fábrica de automóveis hoje, seja em São Bernardo ou em qualquer outro lugar, são diferentes porque são resultado das lutas da geração dos anos 1970. Sempre temos de encontrar outras maneiras de contar a história. O martírio, por exemplo, é muito importante nas tradições ocidentais. Porém, nenhum movimento religioso ou político cresce apenas em torno do culto de mártires, mas antes em torno de uma série de estórias, contos morais ou fábulas. A questão é como contar uma estória de um modo que as pessoas extraiam dela algumas visões básicas que lhes permitam pensar e agir em relação ao futuro.

Este tem sido um período de grande confusão ideológica, com a queda do mundo comunista, um universo simbólico confiável. Os sindicalistas na Organização Internacional do Trabalho, que são abertamente pró capitalistas, comentam que os empregadores dizem:

> *"Costumávamos precisar de vocês porque tínhamos que lutar contra os comunistas. Mas, agora, para que precisamos da sua intervenção? Para que fazer concessões a social-democratas moderados, se não há mais a ameaça de uma derrubada revolucionária? Agora que há essa espécie de 'México' do outro lado da fronteira da Europa ocidental, para onde as fábricas podem ir..."*

O fato é que têm sido dez anos muito confusos e difíceis. Você tem de manter um olho no futuro e ficar atento para onde quer ir, ter uma espécie de orientação. Há um velho ditado sobre navegação, que diz não existir vento bom para um capitão que não sabe para onde está indo.

DJ: Isso requer um certo realismo, sem cair no passadismo ou num derrotismo abjeto. A noção de que há uma dimensão política da prática histórica é complicada. Todavia, podemos alcançar um realismo próprio do nosso campo profissional.

Em certas conjunturas, o trabalho do historiador pode se ligar a um projeto político particular, e ajudá-lo. Isso é, de fato, muito importante. Mas se tudo o que fizermos for receber sua validade daí, não haverá muitos historiadores válidos. Há um grande número de razões para a prática histórica. Algumas delas são de longo alcance, políticas, já que a memória é política. Mas será exceção, antes que regra, a capacidade de ligar a prática imediata do historiador a essas coisas de longo alcance.

A pedra fundamental é: "Gosto de fazer isso". Eu sou uma prova, porque realmente tenho uma atração pelo lugar [Beriso]. Provavelmente, John também tem uma atração por São Bernardo. John Humphrey me contou que viveu 18 meses em São Paulo e nunca visitou o Rio.[35]

35. Humphrey é autor de *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira.* Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.

Caso contrário, acaba-se fazendo o que na Argentina é chamado de *historia militantista*, a história escrita por militantes de esquerda, que termina sendo circular, validando as práticas políticas particulares de seu autor. É verdade que a história é sempre apropriada e usada por diferentes projetos; não é uma coisa abstrata, isolada do mundo real. Mas a *historia militantista* toma um conjunto de posicionamentos morais e políticos, critérios éticos, e aplica-os retroativamente. Ela volta, teleologicamente, do presente para o passado, estabelecendo como as coisas deveriam ter sido, a fim de se encontrar com uma situação ideal. Se começamos por fazer central a noção de que deve haver um enquadramento político no trabalho do historiador, automaticamente essa será a ameaça onde podemos cair.

JF: Há um passo intermediário entre o trabalho do historiador e mudar o mundo. Trata-se de mudar a configuração do campo intelectual da história e das ciências humanas em geral. Deste ponto de vista, pode-se argumentar que há um efeito político no trabalho do historiador. Um livro não muda o mundo porque livros não mudam o mundo. Por outro lado, pode mudar o modo como as pessoas pensam ou falam sobre o peronismo e seus desdobramentos. Mesmo sem mudar o balanço global de poder, há um jogo político próprio do domínio dos intelectuais. Depende da capacidade de produzir uma argumentação convincente, a fim de manter ou ameaçar um consenso ou de mudar o enfoque dos temas.

O único modo pelo qual se pode ter esta influência sobre outros intelectuais é fazer o melhor possível, ser o mais rigoroso, o menos propenso a se acomodar com estórias fáceis. Evitar acreditar em algo porque quer acreditar, mas sim querer entender como as coisas realmente funcionam.

DJ: Outro assunto que está implícito no que você disse sobre descobrir modos adequados de contar a história é a questão das formas linguísticas e dos veículos escolhidos. Quando meu livro foi traduzido, eu já estava trabalhando em Beriso há um certo tempo, e alguns dos meus contatos mais próximos já sabiam sobre ele. Consegui que a editora lhes mandasse cópias. No ano seguinte, andando por lá, via o livro nas estantes, mas sabia que, na maioria dos casos, nunca tinha sido aberto. Um sujeito me disse: "Tentei ler, mas não consegui entender". Havia escrito sobre sua história, mas essa pessoa não podia entender. A forma que tinha escolhido não permitia, por causa do seu próprio aparato linguístico e acadêmico.

JF: É importante debater essa ideia de que a pesquisa acadêmica pode ser acessível. Se o livro está na casa das pessoas, na estante, sem ser lido, ainda está tendo seu espaço. Autografei centenas na prefeitura [de São Caetano do Sul], e duvido que a maioria das pessoas lerá meu livro. Eles olharão o

índice, os nomes das pessoas que conhecem, ou algo assim. Por outro lado, o fato de o livro estar lá ainda representa, num certo sentido, uma espécie de contribuição política.

Outra questão é ter a habilidade de falar com os militantes sindicais em uma linguagem que possam compreender. A fala é o meio de troca primário da maioria das pessoas que estudamos. Podem-se achar conexões entre o que a geração atual do sindicalismo está fazendo, o que a preocupa, e o que se pode aprender do passado, mas estaria errado pensar que é possível forçar as pessoas de outras classes sociais a operar no nosso terreno.

E: Vocês têm coordenado conjuntamente a conferência anual de história do trabalho latino-americana há cerca de 15 anos. Quais seriam as principais características e tendências da história social latino-americana recente?

JF: As conferências de história do trabalho têm sido uma experiência muito importante para todos. Noventa comunicações em 15 anos, o estabelecimento de uma comunidade intelectual, a habilidade de formular questões com nova qualidade - começamos com temas como gênero, história das mulheres; agora temos um livro representativo.[36] Há muito de coletivo nisso tudo. Mas ainda estamos falando de uma comunidade que é, em grande medida, radicada no Atlântico Norte, fazendo reflexões sobre o trabalho na América Latina.

36. John D. French e Daniel James (orgs.). *The Gendered Worlds of Latin American Women Workers: From Household and Factory to the Union Hall and Ballot Box.* Durham: Duke University Press, 1997.

Além disso, o México tem sido muito marginal em relação ao espaço que pode ocupar, à sua importância na América Latina e no campo intelectual sobre história latino-americana.

Por outro lado, o que mais me chama a atenção é a falta de bibliografias sobre livros e artigos relativos a trabalho na América Latina e seus países. No momento, há cerca de quatro deles, incluindo o que estamos fazendo para o caso brasileiro, e isto não é de forma alguma completo.[37] Os materiais estão lá, sendo produzidos a partir de tradições nacionais e regionais muito complexas e específicas, com histórias intelectuais e trajetórias que são particulares. Há uma vasta produção nos últimos 50 anos, especialmente nos últimos 30, quando o estudo do trabalho explodiu (em alguns países como o México eles começaram muito mais cedo, nos anos 1930). Não estamos de jeito algum próximos de assimilar o que realmente está acontecendo na história do trabalho latino-americana como um todo. Estamos em um patamar inicial muito modesto.

Danny e eu, por causa do nosso trabalho, temos uma noção da produção sobre Brasil e Argentina, e sobre alguns outros poucos casos também, mas o fato é que realmente seria um desafio sermos capazes de pensar regionalmente. De um certo modo, mesmo no Brasil, ainda não se pode pensar na história da classe trabalhadora em termos nacionais.

37. John D. French e Alexandre Fortes. *Urban Labor History in Twentieth Century Brazil. An Annotated Introduction to the Bibliography.* Albuquerque: Latin American Institute, The University of New Mexico, The Brazilian Curriculum Guide Specialized Bibliography, series II, 1998.

O Nordeste, com exceção de um par de cidades, está completamente fora do mapa intelectual. Ao mesmo tempo, há muitas questões interessantes que seríamos capazes de responder com muito maior acuidade e profundidade se fossemos capazes de fazer perguntas desde uma perspectiva transnacional. Porque as peculiaridades do Brasil nunca ficarão claras até termos uma comparação com algo que não é Brasil. Por um longo tempo, na América Latina, a comparação de histórias do trabalho apenas se fazia - e ainda se faz - com o que achamos que aconteceu na Europa ou EUA a partir de leituras de Marx.

Mas as histórias da classe trabalhadora industrial original são cada vez menos representativas ante a trajetória histórica da classe trabalhadora no mundo. Leon Fink e eu estamos ensinando história do trabalho comparada num curso de pós-graduação sobre EUA e América Latina. Numa vez anterior, incorporamos Europa, Japão e África. É uma questão verdadeiramente estimulante, mas estamos bem no começo do processo, e o problema é como convencer as pessoas adequadas a investir nisso. Imagine o que seria a conferência se tivéssemos recursos para convidar muito mais pessoas que estão pesquisando em seus países...

DJ: John pode não concordar com isso, mas... Acho que podemos estar próximos de um certo ponto de estase na produção intelectual da conferência. Fizemos alguns avanços

importantes no debate sobre temas como populismo e gênero. E, de modo parcial, em um ou dois outros temas. Há sempre comunicações muito interessantes a cada ano, e este último foi de longe o melhor há um bom tempo. Porém, em geral, sinto que há um certo tempo de espera. Não dá para dizer para onde vamos a partir daqui, quais seriam os temas que temos de desenvolver. A história do trabalho como um todo está sendo adversamente afetada por certas tendências intelectuais. Pessoas muito talentosas, que provavelmente dez ou 15 anos atrás se tornariam "historiadores do trabalho" ou "historiadores da classe trabalhadora", tendem a trilhar outros caminhos.

JF: Eu concordaria quanto a essa impressão: não há muita coisa sendo implementada coletivamente em termos de discussões entre um encontro e outro. Isso acontecia mais no início. Em parte é porque a história do trabalho estabeleceu-se no campo latino-americano nos EUA como uma parte instituída das coisas. As pessoas agora se inserem nisto, primariamente, como um campo acadêmico, e não tanto com vínculos a outros tipos de coisas, e isso muda o campo como um todo. Por outro lado, acho que ainda há muito a se fazer. Sempre estamos esperando por novas comunicações.

DJ: Em parte, é um problema geracional. Estamos nos tornando este grupo de pessoas velhas, e isso é um fato. A transmissão entre gerações é um problema mesmo para líderes carismáticos. E para líderes não carismáticos, então...

E: Muito obrigado.

DJ e *JF:* Foi um prazer.

BIBLIOGRAFIA

"A BUSCA de padrões de direitos trabalhistas no comércio internacional: a cláusula social". *In:* ZYLBERSTAIN, Hélio *et al.* (orgs.). *Processos de integração regional e a sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, pp. 326-345.

"COMERCIO y trabajo en el mundo: hacia la clausula social". *Nueva Sociedad,* 48, 1997, pp. 142-157.

"THE ILO's Declaration of Philadelphia and Global Social Charter of the United Nations, 1944-1945". *In:* SENGENBERGER, Werner e CAMPBELL, Duncan (orgs.). *Internacional Labor Standards in the Globalizes Economy.* Genebra: ILO, 1995.

"WORLD Bank, Workers in an Integrating World". *World Development Report, 1995.* Oxford: Oxford University Press, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi. Da Coluna Prestes à queda de Arraes.* São Paulo/Recife: Alfa Omega/Guararapes, 1978/1980.

CLIFFORD, James e MARCUS, George E. *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography.* Berkeley: University of California Press, 1986.

CONCEIÇÃO, Jefferson J. da. “ABC: região em mudança”. *Teoria & Debate,* 37, 1998, pp. 32-37.

COSTA, Emília Viotti da. “Estrutura versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha”. *BIB,* 29, 1990.

Daniel A. Reis. “A maldição do populismo”. *Linha Direta,* 6, 12 set. 1997, pp. 6-7.

DEBERT, Guita G. *Ideologia e populismo.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DERRIDA, Jacques. *Writing and Difference.* Chicago: University of Chicago Press, 1978.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FISHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro.* Stanford: Stanford University Press, 2008.

FRENCH, John D. “Drowning in Laws but Starving (for Justice?): Brazilian Labor Law and the Worker’s Quest to Realize the Imaginary”. *Political Power and Social Theory,* 12, 1998.

FRENCH, John D. “Practice and Ideology: A Cautionary Note on the Historian’s Craft”. *The Hispanic American Historical Review,* 71 n. 4, 1991, pp. 847-855.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950.* São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GOMES, Angela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil”. *Tempo,* 2, 1996.

_____. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* São Paulo: Ática, 1987.

HALL, Stuart. *The Hard Road to Renewal: Thatcherism and the Crisis of the Left.* Londres: Verso, 1990.

HUMPHREY, John. *Fazendo o milagre: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira.* Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1982.

JAMES, Daniel. *Resistencia y integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976.* Buenos Aires: Sudamericana, 1990.

LACLAU, Ernesto. "Towards a Theory of Populism". *Politics and Ideology in Marxist Theory.* Londres: Verso, 1977.

LOPES, José Sérgio Leite. "Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da Crise do Brasil Arcaico". *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.* Rio de Janeiro: Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987.

LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.* São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora Universidade de Brasília, 1988.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil arcaico.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición.* Buenos Aires: Paidós, 1962.

MARKOWITZ, Geráld e ROSNER, David. *Slaves of the Depression: Worker's Letters about Life on the Job.* Ithaca: Cornell University Press, 1987.

MAUSS, Marcel. *Ensaios de sociologia.* São Paulo: Perspectiva, 1981.

MERRY, Sally E. *Getting Justice and Getting Even: Legal Consciousness among Working-Class Americans.* Chicago: University of Chicago Press, 1990.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: Símbolo, 1979 [reimpressão da edição de 1968].

SAMUEL, Raphael. *Theaters of Memory.* Londres/Nova Iorque: Verso, 1994.

SARTRE, Jean-Paul. *Critique de la raison dialectique (précédée de Questions de méthode).* Paris: Gallimard, 1960.

SCOTT, Joan. *Gender and the Politics of History.* Nova Iorque: Columbia University Press, 1988.

SIGAL, Sylvia e TORRE, Juan Carlos. "Reflexiones en torno a los movimientos laborales en America Latina". *In:* KATZMAN, Ruben e REYNA, José Luis (orgs.). *Fuerza de trabajo y movimientos laborales en America Latina.* Cidade do México: Colegio de Mexico, 1969.

SIGAL, Sylvia e VERÓN, Eliseo. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos dei fenómeno peronista.* Buenos Aires: Legasa, 1986.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, Edusp, 1981, reimpressão da edição de 1966.

WELCH, Clifford A. *The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement (1924-1964).* University Park: Penn State University Press, 1999.

WOLFE, Joel. "Anarchist Ideology, Worker Practice: The 1917 General Strike and the Formation of São Paulo's Working Class". *Hispanic American Historical Review,* 71 n. 4, 1991, pp. 809-846.

WOLFE, Joel. "The Faustian Bargain not Made: Getúlio Vargas and Brazil's Industrial Workers, 1930-1945". *Luso-Brasilian Review,* 31 n. 2, inverno 1944, pp. 77-95.

WOLFE, Joel. *Working Women, Working Men: São Paulo and the Rise of Brazil's Industrial Working Class, 1900-1955.* Durham: Duke University Press, 1993.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Fortes é professor de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Unicamp (2001). Bolsista de Produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado - Faperj. Autor de *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas* (EDUCS/Garamond, 2004). Organizou *História e perspectivas da esquerda* (Editora Fundação Perseu Abramo/Unochapecó, 2006). Com Fernando Teixeira da Silva e Cláudio Batalha, organizou *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado* (Editora da Unicamp, 2004). Também com Fernando Teixeira da Silva, organizou *Trabalho e labor: histórias compartilhadas (Brasil e Estados Unidos, século XX)* (Sagga, 2021). Com José Ricardo Ramalho, organizou *Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul Fluminense* (7Letras, 2012). Com Silvia Petersen, Henrique Espada e Regina Xavier, organizou *Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2013). Com Jean Sales, organizou *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: movimentos sociais, repressão e poder local* (Sagga, 2016). Com Paulo Fontes e David Mayer, organizou *Brazilian Labour History: New Perspectives in Global Context* (Cambridge University Press, 2019).

Antonio Luigi Negro é professor de História na Universidade Federal da Bahia (UFBa) e pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Defendeu o doutorado na Universidade Estadual de Campinas em 2001. É autor de *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores* (Boitempo, 2004). Com Sergio Silva organizou *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (Editora da Unicamp, 2012). Com Lígia Bellini e Evergton Sales, organizou *Tecendo histórias. Espaço, política e identidade* (Edufba, 2009).

Fernando Teixeira da Silva é professor do Departamento de História da Unicamp desde 2004 e ex-diretor do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp (IFCH/Unicamp). Fez seu pós-doutoramento na University of Illinois at Chicago. Entre outras obras, é autor do livro *Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964.* 2ª edição revista e ampliada (São Paulo, Alameda, 2019).

Hélio da Costa é graduado e licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em História Social pela Unicamp e doutor em Sociologia do Trabalho pela USP. Atualmente é coordenador técnico do Departamento de Estudos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Paulo Fontes é professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde coordena o Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (lehmt.org). Doutor em História pela Unicamp (2002). É bolsista produtividade do CNPq. Historiador das relações de trabalho e da cultura da classe trabalhadora no pós II Guerra Mundial, é autor de vários artigos e livros sobre essas temáticas. Seu livro *Um Nordeste em São Paulo* ganhou o I Prêmio Thomas Skidmore, patrocinado pelo Arquivo Nacional e pela Brazilian Studies Association e foi publicado em inglês pela Duke University Press em 2016. Suas publicações mais recentes são: *Brazilian Labour History: New Perspectives in Global Context* (Cambridge University Press, 2019), coorganizada com Alexandre Fortes e David Mayer e *Futebol e mundos do trabalho no Brasil* (Editora da UERJ, 2021) coorganizada com Bernardo Buarque de Hollanda.

Título
Na luta por direitos. Estudos recentes em história social do trabalho

Autores
Alexandre Fortes
Antonio Luigi Negro
Fernando Teixeira da Silva
Hélio da Costa
Paulo Fontes

Coordenação Editorial
Silvia Hunold Lara

Preparação dos Originais
Flávia Renata Peral

Revisão
Flávia Renata Peral e Luis Dolhnikoff

Capa e Projeto Gráfico
Claudia Balaban

Editoração Eletrônica
Igor Santiago Raimundo
Gabrielle da Silva Teixeira
Kelly Leme de Proença
Plinio Trecco de Arruda Leme

Formato
1668 x 2224 px

Tipologia
fonte: Fjord
corpo: 36/66 pt

IFCH / UNICAMP
Rua Cora Coralina, 100
Cidade Universitária - Barão Geraldo
13083-896 - Campinas - SP
PUBLICAÇÕES
https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/
Fone: 19 3521-1603
CECULT
https://www.cecult.ifch.unicamp.br/
Fone: 19 3521-1662

COLEÇÃO
SEBO
ELETRÔNICO

A Coleção Sebo Eletrônico publica novas edições de livros que tratam de temas diversos da história social. São obras impressas há tempos, já esgotadas, que marcaram a historiografia em suas respectivas áreas de estudo. Editadas agora em formato digital e distribuídas gratuitamente, elas voltam a circular. Lidas ou relidas, são bons registros de memória, podendo constituir também pontos de partida fecundos para reavaliações ou para a retomada das abordagens e interpretações inovadoras que propuseram.